Diário Eletrônico de Contas
Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Criado pela Lei nº 17.260, de 26 de janeiro de 2011

Goiânia, segunda-feira, 19 de maio de 2025 - Ano - XIV - Número 85.

COMPOSIÇÃO

Conselheiros

Helder Valin Barbosa - Presidente
Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota - Vice-Presidente
Carla Cintia Santillo - Corregedora
Edson José Ferrari
Kennedy de Sousa Trindade
Celmar Rech
Saulo Marques Mesquita

Conselheiros-Substitutos

Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho
Flávio Lúcio Rodrigues da Silva
Cláudio André Abreu Costa
Humberto Bosco Lustosa Barreira
Henrique Cesar de Assunção Veras

Ministério Público
junto ao TCE-Procuradores

Carlos Gustavo Silva Rodrigues
Fernando dos Santos Carneiro
Maisa de Castro Sousa
Silvestre Gomes dos Anjos

Observações

Diário Eletrônico de Contas - D.E.C, implantado e regulamentado pela Resolução Nº 4/2012

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Avenida Ubirajara Berocan Leite, 640,
St. Jaó, Goiânia-GO, CEP 74674-015
Telefone: (62) 3228-2000
E-mail: dec@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br

Índice

Decisões 1
1ª Câmara 1
Acórdão 1
Ata 20
2ª Câmara 30
Acórdão 30
Ata 52
Atos de Licitação 60
Inexigibilidade de Licitação 60
Licitação 61
Aviso de Dispensa de Licitação 61
Dispensa de Licitação 61
Atos 61
Atos Processuais 61
Manual 61

Decisões
1ª Câmara
Acórdão

Processo - 201800004011629/204-01

Acórdão 1369/2025

Aposentadoria. Allan Cezar de Oliveira. Secretaria de Estado da Economia. Goiás Previdência. Art. 20 da Emenda Constitucional 103/2019. CE. Lei Complementar Estadual 161/2020. Possibilidade. Legalidade. Integralidade. Registro.

Com os fundamentos expostos nestes autos processuais de nº 201800004011629, tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,

ACORDA

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos integrantes da sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o ato de aposentadoria do servidor Allan Cezar de Oliveira (CPF nº 243.703.631-87), no cargo de Técnico Fazendário Estadual III, Padrão “4”, da Classe III, da Carreira de Apoio Fiscal-Fazendário da Secretaria de Estado da Economia, com proventos integrais e paridade, conforme a Portaria nº 1264, de 26/07/2024, publicada no DOE nº 24.341, de 02/08/2024, no valor anual de R$ 344.568,93 (trezentos e quarenta

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Assinado eletronicamente por:
Valeska Rodrigues da Cunha
CPF: 634.329.941-68
Data: 19/05/2025 11:18:32 -03:00

e quatro mil quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos), determinando, de consequência, o seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento deste Tribunal de Contas, para todos os fins legais.
À Gerência de Atos Oficiais e Controle para publicação, demais atribuições e devolução dos autos a origem.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Edson José Ferrari (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 201900006033338/204-01

Acórdão 1370/2025

Aposentadoria. Milca Rosa de Freitas Chagas. Secretaria de Estado da Educação. Goiás Previdência. Fundamento. CF. ECF 41/2003. CE. LCE nº 77/2010. Lei nº 13.909/2001. ECE nº 65/2019. Proventos Proporcionais ao Tempo de Contribuição. Possibilidade. Legalidade. Admissão. Registro concomitante.
Com os fundamentos expostos nestes autos processuais de nº 201900006033338, tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos integrantes da sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os atos de Admissão, no cargo de Professor I – 1ª a 4ª, do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, conforme o Decreto de 04/10/1999, publicado no Diário Oficial do Estado nº 18.278, de 06/10/1999; e de Aposentadoria, no cargo de Professor III, Referência "B", do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual conforme a Portaria nº 68, de 16/01/2020, publicada no DOE nº 23.219, de 17/01/2020, em nome de Milca Rosa de Freitas Chagas (CPF nº 364.291.061-53), com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, determinando, de consequência, o seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento deste Tribunal de Contas, para todos os fins legais.
À Gerência de Atos Oficiais e Controle para publicação, demais atribuições e devolução dos autos a origem.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Edson José Ferrari (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 201900011029052/206-03

Acórdão 1371/2025

Reforma. Admissão. Revisão de Reforma Ex-Officio. Promoção por Ato de Bravura. Francisco Pereira dos Santos Filho. RG nº 00.386 CBM/GO. Polícia Militar do Estado de Goiás. Corpo de Bombeiros Militar. Goiás Previdência. Leis nº 12.043/1993, 11.416/129921, nº 11.866/1992 e nº 20.946/2020. LC nº 20.496/2020. LC nº 66/2009. Possibilidade. Legalidade. Integralidade. Registro Concomitante.
Com os fundamentos expostos nestes autos processuais de nº 201900011029052, tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos integrantes da sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os atos de (i) Admissão, na graduação de Soldado da Polícia Militar do Estado de Goiás, a partir de 01/07/1983, conforme o Boletim Geral nº 136, de 27/07/1983, na Polícia Militar do Estado de Goiás; (ii) Reforma “Ex-Officio”, a partir de 05/12/1996, conforme a Portaria nº 090-BM/1, de 18/12/1996, expedida pelo Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, publicada no Boletim Geral nº 071, de 19/12/1996, na graduação de Cabo BM; e (iii) Revisão da Reforma “Ex-Officio”, no posto de 3º Sargento BM, do Corpo de Bombeiros Militar, de acordo com a Portaria nº 935,

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

de 26/05/2023, da Goiás Previdência, publicada no Diário Oficial do Estado nº 24.053, em 02/06/2023, cujos proventos são fixados no valor anual e integral de R$ 109.638,49 (cento e nove mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e nove centavos), do militar Francisco Pereira dos Santos Filho, RG nº 00.386 CBM/GO (CPF: 277.315.021-04), determinando, de consequência, os seus registros de forma concomitante, nos termos da Lei Orgânica e Regimento deste Tribunal de Contas, para todos os fins legais.

À Gerência de Atos Oficiais e Controle para as anotações pertinentes, publicação e devolução dos autos a origem.

Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Edson José Ferrari (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300002049910/207-01

Acórdão 1372/2025

Admissão. Transferência para a reserva remunerada. André Luiz de Araújo. Polícia Militar do Estado de Goiás. Goiás Previdência Lei estadual nº 20.946/2020. Integralidade. Paridade. Possibilidade. Legalidade. Registro concomitante.

Com os fundamentos expostos nestes autos processuais de nº 202300002049910, tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,

ACORDA

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos integrantes da sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os atos de i) admissão, na graduação de Soldado, da Polícia Militar Estado de Goiás; e ii) transferência para a reserva remunerada, na graduação de 2º Sargento, do mesmo órgão, para fins de registro, do servidor André Luiz de Araújo (CPF nº 665.012.611-04), com remuneração de inatividade integral, paritária e correspondente ao subsídio da referida graduação, no valor anual de R$ 122.243,29 (cento e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos), determinando, de consequência, os seus registros concomitantes, nos termos da Lei Orgânica e Regimento deste Tribunal de Contas, para todos os fins legais.

À Gerência de Atos Oficiais e Controle para as anotações pertinentes, publicação e devolução dos autos à GOIÁS PREVIDÊNCIA.

Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Edson José Ferrari (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 201900006038839/204-01

Acórdão 1373/2025

Aposentadoria da Sra. Ana Maria Ferreira Coimbra Coelho. Artigos 6° e art. 7º, da EC nº 41/2003 e art. 40, § 5º, da CF. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 201900006038839/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria à Sra. Ana Maria Ferreira Coimbra Coelho, no cargo de Professor IV, Referência “D”, do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual e integral de R$ 74.971,35 (setenta e quatro mil novecentos e setenta e um reais e trinta e cinco centavos), compostos de: Vencimento (200h) - R$ 59.977,08 (cinquenta e nove mil novecentos e setenta e sete reais e oito centavos) e Gratificação Adicional referente a 5 (cinco) quinquênios (25%) - R$ 14.994,27 (quatorze mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos), e

Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

o relatório e voto como partes do presente ato,
ACORDA,
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor III, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência "D", da Secretaria de Estado da Educação, da Sra. Ana Maria Ferreira Coimbra Coelho, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.
Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202200006030339/204-01

Acórdão 1374/2025

Aposentadoria de Maria Helenita de Miranda. Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88 (redação dada pela EC 103/19), c/c art. 10, § 1º, II e art. 26, § 2º, inciso III da EC 103/19, e art. 97, § 1º, inciso I, CE/89 (Redação dada pela EC 65/2019). Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.
VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202200006030339/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria à Sra. Maria Helenita de Miranda, no cargo de Professor III, Referência "D", do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo a quantia anual de R$ 27.810,37 (vinte e sete mil oitocentos e dez reais e trinta e sete centavos), proporcional a 23 (vinte e três) anos de contribuição, com proventos calculados equivalente a 66% (sessenta e seis por cento) da média contributiva, correspondente ao valor mensal de R$ 2.317,53 (dois mil trezentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos), e
Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,
ACORDA,
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor I - 1ª a 4ª, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor III, Referência "D", ambos do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, da Sra. Maria Helenita de Miranda, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.
Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202200006076854/204-01

Acórdão 1375/2025

Aposentadoria do Sr. Adelvandi Inácio de Brito. Art. 20, incisos I a IV e § 2º, I da EC 103/2019 e art. 72 da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.
VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202200006076854/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria ao Sr. Adelvandi Inácio de Brito, no cargo de Professor IV, Referência "D", do Quadro Permanente

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual e integral de R$ 71.406,32 (setenta e um mil quatrocentos e seis reais e trinta e dois centavos), compostos de: Vencimento (190,49h) – R$ 57.125,06 (cinquenta e sete mil cento e vinte e cinco reais e seis centavos) e Gratificação Adicional referente a 5 (cinco) quinquênios (25%) – R$ 14.281,26 (quatorze mil duzentos e oitenta e um reais e vinte e seis centavos), e

Considerando que o ato de admissão do interessado ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,

ACORDA,

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor III, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência “D”, ambos da Secretaria de Estado da Educação, do Sr. Adelvandi Inácio de Brito, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.

Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202200020001046/204-01

Acórdão 1376/2025

Aposentadoria da Sra. Zuleika Cristina Pontes Nascimento Bisson. Art. 20, incisos I a IV e § 2º, I da EC 103/2019. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202200020001046/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria à Sra. Zuleika Cristina Pontes Nascimento Bisson, no cargo de Analista de Gestão Governamental, Classe C, Padrão III, do Grupo Ocupacional Analista-Governamental, do Quadro Permanente dos Servidores da Universidade Estadual de Goiás, perfazendo os proventos a quantia anual e integral de R$ 182.265,84 (cento e oitenta e dois mil duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), compostos de: Vencimento – R$ 151.888,20 (cento e cinquenta e um mil oitocentos e oitenta e oito reais e vinte centavos) e Gratificação Adicional referente a 4 (quatro) quinquênios(20%) - R$ 30.377,64 (trinta mil trezentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), e

Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,

ACORDA,

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Técnico de Nível Superior, da Fundação Universidade de Anápolis e concessivo de aposentadoria, no cargo de Analista de Gestão Governamental, Classe C, Padrão III, do Quadro Permanente da Universidade Estadual de Goiás, da Sra. Zuleika Cristina Pontes Nascimento Bisson, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.

Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Processo - 202300005019828/204-01

Acórdão 1377/2025

Aposentadoria do Sr. Balbino Dias da Silva. Art. 40, § 1º, inciso I, da CF (redação dada pela EC 103/2019), art. 10, § 1º, II e art. 26, § 2º, inciso III da EC 103/2019 e art. 97, § 1º, inciso I, da CE (redação dada pela EC 65/2019). Legalidade. Registro do ato.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202300005019828/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria, em virtude de incapacidade permanente para o trabalho, do Sr. Balbino Dias da Silva, no cargo de Professor III, Referência "B", do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual de R$ 30.301,99 (trinta mil trezentos e um reais e noventa e nove centavos), proporcional a 19 (dezenove) anos de contribuição, com proventos calculados equivalente a 60% (sessenta por cento) da média contributiva, correspondente ao valor mensal de R$ 2.525,17 (dois mil quinhentos e vinte e cinco reais e dezessete centavos), e

Considerando o relatório e voto como partes do presente ato,

ACORDA,

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legal o ato concessivo de aposentadoria do Sr. Balbino Dias da Silva, no cargo de Professor III, Referência "B", do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, determinando o respectivo registro, para que surta os efeitos de direito.

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.

Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300006012820/204-01

Acórdão 1378/2025

Aposentadoria de Terezinha Gomes dos Santos. Regra de transição do art. 20, incisos I a IV e § 2º, inciso I da EC 103/19. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202300006012820/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria à Sra. Terezinha Gomes dos Santos, no cargo de Agente Administrativo Educacional Técnico, Nível “H”, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual e integral de R$ 52.786,80 (cinquenta e dois mil setecentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), assim discriminada: Vencimento –R$ 35.191,20 (trinta e cinco mil cento e noventa e um reais e vinte centavos), Gratificação Adicional referente a 4 (quatro) quinquênios (20%) - R$ 7.038,24 (sete mil trinta e oito reais e vinte e quatro centavos) e Gratificação de Incentivo Funcional (30%) – R$ 10.557,36 (dez mil quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos), e

Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,

ACORDA,

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Executor Administrativo I, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Agente Administrativo Educacional Técnico, Nível “H”, ambos do Quadro Permanente dos Servidores Administrativos, da Secretaria de Estado da Educação, da Sra. Terezinha

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Gomes dos Santos, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.
Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300006037052/204-01

Acórdão 1379/2025

Aposentadoria de Joana Pereira Aguiar. Art. 20, incisos I a IV, § 1º e § 2º, I da EC 103/19, bem como o art. 72 da Lei Complementar nº 161/2020. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.
VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202300006037052/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria à Sra. Joana Pereira Aguiar, no cargo de Professor IV, Referência "D", do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual e integral de R$ 75.403,49 (setenta e cinco mil quatrocentos e três reais e quarenta e nove centavos), compostos de: Vencimento (192,27h) – R$ 60.322,79 (sessenta mil trezentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos) e Gratificação Adicional referente a 5 (cinco) quinquênios (25%) – R$ 15.080,70 (quinze mil oitenta reais e setenta centavos), e
Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,
ACORDA,
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, pela retificação do nome da interessada nos autos para Joana Pereira Aguiar, e em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor I, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência "D", ambos do Quadro Permanente do Magistério Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, da servidora supracitada, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.
Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300006037453/204-01

Acórdão 1380/2025

Aposentadoria de Edinei Martins Naves Guimarães. Art. 20, incisos I a IV, § 1º e § 2º, I da EC 103/19, bem como o art.72 da Lei Complementar nº 161/2020. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.
VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202300006037453/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria à Sra. Edinei Martins Naves Guimarães, no cargo de Professor IV, Referência "D", do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual e integral de R$ 58.649,97 (cinquenta e oito mil seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos), assim discriminada: Vencimento (156,46h) – R$ 46.919,98 (quarenta e seis mil novecentos e dezenove reais e noventa e oito centavos) e Gratificação Adicional referente a 5 (cinco) quinquênios (25%) – R$ 11.729,99 (onze mil setecentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos), e

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,
ACORDA,
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor III, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência “D”, ambos do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, da Sra. Edinei Martins Naves Guimarães, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.
Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300006043291/204-01

Acórdão 1381/2025

Aposentadoria de João Edson Gonçalves. Art. 4º, incisos I a V, § 1º, § 2º, § 4º, incisos I e II, e § 6º, inciso I, EC 103/19, bem como o art. 71 da Lei Complementar nº 161/2020. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.
VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202300006043291/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria ao Sr. João Edson Gonçalves, no cargo de Professor IV, Referência “D”, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual e integral de R$ 70.446,40 (setenta mil quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), assim discriminada: Vencimento (179,63h) – R$ 56.357,12 (cinquenta e seis mil trezentos e cinquenta e sete reais e doze centavos) e Gratificação Adicional referente a 5 (cinco) quinquênios (25%) – R$ 14.089,28 (quatorze mil oitenta e nove reais e vinte e oito centavos), e
Considerando que o ato de admissão do interessado ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,
ACORDA,
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor I, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência “D”, ambos do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, do Sr. João Edson Gonçalves, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.
Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300006060796/204-01

Acórdão 1382/2025

Aposentadoria de Valdelice da Silva Coelho. Regra de transição: Art. 4º, incisos I a V, § 1º, § 2º e § 6º, inciso I, EC 103/19, bem como o art. 71 da Lei Complementar nº 161/2020. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.
VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202300006060796/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

registro, do ato concessivo de aposentadoria à Sra. Valdelice da Silva Coelho, no cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, Referência “H”, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual e integral de R$ 34.684,35 (trinta e quatro mil seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), assim discriminada: Vencimento – R$ 22.377,00 (vinte e dois mil trezentos e setenta e sete reais), Gratificação de Incentivo Funcional (30%) – R$ 6.713,10 (seis mil setecentos e treze reais e dez centavos) e Gratificação Adicional referente a 5 (cinco) quinquênios (25%) – R$ 5.594,25 (cinco mil quinhentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos), e

Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,

ACORDA,

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, Referência “H”, ambos do Quadro Permanente da Secretaria de Estado da Educação, da Sra. Valdelice da Silva Coelho, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.

Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300006061428/204-01

Acórdão 1383/2025

Aposentadoria de Cosma Araújo de Sousa. Art. 4º, incisos I a V, § 1º, § 2º e § 6º, inciso I, EC 103/19, o art. 71 da Lei Complementar nº 161/2020. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202300006061428/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria à Sra. Cosma Araújo de Sousa, no cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, Referência “I”, do Quadro do cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio – AAE- A, da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual e integral de R$ 35.378,13 (trinta e cinco mil trezentos e setenta e oito reais e treze centavos), assim discriminada: Vencimento – R$ 22.824,60 (vinte e dois mil oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), Gratificação Adicional referente a 5 (cinco) quinquênios (25%) – R$ 5.706,15 (cinco mil setecentos e seis reais e quinze centavos) e Gratificação de Incentivo Funcional (30%) – R$ 6.847,38 (seis mil oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos), e

Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,

ACORDA,

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, pela retificação do nome da interessada nos autos para Cosma Araújo de Sousa, e em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da então Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, Referência “I”, do Quadro do cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio – AAE- A, da Secretaria de Estado da Educação, da servidora supracitada, determinando os

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.
Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300006092769/204-01

Acórdão 1384/2025

Aposentadoria de Idelma Maria Bruni Tavares. Regra de transição: Art. 20, incisos I a IV, § 1º e § 2º, I da EC 103/19, bem como o art. 72 da Lei Complementar nº 161/2020. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.
VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202300006092769/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria à Sra. Idelma Maria Bruni Tavares, no cargo de Professor IV, Referência "D", do Quadro Permanente da Secretaria de Estado da Educação, na quantia anual e integral de R$ 75.879,53 (setenta e cinco mil oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos), assim discriminada: Vencimento (193,48h) – R$ 60.703,63 (sessenta mil setecentos e três reais e sessenta e três centavos) e Gratificação Adicional referente a 5 (cinco) quinquênios (25%) – R$ 15.175,91 (quinze mil cento e setenta e cinco reais e noventa e um centavos), e Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,
ACORDA,
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor I, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência "D", ambos do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, da Sra. Idelma Maria Bruni Tavares, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.
Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300006101008/204-01

Acórdão 1385/2025

Aposentadoria da Sra. Elma Regina de Medeiros Barroso. Art. 20, incisos I a IV, § 2º, I e § 3º, I da EC 103/2019. Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.
VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202300006101008/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria à Sra. Elma Regina de Medeiros Barroso, no cargo de Professor IV, Referência "D", do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual e integral de R$ 68.152,56 (sessenta e oito mil cento e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), assim discriminada: Vencimento (189,36h) – R$ 56.793,80 (cinquenta e seis mil setecentos e noventa e três reais e oitenta centavos) e Gratificação Adicional referente a 4 (quatro) quinquênios (20%) – R$ 11.358,76 (onze mil trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos), e
Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,
ACORDA,
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor III - Biologia, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência “D”, ambos da Secretaria de Estado da Educação, da Sra. Elma Regina de Medeiros Barroso, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.
Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400006012248/204-01

Acórdão 1386/2025

Aposentadoria da Sra. Lucelina Pereira de Araújo. Art. 40, § 1º, inciso I, da CF (redação dada pela EC 103/2019), art. 10, § 1º, II e art. 26, § 2º, inciso II da EC 103/2019, e art. 97, § 1º, inciso I, da CE (redação dada pela EC 65/2019). Análise conjunta: admissão - submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.
VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202400006012248/204-01, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato concessivo de aposentadoria, por incapacidade permanente para o trabalho, à Sra. Lucelina Pereira de Araújo, no cargo de Agente Administrativo Educacional Técnico, Referência “I”, do Quadro Permanente dos Servidores Administrativos da Secretaria de Estado da Educação, perfazendo os proventos a quantia anual de R$ 25.185,72 (vinte e cinco mil cento e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos), proporcional a 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, com proventos calculados equivalente a 70% (setenta por cento) da média contributiva, correspondente ao valor mensal de R$ 2.098,81 (dois mil noventa e oito reais e oitenta e um centavos), e
Considerando que o ato de admissão da interessada ainda não foi objeto de registro neste Tribunal; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,
ACORDA,
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, pela retificação do nome da interessada nos autos para Lucelina Pereira de Araújo, e em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Executor Administrativo I, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Agente Administrativo Educacional Técnico, Referência “I”, ambos da Secretaria de Estado da Educação, da servidora supracitada, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.
Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 200000002000170/206-03

Acórdão 1387/2025

Revisão da Reforma Ex officio do Sr. Frankmar Escobar Gomes. Art. 6º, III c/c art. 9º da Lei 15.704/2006 e Lei 18.182/2013. Legalidade. Registro do ato.
VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 200000002000170/206-03, que tratam da análise da legalidade, para fins de registro, do ato administrativo de revisão da reforma ex officio, em virtude de

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

promoção por ato de bravura, do Sr. Frankmar Escobar Gomes, sendo reposicionado na graduação de Cabo PM, do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Estado de Goiás, e tendo os proventos refixados para a quantia anual e integral de R$ 105.919,71 (cento e cinco mil novecentos e dezenove reais e setenta e um centavos), incluindo o 13º salário, com remuneração mensal de R$ 8.147,67 (oito mil cento e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos), e

Considerando que o ato de reforma ex officio do interessado se encontra registrado neste Tribunal, mediante Resolução nº 1891, de 12/12/2000; e considerando o relatório e voto como partes do presente ato,

ACORDA,

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legal o ato de revisão da reforma ex officio do Sr. Frankmar Escobar Gomes, em virtude de promoção por ato de bravura, sendo reposicionado na graduação de Cabo PM, do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Estado de Goiás, determinando o respectivo registro, para que surta os efeitos de direito.

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.

Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202500047000765/201-02

Acórdão 1388/2025

Registro de ato de admissão de Beatriz Vidal Pereira e outros. Art. 71, III, da Constituição Federal, art. 26, III, da Constituição Estadual, combinado com o art. 1º, inciso III, da Lei nº 16.168/07, e em conformidade com a Resolução Normativa nº 11/21012, que instituiu o Sistema GRAD, no âmbito deste Tribunal. Submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202500047000765/201-02, que tratam da análise da legalidade, com vistas ao registro dos atos de admissão dos servidores aprovados em concurso público da Secretaria de Estado da Educação, conforme dados constantes das fichas disponibilizadas pelo Sistema Informatizado de Gerenciamento de Registro de Admissões (GRAD):

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
Beatriz Vidal Pereira	70261887122	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023	13/06/2023
Bernd Renner	70315665173	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023	17/07/2023
Bianca Cristina Barreto Casanova	71842098187	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	12/09/2023
Bianca de Sousa Guimarães	04033106103	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023	15/06/2023
Brenda Lorena Araújo Silva	70053737156	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	09/08/2023
Breno Barboza da Silva	04883495167	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	13/09/2023
Bruna Dutra Soares	05302938111	Professor Nível III	29/05/2024	04/06/2024	12/06/2024
Bruna Ferreira Lima	01309329141	Professor Nível III	31/08/2023	12/09/2023	20/09/2023
Bruna Silva Coleone	02991864150	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	15/09/2023
Bruno Bonsanto Dias	07292733930	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023	18/07/2023
Bruno de Leles Camargos	70599811102	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	11/08/2023
Cairo Eduardo da Silva Guimarães	05577277159	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	11/08/2023
Camila Silva dos Santos	02067268139	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	09/08/2023
Camila Sobreira Ferraz	77573781172	Professor Nível III	28/07/2023	03/08/2023	11/08/2023
Camilla Thainan Lima Farias	03289288102	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	13/09/2023
Carla Edieni da Silva Alves	81414650159	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	18/09/2023
Carolina Cardoso	00299298140	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	10/08/2023
Carolina Faraoni Bertanha	03126923151	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023	10/07/2023
Carolina Lessa do Couto	02214986138	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	18/09/2023
Carolina Umebara Lopes	73782262115	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	18/09/2023

Considerando o relatório e voto como partes do presente ato,

ACORDA,

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão em apreço, dos servidores da Secretaria de Estado da Educação, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.

Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator)

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202500047001171/201-02

Acórdão 1389/2025

Registro de ato de admissão de Gabriel Vargas do Nascimento e outros. Art. 37, II da Constituição Federal, e em conformidade com a Resolução Normativa nº 11/2012, que instituiu o Sistema GRAD, no âmbito deste Tribunal. Submissão ao concurso público. Legalidade. Registro dos atos.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 202500047001171/201-02, que tratam da análise da legalidade, com vistas ao registro dos atos de admissão dos servidores aprovados em concurso público da Secretaria de Estado da Educação, conforme dados constantes das fichas disponibilizadas pelo Sistema Informatizado de Gerenciamento de Registro de Admissões (GRAD):

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE
Gabriel Vargas do Nascimento	004645871-90	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Gabrielle Rosa Silva	042533571-21	Professor Nível III	31/08/2023	1º/09/2023
Geise Marta de Oliveira	993716421-49	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Géssica Fernanda da Silva Souza Camargo	041640801-08	Professor Nível III	23/05/2023	02/06/2023
Gilberto Reis Agostinho Silva	003999941-65	Professor Nível III	23/05/2023	02/06/2023
Gilson Xavier de Azevedo	778631351-68	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Giovanna Roberta da Silva Cruz	034133321-20	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Glaucia Coutinho Araújo	043449221-31	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Gleice Rodrigues de Mendonça dos Reis	992656991-91	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Gleison Silva Pereira	934053321-68	Professor Nível III	31/08/2023	05/09/2023
Graciano Farias Arantes	047657546-00	Professor Nível III	29/05/2024	04/06/2024
Graciliana Ribeiro de Almeida	977731073-00	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Guilherme Carvalho Ramos	708947521-20	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Guilherme Medeiros dos Santos	028744731-62	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Guilherme Monteiro Oliveira	023878701-07	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Guilherme Moreira de Carvalho	006942371-75	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023
Guilherme Rodrigues Valadão	033247331-70	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Gustavo Adrian Desvars Araújo	009019731-30	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Gustavo Pereira dos Reis	054224661-95	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Hemilli Esteves de Souza	030315871-97	Professor Nível III	28/07/2023	04/08/2023

Considerando o relatório e voto como partes do presente ato,

ACORDA,

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão em apreço, dos servidores da Secretaria de Estado da Educação, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.

Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Kennedy de Sousa Trindade (Relator) e Edson José Ferrari. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 201300004042250/204-01

Acórdão 1390/2025

ÓRGÃO : Secretaria de Estado da Economia

INTERESSADO : Antonio Felix de Oliveira

ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO

RELATOR : Saulo Marques Mesquita

CONS.SUBSTITUTO: Heloisa Helena Antonacio Monteiro Godinho

PROCURADOR : Carlos Gustavo Silva Rodrigues

Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 201300004042250/204-01, referentes aos seguintes atos de admissão aposentadoria:

Servidor(a): Antonio Felix de Oliveira.

Admissão: Motorista C-15.

Órgão: Loteria do Estado de Goiás – LEG.

Data: 13 de novembro de 1975.

Aposentadoria: Técnico Fazendário II, Padrão "4", da Classe "II", da Carreira de

Apoio Fiscal-Fazendário.

Data: 09 de fevereiro de 2024.

Órgão: Secretaria de Estado da Economia.

Fundamento legal: Art. 20, incisos I a IV e §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, combinados com os arts. 72,

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

incisos I a IV e §§ 2º, inciso I, e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020.
Proventos: calculados em 14 de fevereiro de 2024, no valor mensal de R$ 17.694,31.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 201600004025070/204-01

Acórdão 1391/2025

ÓRGÃO : Secretaria de Estado da Economia
INTERESSADO : Waltenir Soares Batista
ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Heloisa Helena Antonacio Monteiro Godinho
PROCURADOR : Maísa de Castro Sousa
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 201600004025070/204-01, referentes ao seguinte ato de aposentadoria:
Servidor(a): Waltenir Soares Batista.
Aposentadoria: Técnico Fazendário Estadual III, Padrão “4”, da Classe III.
Data: 29 de setembro de 2023.
Órgão: Secretaria de Estado da Economia.
Fundamento legal: art. 20, incisos I a IV e §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019 e 3º deste último Diploma Legal, combinados com os arts. 72, incisos I a IV e §§ 2º, inciso I, 80 e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020.
Proventos: fixados em 18 de dezembro de 2023, no valor anual de R$ 336.320,54
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300007004289/204-01

Acórdão 1392/2025

ÓRGÃO : Polícia Civil / Delegacia Geral da Policia Civil (dgpc)
INTERESSADO : Abrao Luis Bastos
ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Humberto Bosco Lustosa Barreira
PROCURADOR : Carlos Gustavo Silva Rodrigues
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202300007004289/204-01, referentes aos seguintes atos de admissão e aposentadoria:
Servidor(a): Abrão Luis Bastos.
Admissão: Agente Carcerário.
Data: 20 de março de 1997.
Aposentadoria: Agente Auxiliar Policial, Nível X, do Quadro Transitório de Pessoal da Delegacia-Geral da Polícia Civil.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Data: 06 de dezembro de 2024.
Órgão: Delegacia-Geral da Polícia Civil.
Fundamento legal: Art. 5º, §§ 1º e 3º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, combinado com os arts. 97, § 4º-C, da Constituição Estadual, e 1º, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, e 73, § 3º, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020.
Proventos: calculados em 06 de dezembro de 2024, no valor mensal de R$ 13.357,60.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400007049444/204-01

Acórdão 1393/2025

ÓRGÃO : Polícia Civil / Delegacia Geral da Policia Civil (dgpc)
INTERESSADO : Marivone Goncalves de Sousa
ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Humberto Bosco Lustosa Barreira
PROCURADOR : Maísa de Castro Sousa
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400007049444/204-01, referentes aos seguintes atos de admissão e aposentadoria:
Servidor(a): Marivone Gonçalves de Sousa.
Admissão: Escrivão de Polícia da 3ª Classe.
Data: 24 de março de 1997.
Aposentadoria: Escrivão de Polícia da Classe Especial.
Data: 20 de setembro de 2024.
Órgão: Delegacia-Geral da Polícia Civil.
Fundamento legal: Art. 5º, §§ 1º e 3º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, combinado com os arts. 97, § 4º-C, da Constituição Estadual, e 1º, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, e 73, § 3º, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020.
Proventos: calculados em 27 de setembro de 2024, no valor mensal de R$ 13.357,60.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400007071090/204-01

Acórdão 1394/2025

ÓRGÃO : Polícia Civil / Delegacia Geral da Policia Civil (dgpc)
INTERESSADO : Viviane Teles Ribeiro Pina

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Henrique Cesar de Assunção Veras
PROCURADOR : Silvestre Gomes dos Anjos
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400007071090/204-01, referentes aos seguintes atos de admissão e aposentadoria:
Servidor(a): Viviane Teles Ribeiro Pina.
Admissão: Escrivão de Polícia da 3ª Classe.
Data: 04 de fevereiro de 1998.
Aposentadoria: Escrivão de Polícia da 1ª Classe, Padrão "III".
Data: 25 de outubro de 2024.
Órgão: Delegacia-Geral da Polícia Civil.
Fundamento legal: Art. 5º, §§ 1º e 3º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, combinado com os arts. 97, § 4º-C, da Constituição Estadual, e 1º, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, e 73, § 3º, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020.
Proventos: calculados em 31 de outubro de 2024, no valor mensal de R$ 11.416,75.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400007072890/204-01

Acórdão 1395/2025

ÓRGÃO : Polícia Civil / Delegacia Geral da Policia Civil (dgpc)
INTERESSADO : Huxley Gonçalves Marques
ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Henrique Cesar de Assunção Veras
PROCURADOR : Silvestre Gomes dos Anjos
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400007072890/204-01, referentes aos seguintes atos de admissão e aposentadoria:
Servidor(a): Huxley Gonçalves Marques.
Admissão: Agente de Polícia de 3ª Classe
Data: 18 de outubro de 2001.
Aposentadoria: Agente de Polícia, da Classe Especial.
Data: 29 de novembro de 2024.
Órgão: Secretaria de Estado da Segurança Pública.
Fundamento legal: art. 5º, § 1º, da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65/2019, combinado com os arts. 97, § 4º-C, da Constituição Estadual, e 1º, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 51/1985, e 73, § 3º, da Lei Complementar nº 161/2020
Proventos: calculados em 26 de dezembro de 2024, no valor mensal de R$ 13.357,60.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400007097614/204-01

Acórdão 1396/2025

ÓRGÃO : Polícia Civil / Delegacia Geral da Policia Civil (dgpc)
INTERESSADO : Joaquim Ferro Pinheiro
ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Henrique Cesar de Assunção Veras
PROCURADOR : Maísa de Castro Sousa
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400007097614/204-01, referentes aos seguintes atos de admissão e aposentadoria:
Servidor(a): Joaquim Ferro Pinheiro.
Admissão: Agente de Polícia de 3ª Classe.
Data: 20 de março de 1997.
Aposentadoria: Agente de Polícia da Classe Especial.
Data: 6 de dezembro de 2024.
Órgão: Diretoria-Geral de Polícia Civil.
Fundamento legal: art. 5º, § 1º, da EC n. 103/2019 e art. 1º, inciso II, alíneas “a” e “b”, da LC n. 51/1985.
Proventos: calculados em 06 de dezembro de 2024, no valor mensal de R$ 13.357,60.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400025152496/204-01

Acórdão 1397/2025

ÓRGÃO : Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - Detran
INTERESSADO : Denise Ribeiro Teixeira
ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Henrique Cesar de Assunção Veras
PROCURADOR : Maísa de Castro Sousa
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400025152496/204-01, referentes ao seguinte ato de aposentadoria:
Servidor(a): Denise Ribeiro Teixeira.
Aposentadoria: Assistente de Trânsito, Classe “D”, Referência “III”.
Órgão: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.
Data: 08 de novembro de 2024.
Fundamento legal: arts. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional Federal nº 47/2005, e 58, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77/2010.
Proventos: calculados em 11 de novembro de 2024, no valor mensal de R$ 6.451,52.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400047002640/204-01

Acórdão 1398/2025

ÓRGÃO : Assembléia Legislativa do Estado Goiás
INTERESSADO : Marilda das Dores Pires
ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Henrique Cesar de Assunção Veras
PROCURADOR : Silvestre Gomes dos Anjos
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400047002640/204-01, referentes ao seguinte ato de aposentadoria:
Servidor(a): Marilda das Dores Pires.
Aposentadoria: Assistente Legislativo, categoria funcional Assistente Administrativo, Padrão AL-30.
Data: 25 de abril de 2024.
Órgão: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
Fundamento legal: art. 3º da EC 47/2005 c/c art. 7º EC 41/2003.
Proventos: calculados em 02 de agosto de 2024, no valor mensal de R$ 15.425,07.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400011029988/206-01

Acórdão 1399/2025

ÓRGÃO : Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás
INTERESSADO : Claudio de Jesus Teles
ASSUNTO : 206-01-REFORMA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Henrique Cesar de Assunção Veras
PROCURADOR : Silvestre Gomes dos Anjos
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400011029988/206-01, referentes aos seguintes atos de admissão e reforma ex officio:
Servidor(a): Cláudio de Jesus Teles.
Admissão: Aluno Soldado BM.
Data: 04 de fevereiro de 2000.
Reforma ex officio: 2º Sargento BM.
Data: a partir de 31 de julho de 2024.
Órgão: Bombeiro Militar do Estado de Goiás.
Fundamento legal: arts. 7º, II; 9º, V e combinado com art. 10, ambos da Lei nº 20.946/2020.
Proventos: calculados em 13 de novembro de 2024 no valor mensal de R$ 10.125,48.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Processo - 202300006049871/207-01

Acórdão 1400/2025

ÓRGÃO : Polícia Militar do Estado de Goiás
INTERESSADO : Edson Maurilio Lima da Silva
ASSUNTO : 207-01-TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Heloisa Helena Antonacio Monteiro Godinho
PROCURADOR : Carlos Gustavo Silva Rodrigues
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202300006049871/207-01, referentes aos seguintes atos de admissão e transferência para a reserva:
Servidor(a): Edson Maurílio Lima da Silva.
Admissão: Soldado PM.
Data: 10 de novembro de 1993.
Transferência para a reserva: Capitão PM.
Data: 28 de julho de 2023.
Órgão: Polícia Militar do Estado de Goiás.
Fundamento legal: Art. 4º, inciso I, 5º, caput e 69, incisos I e II da Lei nº 20.946/2020.
Proventos: calculados em 10 de outubro de 2023, no valor mensal de R$ 24.256,24.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400002059083/207-01

Acórdão 1401/2025

ÓRGÃO : Polícia Militar do Estado de Goiás
INTERESSADO : Roberto Francisco Leles
ASSUNTO : 207-01-TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA-CONCESSÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Humberto Bosco Lustosa Barreira
PROCURADOR : Fernando dos Santos Carneiro
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400002059083/207-01, referentes aos seguintes atos de admissão e transferência para a reserva:
Servidor(a): Roberto Francisco Leles
Admissão: Soldado PM.
Data: 3 de janeiro de 1994.
Transferência para a reserva: Subtenente PM.
Data: 14 de novembro de 2024.
Órgão: Polícia Militar do Estado de Goiás.
Fundamento legal: arts. 4°, inciso I e 69, incisos I e II da Lei n° 20.946/2020.
Proventos: calculados em 18 de novembro de 2024, no valor mensal de R$ 13.357,60.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Processo - 202300011007296/207-03

Acórdão 1402/2025

ÓRGÃO : Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás
INTERESSADO : José Fernandes Filho
ASSUNTO : 207-03-TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA-REVISÃO
RELATOR : Saulo Marques Mesquita
CONS.SUBSTITUTO: Henrique Cesar de Assunção Veras
PROCURADOR : Fernando dos Santos Carneiro
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202300011007296/207-03, referentes à seguinte revisão de transferência para a reserva:
Servidor(a): José Fernandes Filho.
Graduação: Subtenente BM.
Órgão: Corpo de Bombeiros Militar.
Data: a partir de 06 de dezembro de 2024.
Fundamento legal: artigo 6º, inciso III c/c artigo 9º da Lei nº 15.704/06 e no art. 1º da Lei nº 18.182/2013.
Proventos: calculados em 10 de janeiro de 2025, no valor mensal de R$ 13.357,60.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Edson José Ferrari (Presidente), Saulo Marques Mesquita (Relator) e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Ata

ATA Nº 13 DE 5 DE MAIO DE 2025
SESSÃO ORDINÁRIA
(VIRTUAL)
PRIMEIRA CÂMARA

Ata da 13ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Goiás. (Virtual)
Às oito horas do dia cinco (5) do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco, realizou-se a décima terceira Sessão Ordinária da Primeira Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sob a Presidência do Conselheiro SAULO MARQUES MESQUITA, presentes os Conselheiros EDSON JOSÉ FERRARI, KENNEDY DE SOUSA TRINDADE, a Senhora Procuradora de Contas MAÍSA DE CASTRO SOUSA, e VALESKA RODRIGUES DA CUNHA, Secretária-Geral em substituição, desta Corte de Contas, que a presente elaborou. Aberta a Sessão, com a aprovação da Ata nº 12, do dia 28/04/2025, passou a Primeira Câmara a deliberar sobre as matérias constantes da Pauta de Julgamentos do dia.
Pelo Conselheiro EDSON JOSÉ FERRARI foram relatados os seguintes feitos:
APOSENTADORIA - CONCESSÃO:
1. Processo nº 202400047002971 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à MARIA DAS DORES BORGES DIAS AZEREDO, do TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS (TJ/GO), referente ao cargo de Escrevente Judiciário. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1294/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: “ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos integrantes da sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o ato de aposentadoria, no cargo de Escrevente Judiciário III, Classe F, Nível 3, do Quadro Único de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Goiás, a partir de 15/08/2024, para fins de registro, da servidora Maria das Dores Borges Dias Azeredo (CPF: 471.186.951-49), com proventos integrais, no valor mensal de R$ 15.165,79 (quinze mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos)

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

e anual de R$ 181.989,48 (cento e oitenta e um mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos), determinando, de consequência, o seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento deste Tribunal de Contas, para todos os fins legais. À Gerência de Atos Oficiais e Controle para publicação, demais atribuições e devolução dos autos a origem."

2. Processo nº 202500047000155 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à MARIANA HEITOR DE QUEIROZ ANDRADE, do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (TJ/GO), referente ao cargo de Escrevente Judiciário. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1295/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos integrantes da sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os atos de (i) admissão, no cargo de Escrevente Oficializado de 3ª Entrância, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e; (ii) aposentadoria, no cargo de Escrevente Judiciário III, Classe F, Nível 3, do mesmo órgão, a partir de 18/12/2024, para fins de registro, da servidora Mariana Heitor de Queiroz Andrade (CPF: 219.968.221-87), com proventos integrais no valor mensal de R$ 16.249,06 (dezesseis mil, duzentos e quarenta e nove reais e seis centavos) e anual de R$ 194.988,72 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e oito reais e setenta e dois centavos), determinando, de consequência, os seus registros de forma concomitante, nos termos da Lei Orgânica e Regimento deste Tribunal de Contas, para todos os fins legais. À Gerência de Atos Oficiais e Controle para publicação, demais atribuições e devolução dos autos a origem."

TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA - CONCESSÃO:

1. Processo nº 202200011037279 - Trata do Ato de Promoção e Transferência para a Reserva Remunerada a PAULO CESAR FERREIRA E SILVA, no Posto de 1º Tenente, dos Quadros do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (CBM/GO). O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1296/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos integrantes da sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os atos i) admissão, na graduação de Aluno Soldado, do Corpo de Bombeiros Militar; e ii) transferência para a reserva remunerada, na graduação de 1º Tenente, do mesmo órgão, para fins de registro, do servidor Paulo César Ferreira e Silva (CPF nº 768.998.961-68), com remuneração de inatividade integral, paritária e correspondente ao subsídio da referida graduação, no valor anual de R$ 210.140,32 (duzentos e dez mil, cento e quarenta reais e trinta e dois centavos), determinando, de consequência, os seus registros concomitantes, nos termos da Lei Orgânica e Regimento deste Tribunal de Contas, para todos os fins legais. À Gerência de Atos Oficiais e Controle para as anotações pertinentes, publicação e devolução dos autos à GOIÁS PREVIDÊNCIA."

TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA - REVISÃO:

1. Processo nº 202400003015105 – Trata do Ato de Revisão, a fim de Reposicionar na Reserva Remunerada, COLEMAR LUIZ BOTELHO, para o Posto de Major, dos Quadros da POLÍMIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PM/GO). O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1297/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos integrantes da sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o ato de revisão da transferência para a reserva remunerada, promovido por ato de bravura à graduação de Major PM, a partir do dia 04/02/2022, do militar Colemar Luiz Botelho, RG nº 16.925

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

PM/GO, (CPF 341.209.801-97), com remuneração anual e integral de R$ 388.143,21 (trezentos e oitenta e oito mil cento e quarenta e três reais e vinte e um centavos), conforme a Portaria nº 1511, de 06/09/2024, expedida pela Goiás Previdência, publicada no Diário Oficial do Estado nº 24.372, de 13/09/2024, determinando, de consequência, o seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento deste Tribunal de Contas, para todos os fins legais. À Gerência de Atos Oficiais e Controle para as anotações pertinentes, publicação e devolução dos autos a origem."

Pelo Conselheiro KENNEDY DE SOUSA TRINDADE foram relatados os seguintes feitos:

APOSENTADORIA - CONCESSÃO:

1. Processo nº 202300006044874 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria por Incapacidade permanente para o trabalho a RENATO CALIXTO BADAUY, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC), referente ao cargo de Professor. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1298/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor III - Biologia, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência "D", ambos do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual da Secretaria de Estado da Educação, do Sr. Renato Calixto Badauy, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito. Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

2. Processo nº 202300006047642 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Compulsória à SUELY SALOMAO, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC), referente ao cargo de Professor. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1299/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor III – Pedagogo Biologia, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência "E", ambos do Quadro Permanente da Secretaria de Estado da Educação, da Sra. Suely Salomão, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito. Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

3. Processo nº 202300006052111 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à IARA OLIANI, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC), referente ao cargo de Professor. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1300/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legal o ato concessivo de aposentadoria da sra. Iara Oliani, no cargo de Professor IV, Referência "E", da Secretaria de Estado da Educação, determinando o respectivo registro, para que surta os efeitos de direito. Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

4. Processo nº 202300006061564 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à AURILENE FERREIRA DOS SANTOS, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC), referente ao cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1301/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, Referência "I", do Quadro do cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio AAE-A, ambos da Secretaria de Estado da Educação, da sra. Aurilene Ferreira dos Santos, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito. Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

5. Processo nº 202300006062418 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à MARIA DE LOURDES SOCRATES DO NASCIMENTO, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC), referente ao cargo de Professor. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1302/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor, Nível AD-I, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência "C", ambos do Quadro Permanente da Secretaria de Estado da Educação, da Sra. Maria de Lourdes Sócrates do Nascimento, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito. Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

6. Processo nº 202300006062435 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à ANGELITA LUCIANO DA COSTA, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC), referente ao cargo de Professor. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1303/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, no cargo de Professor I, e concessivo de aposentadoria, no cargo de Professor IV, Referência "E", ambos do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, da Secretaria de Estado da Educação, da Sra. Angelita Luciano da Costa, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito. Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

PENSÃO - CONCESSÃO:

1. Processo nº 202411129001956 - Trata do Ato de Concessão de Pensão à HELENA MARIA DE SOUSA NASCIMENTO, viúva de MANOEL IVO DO NASCIMENTO, que ocupava o cargo de Escriturário, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1304/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legal o ato concessivo de pensão em favor da Sra. Helena Maria de Sousa Nascimento, na condição de viúva do Sr. Manoel Ivo do Nascimento, determinando o respectivo registro, para que surta os efeitos de direito. Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA - CONCESSÃO:

1. Processo nº 202200011029186 – Trata do Ato de Promoção e Transferência para a Reserva Remunerada de MAURO RODRIGUES DE ARAÚJO, na Graduação de Subtenente, dos Quadros do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (CBM/GO). O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

1305/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: “ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão, na graduação de Aluno Soldado BM, e de transferência para reserva remunerada, na graduação de Subtenente BM, ambos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, do Sr. Mauro Rodrigues de Araújo, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito. Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.”

ADMISSÃO DE SERVIDOR EFETIVO - ADMISSÃO DE SERVIDOR CONCURSADO:

1. Processo nº 202400047003602 – Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, do UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS (UEG) 1/2021 encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1306/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: “ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão em apreço, dos servidores da Universidade Estadual de Goiás, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

Nº	NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
1.	Dayse Edwiges Carvalho	01464099146	Docente de Ensino Superior	30/08/2022	28/09/2022	30/09/2022
2.	George Ivan da Silva Holanda	03960971117	Docente de Ensino Superior	30/08/2022	26/09/2022	04/10/2022

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.”

2. Processo nº 202500047000736 – Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO 7/2022 encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1307/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: “ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão em apreço, dos servidores da Secretaria de Estado da Educação, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE
Pedro Paulo de Sousa Costa	04129662120	Professor Nível III - 20hrs	31/08/2023	18/09/2023
Phelipe Silva Andrade	03893277196	Professor Nível III - 20hrs	31/08/2023	04/09/2023
Philippe Delfino Sartin	03076313118	Professor Nível III - 20hrs	23/05/2023	01/06/2023
Pollyanna Faria Nogueira	02216711101	Professor Nível III - 20hrs	28/07/2023	02/08/2023
Priscila Barbosa de Jesus	04021453130	Professor Nível III - 20hrs	23/05/2023	01/06/2023
Priscila Costa Milanez Paixão	02365269109	Professor Nível III - 20hrs	28/07/2023	02/08/2023
Quedma de Almeida Santos	04467196501	Professor Nível III - 20hrs	28/06/2023	04/07/2023
Rafael Diego Gonçalves de Matos Beserra	01819043142	Professor Nível III - 20hrs	31/08/2023	04/09/2023
Rafael dos Reis Farias	03592230107	Professor Nível III - 20hrs	28/07/2023	02/08/2023
Rafael Ribeiro dos Santos	06130333102	Professor Nível III - 20hrs	31/08/2023	04/09/2023
Rafael Roncato de Abreu	00670632171	Professor Nível III - 20hrs	29/05/2024	04/06/2024
Raimundo Vagner Leite de Oliveira	63203600382	Professor Nível III - 20hrs	29/05/2024	04/06/2024
Raphael Farias Gomiak	02188443101	Professor Nível III - 20hrs	28/07/2023	02/08/2023
Raquel de Paula Gomes Coelho	00159146151	Professor Nível III - 20hrs	23/05/2023	01/06/2023
Raquel Kojoroski	75953510225	Professor Nível III - 20hrs	28/06/2023	03/07/2023
Raquel Robles de Souza	03317026146	Professor Nível III - 20hrs	29/05/2024	04/06/2024
Raú Júnio Batista de Souza	03416546121	Professor Nível III - 20hrs	31/08/2023	04/09/2023
Renata Bezerra Duarte	05822715419	Professor Nível III - 20hrs	31/08/2023	04/09/2023
Renata Cristina Mendonça Chaveiro	02743162180	Professor Nível III - 20hrs	28/07/2023	02/08/2023
Renata Lopes de Souza	02913146198	Professor Nível III - 20hrs	31/08/2023	06/09/2023

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo.”

3. Processo nº 202500047000825 – Trata dos Atos de Admissão dos

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC), nº 7/2022, encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1308/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão em apreço, dos servidores da Secretaria de Estado da Educação, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE
Elda Gonçalves Jackson Gama	56046120144	Professor Nível III	03/05/2024	08/05/2024
Eliane Cristina Silva Araújo	71917896115	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Elias Francisco Fontele Dourado	05522572140	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Emanuelle Menezes de Morais	00699878152	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Emília Gabriela Oliveira Alves	01766186190	Professor Nível III	28/07/2023	01/09/2023
Eric Kevin Dantas	70518286142	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Erica da Silva Pinto	00525978305	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Érica Nascimento dos Santos	04930609100	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Ericlys Henrique de Sousa Pantaleão	61323007326	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Emane Samuel de Souza Leite	05959313162	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Euler Silva de Oliveira Filho	03215366142	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Evandro José Machado	04762653985	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Fabiana Ferreira Reis	05781676708	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Fabiana Lima Rodrigues	91814065172	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Fabiana Rodrigues de Oliveira	01532258151	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Fabiano da Silva Costa	06364619126	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Fábio Campos Coelho	03280808103	Professor Nível III	31/08/2023	06/09/2023
Fábio de Castro Radicchi	06898857681	Professor Nível III	23/05/2023	01/06/2023
Felipe Azevedo Rios Silva	00937140171	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Felipe Maldaner da Silva	98562401153	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

4. Processo nº 202500047000826 – Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC), nº 7/2022, encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1309/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão em apreço, dos servidores da Secretaria de Estado da Educação, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE
Fernanda Coyado Reverte Uchôa	34550454806	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023
Fernanda Dias de Andrade Lima	02347000330	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Fernanda Linhares Pereira	03317448130	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Fernanda Lira Luz Fonseca	06080841150	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023
Fernanda Pereira de Souza	03255773156	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023
Filipe da Costa Rodrigues	05913954106	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Flávia Freitas de Oliveira	02536778150	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023
Flávia Pires da Silva	69235953120	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Flaviane Borges Teixeira	03229771184	Professor Nível III	29/05/2024	04/06/2024
Francisco Mateus de Oliveira Costa	04816769102	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Frangky Lourenço Mantiri	03671517158	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Frederick Gomes Alves	02109903171	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023
Gabriel Cardoso Oliveira da Silva	01159094004	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Gabriel Rodrigues Martins	01759651109	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Gabriele Teixeira Diniz	06020204170	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023
Geovane Aparecido Ramos da Silva	10705358933	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Gessica Barreto da Silva	02295953162	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Gidelia Araújo Ferreira de Melo	01808525159	Professor Nível III	28/07/2023	08/08/2023
Gilberto Soares Pereira	91913381668	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023
Gilson Marcos Pages	85590460115	Professor Nível III	31/08/2023	04/10/2023

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

5. Processo nº 202500047001131 – Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC), nº 7/2022, encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1310/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

"ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão em apreço, dos servidores da Secretaria de Estado da Educação, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
Aline Rodrigues Gama	00876717199	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	15/08/2023
Aline Souza de Paula	04544814111	Professor Nível III	28/07/2023	03/08/2023	10/08/2023
Allan Luiz e Silva	00283075180	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023	06/06/2023
Alysson Ricarti de Matos	02872084517	Professor Nível III	29/05/2024	04/06/2024	11/06/2024
Amadeu Batista Matos	01953283101	Professor Nível III	28/06/2023	25/07/2023	09/08/2023
Amanda Aciely Serafim de Sá	70218067100	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	10/08/2023
Amanda Fernandes Costa	05189827186	Professor Nível III	29/05/2024	04/06/2024	17/06/2024
Amanda Gabriela Duarte Prudêncio	03932220129	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	10/08/2023
Amanda Neves dos Reis Bessa	02408101123	Professor Nível III	31/08/2023	05/09/2023	15/09/2023
Amanda Vaz Rocha	00689276141	Professor Nível III	31/08/2023	1º/09/2023	12/09/2023
Ana Carolina Cardoso Poiatti	01783608137	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	18/09/2023
Ana Clara de Carvalho Brito	05883111114	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	15/09/2023
Ana Débora Rodrigues Silva	00455910162	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023	12/06/2023
Ana Elisa do Prado Boschim	01014199107	Professor Nível III	23/05/2023	30/05/2023	14/06/2023
Ana Elizabeth Maia de Albuquerque	34421734187	Professor Nível III	23/05/2023	07/06/2023	19/06/2023
Ana Helena Azevedo Reis	05565075173	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	13/09/2023
Ana Kelly Rodrigues de Barros Ribeiro	00564521108	Professor Nível III	31/08/2023	05/09/2023	18/09/2023
Ana Lúcia Sartori	45789525172	Professor Nível III	28/07/2023	08/08/2023	14/08/2023
André Ferrari Lima Filho	04911967170	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023	12/06/2023
Andreia Pires Amâncio	00452191173	Professor Nível III	29/05/2024	04/06/2024	10/06/2024

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

6. Processo nº 202500047001148 – Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC) nº 7/2022 encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1311/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em julgar legais os atos de admissão em apreço, dos servidores da Secretaria de Estado da Educação, determinando os respectivos registros, para que surtam os efeitos de direito.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
Charlles de Morais Borges	51518759149	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	14/08/2023
Christiano Patrício Povoa	79617751615	Professor Nível III	23/05/2023	31/05/2023	15/06/2023
Cláudio Fernandes de Andrade	63526336172	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	14/09/2023
Cleiton Barroso Bittencourt	05856325370	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023	07/06/2023
Clodoaldo Batista Penha	72425130144	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	12/09/2023
Cristhiano dos Santos Teixeira	00922452180	Professor Nível III	23/05/2023	1º/06/2023	12/06/2023
Cristiane de Abreu Correa	69409323134	Professor Nível III	23/05/2023	05/06/2023	19/06/2023
Cristiane Sousa Santos	01022201158	Professor Nível III	28/06/2023	03/07/2023	10/07/2023
Cristiano Gomes da Silva	96536616120	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	14/08/2023
Cristina Silva de Oliveira	09082505681	Professor Nível III	23/05/2023	13/06/2023	19/06/2023
Daiana Rodrigues de Lima Braga	03083836139	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	10/08/2023
Dangelles Sousa de Oliveira	01591077176	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	14/09/2023
Daniel Israel Moreira	70204897106	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	13/09/2023
Daniel Lopes Reis	02937481108	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	14/09/2023
Daniel Vitor Araújo de Andrade	05198203122	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	13/09/2023
Daniela de Barros Carvalho	04278405111	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	09/08/2023
Daniela Trigueirinho Alarcon	29920053805	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	19/09/2023
Daniele Pereira da Silva Ima	04116314110	Professor Nível III	31/08/2023	04/09/2023	14/09/2023
Danielle Nascimento de Medeiros Melo	36059799809	Professor Nível III	28/07/2023	02/08/2023	16/08/2023
Danilo Luiz Lopes	03726567143	Professor Nível III	28/07/2023	1º/08/2023	09/08/2023

Ao Serviço de Publicações e Comunicações, para as providências a seu cargo."

Pelo Conselheiro SAULO MARQUES MESQUITA foram relatados os seguintes feitos:

APOSENTADORIA - CONCESSÃO:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

1. Processo nº 201700025630705 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à DIVINA SILVA DE CASTRO, do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS (DETRAN/GO), referente ao cargo de Analista de Trânsito. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1312/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo."

TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA - CONCESSÃO:

1. Processo nº 202100002109343 – Trata do Ato de Promoção e Transferência para a Reserva Remunerada a JOSÉ FONTINELE LOPES MATOS, na Graduação de 2º Sargento, dos Quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PM/GO). O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1313/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo."

2. Processo nº 202400002016679 – Trata do Ato de Promoção e Transferência para a Reserva Remunerada a ROGÉRIO MARINHO BISPO, na Graduação de 1° Sargento, dos Quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PM/GO). O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1314/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo."

3. Processo nº 202400002057450 – Trata do Ato de Promoção e Transferência para a Reserva Remunerada de WANDERLEY MOREIRA RIBEIRO, na Graduação de 1º Sargento, dos Quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PM/GO). O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1315/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo."

ADMISSÃO DE SERVIDOR EFETIVO - ADMISSÃO DE SERVIDOR CONCURSADO:

1. Processo nº 202400047001277 - Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (TJ/GO) 3/2021 encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1316/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Orgânica e do Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
Elizângela Regina Oliveira Alves	70096895128	Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo	02/01/2023	31/01/2023	31/01/2023
Elizia Elias de Almeida	01540623165	Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo	01/12/2023	19/12/2023	19/12/2023
Emerson Clemente Araujo	03719407101	Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo	01/12/2023	19/12/2023	19/12/2023
Endy Batista de Sousa	03263481150	Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo	01/12/2023	19/12/2023	19/12/2023
Enver Roger Pereira Silva	02485408157	Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo	20/12/2023	19/01/2024	19/01/2024
Erica Ferreira Messias Nogueira	63001748168	Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo	20/12/2023	19/01/2024	19/01/2024
Erick Ferreira Mourao Bastos	03572640105	Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo	01/12/2023	19/12/2023	19/12/2023
Escirley Luis Ribeiro Fidelis	61753289149	Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo	01/12/2023	19/12/2023	19/12/2023
Ester Novato de Abreu Dias	03275419110	Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo	23/09/2022	28/10/2022	28/10/2022
Esther Souza Alves Gomes	05909458310	Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo	01/12/2023	19/12/2023	19/12/2023

À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo.

2. Processo nº 202500047000995 - Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, do SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP/GO) 6/2022 encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1317/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
Iago Pereira Bonfim	02364145180	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Igor Gualhardi Gomes	13164148763	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Isabela Alves Sales	70117467146	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Isabella Rezende de Castro	75022010178	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Isabella Rodrigues Barbosa	08835397480	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Isabella Rodrigues Prado	75665581100	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Isabella Tolentino	75290316191	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Jaires Gomes de Oliveira Filho	01165656167	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Jandira Silva de Oliveira	01149323108	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Jhonata Lima Berto	03868643141	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Joao Henrique Ribeiro da Silva	02274883181	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Joao Paulo Silva Junqueira	09275530661	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Joelson Ribeiro de Oliveira Sousa	60489641377	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Jonas Batista Fernandes Filho	03567069152	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Jordana de Almeida Sousa	05803147150	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Jose Tercilio Junior	97462861100	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	04/03/2024	05/03/2024
Juan Carlos Alves Borba Lopes	04392768104	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Juan Carlos Francisconi Diaz	07318424998	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Julia Falcao de Moura	08952390431	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Juliana Nogueira Rodrigues	03568497166	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024

À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo.

3. Processo nº 202500047001009 – Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, do SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP/GO) 8/2022 encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1318/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
André Luiz Barbosa Santos	05538380599	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Carlos Alberto Carneiro de Menezes	06684537457	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	06/02/2024	06/02/2024
Caroline Gonçalves Araújo	70245398287	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Diego Alonso Gomes Cavalcanti	02586146174	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
Fernanda Simão de Almeida	03412304131	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Ivan Rodrigues de Sousa	05848541370	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	06/02/2024	06/02/2024
José Mendes de Melo Neto	02057164152	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	06/02/2024	06/02/2024
Kennet Andersson de Souza Carvalho	01840128640	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lara Soares Francoso de Castro	03562386109	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	06/02/2024	06/02/2024
Lívia Teixeira Xavier e Silva	09824690638	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	06/02/2024	06/02/2024
Lucas Guimarães Chagas	08742639999	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Luis Antonio de Jesus Santos	71071369172	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Thales Seixas Sacramento	05755706522	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Thiago Ferreira Farias	04737975184	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	06/02/2024	06/02/2024

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
Wellington Eterno Bueno Silva	01556841167	Delegado de Polícia Substituto	31/01/2024	06/02/2024	06/02/2024

À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo.

4. Processo nº 202500047001074 – Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, do SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSPGO) nº6/2022 encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1319/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
Jessica Roberta Amaral Soares	10648332683	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Kelly Christina de Almeida Miranda	04016399165	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Leonam Xavier Gomes Junior	73098574100	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Leonardo Araujo	04156438139	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Leonardo Dias de Oliveira	03913291113	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Leonardo Schuster Aarao	03547705002	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Leticia Liz Ferreira Evangelista	41574398806	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Leticia Olimpia de Oliveira	11975279662	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Leticia Viana da Silva Cosme	04792736188	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lindiane Heloise Oliveira Pires	04105933116	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lorena Alves Aguiar	02521923117	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lourenco Jean Quezado Costa	04627451393	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Luana Queiroz Dal Evedove	46713452850	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lucas Castro Nery	03517090107	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lucas de Oliveira Paes	04234388165	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lucas de Sousa Passos	05721351144	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lucas Diniz Meirelles	14808000741	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lucas Duarte Cordeiro	05190472140	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lucas Ezequiel Fernandes Queiroz	05359312122	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024
Lucas Leal de Sousa	06329111316	Agente da Polícia 3ª Classe	31/01/2024	05/02/2024	06/02/2024

À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo."

5. Processo nº 202500047001174 – Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, do SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP/GO) 5/2017 encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1320/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
Dharani Costa Martins	73753483168	Fiscal das Relações de Consumo	29/05/2023	07/07/2023	21/07/2023
Henrique Figueiredo Teixeira	02146465131	Fiscal das Relações de Consumo	03/01/2022	21/01/2022	21/01/2022
Lívia Magalhães de Oliveira Abreu	02451219190	Fiscal das Relações de Consumo	18/08/2022	14/09/2022	26/09/2022
Murilo Soares Teixeira	03341142177	Fiscal das Relações de Consumo	25/06/2020	15/07/2020	15/07/2020
Ronaldo Mariano da Silva Sousa	03211648143	Fiscal das Relações de Consumo	12/01/2022	10/02/2022	23/02/2022

À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo.

TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA - REVISÃO:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

1. Processo nº 202100011005779 – Trata do Ato de Revisão de Transferência para a Reserva Remunerada, a fim de Reposicionar na inatividade, ARAILSON BATISTA DOS SANTOS, para a Graduação de Cabo, dos Quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PM/GO). O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1321/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria-Geral, para as providências a seu cargo."

Nada mais havendo a tratar, às 15:49 (quinze horas e quarenta e nove minutos), do dia 08 (oito) de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco) foi encerrada a presente Sessão.

Presentes os Conselheiros: Saulo Marques Mesquita (Presidente), Edson José Ferrari e Kennedy de Sousa Trindade. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Primeira Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Ata aprovada em: 15/05/2025.

2ª Câmara
Acórdão

Processo - 201111129006515/204-01

Acórdão 1403/2025

ÓRGÃO : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE GOIAS
INTERESSADO :CELIA PINHEIRO DE ALVARENGA
ASSUNTO :204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR :SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO:HELOISA HELENA ANTONACIO MONTEIRO GODINHO
PROCURADOR :CARLOS GUSTAVO SILVA RODRIGUES

EMENTA: Aposentadoria. Legalidade. Registro.

É legal, para a finalidade de registro neste Tribunal de Contas, o Ato de Aposentadoria que atenda aos requisitos do art. 3º c/c art. 7º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, e Resolução Normativa/TCE nº 002/2001.

Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 201111129006515/204-01, referente ao seguinte ato em nome de CÉLIA PINHEIRO DE ALVARENGA:

Aposentadoria: Auxiliar de Serviços Judiciários.

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde.

Publicação do ato: Ato de 04 de agosto de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Goiás, edição n. 3456, de 08 de agosto de 2023, que retificou o Ato de 31 de outubro de 2011, publicado no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Goiás, edição n. 595, de 7 de novembro de 2011.

Fundamento legal: art. 3º, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005.

Proventos: fixados em 16 de novembro de 2011, na quantia anual de R$ 92.588,86 (noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos). Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,

ACORDA

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 201800010004826/204-01

Acórdão 1404/2025

ÓRGÃO : Secretaria de Estado da Saúde
INTERESSADO :Zenilde Martins Marinho
ASSUNTO :204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR :Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota
CONS.SUBSTITUTO:Flávio Lúcio Rodrigues da Silva
PROCURADOR :Carlos Gustavo Silva Rodrigues
EMENTA: Aposentadoria. Registro Concomitante. Admissão. Possibilidade. Na ausência do registro de admissão, é possível fazê-lo concomitantemente com o Ato de Aposentadoria, se presentes os requisitos exigidos em Lei.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 201800010004826/204-01, referente aos seguintes atos em nome de ZENILDE MARTINS MARINHO:
Admissão: Técnico em Enfermagem-TS2.
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde e do Meio Ambiente.
Publicação do ato: Decreto de 28/03/1994, publicado no Diário Oficial n° 16.915, de 30 de março de 1994.
Aposentadoria: Técnico em Enfermagem, Nível “H”.
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde.
Publicação do ato: Portaria nº 1363, de 14 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial de 16 de agosto de 2024.
Fundamento legal: art. 4º, incisos I a V e §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, e 7º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, combinado com os arts. 71, incisos I a V, §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020.
Proventos: fixados em 26 de agosto de 2024, no valor anual e integral de R$ 57.260,85 (cinquenta e sete mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos). Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202200010072475/204-01

Acórdão 1405/2025

ÓRGÃO :SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO :ARMANDO SANTOS
ASSUNTO :204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR :SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO:HENRIQUE CESAR DE ASSUNÇÃO VERAS
PROCURADOR :SILVESTRE GOMES DOS ANJOS
EMENTA: Aposentadoria. Legalidade. Registro.
É legal, para a finalidade de registro neste Tribunal de Contas, o Ato de Aposentadoria que atenda aos requisitos do art. 4°, da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019 e Resolução Normativa/TCE nº 002/2001.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202200010072475, referente ao seguinte ato em nome de Armando Santos:
Aposentadoria: Médico, Nível IV, Referência “O”, atual Médico, Nível "H"
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Publicação do ato: Portaria nº 747, de 13 de maio de 2024 - GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 17 de maio de 2024
Fundamento legal: art. 4º, incisos I a V e §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, e 7º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, e art. 3º deste último Diploma Legal, combinado com os artigos 71, incisos I a V, §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, 80 e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020
Proventos: fixados por meio do Despacho nº AP - 695/2024/GAB, no valor anual e integral de R$141.996,20.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300005023057/204-01

Acórdão 1406/2025

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO :OMAR ALI ABDALLAH
ASSUNTO :204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR :SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO:FLÁVIO LÚCIO RODRIGUES DA SILVA
PROCURADOR :SILVESTRE GOMES DOS ANJOS
EMENTA: Aposentadoria. Legalidade. Registro.
É legal, para a finalidade de registro neste Tribunal de Contas, o ato de aposentadoria que atenda aos requisitos do 40, da EC nº 103/2019 e Resolução Normativa/TCE nº 04/2022.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202300005023057/204-01, referente ao seguinte ato em nome OMAR ALI ABDALLAH
Aposentadoria: Médico, Nível IV, Referência “I”.
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde.
Publicação do ato: Portaria nº 1.310, de 12 de agosto de 2024 - GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 16 de agosto de 2024.
Fundamento legal: art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, em harmonia com o art. 97, §1º, inciso I, da Constituição Estadual, combinado com o art. 10, §§ 1º, inciso II, e 4º, e art. 26, § 2º, inciso II, da referida EC nº 103/2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019.
Proventos: fixados pelo Despacho nº AP - 1212/GOIASPREV, de 26 de agosto de 2024, no valor anual de R$42.717,96, proporcional a 18 (dezoito) anos de contribuição, com proventos calculados equivalentes a 60% (sessenta por cento) da média contributiva. Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300010033576/204-01

Acórdão 1407/2025

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO : ELISA CRISPIM PAULINO BAIOCCHI
ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO: FLÁVIO LÚCIO RODRIGUES DA SILVA
PROCURADOR : MAÍSA DE CASTRO SOUSA
EMENTA: Aposentadoria. Registro Concomitante. Admissão. Possibilidade. Na ausência do registro de admissão, é possível fazê-lo concomitantemente com o ato de aposentadoria, se presentes os requisitos exigidos em Lei.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202300010033576, referente aos seguintes atos em nome de Elisa Crispim Paulino Baiocchi:
Admissão: Assistente Social
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde
Publicação do ato: Decreto de 13 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial nº 20.922, de 16/08/2010
Aposentadoria: Assistente Social, Nível "III", Referência "G"
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde
Publicação do ato: Portaria nº 452, de 21 de março de 2024 - GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 27 de março de 2024. Retificada pela Portaria nº 934, de 10 de junho de 2024 - GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 14 de junho de 2024
Fundamento legal: arts. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", e § 8º, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, 97, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Estadual, e 52, incisos I, II e III, e 63, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar no 77, de 22 de janeiro de 2010, assegurados pelo art. 2º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019
Proventos: fixados por meio do Despacho nº AP-826/2024/GAB, no valor anual de R$61.461,20, (sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte centavos), proporcional a 9327 (nove mil, trezentos e vinte e sete) dias de contribuição.
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300010038520/204-01

Acórdão 1408/2025

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO : MARIA EURIPEDES BARBOSA
ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO: HENRIQUE CESAR DE ASSUNÇÃO VERAS
PROCURADOR : FERNANDO DOS SANTOS CARNEIRO
EMENTA: Aposentadoria. Registro Concomitante. Admissão. Possibilidade. Na ausência do registro de admissão, é possível fazê-lo concomitantemente

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

com o ato de aposentadoria, se presentes os requisitos exigidos em Lei.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202300010038520/204-01, referente aos seguintes atos em nome de MARIA EURIPEDES BARBOSA:
Admissão: Técnico de Enfermagem-TS2
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde e Meio Ambiente
Publicação do ato: Decreto de 15 de julho de 1993, publicado no Diário Oficial nº 16.741, de 16 de julho de 1993.
Aposentadoria: Técnico em Enfermagem, Nível "H"
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde
Publicação do ato: Portaria nº 739, de 10 de maio de 2024 - GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 17 de maio de 2024
Fundamento legal: art. 4º, incisos I a V e §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, e 7º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, combinado com os arts. 71, incisos I a V, §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020
Proventos: fixados por meio do Despacho nº AP – 700/GAB/GOIASPREV, de 03 de junho de 2024, no valor anual integral de R$54.732,15. Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300010055432/204-01

Acórdão 1409/2025

ÓRGÃO :SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO :CLÁUDIO RAUL TAVARES
ASSUNTO :204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR :SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO:HENRIQUE CESAR DE ASSUNÇÃO VERAS
PROCURADOR :MAÍSA DE CASTRO SOUSA
EMENTA: Aposentadoria. Legalidade. Registro.
É legal, para a finalidade de registro neste Tribunal de Contas, o ato de aposentadoria que atenda aos requisitos do art. 4º, I a V da Emenda Constitucional nº 103/2019 e Resolução Normativa/TCE nº 002/2001
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202300010055432/204-01, referente ao seguinte ato em nome de Cláudio Raul Tavares:
Aposentadoria: Médico, Nível "H"
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde
Publicação do ato: Portaria nº 1.622, de 23 de setembro de 2024 - GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 27 de setembro de 2024
Fundamento legal: art. 4º, incisos I a V e §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, e 7º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, e art. 3º deste último Diploma Legal, combinado com os arts. 71, incisos I a V, §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, 80 e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020
Proventos: fixados por meio do Despacho nº AP - 1451/2024/GAB, no valor anual e integral de R$117.393,37.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações, para as providências a seu cargo.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300010066525/204-01

Acórdão 1410/2025

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO :MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS MORAES
ASSUNTO :204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR :SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO:HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA
PROCURADOR :FERNANDO DOS SANTOS CARNEIRO
EMENTA: Aposentadoria. Legalidade. Registro.
É legal, para a finalidade de registro neste Tribunal de Contas, o ato de aposentadoria que atenda aos requisitos do 3º, da EC nº 47/2005 e Resolução Normativa/TCE nº 004/2022.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202300010066525, referente ao seguinte ato em nome MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS MORAES: Aposentadoria: Auxiliar Técnico de Saúde, Referência “O”.
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde.
Publicação do ato: Portaria nº 799, de 20 de maio de 2024 - GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 23 de maio de 2024.
Fundamento legal: arts. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, e 58, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, assegurados pelo art. 2º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019.
Proventos: Despacho nº AP - 856/GOIASPREV, de 02 de julho de 2024, no valor anual e integral de R$ 40.480,07. Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300010074870/204-01

Acórdão 1411/2025

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO : EDLALIA FEITOSA DE SOUZA
ASSUNTO :204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR :SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO:FLÁVIO LÚCIO RODRIGUES DA SILVA
PROCURADOR :SILVESTRE GOMES DOS ANJOS
EMENTA: Aposentadoria. Registro Concomitante. Admissão. Possibilidade.
Na ausência do registro de admissão, é possível fazê-lo concomitantemente

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

com o ato de aposentadoria, se presentes os requisitos exigidos em Lei.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202300010074870/204-01, referente aos seguintes atos em nome de EDLALIA FEITOSA DE SOUZA:
Admissão: Técnico de Enfermagem – TS2.
Órgão: Secretaria de Estado de Saúde e Meio Ambiente
Publicação do ato: Decreto de 15 de julho de 1993, publicada no Diário Oficial de 16 de julho de 1993.
Aposentadoria: Técnico em Enfermagem Nível "H"
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde.
Publicação do ato: Portaria nº 560, de 12 de abril de 2024 -GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 19 de abril de 2024.
Fundamento legal: art. 4º, incisos I a V e §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, e 7º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, combinado com os arts. 71, incisos I a V, §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020.
Proventos: fixados em 03 de maio de 2024, no valor anual e integral de R$ 54.732,15. Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400010007044/204-01

Acórdão 1412/2025

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO : MARILDA FARIA DOS SANTOS
ASSUNTO :204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR :SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO:HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA
PROCURADOR :CARLOS GUSTAVO SILVA RODRIGUES
EMENTA: Aposentadoria. Registro Concomitante. Admissão. Possibilidade. Na ausência do registro de admissão, é possível fazê-lo concomitantemente com o Ato de Aposentadoria, se presentes os requisitos exigidos em Lei.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400010007044/204-01, referente aos seguintes atos em nome de MARILDA FARIA DOS SANTOS:
Admissão: Auxiliar de Administração AS2
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde e Meio Ambiente
Publicação do ato: Decreto de 03 de julho de 1992, publicada no Diário Oficial n° 16.489, de 09 de julho de 1992.
Aposentadoria: Auxiliar Técnico de Saúde Referência "O".
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde
Publicação do ato: Portaria nº 1349, de 13 de agosto de 2024 - GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 16 de agosto de 2024
Fundamento legal: art. 4º, incisos I a V e §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, e 7º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, combinado com os arts. 71, incisos I a V, §§ 1º, 2º, 6º, inciso I, e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Proventos: fixados por meio do Despacho nº AP - 1239/GOIASPREV, de 04 de setembro de 2024, no valor anual e integral de R$38.472,74 Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400010010440/204-01

Acórdão 1413/2025

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO : IVANILDE ALVES COSTA
ASSUNTO : 204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO
RELATOR : SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO: HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA
PROCURADOR : FERNANDO DOS SANTOS CARNEIRO
EMENTA: Aposentadoria. Legalidade. Registro.
É legal, para a finalidade de registro neste Tribunal de Contas, o ato de aposentadoria que atenda aos requisitos do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103/2019 e Resolução Normativa/TCE nº 04/2022.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400010010440/204-01, referente ao seguinte ato em nome de IVANILDE ALVES COSTA
Aposentadoria: Técnico em Saúde Bucal Nível "H"
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde
Publicação do ato: Portaria nº 1.391, de 20 de agosto de 2024 - GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 23 de agosto de 2024
Fundamento legal: art. 4º, incisos I a V e §§ 2º, 6º, inciso I, e 7º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, e art. 3º deste último Diploma Legal, combinado com os arts. 71, incisos I a V, §§ 2º, 6º, inciso I, 80 e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020.
Proventos: fixados em 02 de setembro de 2024, no valor anual e integral de R$61.841,72 (sessenta e um mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos).
Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400010018684/204-01

Acórdão 1414/2025

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO :ZENITH FAUSTINO DA SILVA
ASSUNTO :204-01-APOSENTADORIA-CONCESSÃO

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

RELATOR :SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO:HELOISA HELENA ANTONACIO MONTEIRO GODINHO
PROCURADOR :MAÍSA DE CASTRO SOUSA
EMENTA: Aposentadoria. Legalidade. Registro.
É legal, para a finalidade de registro neste Tribunal de Contas, o ato de aposentadoria que atenda aos requisitos do 20, da EC nº 103/2019 e Resolução Normativa/TCE nº 004/2022.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202400010018684/204-01, referente ao seguinte ato em nome Zenith Faustino da Silva:
Aposentadoria: Técnico em Saúde Bucal, Nível "H".
Órgão: Secretaria de Estado da Saúde.
Publicação do ato: Portaria nº 906, de 04 de junho de 2024 - GOIASPREV, publicada no Diário Oficial de 07 de junho de 2024.
Fundamento legal: no art. 20, incisos I a IV e §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, combinados com os arts. 72, incisos I a IV e §§ 2º, inciso I, e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020.
Proventos: fixados em 10 de julho de 2024, no valor anual e integral de R$ 63.960,26. Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202000003009432/205-01

Acórdão 1415/2025

ÓRGÃO : GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV
INTERESSADO :MARIA CLOTILDES NOGUEIRA
ASSUNTO :205-01-PENSÃO-CONCESSÃO
RELATOR :SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO:HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA
PROCURADOR :SILVESTRE GOMES DOS ANJOS
EMENTA: Pensão. Legalidade. Registro.
É legal, para a finalidade de registro neste Tribunal de Contas, o Ato de Pensão que atenda aos requisitos da Lei nº 15.150/2005, alterada pela Lei nº 16.769/09, em decisão judicial transitada em julgado e na Resolução Normativa/TCE nº 002/2001.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202000003009432/205-01, em que foi concedida a Pensão a MARIA CLOTILDES NOGUEIRA:
Instituidor do Benefício: Benedito José de Souza.
Publicação do ato: Despacho nº 1364/2020 - SGI- 05502, publicado no Diário Oficial nº 23.361, de 10 de agosto de 2020.
Fundamento legal: Lei nº 15.150/2005, alterada pela Lei nº 16.769/09, e decisão do Processo Judicial nº 5142060.33.2017.8.09.0051.
Data inicial do benefício: 27/08/2016.
Proventos: fixados em 27 de julho de 2020, no valor mensal de R$ 6.927,05 (seis mil, novecentos e vinte e sete reais e cinco centavos). Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,
ACORDA
o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências cabíveis.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202500047000597/201-02

Acórdão 1416/2025

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INTERESSADO :ALEX BENICIO LEANDRO
ASSUNTO :201-02-ADMISSÃO DE SERVIDOR EFETIVO-ADMISSÃO DE SERVIDOR CONCURSADO
RELATOR :SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
CONS.SUBSTITUTO:FLÁVIO LÚCIO RODRIGUES DA SILVA
PROCURADOR :SILVESTRE GOMES DOS ANJOS
EMENTA: Admissão. Legalidade. Registro.
Na ausência do registro de admissão, é possível fazê-lo, se presentes os requisitos exigidos em Lei.
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes Autos n.º 202500047000597, em atenção à Resolução Normativa nº 11/2012, em vigor desde 08/03/13, que implementou nesta Corte de Contas o Sistema Informatizado de Registro de Admissões (GRAD), para recepção, análise, apreciação e registro dos atos de admissão de pessoal, que trata do registro de ADMISSÃO dos servidores:

QUADRO I

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO	DATA DA POSSE	DATA DO EXERCÍCIO
Alex Benicio Leandro	99200392172	Professor Nível III	10/09/2019	07/10/2019	07/10/2019
Christian Irineu Dias Pereira	03234466980	Professor Nível III	07/02/2019	27/02/2019	27/02/2019
Cintya Arraes Moreira Bianchi	57845255149	Professor Nível III	10/09/2019	08/11/2019	11/11/2019
Claudio Lourenco Araújo	03187008160	Professor Nível III	07/02/2019	01/04/2019	01/04/2019
Cleuber de Jesus Pereira	00877025177	Professor Nível III	07/02/2019	02/03/2019	08/04/2019
Cleysla Mendes da Silva	04639809131	Professor Nível III	10/09/2019	06/11/2019	11/11/2019
Cristhiane da Silva Garcia	00531496104	Professor Nível III	07/02/2019	01/04/2019	12/04/2019
Crystiano Robson de Souza Lima	04808454769	Professor Nível III	07/02/2019	04/04/2019	04/04/2019
Dirce Meire Santos e Silva	72730510125	Professor Nível III	10/09/2019	30/10/2019	29/11/2019
Eduardo Leite Leal	04473571157	Professor Nível III	07/02/2019	01/04/2019	01/04/2019
Ivan Augusto Santos de Oliveira	07579372681	Professor Nível III	07/02/2019	01/04/2019	01/04/2019
Janaina da Conceição Braga Silva	00961395109	Professor Nível III	07/02/2019	18/02/2019	11/03/2019
Jose Antônio Alves de Moura	04147023100	Professor Nível III	07/02/2019	01/04/2019	01/04/2019
Jose Neto de Oliveira	83509615115	Professor Nível III	07/02/2019	01/03/2019	01/03/2019
Luiz Felipe Nunes Naves	04558372108	Professor Nível III	10/09/2019	07/11/2019	02/12/2019
Marcelo Freire de Paula	92332587187	Professor Nível III	07/02/2019	05/04/2019	10/04/2019
Ocione Pereira dos Santos	01132723167	Professor Nível III	07/02/2019	26/03/2019	26/03/2019
Tiago Gomes de Jesus	01351088179	Professor Nível III	07/02/2019	18/02/2019	18/02/2019

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.
Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências cabíveis.
Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 201800005016086/204-01

Acórdão 1417/2025

Processo nº 201800005016086/, que trata da concessão de Aposentadoria Voluntária à ANDREA MENDONCA COSTA, da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, na condição de Assistente de Gestão Administrativa - PCR - 17.098, com fulcro no Art. 3º da EC 47/05 (regra de transição), por PROVENTOS INTEGRAIS, tendo em vista ter alcançado as condições

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

necessárias para concessão do benefício e cujo processo foi remetido a esta corte de contas nos termos da Resolução Normativa Nº 4/2022, a qual instituiu o SIAP - Sistema de Atos de Pessoal.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 201800005016086/204-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de APOSENTADORIA, com fundamento no art. 3º, incisos I a III e §§ único, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2025, e art. 58, inciso I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder a ANDRÉA MENDONÇA COSTA, CPF nº 375.412.341-68, aposentadoria no cargo de Assistente de Gestão Administrativa, Classe “B”, Padrão “III”, do Grupo Ocupacional de mesmo nome, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Administração conforme Portaria n.º 2370, de 07 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial/GO n.º 23.174, de 08 de novembro de 2019.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202400016007601/204-01

Acórdão 1418/2025

Processo nº 202400016007601/204-01, que trata da concessão de Aposentadoria Voluntária a LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES, da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, na condição de AUXILIAR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, com fulcro no Art. 20, I a IV e § 2º, I, da EC 103/19 (regra de transição - paridade e integralidade), por PROVENTOS INTEGRAIS, tendo em vista ter alcançado as condições necessárias para concessão do benefício e cujo processo foi remetido a esta corte de contas nos termos da Resolução Normativa Nº 4/2022, a qual instituiu o SIAP - Sistema de Atos de Pessoal.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202400016007601/204-01, que tratam da análise, para fins de registro, com fundamento no art. 20,incisos I a IV e §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplicado por força do art. 97-A da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, combinados com os arts. 72, incisos I a IV e §§ 2º, inciso I, e 103, incisos I e II, da Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020, conceder a LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES, CPF nº 508.502.451-68, aposentadoria no cargo de Auxiliar de Gestão Administrativa, Classe "C", Padrão "II", do Grupo Ocupacional de mesmo nome, do Quadro Permanente dos Servidores da Secretaria de Estado da Administração, com proventos integrais e paridade, conforme Portaria nº 936, de 10 de junho de 2024, publica no Diário Oficial nº 24.306, de 14 de junho de 2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202111129000752/205-01

Acórdão 1419/2025

Processo nº 202111129000752/205-01, que trata da concessão de Pensão à Silma Maria Machado, na condição de companheira de Valdivino Bernardes da Costa, aposentado no cargo de Professor I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202111129000752/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pelo segurado Valdivino Bernardes da Costa, inscrito no CPF/ME n° 135.389.181-04, falecido em 26/01/2021, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Professor I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, em favor da companheira SILMA MARIA MACHADO, inscrita no CPF/ME nº 692.500.651-91, com efeito retroativo a 17/06/2024, data do trânsito em julgado (SEI nº 62461713), por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 4472/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 19 de agosto de 2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste processo, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129001571/205-01

Acórdão 1420/2025

Processo nº 202411129001571/20501, que trata de concessão de Pensão a Renan Santana Bernardes Braga, na condição de filho inválido de Anidiana Bernardes Nunes, ex-servidora aposentada no cargo de Professor III, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129001571/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pela segurada Anidiana Bernardes Nunes, falecida em 06/01/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Professor III, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, em favor do filho inválido RENAN SANTANA BERNARDES BRAGA, com efeito retroativo a 06/01/2024, até sua extinção prevista no art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 3914/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 02/08/2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129002795/205-01

Acórdão 1421/2025

Processo nº 202411129002795/205-01, que trata da concessão de Pensão Militar à Maria Erlene Eduardo de Carvalho Passos, na condição de viúva,

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

e a Gabriel Antônio Passos Carvalho, na condição de filho estudante universitário de Milton dos Passos Pimentel, que ocupava a graduação de Terceiro Sargento da Polícia Militar do Estado de Goiás (PM/GO).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129002795/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, dos seguintes atos:

ADMISSÃO em nome de MILTON DOS PASSOS PIMENTEL, na graduação de Soldado PM, QPMG-1, QPMP-0 (combatente), a contar de 15/01/1993, conforme BG nº 075, de 23 de abril de 1993 (Evento 1, p.13/14)

PENSÃO MILITAR instituída por Milton dos Passos Pimentel, inscrito no CPF/ME nº 578.245.501-25, que ocupava a graduação de Terceiro Sargento da Polícia Militar do Estado de Goiás, falecido em 09/03/2024, nos termos a seguir:

I) para a viúva MARIA ERLENE EDUARDO DE CARVALHO PASSOS, inscrita no CPF/ME sob o nº 893.266.791-87, a partir de 09/03/2024, data do óbito, em consonância com o art. 49, inciso I da Lei do SPSM/GO e; II) para o filho estudante universitário GABRIEL ANTÔNIO PASSOS CARVALHO, inscrito no CPF/ME nº 079.042.501-79, pelo período de 09/03/2024 até 26/06/2028, data do óbito até quando completar 24 (vinte e quatro) anos de idade, conforme DESPACHO N.º 3628/2024/GAB, da GOIASPREV, de 02 de julho de 2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129003277/205-01

Acórdão 1422/2025

Processo nº 202411129003277/205-01, que trata de concessão de Pensão à Diana Lopes Viveiros da Silva, viúva de Joaquim Soares da Silva, ex-servidora aposentada no cargo de Técnico Fazendário III - 19.793, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Economia (ECONOMIA), com efeito retroativo a 07/03/2024, por prazo indeterminado.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129003277/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pelo segurado Joaquim Soares da Silva, inscrita no CPF/ME sob o nº 192.256.791-49, falecido em 07/03/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Técnico Fazendário III - 19.793, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Economia, em favor da viúva DIANA LOPES DE VIVEIROS, inscrita no CPF/ME sob o nº 912.686.561-00, com efeito retroativo a 07/03/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 2760/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 06 de maio de 2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste processo, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129003321/205-01

Acórdão 1423/2025

Processo nº 202411129003321/205-01, que trata da concessão de Pensão em favor de Hayane Harllen da Silva, na condição, de filha estudante universitária de Ismael Severino da Silva, transferido para a reserva remunerada ex-officio na graduação de Terceiro Sargento da Polícia Militar do Estado de Goiás (PM/GO).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129003321/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída por Ismael Severino da Silva, inscrito no CPF/ME nº 768.158.031-04, transferido para a reserva remunerada ex-officio na graduação de Terceiro Sargento da Polícia Militar do Estado de Goiás, em favor da filha estudante universitária HAYANE HARLLEN DA SILVA, inscrita no CPF/ME nº 029.993.101-37, pelo período de 21/03/2024 até 06/04/2029 (data do óbito até quando completar 24 anos de idade), consoante art. 49, inciso I da Lei n° 20.946/2020, e reajuste pela paridade remuneratória, nos termos do inciso V do art. 3º , podendo extinguir-se pelas causas elencadas no art. 58 da ambos da retromencionada Lei, conforme DESPACHO Nº 4127/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 9/8/2024, publicado no DOE/GO n° 24.351, de 16/8/2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129004092/205-01

Acórdão 1424/2025

Processo nº 202411129004092/205-01, que trata da concessão de Pensão à Creusa Macedo Dantas de Souza, na condição de viúva de Carlos Reis de Souza, transferido para a reserva remunerada, com remuneração integral, na graduação de Primeiro Sargento da Polícia Militar do Estado de Goiás (PM/GO).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129004092/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE instituída por Carlos Reis de Souza, inscrito no CPF/ME sob o nº 397.475.651-53, transferido para a reserva remunerada, com remuneração integral, na graduação de Primeiro Sargento da Polícia Militar do Estado de Goiás, nos termos da Portaria nº 471, de 30 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 23.770 de 01/04/2022, em favor da viúva CREUSA MACEDO DANTAS DE SOUZA, inscrita no CPF/ME sob o nº 431.842.431-68, com efeito retroativo a partir de 03/04/2024 (data do óbito), consoante art. 49, inciso I, da Lei n° 20.946, de 30 de dezembro de 2020, e reajuste pela paridade remuneratória, nos termos do inciso V do art. 3º da mencionada Lel, cujo benefício poderá extinguir-se pelas causas elencadas nos arts. 58 e 59 também da Lei n° 20.946/2020, conforme DESPACHO N° 4126/2024/GAB DA GOIASPREV, PUBLICADO NO DOE N° 24.351, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. **Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.**

Processo - 202411129005223/205-01

Acórdão 1425/2025

Processo nº 202411129005223/205-01, que trata de concessão de Pensão a Armando Mendanha, viúvo de Eunice Rocha Mendanha, ex-servidora aposentada no cargo de Professor II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a partir de 13/05/2024, por prazo indeterminado.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129005223/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pela segurada Eunice Rocha Mendanha, inscrita no CPF/ME n° 044.313.591-68, falecida em 13/05/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Professor II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, em favor do viúvo ARMANDO MENDANHA, inscrito no CPF/ME nº 011.723.101-06, com efeito retroativo a 13/05/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 3570/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 09 de julho de 2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. **Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.**

Processo - 202411129005313/205-01

Acórdão 1426/2025

Processo nº 202411129005313/205-01, que trata de concessão de Pensão a Luiz Nunes Alves, viúvo de Marly das Mercês Alves, que ocupava o cargo de Técnico em Enfermagem - 18.464, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde (SES), a partir de 17/05/2024, por prazo indeterminado.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129005313/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, dos seguintes atos:

ADMISSÃO de MARLY DAS MERCÊS ALVES, no serviço público deu-se em 01/01/1976, sob a forma de contrato, no cargo de Costureiro, da extinta Organização Social de Saúde de Goiás (OSEGO), conforme contrato de trabalho (Evento – 1, p. 14/15), corroborado pelo Histórico Funcional da ex-servidora (Evento - 3).

PENSÃO POR MORTE instituída pela segurada Marly das Mercês Alves, inscrita no CPF/ME sob o nº 122.997.741-49, falecida em 17/05/2024, que ocupava o cargo de Técnico em Enfermagem - 18.464, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, em favor do viúvo LUIZ NUNES ALVES, inscrito no CPF/ME sob o nº 031.125.351-20, com efeito retroativo a 17/05/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 3572/2024/GAB.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129005518/205-01

Acórdão 1427/2025

Processo nº 202411129005518/205-01, Que trata da concessão de Pensão em favor de José Candido da Silva, instituída por Margarida Benicia da Silva, que ocupava o cargo de Professor - I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), com efeito retroativo a 29/05/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129005518/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pela segurada Margarida Benícia da Silva, inscrita no CPF/ME sob o n° 613.525.001-91, falecida em 29/05/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Professor - I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, em favor do viúvo JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA , inscrito no CPF/ME sob o nº 095.167.001-87, com efeito retroativo a 29/05/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO N.º 3972/2024 – GAB, da GOIASPREV, de 05 de agosto de 2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129005544/205-01

Acórdão 1428/2025

Processo nº 202411129005544/205-01, que trata de concessão de Pensão à Osana da Silva Gusmão, na condição de companheira de João Gomes da Silva, que ocupava o cargo de Professor Assistente C, do Quadro Pessoal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a partir de 29/06/2024, por prazo indeterminado.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129005544/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pelo segurado João Gomes da Silva, inscrito no CPF/ME sob o nº 129.076.771-87, falecido em 13/05/2021, que ocupava o cargo de Professor Assistente C, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, em favor da companheira OSANA DA SILVA GUSMÃO, inscrita no CPF/ME sob o nº 711.317.285-72, com efeito retroativo a 29/06/2024 (data do trânsito em julgado - art. 88, inciso III, da LC 161/2020), por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 3840/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 29 de junho de 2024

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste processo, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129005836/205-01

Acórdão 1429/2025

Processo nº 202411129005836/205-01, que trata de concessão de Pensão a Francisco Rodrigues Dias, viúvo de Alice Dalva Rosa Dias, ex-servidora aposentada no cargo de Professor I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a partir de 11/06/2024, por prazo indeterminado.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129005836/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pela segurada Alice Dalva Rosa Dias, inscrita no CPF/ME sob o nº 915.150.251-87, falecida em 11/06/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Professor I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, em favor do viúvo FRANCISCO RODRIGUES DIAS, inscrito no CPF/ME nº 058.660.731-53, com efeito retroativo a 11/06/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 3922/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 02 de agosto de 2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste processo, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129006100/205-01

Acórdão 1430/2025

Processo nº 202411129006100/205-01, que trata de concessão de Pensão à Gilda dos Santos Rabelo de Almeida, viúva de José Heitor de Almeida, ex-servidor aposentado no cargo de Auxiliar Judiciário, Classe E, Nível 3, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129006100/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pelo segurado José Heitor de Almeida, inscrito no CPF/ME sob o nº 021.596.191-91, falecido em 04/06/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Auxiliar Judiciário, Classe E, Nível 3, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em favor da viúva GILDA DOS SANTOS RABELO DE ALMEIDA, inscrita no CPF/ME sob o nº 302.089.551-00, com efeito retroativo a 04/06/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 4558/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 5/9/2024, publicado no DOE/GO n° 24.371, de 12/9/2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129006295/205-01

Acórdão 1431/2025

Processo nº 202411129006295/205-01, Que trata da concessão de Pensão em favor do viúvo Sebastião da Cunha Filho, instituída pela segurada Maria Cipriana de Souza Cunha, falecida em 23/06/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129006295/205-01, ACORDA, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos seus Membros, tendo o relatório e voto como partes deste, no sentido de: que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pela segurada Maria Cipriana de Souza Cunha, inscrito no CPF/ME sob o nº 002.264.771-69, falecido em 23/06/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, em favor do viúvo SEBASTIÃO DA CUNHA FILHO, inscrito no CPF/ME sob o nº 081.425.481-00, com efeito retroativo a 23/06/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 4454/2024/GAB, da Goiás Previdência, emitido em 24 de setembro de 2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste processo, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129006509/205-01

Acórdão 1432/2025

Processo nº 202411129006509/205-01, que trata da concessão de Pensão a Everaldo Queiroz Ribeiro, na condição de companheiro de Herik Ferreira da Costa, que ocupava o cargo de Auxiliar de Laboratório, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129006509/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, dos seguintes atos:

ADMISSÃO em nome de HERIK FERREIRA DA COSTA, a partir de 07/02/2002, no cargo de Auxiliar de Laboratório/AS2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, em virtude de haver sido habilitado em concurso público a que se submeteu na forma da lei (Evento - 1, p. 14).

PENSÃO POR MORTE, instituída pelo segurado Herik Ferreira da Costa, inscrito no CPF/ME sob o nº 854.940.381-49, falecido em 18/05/2024, que ocupava o cargo de Auxiliar de Laboratório, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, em favor do companheiro EVERALDO QUEIROZ RIBEIRO, inscrito no CPF/ME sob o nº 901.115.162-34, com efeito retroativo a 09/07/2024, pelo prazo determinado de 20 (vinte) anos (art. 90, I, "d", item 5, da LC nº 161/2020), com extinção em 09/07/2044, podendo extinguir antes desta se incorrer nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO N.º 4045/2024/GAB, da GOIASPREV, de 05 de agosto de 2024.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129006688/205-01

Acórdão 1433/2025

Processo nº 202411129006688/205-01, que trata da concessão de Pensão à Luciana Pereira Barreto Silva, na condição de Viúva de Eurípedes Pereira da Silva, que ocupava o cargo de Agente de Polícia - 16.901, do Quadro Pessoal da Delegacia-Geral da Polícia Civil (DGPC)

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129006688/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pelo segurado Eurípedes Pereira da Silva, inscrito no CPF/ME sob o nº 291.899.001-97, falecido em 03/07/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Agente de Polícia - 16.901, do Quadro Pessoal da Delegacia-Geral da Polícia Civil, em favor da viúva LUCIANA PEREIRA BARRETO SILVA, inscrita no CPF/ME sob o nº 495.744.421-87, com efeito retroativo a 03/07/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 4037/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 05 de agosto de 2024

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste processo, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129006837/205-01

Acórdão 1434/2025

Processo nº 202411129006837/205-01, que trata da concessão de Pensão à Maria Lucilene Rodrigues da Silva, na condição de viúva de Pedro Rodrigues da Silva, aposentado no cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual - 19.290, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Economia (ECONOMIA).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129006837/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pelo segurado Pedro Rodrigues da Silva, inscrito no CPF/ME sob o nº 004.517.381-87, falecido em 26/06/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual - 19.290, do Quadro Pessoal da Secretaria de Estado da Economia, em favor da viúva MARIA LUCILENE RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CPF/ME sob o nº 042.063.121-68, com efeito retroativo a 26/06/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 3992/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 05 de agosto de 2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste processo, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129007404/205-01

Acórdão 1435/2025

Processo nº 202411129007404/205-01, que trata da concessão de Pensão em favor da viúva Nilza Viana de Araújo, instituída por Oldrado Alves de Araújo, transferido para a reserva remunerada no posto de Segundo Tenente da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129007404/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída por Oldrado Alves de Araújo, CPF nº 010.731.251-49, transferido para a reserva remunerada no posto de Segundo Tenente da Polícia Militar do Estado de Goiás, com remuneração integral, nos termos da Portaria nº 591/92-CG, publicada no Boletim Geral PMGO nº 214, de 01/12/82, em favor da viúva NILZA VIANA DE ARAÚJO, inscrita no CPF nº 010.192.341-48, com efeito retroativo a partir de 21/07/2024 (data do óbito), consoante art. 49, inciso I, da Lei n° 20.946,2020, com reajuste pela paridade remuneratória, podendo extinguir-se pelas causas elencadas nos arts. 58 e 59 da lei supramencionada, conforme DESPACHO Nº 5193/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 7/10/2024, publicado no DOE/GO n° 24.394, de 15/10/2024.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129008890/205-01

Acórdão 1436/2025

Processo nº 202411129008890/205-01, que trata da concessão de Pensão em favor do viúvo José Ferreira de Benevides, instituída pela segurada Maria Sultana Prado Benevides, falecida em 05/08/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Professor I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129008890/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pela segurada Maria Sultana Prado Benevides, inscrita no CPF/ME sob o n° 134.446.891-87, falecida em 05/08/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Professor I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, em favor do viúvo JOSÉ FERREIRA DE BENEVIDES, inscrito no CPF/ME nº 077.213.231-34, com efeito retroativo a 05/08/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 5159/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 17 de outubro de 2024

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste processo, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129009170/205-01

Acórdão 1437/2025

Processo nº 202411129009170/20501, Tratam os autos de concessão de pensão por morte em favor de Sâmia Lourena da Silva Rocha, na condição de viúva de Marinaldo da Rocha, referente reserva remunerada na graduação de Primeiro Sargento da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129009170/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída por Marinaldo da Rocha, CPF nº 379.836.521-00, transferido para reserva remunerada na graduação de Primeiro Sargento da Polícia Militar do Estado de Goiás, com remuneração integral, de acordo com a Portaria nº 007989, publicada no Diário Oficial Eletrônico n° 113/2016, de 21/06/2016, em favor da viúva SÂMIA LOURENA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 642.085.241-20, com efeito retroativo a partir de 18/08/2024 (data do óbito), consoante art. 49, inciso I, da mencionada lei, com reajuste pela paridade remuneratória, nos termos do inciso V do art. 3º da Lei nº 20.946/2020. O benefício poderá extinguir-se pelas causas elencadas nos arts. 58 e 59 da lei supramencionada., conforme DESPACHO Nº 5454/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 21 de outubro de 2024

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste processo, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202411129010212/205-01

Acórdão 1438/2025

Processo nº 202411129010212/205-01, que trata da concessão de Pensão em favor do viúvo Manoel Ignácio dos Santos, instituída pela segurada Sebastiana Oliveira Santos, falecida em 02/09/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Professor Assistente A, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202411129010212/205-01, que tratam da análise, para fins de registro, do ato concessivo de PENSÃO POR MORTE, instituída pela segurada Sebastiana Oliveira Santos, inscrita no CPF/ME sob o nº 921.725.041-49, falecida em 02/09/2024, calculada com base nos proventos de aposentadoria no cargo de Professor Assistente A, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, em favor do viúvo MANOEL IGNÁCIO DOS SANTOS, inscrito no CPF/ME nº 056.781.371-15, com efeito retroativo a 02/09/2024, por prazo indeterminado, podendo extinguir nos termos do art. 90 da LC nº 161/2020, conforme DESPACHO Nº 5335/2024/GAB, da Goiás Previdência, de 05 de novembro de 2024

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste processo, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202200011026086/207-03

Acórdão 1439/2025

Processo nº 202200011026086/207-03, que trata de Revisão de Transferência para a Reserva Remunerada, a fim de Reposicionar a partir de 10 de janeiro de 2025 na inatividade, Ilson Miguel Vitti Tymniak, para o Posto de 1º Tenente BM, com remuneração de inatividade integral, paritária correspondente ao subsídio do referido Posto, com efeitos financeiros a partir de 10 de janeiro de 2025, em virtude da Promoção por Ato de Bravura.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202200011026086/207-03, que tratam da análise, para fins de registro, do ato de REVISÃO PARA RESERVA REMUNERADA, com fundamento nas disposições do art. 1º da Lei nº 18.182 de 1º de outubro de 2013, reposicionar a partir de 10 de janeiro de 2025 na inatividade, ILSON MIGUEL VITTI TYMNIAK, RG nº 00.303 CBM/GO, CPF nº 291.657.681-91, para o Posto de 1º Tenente BM, com remuneração de inatividade integral, paritária correspondente ao subsídio do referido Posto, com efeitos financeiros a partir de 10 de janeiro de 2025, em virtude da Promoção por Ato de Bravura conferida por meio do Decreto de 10 de janeiro de 2025, conforme Portaria n.º 105, de 20/01/2025, publicada no Diário Oficial/GO n.º 24.457, de 24/01/2025.

Tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Carla Cintia Santillo (Relatora) e Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202300005030571/204-01

Acórdão 1440/2025

EMENTA: PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO. ATO DE PESSOAL. APOSENTADORIA. ATOS LEGAIS. REGISTRO. ARQUIVAMENTO

Vistos, oralmente expostos, e discutidos os autos nº 202300005030571, que trata da aposentadoria de Eliane Pereira de Oliveira, no cargo de Gestor Público, Classe “G” da Secretaria de Estado da Administração, com fundamento no art. 4°, incisos I a V e § 1°, § 2° e § 6°, inciso I da EC n° 103/2019, cujos proventos foram fixados na quantia anual e integral de R$ 342.456,12 (trezentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), tendo o Relatório e o Voto como partes integrantes deste,

ACORDA

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos membros integrantes da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o ato concessório de aposentadoria e determinar o respectivo registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal.

À Secretaria Geral para as providências a seu cargo.

Presentes os Conselheiros: Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Presidente), Celmar Rech (Relator) e Carla Cintia Santillo.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202311129004506/205-01

Acórdão 1441/2025

EMENTA: PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO. ATO DE PESSOAL SUJEITO A REGISTRO. PENSÃO. LEGALIDADE E REGISTRO. ARQUIVAMENTO.

Vistos, oralmente expostos, e discutidos estes Autos nº 202311129004506, que tratam de pensão em nome de Lindalva Ferreira Gomes, dependente na condição de companheira do segurado Fábio Ferreira da Cunha, ex-servidor da Agência Brasil Central, falecido em 17/04/2023, com fundamento legal no artigo 97-A da Constituição do Estado de Goiás, na Emenda Constitucional nº 103/2019 e na Lei Complementar n° 161/2020, por prazo indeterminado e com valor mensal no montante de R$ 1.287,14 (um mil, duzentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos), tendo o Relatório e o Voto como partes integrantes deste,

ACORDA

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos membros integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o ato de concessão de pensão, determinando o seu respectivo registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais.

À Secretaria Geral para as providências a seu cargo.

Presentes os Conselheiros: Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Presidente), Celmar Rech (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Processo - 202500047001007/201-02

Acórdão 1442/2025

PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO. ATOS DE PESSOAL SUJEITO A REGISTRO. ADMISSÃO. LEGALIDADE E REGISTRO. ARQUIVAMENTO.

VISTOS, oralmente expostos e discutidos os presentes autos n.º 202500047001007/201-02, tendo o Relatório e o Voto como partes integrantes deste,

ACORDA

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos membros integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os atos de admissão dos servidores aprovados em concurso público da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em vários cargos efetivos no âmbito da referida Secretaria, conforme relação constante da Instrução Técnica Conclusiva nº 425/2025-SERVFISCATOSPESSOAL-I, Evento 25, determinando os seus respectivos registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais e o posterior arquivamento.

À Secretaria-Geral para as providências a seu cargo.

Presentes os Conselheiros: Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota (Presidente), Celmar Rech (Relator) e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Processo julgado em: 15/05/2025.

Ata

ATA Nº 13 DE 5 DE MAIO DE 2025
SESSÃO ORDINÁRIA
(VIRTUAL)
SEGUNDA CÂMARA

Ata da 13ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Goiás. (Virtual) Às nove horas do dia cinco (5) do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco, realizou-se a décima terceira Sessão Ordinária da Segunda Câmara do

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sob a Presidência do Conselheiro CELMAR RECH, presentes os Conselheiros SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA, CARLA CINTIA SANTILLO, a Senhora Procuradora de Contas MAÍSA DE CASTRO SOUSA, e VALESKA RODRIGUES DA CUNHA, Secretária-Geral em substituição desta Corte, que a presente elaborou. Aberta a Sessão, com a aprovação da Aprovada a ATA nº 12, do dia 28/04/2025, passou a Segunda Câmara a deliberar sobre as matérias constantes da Pauta de Julgamentos do dia.

Pelo Conselheiro SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA foram relatados os seguintes feitos:

APOSENTADORIA - CONCESSÃO:

1. Processo nº 201900047001545 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria a MAURÍCIO SADDI, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS (TCE/GO). O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1322/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em reconhecer a decadência do prazo para análise da legalidade do referido ato em virtude do disposto no Tema 445 do STF, determinando-se seu registro, para todos os fins legais. Ao Serviço de Controle das Deliberações, para as providências a seu cargo."

2. Processo nº 202300010022779 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à ELIZABETH SILVA RAIMUNDO, da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES), referente ao cargo de Auxiliar de Enfermagem. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1323/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências."

3. Processo nº 202400047001583 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à OTAVILA ALVES PEREIRA DE GUSMAO, da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO GOIÁS (ALEGO), referente ao cargo de Procurador de Classe Final. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1324/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências."

ADMISSÃO DE SERVIDOR EFETIVO - ADMISSÃO DE SERVIDOR CONCURSADO:

1. Processo nº 202300047003886 – Trata dos Atos de Admissão dos servidores efetivos, admitidos através de Concurso Público, do SANEAMENTO DE GOIAS S/A (SANEAGO), encaminhados a esta Corte de Contas para fins de registro. O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1325/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes da Segunda Câmara, em considerar LEGAIS os atos de admissão, constante nos autos, determinando seus REGISTROS, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 26, III, da Constituição Estadual, c/c art. 1º, inciso III, da Lei nº 16.168/07 (Lei Orgânica do TCE-GO) e art. 302 do Regimento Interno desta Corte.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

NOME DO ADMITIDO	CPF	CARGO DO ADMITIDO	DATA DA PUBLICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO	DATA DO EXERCÍCIO
Neilton Alves de Sousa Abreu	03244853102	Agente de Sistemas	03/05/2016	13/06/2016
Renato Repezza Basilio	01496238109	Agente Administrativo	30/06/2015	14/09/2015
Nayara Pereira Neves	73706639149	Agente Administrativo	28/07/2014	25/08/2014
Nurya de Almeida Silva	03327409196	Agente Administrativo	04/08/2014	08/06/2015
Paulo Augusto Ferreira Junior	95726012100	Engenheiro Eletricista	04/04/2016	01/06/2016
Pedro Henrique Fernandes Correa	04017393179	Agente de Sistemas	03/02/2016	14/03/2016
Pollyana Silva Padilha	01348081180	Agente Administrativo	04/04/2016	01/06/2016
Raquel Cardoso da Costa	08711758600	Agente Administrativo	17/06/2014	21/07/2014
Renato Dantas Moreira	01234144158	Administrador	11/04/2014	12/05/2014
Rhamon Godinho Batista	04323258160	Agente Administrativo	11/09/2014	07/10/2014

Ao Serviço de Controle das Deliberações para as providências cabíveis.

Pela Conselheira CARLA CINTIA SANTILLO foram relatados os seguintes feitos:

APOSENTADORIA - CONCESSÃO:

1. Processo nº 201900005010521 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à JUDITE CORREIA DE MIRANDA, da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEAD), referente ao cargo de ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL. A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1326/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

2. Processo nº 202100022069356 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à EUZA GOMES TEDESCO, da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEAD), referente ao cargo de Assistente de Gestão Administrativa. A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1327/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

3. Processo nº 202200036008097 - Processo nº 202200036008097/204-01, que Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária a GERALDO ALMEIDA FERREIRA, da AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES (GOINFRA), na condição de ANALISTA DETRANSPORRTES E OBRAS. A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1328/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

4. Processo nº 202300029000942 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Compulsória a CANUTO MARCOS ALVES MAIA, da AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (AGR), referente ao cargo de Gestor de Fiscalização, Controle e Regulação. A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1329/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

5. Processo nº 202400005012586 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à FRANCISCA CONSTÂNCIA GONÇALVES, da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

(SEAD), referente ao cargo de ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1330/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

6. Processo nº 202411867000657 - Trata do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária à ALDEMIRA AYRES PEREIRA HIMMEN, da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEAD), referente ao cargo de Técnico Administrativo. A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1331/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

APOSENTADORIA - REVISÃO:

1. Processo nº 202100010000906 – Trata do Ato de Revisão de Aposentadoria à MARIA DE FÁTIMA BORGES, que retifica, apenas quanto a denominação do cargo em que se concedeu aposentadoria, para considerá-la deferida no cargo de Assistente Técnico de Saúde, do Grupo Ocupacional Assistente de Saúde, do Quadro Permanente dos Servidores da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1332/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

PENSÃO - CONCESSÃO:

1. Processo nº 201211129001194 – Trata do Ato de Concessão de Pensão em favor de ANA VICTÓRIA RAPOSO, dependente reconhecida judicialmente, de MARIA GONZAGA DA SILVA, que ocupava o cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1333/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

2. Processo nº 202111129004879 - Trata do Ato de Concessão de Pensão por morte à FABIANA RODRIGUES LOPO DA SILVA SIQUEIRA, a PAULO VINÍCIOS RODRIGUES DA SIQUEIRA, a MARIA VITÓRIA RODRIGUES DE SIQUEIRA e VICTOR GABRIEL RODRIGUES SIQUEIRA, viúva e filhos menores do ex-servidor PAULINHO EUGÊNIO DA SIQUEIRA, que ocupava o cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1334/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legais os referidos atos,

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

3. Processo nº 202311129002719 - Trata do Ato de Concessão de Pensão por morte em favor de MAGALI DA SILVA CABRAL, viúva de ÁUREO CABRAL NETO, transferido para a Reserva Remunerada, no Posto de Coronel da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PM/GO). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1335/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o ato de admissão e reconhecer a decadência dos atos de reforma e pensão, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

4. Processo nº 202311129008154 – Trata do Ato de Concessão de Pensão à CLEIDE APARECIDA FARIA, e a JEAN FELLYPE MENDONÇA companheira e filho, respectivamente, de SILVIO DE MENDONÇA, reformado ex-officio, na Graduação de Soldado da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PM/GO). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1336/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

5. Processo nº 202311129009232 - Trata do Ato de Concessão de Pensão Militar à ANA CÉLIA DA SILVA GUIMARÃES, companheira de JOSÉ CARLOS DA SILVA, militar reformado e transferido para a reserva remunerada na graduação de 3° Sargento da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PM/GO). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1337/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

6. Processo nº 202311129010589 - Trata do Ato de Concessão de Pensão em favor de MARIA SOUZA DE OLIVEIRA, viúva de SEBASTIÃO GOMES DE OLIVEIRA, que ocupava o cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1338/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

7. Processo nº 202411129002143 - Trata do Ato de Concessão de Pensão a PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA SOUZA, viúvo de SÔNIA RÊGO SOUZA, ex-servidora aposentada no cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1339/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

8. Processo nº 202411129002777 - Trata do Ato de Concessão de Pensão por morte em favor de NOEME ALVES DE MELO, viúva de DEJAIR GONÇALVES DE MELO, transferido para a Reserva Remunerada, no Posto de Major da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PM/GO). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1340/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

9. Processo nº 202411129003564 - Trata do Ato de Concessão de Pensão à MARIA JOSÉ DE FREITAS MARQUES, genitora de CARLA VIEIRA DE FREITAS, que ocupava o cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1341/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legais os referidos atos, determinando seus registros, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

10. Processo nº 202411129004440 – Trata do Ato de Concessão de Pensão por morte em favor de WANDIR ALVES DA SILVA, viúvo de MARIA DAS GRAÇAS PINHEIRO DA SILVA, ex-servidora ocupante do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1342/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

11. Processo nº 202411129004638 - Trata do Ato de Concessão de Pensão à DIVINA MONICA SILVA, e à ROSELI MARIA DE ALMEIDA, ex-cônjuge e viúva, respectivamente, de JOSÉ INÁCIO DE ALMEIDA, que ocupava o cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA. A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1343/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

12. Processo nº 202411129004740 - Trata do Ato de Concessão de Pensão a EURIDES MARTINS DE CASTILHO, viúvo de EUNA ROSÁRIA DOS SANTOS CASTILHO, que ocupava o cargo de Secretário Auxiliar, do Quadro de Pessoal do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS (MP/GO). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1344/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

13. Processo nº 202411129004900 - Trata do Ato de Concessão de Pensão por morte em favor de ROSARY CALDAS ESTEVES PEREIRA, viúva de RUY ESTEVES PEREIRA, ex-servidor aposentado no cargo de Auditor Médico, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEAD). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1345/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

14. Processo nº 202411129004958 - Trata do Ato de Concessão de Pensão à PATROCINIA NAZARÉ DE MOURA CRUZ, viúva de JAIRO DE JESUS RODRIGUES CRUZ, militar reformado ex-officio, na Graduação de Cabo da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PM/GO). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1346/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

15. Processo nº 202411129005503 - Trata do Ato de Concessão de Pensão a MÁRCIO ELÍSIO SOUTO, viúvo de EDITH PAULA DA SILVA, ex-servidora aposentada no cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1347/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

16. Processo nº 202411129005564 - Trata do Ato de Concessão de Pensão a FLORISMAR SOARES CAMPOS, viúvo de IRENE FRANCISCA DA COSTA CAMPOS, ex-servidora aposentada no cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1348/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

17. Processo nº 202411129005827 – Trata do Ato de Concessão de pensão por morte em favor de ZILNAR BATISTA DA SILVA RODRIGUES, viúva de ATENIVAL RODRIGUES DE OLIVEIRA, referente a graduação de Soldado da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PMGO). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1349/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

18. Processo nº 202411129005936 - Trata do Ato de Concessão de Pensão à JUDITE PORTELO MANSO, viúva de JOSÉ FRANCISCO MANSO, ex-servidor aposentado no cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1350/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

19. Processo nº 202411129006684 - Trata do Ato de Concessão de Pensão a GIDEL ALVES FEITOSA, viúvo de ANIZABEL JUSTINO DE PAIVA ALVES FEITOSA, ex-servidora aposentada no cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1351/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, em conformidade com as razões apresentadas pela Relatora, decide considerar legal o referido ato e determinar seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

20. Processo nº 202411129006789 – Trata do Ato de Concessão de pensão por morte em favor de MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA, companheira de FERNANDO ALVES ABREU, referente a Graduação de 1º Sargento da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PMGO). A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1352/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

21. Processo nº 202411129007378 - Trata do Ato de Concessão de Pensão a JOÃO BATISTA DE SOUSA NETO, viúvo de VILANI BRAZ DE SOUZA, ex-servidora aposentada no cargo de Técnico Fazendário Estadual, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA. A Relatora disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1353/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em considerar legal o referido ato, determinando seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais."

Pelo Conselheiro CELMAR RECH foram relatados os seguintes feitos:

APOSENTADORIA - CONCESSÃO:

1. Processo nº 202300025028971 – Trata do Ato da Concessão de Aposentadoria a MARIA CÉLIA DE BARCELOS OLIVEIRA, do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN). O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1354/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: "ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos integrantes da sua

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o ato de Aposentadoria em nome de Maria Célia de Barcelos Oliveira, ocupante do cargo de Analista de Trânsito, Classe “D”, Referência “III” do quadro permanente de servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO, com fundamento no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, com proventos integrais na quantia anual e integral de R$ 109.386,84 (cento e nove mil, trezentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), assim discriminados: com SUBSÍDIO ANUAL de R$ 108.193,20 (cento e oito mil, cento e noventa e três reais e vinte centavos), e GRATIFICAÇÃO DE ENCARGO DE CHEFIA INCORPORADA - R$ 1.193,64 (mil, cento e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos), determinando o seu registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Secretaria-Geral para as providências a seu cargo.”

APOSENTADORIA - REVISÃO:

1. Processo nº 201900003007483 – Trata do Ato de Revisão de Aposentadoria de de MARIA BEATRIZ PRADO PÉCLAT, do cargo de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ/GO). O Relator disponibilizou para leitura o relatório e o voto. Tomados os votos nos termos regimentais, foi o Acordão nº 1355/2025 aprovado por unanimidade, nos seguintes termos: “ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos integrantes da sua Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal o ato de revisão de aposentadoria, em decorrência de sentença transitada em julgada, em nome de Maria Beatriz Prado Péclat, no cargo de Técnico Judiciário, Classe “E”, Nível 3, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com proventos integrais, no valor anual e integral de R$ 185.545,68 (cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), determinando o seu respectivo registro, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, para todos os fins legais. À Gerência de Comunicação e Controle para publicação, demais atribuições e devolução dos autos a origem.”

Nada mais havendo a tratar, às15:50 (quinze horas e cinquenta minutos) do dia 08 (oito) de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco), foi encerrada a presente Sessão.

Presentes os Conselheiros: Celmar Rech (Presidente), Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota e Carla Cintia Santillo. Representante do Ministério Público de Contas: Maísa de Castro Sousa. Sessão Ordinária da Segunda Câmara Nº 14/2025 (Virtual). Ata aprovada em: 15/05/2025.

Atos de Licitação
Inexigibilidade de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO o Ato de Inexigibilidade de Licitação (Doc. 26 e-TCE), e autorizo consoante o parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021 e o inciso X, do art. 33, da Lei Estadual nº 17.928/2012, em conformidade com os documentos que instruem o processo nº 202500047001027, a contratação da empresa Aberje Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, inscrita no CNPJ sob o nº 43.147.693/0001-52, cujo o objeto são as inscrições para as participações dos Chefes do serviço de Comunicação Externa, Bruno Eduardo Balduino, e de Comunicação Interna, Vivian Duarte da Silva, no “Curso Completo em Comunicação Pública 2025”, a ser realizado entre os dias 17 de maio à 01 de novembro de 2025, na modalidade Online, perfazendo o valor total de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), com fundamento no inciso III, alínea “f” e § 3º do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021. Declaro que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, aos 16 dias do mês de maio de 2025.

Conselheiro Helder Valin Barbosa

Presidente

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Licitação

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
AVISO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação do TCE-GO, nomeado pela Port. nº 229/23, torna público o Edital do Pregão Eletrônico nº 17/2025, proc. nº 202500047001198. Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, regida pela Lei nº 14.133/2021. A licitação será realizada no site www.gov.br/compras/pt-br. Início de acolhimento de propostas: 20/05/2025 às 08:00h. Data da sessão pública: 02/06/2025 às 09:00h. O Edital poderá ser obtido no sites: www.tce.go.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br. Informações pelo telefone: (62) 3228-2616 ou via e-mail: cpl@tce.go.gov.br.
Goiânia, 16 de maio de 2025.

Artur Eduardo Lopes da Silva
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Aviso de Dispensa de Licitação

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2025

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás, por meio de seu Serviço de Licitações, no intuito de selecionar fornecedor, nos termos do art. 75, inciso II c/c § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público que realizará Dispensa de Licitação Eletrônica para:
Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de calibração dos equipamentos, instrumentos e utensílios do Laboratório de Análise de Solos e Misturas Asfálticas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
Data de Recebimento das Propostas: 20/05/2025 às 08h00min – 23/05/2025 às 07h59min – Horário de Brasília.
Data da Sessão de Lances: 23/052025 das 8:00h às 14:00h – Horário de Brasília.
Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/.
O instrumento contendo as informações da contratação poderá ser obtido pelo site do Governo Federal (Compras.gov), pelo sítio do TCE-GO (https://portal.tce.go.gov.br/licitacoes/licitacoes), ou via solicitação por e-mail: cpl@tce.go.gov.br. Informações pelo telefone: (62) 3228-2616.
Goiânia, 16 de maio de 2025

ARTUR EDUARDO LOPES DA SILVA
SERVIÇO DE LICITAÇÕES

Dispensa de Licitação

DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICO o Ato de Dispensa de Licitação (doc. 27 e-TCE), e autorizo consoante o parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, e o inciso X do art. 33 da Lei Estadual nº 17.928/2012, em conformidade com os documentos que instruem o processo nº 202500047000959, a contratação em favor da empresa LUCILENE LUIZA MARTINS VIERA (PLOTART COMUNICAÇÃO VISUAL), inscrita sob o número CNPJ: 34.692.823/0001-47, cujo objeto é o serviço de plotagem veicular do Laboratório Móvel de Análise de Solos e Misturas Asfálticas do TCE-GO, ao custo total de R$ 6.000,00 (seis mil reais); com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. Declaro que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Tribunal de Contas do Estado de Goiás, aos 16 dias do mês de maio de 2025.

Conselheiro Helder Valin Barbosa
Presidente

Atos
Atos Processuais
Manual

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Índice de efetividade da gestão estadual

iege

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL - IEGE

MANUAL 2025

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Composição
2025

Presidente
Conselheiro Helder Valin

Vice-Presidente
Conselheiro Sebastião Tejota

Corregedora
Conselheira Carla Cíntia Santillo

Conselheiros
Celmar Rech
Edson José Ferrari
Kennedy Trindade
Saulo Marques Mesquita

Conselheiros-Substitutos
Cláudio André Abreu Costa
Flávio Lúcio Rodrigues
Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho
Henrique César de Assunção Veras
Humberto Bosco Lustosa Barreira

Procuradores do Ministério Público de Contas
Carlos Gustavo Silva Rodrigues
Fernando dos Santos Carneiro
Maísa de Castro Sousa
Silvestre Gomes dos Anjos

IEGE

COORDENAÇÃO
Conselheira Carla Cíntia Santillo

SUPERVISÃO
Ana Paula de Araújo Rocha
Rodrigo Cruvinel Freitas

ELABORAÇÃO
Serviço de Fiscalização da Administração do Estado

COLABORAÇÃO
Instituto Verbena da Universidade Federal de Goiás

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

EXPEDIENTE

Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

1ªedição. Ano 2025

ELABORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, INFORMAÇÕES
Tribunal de Contas do Estado de Goiás
Serviço de Fiscalização da Administração do Estado
Avenida Ubirajara Berocan Leite, Número 640,
Setor Jaó, 1º andar
CEP: 70674-015 Goiânia - GO
Tel.: (62) 3228-2838
e-mail: secex@tce.go.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Coordenação
Instituto Verbena/UFG (IV/UFG)
Equipe Técnica
Organização
Claci Fátima Weirich Rosso
Diretora Executiva do IV/UFG
Amanda Xavier dos Santos
Diretora Administrativa do IV/UFG
Cristiana da Costa Luciano
Coordenadora de Formação do IV/UFG
Ana Paula de Araújo Rocha
Secretária de Controle Externo do TCE-GO
Elaboração e Redação
Ana Carolina Rauta de Souza
Alex Felipe Rodrigues Lima
Celma Duque Ferreira
Cristiano Reis Araújo
Dermeval Martins Borges Junior
Everton Wirbittzki da Silveira
Fabiana Gonçalves Coelho
Fernanda Lopes Vilela
Isabelle Maria Campos C. Chehab
Lívia Cândida Maia
Mário Ernesto Piscoya Diaz
Nivaldo Antônio Barreto
Noely Vicente Ribeiro
Rafael Alves Guimarães
Rodrigo Cruvinel Freitas
Waleska Yone Y. Zavatti
Wellington da Costa
Revisão
Cristiano Reis Araújo
Gustavo Mendonça Rodarte
Rodrigo Cruvinel Freitas
Projeto Gráfico e Diagramação
Diretoria de Comunicação do TCE-GO

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Índice de Efetividade da Gestão Estadual [livro eletrônico] : IEGE / [organizadores Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Instituto Verbena da Universidade Federal de Goiás ; coordenação editorial Claci Fátima Weirich Rosso...[et al.]. -- Goiânia, GO : Ed. dos Autores, 2025.
PDF

Outros coordenadores: Cristiana da Costa Luciano, Carla Cíntia Santillo, Ana Paula de Araújo Rocha.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-42900-7

1. Administração pública - Brasil 2. Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE) 3. Políticas públicas I. Tribunal de Contas do Estado de Goiás. II. Instituto Verbena da Universidade Federal de Goiás. III. Weirich, Claci Fátima. IV. Luciano, Cristiana da Costa. V. Santillo, Carla Cintia. VI. Rocha, Ana Paula de Araújo.

25-266228 CDD-350

Índices para catálogo sistemático:

1. Administração pública 350

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

APRESENTAÇÃO

Fruto da união de esforços dos Tribunais de Contas brasileiros, o Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE) emerge como uma ferramenta indispensável na avaliação da qualidade da administração pública, possibilitando um diagnóstico mais preciso sobre a efetividade da ação governamental.

Para a implementação do IEGE em Goiás, em parceria com especialistas do Instituto Verbena, da Universidade Federal de Goiás – UFG, e com a efetiva participação dos gestores públicos estaduais, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás -TCE-GO realizou uma revisão geral dos quesitos utilizados por outros Tribunais de Contas, e disponibilizados pelo Instituto Rui Barbosa - IRB.

Nesse contexto, este manual pode servir como um guia para o fortalecimento das políticas públicas, nas principais áreas de atuação do Estado, quais sejam: saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, desenvolvimento econômico, planejamento e gestão fiscal.

Com a implementação do IEGE, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás reforça seu compromisso com a boa gestão pública e com a construção de um Estado que atenda com mais qualidade às demandas da população, induzindo uma administração mais eficiente, efetiva e responsável. Por meio da utilização do IEGE, os gestores públicos terão um importante aliado na identificação de oportunidades de melhorias nos processos e fases de implementação das diversas políticas de responsabilidade do Estado, sempre em benefício da sociedade.

Esperamos que este manual seja uma ferramenta útil para todos os envolvidos na fiscalização e no aperfeiçoamento da gestão pública, contribuindo para um Estado mais eficiente, ético e comprometido com o bem-estar do cidadão.

Conselheira Carla Cíntia Santillo
Relatora

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

LISTA DE SIGLAS

AAE	Atenção Ambulatorial Especializada
ABA	Ano Base de Avaliação
ABSP	Anuário Brasileiro de Segurança Pública
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AH	Atenção Hospitalar
Alego	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
APS	Atenção Primária à Saúde
ASD	Áreas suscetíveis à desertificação
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
BNPG	Bancos Nacional de Perfis Genéticos
BPG	Bancos de Perfis Genéticos
CAA	Comunicação Aumentativa e Alternativa
CACSFUNDEB/GO	Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Estado de GO
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CBM	Corpo de Bombeiros Militares
CEAF	Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CET	Central Estadual de Transplantes
CGU	Controladoria Geral da União
CID-10	Classificação Internacional de Doenças, 10ª edição
CIEVS	Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNSPDS	Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
CNT	Central Nacional de Transplantes
COAP	Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde
CONSEG	Conselho Comunitário de Segurança do Estado de Goiás
CPC	Código de Processo Civil
CRS	Complexo Regulador em Saúde
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Conass	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
DAC	Doenças do Aparelho Circulatório

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

DANT	Doenças e Agravos Não Transmissíveis
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DIP	Doenças Infecciosas e Parasitárias
DIU	Dispositivo Intrauterino
DOE	Diário Oficial do Estado
DataSus	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
Depen	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública
EJA	Educação Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESF	Equipes de Saúde da Família
Enasp	Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEE	Fórum Estadual de Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FIRJAN	**Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro**
GO	Estado de Goiás
i-Saúde	Índice Estadual de Efetividade da Gestão da Saúde
IACC_LDO	Índice de Aderência aos Critérios de Contingenciamento da LDO
IAD_LOA	Índice de Acessibilidade de Divulgação DA LOA
IAGO	Inteligência Artificial do Tribunal de Contas do Estado de Goiás
IAPC	Índice de Acesso às Prestações de Contas
IAPOI	Índice de Aderência à Previsão Orçamentária de Investimento
IAP_LDO	Índice de Acessibilidade de Divulgação da LDO
IAP	Índice de Avaliação do Planejamento
IASP	Índice de Acolhimento das Sugestões Populares
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAMF_LDO	Índice de Conformidade do Anexo de Metas Fiscais da LDO
ICGRPO	Índice de Centralização e Responsabilidade na Gestão de Planejamento Orçamentário
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
ICPPO	Índice de Conformidade com Prazos de Remessa dos Instrumentos de Planejamento e Orçamento
ICPS	Índice de Conformidade Participação Social

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ICP	Índice de Conformidade dos Programas
ICSAPS	Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária à Saúde
IDAP_LDO	Índice de Divulgação das Audiências Públicas da LDO
IDAP_LOA	públicas sobre a LOA. Para isso, sugere-se o Índice
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDTIP	Índice de Divulgação e Transparência dos Instrumentos de Planejamento
IECC_LDO	Índice de Efetividade no Controle de Custo
IEECG	Índice de Estruturação e Eficácia de Compliance e Governança
IEGE	Índice de Efetividade da Gestão Estadual
IEOPP	Índice de Execução Orçamentária da Participação Popular
IFAPO	Índice de Frequência de Alterações no Planejamento Orçamentário
IIM	Índice de Implementação de Melhorias
IMB	Instituto Mauro Borges
IMU	Índice de Implementação de Melhorias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPOR	Índice da Previsão Orçamentária sobre o Realizado
IPSAP_LDO	Índice de Participação Social nas Audiências Públicas da LDO
IPSAP_LOA	Índice de Participação Social nas Audiências Pública DA LOA
IPSG	Índice de Pesquisa de Satisfação da Gestão
IPS_HUB	Índice de Participação e Sustentabilidade do HUB
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
iRAPS	Índice da Rede de Atenção Psicossocial
IRR	Índice de Recuperação de Resíduos
IST/AIDS	Infecções Sexualmente Transmissíveis/AIDS
ISU	Índice de Satisfação dos Usuários
ITCD	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos
ITCP_LOA	Índice de Transparência e Comunicação Pública da LOA
ITD_LDO	Índice de Transparência de Demandas da LDO
ITD_LOA	Índice de Transparência de Demandas DA LOA
ITMON_PPA	Índice de Transparência e Monitoramento do PPA
ITM_PPA	Índice de Temporalidade das Metas do PPA
IUDPE	Índice de Utilização de Documentos de Planejamento e Execução
IVF_LDO	Índice de Vulnerabilidade Fiscal da LDO
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEP	Lei de Execução Penal

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

LICN	Lei de Identificação Civil Nacional
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro
LOA	Leio Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSUSP	Lei do Sistema Único de Segurança Pública (Lei n. 13.675/2018)
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e outras identidades
MDIP	Mortes Decorrentes de Intervenção Policial
MEC	Ministérios da Educação
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MP- GO	Ministério Público do Estado de Goiás
MaPR	Mapa de Processos e Resultados de Políticas Públicas
NSP	Núcleo de Segurança do Paciente
NV	Nascidos Vivos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OPM	órteses/Próteses e Materiais Especiais
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSS	Organizações Sociais da Sociedade
PAS	Programação Anual de Saúde
PAV	Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica
PC	Polícia Civil
PEE	Plano Estadual de Educação de Goiás
PESPDS	Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
PES	Plano Estadual de Saúde
PEVS	Política Estadual de Vigilância em Saúde
PE	Plano Estratégico
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Programa Nacional de Educação
PNI	Programa Nacional de Imunizações
PNLD	Programa Nacional de Livro Didático

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNSPDS	Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PNS	Plano Nacional de Saúde
PNVS	Política Nacional de Vigilância em Saúde
POP	Procedimento Operacional Padrão
PPA	Plano Plurianual
PPA_Saúde	Planejamento Plurianual de Saúde
PQA-VS	Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
PRE_PPA	Percentual de Relatórios Emitidos do PPA
PRI	Planejamento Regional Integrado
PRP_PPA	Percentual de Relatórios Públicos do PPA
PVHA	Pessoas Vivendo com HIV/Aids
PVSR	População Vivendo em Situação de Rua
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do MJSP
Qualiss	Programa de Monitoramento da Qualidade Hospitalar
RAG	Relatório Anual de Gestão
RCL	Receita Corrente Líquida
RENAME	Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RIBPG	Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos
RIPSA	Rede Interagencia de Informações para a Saúde
RMM	Razão de Mortalidade Materna
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Relipen	Relatório de Informações Penais
Renaveh	Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica e Hospitalar
SAEGO	Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás
Sargsus	Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório de Gestão
SAE	Serviço de Assistência Especializado
SEAPA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Seduc	Secretarias Estaduais de Educação
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Senappen	Secretaria Nacional de Políticas Penais do MJSP
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública do MJSP
Senatran	Secretaria Nacional de Trânsito
SES-GO	Secretaria Estadual de Saúde de Goiás
SGI	Superintendência de Gestão Integrada
SIGETEC	Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

SIGTAP	Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, órteses/Próteses e Materiais Especiais
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAPED	Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material biológico, de Digitais e de Drogas
Sisdepen	Sistema Nacional de Informações Penais
Sirc	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SIS	Sistemas de Informação em Saúde
SNA	Sistema Nacional de Auditorias
SSP-GO	Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás
SUSPDS/Susp	Sistema Único de Segurança Pública e Defesa Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termos de Ajuste de Conduta
TCE- GO	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
TCM	Tribunal de Contas do Município
TCP	Taxa de Cumprimento de Prazos
TCU	Tribunal de Contas da União
TEFIN_PPA	Taxa de execução financeira do PPA
TEF_PPA	Taxa de execução física do PPA
TGD	Transtornos globais de desenvolvimento
TI	Tecnologia da Informação
TJGO	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
TJ	Tribunal de Justiça
TME	Tempo Médio de Espera
UEx	Unidade Executora
UFG	Universidade Federal de Goiás
UF	Unidades da Federação
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
Vigidesastres	Vigilância de Desastres
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **5**
LISTA DE SIGLAS **6**
1. Introdução **12**
1.1 Contextualizando o IEGE 14
1.2 Dados, Indicadores e Índices 16
1.3 Elementos de informação utilizados para a construção das dimensões do IEGE 18
1.4 Objetivo Geral do Manual 19
1.5 Objetivos Específicos do Manual 19
2 As Dimensões do IEGE **20**
2.1 Planejamento (i-PLAN) 22
2.2 Gestão Fiscal (i-FISCAL) 24
2.3 Desenvolvimento Econômico (i-DES) 25
2.4 Saúde (i-SAÚDE) 28
2.5 Educação (i-EDUC) 31
2.6 Segurança Pública (i-SEG) 32
2.7 Meio Ambiente (i-AMB) 35
3 Metodologia **38**
3.1 Metodologia de definição dos quesitos 39
3.2 Metodologia de pontuação dos quesitos e dimensões 45
3.3 Definição do sistema de pontuação de cada quesito 45
3.4 Definição do peso de relevância e da pontuação de cada quesito 48
3.5 Definição da pontuação máxima de cada dimensão 48
3.6 Definição dos pesos de cada dimensão 49
3.7 Definição do IEGE do Estado de Goiás 49
3.8 Definição das faixas de resultado do IEGE 50
4 Quesitos validados **51**
5 Considerações Finais **52**
Referências Bibliográficas **53**
Apêndices por dimensão: **70**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

1. INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO – tem a missão institucional[1] de exercer o controle externo da administração pública, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão das políticas e dos recursos públicos, em benefício da sociedade.

Na consecução desta missão, o Plano Estratégico 2021-2030[2] estabeleceu como um de seus objetivos estratégicos a ampliação da "influência do controle externo nos resultados da administração pública e no desempenho de políticas públicas específicas".

Assim, a atuação do TCE-GO no âmbito do controle externo concentra-se, de forma expressiva, na avaliação de políticas públicas estaduais, com o propósito de contribuir para a gestão e o aprimoramento de tais políticas, bem como para a adequada aplicação dos recursos públicos a elas vinculados, garantindo que seus objetivos sejam alcançados de forma legítima, econômica, eficaz e eficiente.

Nesse diapasão, em agosto de 2023, o TCE-GO expediu a Resolução Normativa N.º 7/2023[3], que, ao dispor sobre a aplicação do Índice de Efetividade da Gestão Estado – IEGE – por esta Corte de Contas, apresentou o referido índice como um instrumento destinado a avaliar a qualidade dos meios empregados para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão no âmbito do Estado de Goiás. Para tanto, foram considerados aspectos relacionados ao bem-estar social por meio das dimensões de planejamento, gestão fiscal, educação, saúde, segurança pública, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

A aludida resolução normativa, em sua exposição de motivos, também evidenciou o caminho percorrido pelo IEGE até o TCE-GO, esclarecendo se tratar de um índice compartilhado pela Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE

[1] GOIÁS. Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Plano Estratégico 2021-2030. Goiânia - GO: TCE-GO, 2024. P. 30. Disponível em: https://portal.tce.go.gov.br/governanca-planejamento-e-gestao/planos-institucionais/plano-estrategico. Acesso em: 10 mar. 2025.
[2] Ibid., p. 32.
[3] Id. Resolução Normativa N.º 7/2023. *Dispõe sobre a aplicação do Índice de Efetividade da Gestão Estadual pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás*. Goiânia – GO: TCE-GO, 2023. Disponível em: https://portal.tce.go.gov.br/tce-juris/atos-normativos-do-tce-go. Acesso em: 10 mar. 2025.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

INDICON –, a qual o TCE-GO passou a integrar quando aderiu ao Acordo de Cooperação Técnica e Operacional n.º 01/2021[4], inicialmente firmado entre o Instituto Rui Barbosa – IRB – e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP.

À vista disso, destaca-se que tanto a participação do TCE-GO na REDE INDICON quanto a deliberação pela implementação do IEGE nesta Corte de Contas estão alinhadas a uma moderna visão de controle externo, na qual as ações dos Tribunais de Contas devem abranger não somente a verificação da conformidade com o ordenamento jurídico, mas também a análise do desempenho da gestão pública, compreendida como a mensuração do impacto da execução das despesas públicas na qualidade de vida do cidadão.

Ressalta-se que o IEGE é um instrumento técnico multifuncional, visto que, para além da verificação de aspectos específicos de conformidade, permite o conhecimento do nível de desempenho da gestão pública. Ademais, proporciona ferramentas úteis para a atuação dos órgãos de controle, atuando como um mecanismo de prospecção para as equipes de fiscalização. Outrossim, disponibiliza recursos que possibilitam aos gestores públicos adotar medidas voltadas à melhoria dos serviços prestados à população. Finalmente, ao tornar públicos seus resultados, oferece à sociedade civil os elementos necessários para o exercício do controle social, permitindo-lhe avaliar o desempenho governamental.

Além disso, o IEGE configura-se como um instrumento técnico capaz de subsidiar a análise das contas públicas, em especial as contas governamentais prestadas anualmente, com foco no planejamento e atendimento das necessidades da sociedade.

Em termos contextuais, a idealização do IEGE por este Tribunal de Contas ocorreu após o amadurecimento acadêmico do IEGE criado por outros órgãos de controle, tais como, aqueles idealizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE-PI, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP, entre outros. Isso porque, estudos acadêmicos e institucionais identificaram oportunidades de melhorias passíveis de

[4] INSTITUTO RUI BARBOSA; TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Acordo de cooperação técnica IRB TCEESP 01/2021.* Brasília - DF: IRB, 2024. Disponível em: https://www4.tce.sp.gov.br/licitacao/sites/licitacao/files/sei_tcesp_-_0419129_-_acordo_de_cooperacao_tecnica_irb_tcesp.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

serem aplicadas aos índices anteriormente criados, o que engendrou terreno fértil para a emergência de um novo índice de efetividade da gestão estadual. Assim, o TCE-GO optou por realizar uma compreensiva e extensa revisão dos quesitos utilizados por outros Tribunais de Contas, para, ao final, construir o seu próprio Manual do IEGE.

Registre-se que durante o processo de criação e seleção do conjunto de quesitos estruturantes do IEGE do TCE-GO, além dos quesitos próprios, desenvolvidos de forma inédita por esta Corte de Contas, foram mantidos determinados quesitos apresentados por outros Estados. De forma complementar, foram criados quesitos específicos relacionados a planos estaduais e planos estratégicos das diversas áreas de governo, inclusive, com a definição de quesitos relacionados a metas estabelecidas pelo próprio governo estadual. Por fim, foram elaborados, de forma inovadora, quesitos pautados nas metas de desenvolvimento sustentável presentes no documento "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", da Organização das Nações Unidas (ONU).

Dessa forma, espera-se que o IEGE, por meio da sinergia de suas distintas dimensões internas, forneça elementos capazes de contribuir de maneira decisiva na estruturação de eventuais ações corretivas e de aprimoramento das políticas públicas estaduais, ao mesmo tempo em que possa fundamentar as decisões do TCE-GO no que tange às suas futuras ações de controle, favorecendo, por conseguinte, o desenvolvimento da sociedade goiana.

1.1 Contextualizando o IEGE

A demanda crescente por serviços públicos tem sido progressivamente caracterizada por exigências de maior qualidade e efetividade, cuja implementação enfrenta constantemente desafios impostos pela limitação de recursos. Tal cenário requer dos governos contemporâneos, em todas as esferas da federação, a adoção de estratégias de atuação orientadas à inovação e à busca por aprimoramentos acerca da eficiência e da efetividade das políticas públicas. Nesse contexto, apresenta-se um quadro sintético apresentando as principais diferenças entre os conceitos de efetividade e eficiência.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Quadro 01: Diferenciação entre efetividade e eficiência

Efetividade	Eficiência
- Relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população-alvo (impactos observados), e os objetivos pretendidos (impactos esperados). - Trata-se de verificar a ocorrência de mudanças na população-alvo que poderiam ser razoavelmente atribuídas às ações do programa avaliado. - Diz respeito ao alcance dos resultados pretendidos a médio e longo prazo.	- Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los em um determinado período, mantidos os padrões de qualidade. - Refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos. - Pode ser examinada sob duas perspectivas: minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado.

Fonte: BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Glossário de Termos do Controle Externo*.

Para alcançar a efetividade na gestão de ações governamentais e na execução de políticas públicas, a escolha e a implementação dos instrumentos de fiscalização adequados são tarefas fundamentais, pois permite a correta aferição dos níveis de alcance dos objetivos estipulados, de forma objetiva.

É nesse contexto que o TCE-GO, nos termos de sua Resolução Normativa n° 7/2023, propôs a institucionalização do IEGE, ferramenta com o objetivo de viabilizar o acompanhamento do desempenho da gestão pública estadual ao longo do tempo, construída a partir da identificação de boas práticas e oportunidades de melhoria nas principais áreas administrativas do estado e com o intuito de estreitar a comunicação entre esta Corte de Contas e a sociedade, dotando-a de um instrumento que sintetiza, didaticamente, as realizações da Administração Pública, capacitando a população para o exercício do seu controle social.

O IEGE avalia a qualidade do desempenho em diversos aspectos da gestão pública, a partir de seleção metodologicamente adequada de dados, bem como, de indicadores de processos e resultados relativos às atividades administrativas, além

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

de indicadores socioeconômicos relevantes e necessários a uma melhor compreensão do cenário avaliado.

Sob esse prisma, o IEGE elaborado pelo TCE-GO foi estruturado com vistas a ser um índice perene capaz de proporcionar macrovisões da gestão pública por meio de sete distintas dimensões, cada qual aderente a uma área ou função governamental relevante. O Quadro 2 evidencia as sete dimensões do IEGE-Goiás:

Quadro 02: Dimensões estratificadas para análise do IEGE/GO

Área Governamental	Dimensão correspondente no IEGE (subíndices)
1) Planejamento	i-PLAN: Índice Estadual do Planejamento
2) Gestão Fiscal	i-FISCAL: Índice Estadual da Gestão Fiscal
3) Desenvolvimento Econômico	i-DES: Índice Estadual de Desenvolvimento Econômico
4) Saúde	i-SAÚDE: Índice Estadual da Saúde
5) Educação	i-EDUC: Índice Estadual da Educação
6) Segurança Pública	i-SEG: Índice Estadual da Segurança Pública
7) Meio Ambiente	i-AMB: Índice Estadual do Meio Ambiente

Fonte: Elaboração própria

As dimensões selecionadas, além de refletirem as principais responsabilidades do Estado na repartição de competências materiais dentro da Federação, espelham áreas com posição estratégica no contexto das finanças públicas e de grande potencial na concretização dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal.

1.2 Dados, Indicadores e Índices

Conforme evidenciado pelo seu nome, o IEGE foi elaborado na forma de um índice, isto é, uma medida composta que, de maneira geral, estrutura-se em uma série histórica, sendo constituída pela integração de dados unidimensionais e multidimensionais, bem como por uma variedade de indicadores. Seu objetivo primordial reside em retratar, de modo sintético, uma realidade mais ampla. Um índice, por sua natureza, tende a expressar uma tendência relativa à realidade

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

avaliada, possibilitando a realização de comparações entre distintos períodos ou entre diferentes grupos.

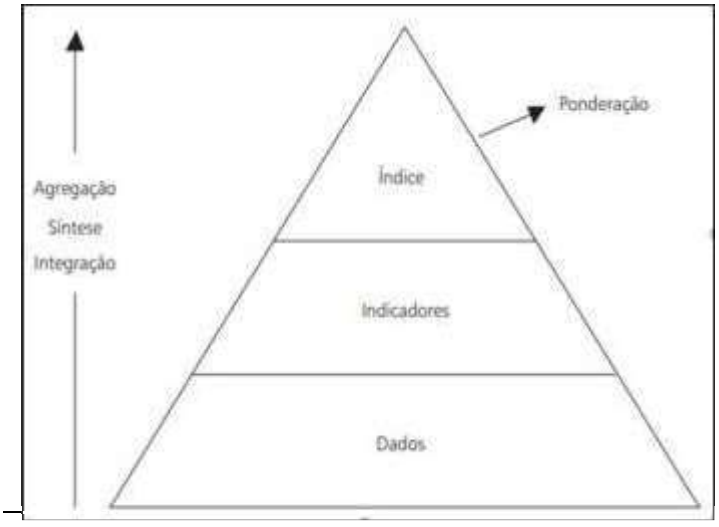
Os índices, portanto, são elaborados mediante a agregação de dois ou mais indicadores simples, os quais podem se referir a uma mesma dimensão ou a dimensões diferentes de uma mesma realidade[5].

Um indicador, por sua vez, refere-se a um instrumento relativamente mais simples do que o índice, sendo utilizado para traduzir a relação entre duas variáveis num recorte de tempo. Sua principal função está em medir e informar o progresso de uma determinada meta, revelando o comportamento da variável dependente e tornando mais perceptíveis fenômenos que não seriam imediatamente detectáveis apenas com dados isolados[6].

Dessa maneira, enquanto o indicador procura indicar e evidenciar um fenômeno, o índice visa sinalizar, por meio de um valor denominado *medida-síntese*, uma realidade maior, que, inclusive, pode abarcar uma ampla variedade de fenômenos.

Em analogia com uma pirâmide (Figura 01), os dados brutos ou primários das realidades medidas conformariam a base dessa pirâmide. Em um segundo nível, ter-se-ia os indicadores, acima dos dados, mas ainda abaixo do índice, que, por sua vez, ocuparia o topo da figura geométrica, agregando dados e indicadores.

Figura 01: Pirâmide de agregação de medidas



[5] JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil*. 3ª ed. 2ª impressão Campinas, SP: Alínea, 2006.
[6] VAN BELLEN, Hans Michel. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

1.3 Elementos de informação utilizados para a construção das dimensões do IEGE

Para a construção das dimensões do IEGE - estas, verdadeiro subíndice autônomo -, foram selecionados um conjunto de indicadores de elevada significância e representatividade considerando o tema circunscrito por cada uma. Tais indicadores originaram-se de produções governamentais de planejamento e monitoramento de nível nacional e estadual, sendo alguns construídos pela equipe de especialistas que atuaram na construção do instrumento. Entretanto, todos possuem suporte em séries históricas de dados brutos produzidos por instâncias e instituições públicas de alta credibilidade técnica e operacional, como será descrito adiante.

Em síntese, são as principais fontes de informação utilizadas:

- Dados brutos atualizados e disponibilizados por entidades governamentais em forma de dados abertos;
- Indicadores oficiais adotados por documentos de planejamento tático e estratégico, e por grandes planos e programas de alçada nacional e estadual;
- Indicadores elaborados por especialistas, amparados pela literatura científica da área correspondente;
- Informações levantadas pela equipe a partir de *surveys* (questionários) por ela produzidos e preenchidos por órgãos e entidades da administração pública estadual goiana;
- Dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado;
- Informações oriundas das Prestações de Contas Anuais do Governo do Estado;
- Dados provenientes dos sistemas do Governo do Estado;
- Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF);

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

- Informações obtidas a partir de sites oficiais como os das Secretarias de Estado e do Poder Legislativo;
- Dados e informações produzidas por ações de controle externo do TCE-GO;
- Contribuições de especialistas da Universidade Federal de Goiás, pesquisadores nas áreas governamentais envolvidas em cada dimensão.

É relevante destacar que, embora as respostas fornecidas pelo Governo do Estado nos questionários sejam declarativas, a veracidade dessas informações será confirmada pelo Tribunal mediante a validação dos documentos apresentados e outras fontes que possam ser solicitadas. Além disso, poderão ser utilizados documentos de prestação de contas, consultas a portais de transparência, bancos de dados oficiais, auditorias e outras fontes confiáveis para garantir a validação adequada.

1.4 Objetivo Geral do Manual

Registrar e divulgar a metodologia adotada para a construção do Índice de Efetividade da Gestão Estadual, o IEGE/GO, em todas as suas etapas.

1.5 Objetivos Específicos do Manual

Viabilizar a aplicação de questionário eletrônico que reflita todos os quesitos e indicadores selecionados para compor cada uma das sete dimensões estruturantes do Índice de Efetividade da Gestão Estadual – IEGE, que será preenchido por gestores da administração pública estadual.

Os dados e informações coletados a partir das respostas ao questionário eletrônico serão traduzidas, objetivamente, em uma pontuação para cada dimensão, conforme metodologia elaborada, da qual derivará a medida-síntese.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

2. AS DIMENSÕES DO IEGE

São sete as dimensões integrantes do IEGE, estabelecidas pela Resolução Normativa n° 7/2023, selecionadas a partir do modelo geral estabelecido e compartilhado pela Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE INDICON. Tais dimensões revelam as principais áreas de atuação governamental, todas com elevado impacto social, econômico, orçamentário, financeiro e significativo potencial para a concretização de direitos fundamentais. Traduzidas em subíndices do IEGE, essas dimensões são:

- i-PLAN: Índice Estadual do **Planejamento**
- i-FISCAL: Índice Estadual da **Gestão Fiscal**
- i-DES: Índice Estadual de **Desenvolvimento Econômico**
- i-SAÚDE: Índice Estadual da **Saúde**
- i-EDUC: Índice Estadual da **Educação**
- i-SEG: Índice Estadual da **Segurança Pública**
- i-AMB: Índice Estadual do **Meio Ambiente**

Figura 2: Dimensões do IEGE.



Fonte: Elaboração própria.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Definidas as dimensões cuja efetividade da gestão estadual será medida, cada uma foi submetida a um processo lógico estruturado de identificação do universo de dados, indicadores e informações relevantes disponíveis que poderiam compor o conjunto de fenômenos sociais e governamentais a serem avaliados e transformados em um *score.*

Desse processo de identificação, seguiu-se às etapas de seleção e construção dos indicadores que efetivamente integrariam cada uma das sete dimensões. Validada a seleção, cada indicador de dimensão, agora chamado de quesito, recebeu um peso e uma faixa de pontuação, etapa indispensável para que se pudesse chegar à medida-síntese do índice.

Cada uma dessas etapas de identificação, seleção, validação, e atribuição de peso e faixa de pontos está detalhadamente descrita do Capítulo 3 deste Manual, destinado à descrição pormenorizada da metodologia.

Cumpre registrar que todas as etapas da metodologia foram planejadas e executadas pela equipe de fiscalização instituída pela Portaria n° 53/2023[7] da Secretaria de Controle Externo do TCE-GO, com colaboração de uma comissão de profissionais titulados do Instituto Verbena, entidade da Universidade Federal de Goiás – UFG. Os profissionais indicados para contribuírem com a construção da metodologia do IEGE possuem formação, atuação e expertise nas áreas do conhecimento alcançadas pelas temáticas das dimensões.

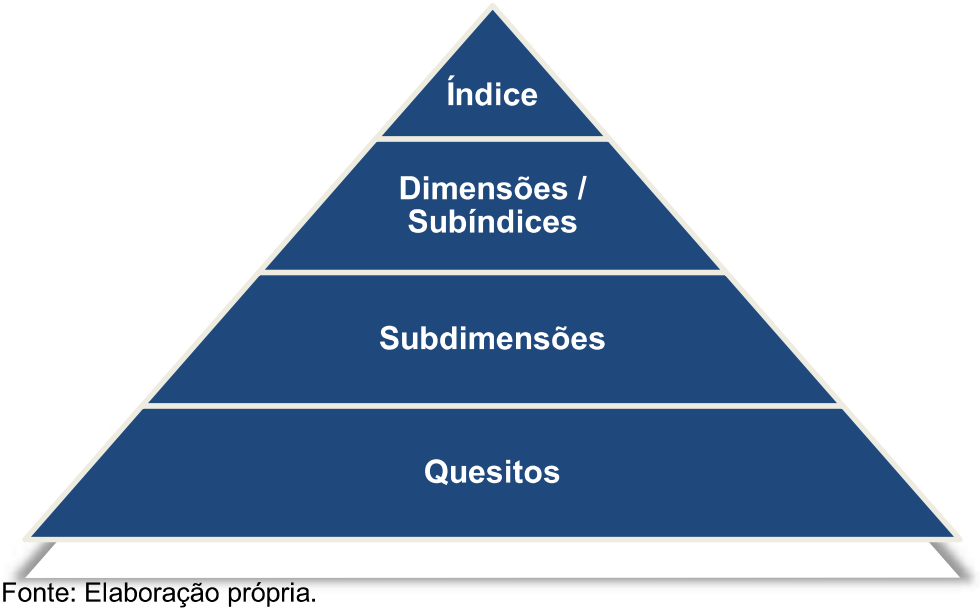
Dadas as peculiaridades das áreas do conhecimento envolvidas, as dimensões receberam quantidade variada de quesitos. Entretanto, esta diferença é posteriormente compensada na etapa de distribuição de pesos e pontos de forma individualizada para cada quesito, e generalizada em cada dimensão.

Além do índice geral e das dimensões do IEGE (subíndices), o modelo é formado por subdimensões temáticas, nas quais as dimensões dividem-se. Por fim, o menor nível de análise é composto pelos quesitos, os quais serão respondidos pelo público-alvo para conformação dos resultados. A Figura 3 descreve os níveis estruturantes do IEGE-GO.

[7] GOIÁS. Tribunal de Contas do Estado de Goiás. *Portaria n.º 53/2023 SEC-CEXTERNO*. Goiânia-GO. TCE-GO, 2023. Disponível em: https://portal.tce.go.gov.br/tce-juris/atos-normativos-do-tce-go. Acesso em 10 mar. 2025.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Figura 3: Níveis estruturantes do IEGE.



Fonte: Elaboração própria.

A seguir, apresenta-se uma descrição detalhada e circunstanciada das dimensões e subdimensões do IEGE.

2.1 Planejamento (i-PLAN)

O planejamento e o orçamento são fundamentais para a gestão pública, sendo regulados pela Constituição Federal de 1988. Este sistema é composto por três instrumentos principais: o Plano Plurianual – PPA –, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO –, e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Cada um desses instrumentos desempenha papel crucial na definição de políticas públicas e na alocação de recursos, assegurando que as ações do governo estejam alinhadas com as necessidades da sociedade[8].

O PPA orienta a elaboração das leis orçamentárias anuais e deve ser compatível com as prioridades do governo, refletindo as demandas da sociedade. A LDO ajusta as ações previstas no PPA às possibilidades financeiras, orientando a elaboração da LOA. Por sua vez, a LOA aloca efetivamente os recursos para os

[8] DA SILVA, L. C. *Efetividade do Sistema de Planejamento no Brasil: uma análise da efetividade do planejamento no sistema orçamentário* (PPA, LDO e LOA). Monografia (Especialização) – Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2007.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

programas e ações governamentais, possibilitando a realização das metas estabelecidas.

A execução orçamentária refere-se à implementação das ações governamentais conforme previsto na LOA. Este processo envolve o controle e fiscalização dos gastos públicos, assegurando que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e transparente. O controle social é uma ferramenta importante nesse contexto, permitindo que a sociedade participe ativamente na supervisão das despesas públicas.

Já a participação social é um princípio fundamental que garante aos cidadãos o direito de influenciar as decisões sobre políticas públicas. No Brasil, isso se concretiza por meio de conselhos gestores, audiências públicas e outros canais, os quais permitem à sociedade civil acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária. A Constituição Federal assegura tal participação como um elemento essencial da democracia.

Nesse sentido, verifica-se que o sistema de planejamento e orçamento brasileiro é estruturado para promover a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos. A interligação entre o PPA, LDO e LOA, juntamente com mecanismos de participação social, busca garantir que as políticas públicas atendam às reais necessidades da população, fortalecendo assim a democracia e a responsabilidade fiscal no país. Diante disso, o Índice Estadual do Planejamento tem como objetivo avaliar e aprimorar as ações institucionais de planejamento e participação popular.

As subdimensões de planejamento selecionados, sobre os quais os quesitos foram distribuídos, são:

- Planejamento e orçamento;
- Institucional;
- Instrumentos de planejamento e orçamento;
- Participação popular.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

2.2 Gestão Fiscal (i-FISCAL)

A dimensão de Gestão Fiscal (i-FISCAL) visa avaliar a efetividade da Administração Pública a fim de maximizar o bem-estar da população, otimizando a utilização dos recursos governamentais. No entanto, em certas ocasiões, os interesses pessoais do gestor público podem não estar em consonância com os da coletividade, levando-o a tomar decisões que não priorizem de forma adequada o interesse público. Em vista disso, emergem mecanismos legais de controle com o propósito de mitigar conflitos de interesse entre as ações dos gestores públicos e os interesses da sociedade, além de evitar o descontrole das contas públicas.

Entre os mecanismos utilizados para o controle da gestão pública, destacam-se os instrumentos de planejamento e gestão fiscal. No Brasil, a principal referência nesse sentido é a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma vez que instituiu normas gerais de controle, transparência, planejamento e responsabilidade na Administração Pública. Os padrões de gestão fiscal mais elevados tendem a estar associados a melhores instrumentos de controle social sobre a gestão pública e, por consequência, fomentam uma Administração Pública mais eficiente, que propicia o desenvolvimento socioeconômico e social.

A gestão fiscal responsável pressupõe o adequado planejamento, controle, transparência e responsabilidade no manejo dos recursos públicos. As ações para avaliar a responsabilidade fiscal em entes públicos têm destacado critérios relacionados ao cumprimento de metas e limites legais, tais como, metas estabelecidas para receitas, despesas, resultados nominais e primários; a transparência e a confiança nas informações apresentadas; o controle da dívida pública, entre outros. Nesse sentido, o Índice Estadual da Gestão Fiscal visa avaliar a efetividade da gestão estadual para a área.

As subdimensões de gestão fiscal sobre os quais os quesitos foram distribuídos são:

- Metas fiscais;
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF);

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

- Execução de receita;
- Renúncia de receita;
- Execução de despesa;
- Execução de investimentos;
- Despesa com pessoal;
- Previdência;
- Dívida ativa;
- Dívida pública;
- Recuperação fiscal;
- Restos a pagar;
- Operações de crédito;
- Precatórios;
- Alienação de bens e direitos;
- Transparência da gestão fiscal;
- Duodécimos.

2.3 Desenvolvimento Econômico (i-DES)

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030 tem como uma de seus propósitos promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. Evidencia-se que o desenvolvimento econômico é um importante pressuposto do desenvolvimento social.

O gasto público é o indicador por excelência do “tamanho” do estado em relação ao nível de atividade econômica, por exemplo, em comparação com o Produto Interno Bruto (PIB). Nesse sentido, a relação entre o processo de crescimento econômico e o PIB tem elevado potencial de estimular o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Em grande medida, a intervenção do estado na economia com o propósito de fomentá-la se dá pela via tradicional da despesa pública. A despesa pública pode atuar, portanto, enquanto combustível de políticas de fomento, podendo, por sua vez, ensejar resultados relevantes em determinados setores. Ainda, pode ser

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

realizada também pela via de incentivos, tributários ou não, na esfera das medidas que conformam o chamado gasto tributário.

Desta forma, para o progresso econômico do Estado de Goiás, a atuação governamental é de significativa relevância, atuando através de ações e políticas que incrementem competitividade, incentivem o empreendedorismo, atraiam investimentos, induzam a expansão do trabalho e do emprego e promovam a inovação tecnológica, sempre em conciliação com os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável. Diante disso, o Índice Estadual do Desenvolvimento Econômico tem como objetivo avaliar e aprimorar a efetividade da gestão estadual para a área e subdimensões correlatas.

A dimensão de desenvolvimento econômico (i-DES) do índice IEGE/GO elegeu quesitos e indicadores distribuídos por sete subdimensões:

- Desenvolvimento econômico;
- Trabalho, capacitação e renda;
- Empreendedorismo;
- Inovação, pesquisa e desenvolvimento;
- Atração de investimentos e parcerias;
- Economia criativa, solidária e Arranjo Produtivo Local (APL);
- Tratamento diferenciado para MEs, EPPs e MEIs.

O crescimento econômico setorial e regionalizado está relacionado à promoção do crescimento e à preocupação em diminuir possíveis desníveis de desenvolvimento regional. Ao concentrar-se nesta área, a dimensão desenvolvimento econômico almeja reforçar políticas públicas capazes de fomentar a produção de bens e serviços, a melhoria da distribuição de renda, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais e socioeconômicas, quer seja por meio da distribuição mais equitativa de investimentos e pela promoção de políticas públicas efetivas.

Ademais, o desenvolvimento econômico efetivo pressupõe que políticas de trabalho, capacitação e renda sejam devidamente consideradas. Isso porque, esses elementos estão diretamente ligados à melhoria da qualidade de vida da

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

população e à redução das desigualdades socioeconômicas. A inclusão deste tema permite focar em aspectos essenciais para a inclusão produtiva e o fortalecimento do mercado de trabalho, criando oportunidades de emprego e promovendo a capacitação necessária para que os cidadãos possam se adaptar às demandas de um mercado de trabalho em constante transformação.

Em paralelo, o fomento ao empreendedorismo é uma estratégia eficaz para estimular a criação de novos negócios, gerar empregos e promover a diversificação da economia local. Ao incentivar o empreendedorismo inovador e sustentável, as políticas públicas fomentam, por conseguinte, o crescimento econômico, aumentando a competitividade e gerando uma dinâmica de desenvolvimento mais ampla e inclusiva.

Por sua vez, políticas públicas voltadas à inovação, pesquisa e desenvolvimento são fundamentais, haja vista as estreitas relações de tais temas com o avanço tecnológico, bem como, com a criação de novos produtos e serviços essenciais à sociedade. O investimento em inovação e pesquisa permite que as organizações e o setor público respondam de forma cada vez mais eficiente às necessidades e desafios sociais, além de contribuir para o desenvolvimento de soluções sustentáveis e para a melhoria da qualidade de vida da população.

A inovação, pesquisa e desenvolvimento são fundamentais para a geração de conhecimento e para a aplicação de novas tecnologias em diversos setores, tais como indústria, agropecuária, saúde, educação e energia, entre outros. Importante informar que o incentivo a setores estratégicos e inovadores, como o tecnológico, o sustentável e o criativo é capaz de promover o desenvolvimento econômico sustentado. Tais setores, amiúde, possuem alto potencial de crescimento e de geração de novos produtos e serviços, fomentando economias locais e regionais.

Nesse contexto, alianças e parcerias engendram a dinamização da economia local, a criação de empregos e a geração de recursos financeiros necessários para a implementação de projetos e programas de desenvolvimento. A atração de investimentos externos e internos permite que o estado obtenha os recursos necessários para o fortalecimento de sua infraestrutura, bem ainda, para a ampliação de sua base produtiva e inovação nos setores estratégicos, uma vez que os investimentos privados, sejam nacionais ou estrangeiros, têm o poder de

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

impulsionar a modernização dos setores produtivos, promover transferência de tecnologia e aumentar a competitividade das empresas locais.

Outro importante fator correlato à dimensão de desenvolvimento econômico relaciona-se à economia criativa, solidária e arranjos produtivos locais (APL). Tais áreas podem promover um modelo de desenvolvimento econômico mais inclusivo, sustentável e diversificado, por meio da valorização da inovação, da cultura local, e da colaboração comunitária. Os APL são formas de organização produtiva regional que reúnem empresas, instituições e comunidades em torno de um determinado setor ou atividade econômica. Em suma, os APL permitem a aglomeração de recursos e a interdependência entre os atores locais, aumentando a eficiência e a competitividade das empresas participantes e fortalecendo a autonomia das comunidades e empresas locais.

Por fim, o desenvolvimento econômico estadual é fomentado positivamente pelas microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI). Desta feita, é fundamental a existência de políticas públicas que desburocratizem e valorizem o desenvolvimento de pequenos negócios e microempreendedores, com impactos positivos na geração de empregos, na inclusão econômica e no fortalecimento da economia local.

2.4 Saúde (i-SAÚDE)

A saúde é um direito fundamental e essencial para o bem-estar individual e coletivo. A Constituição Federal de 1988 consagra a saúde como um direito de todos e dever do Estado, reafirmando o compromisso com a universalidade, equidade e integralidade no acesso e oferta de serviços de saúde. Esse marco constitucional estabeleceu as bases para a criação do Sistema Único de Saúde – SUS –, regulamentado pela Lei n° 8.080 de 19 de setembro de 1990, que organiza e define as ações e serviços de saúde no país. A lei reforça a necessidade de integração das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como o envolvimento intersetorial para enfrentar os determinantes sociais que afetam a saúde da população.

Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei n.º 8.080/90 estabelecem que a gestão do SUS será fundamentada na distribuição de competências entre a

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

União, estados e municípios. Logo, cabem às três esferas de governo, conjuntamente, definir mecanismos para o controle e a avaliação dos serviços de saúde, monitorar o nível de saúde da população, bem como, gerenciar e aplicar os recursos orçamentários e financeiros, além de definir políticas de recursos humanos, realizar o planejamento de curto e médio prazo e promover a articulação de políticas de saúde, entre outras ações.

O planejamento do SUS é uma função gestora indelegável e fundamental para assegurar a implementação das ações e serviços de saúde, os quais devem ser desenvolvidos de forma contínua, articulada, integrada e solidária entre as três esferas de governo. As diretrizes do planejamento do SUS integram a Portaria de Consolidação n.º 01/2017 do Ministério da Saúde, que estabelece o planejamento ascendente e integrado, do nível local até o federal, orientado de acordo com os problemas e necessidades da população para a construção das diretrizes, objetivos e metas. O planejamento deve envolver a compatibilização entre os instrumentos de planejamento em saúde, denominados Plano de Saúde, Programações Anuais, Relatório de Gestão e os instrumentos de planejamento e orçamento do governo PPA, LDO e LOA nas diferentes esferas.

O Plano Estadual de Saúde – PES – é o principal instrumento de planejamento da gestão estadual do SUS e tem como finalidade orientar a elaboração e/ou implementação de estratégias e políticas para atender às necessidades de saúde da população em um quadriênio. É elaborado por meio do diagnóstico situacional das condições socioeconômicas, de saúde e da organização da Rede de Atenção à Saúde – RAS – e deve estar alinhado com o planejamento governamental e orçamentário do estado de Goiás.

A gestão pública eficiente e eficaz da saúde é um dos pilares fundamentais para a garantia do direito e melhoria das condições de saúde de vida da população, impactando diretamente na qualidade de vida, morbidade, mortalidade e custos econômicos para o estado. A análise da efetividade da administração pública é importante para avaliar a capacidade do governo estadual de atender às necessidades populacionais e alcançar os objetivos das políticas públicas de saúde.

O SUS é um dos maiores e mais complexos sistemas públicos de saúde do mundo, cuja estrutura e funcionamento é diretamente afetado pelas ações da

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

gestão estadual. Sua estrutura é baseada em princípios fundamentais como a universalidade, integralidade e equidade, o que demanda a articulação de uma ampla Rede de Atenção à Saúde, desde a Atenção Primária à Saúde – APS – até a atenção especializada de média e alta complexidade, contemplando a parte ambulatorial e hospitalar. O SUS é norteado por múltiplas políticas públicas e programas estratégicos, como a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB –, o Programa Nacional de Imunizações – PNI – e a Política Nacional de Vigilância em Saúde – PNVS –, entre outras. Em decorrência da sua complexidade, a avaliação da efetividade da gestão estadual é fundamental para o diagnóstico e subsidia melhorias nas políticas e práticas de gestão, contribuindo para incremento das condições de vida da população, qualidade dos serviços de saúde e alocação mais eficiente de recursos.

Avaliar a efetividade da gestão pública estadual em saúde é uma tarefa complexa e envolve o desenvolvimento e aplicação de metodologias adequadas[9]. A principal metodologia empregada é a avaliação por meio de quesitos, que incluem o uso de perguntas para mensurar de forma qualitativa e quantitativa os mais diversos aspectos da gestão em saúde ou por meio da análise de indicadores de saúde.

Os diversos quesitos analisados, por sua vez, podem ser sintetizados em um Índice Estadual da Saúde – i-SAÚDE –, que apresenta a capacidade de avaliar a efetividade da gestão estadual para saúde. Dessa forma, o i-SAÚDE proposto neste estudo permitirá a identificação de potencialidades, boas práticas e fragilidades, orientando gestores no direcionamento de recursos, no aprimoramento dos serviços e na formulação de políticas mais equitativas e resolutivas. Além disso, possibilitará nas comparações regionais e temporais, promovendo maior transparência e responsabilidade na gestão pública, com foco na melhoria dos resultados em saúde para a população.

Os quesitos que comporão o i-SAÚDE serão agrupados em diversas subdimensões que avaliam os múltiplos aspectos das ações, programas e políticas públicas estaduais de saúde. Tais subdimensões incluem elementos norteadores,

[9] ALBUQUERQUE, C.; MARTINS, M. *Indicadores de desempenho no Sistema Único de Saúde: uma avaliação dos avanços e lacunas. Saúde em Debate*, v. 41, p. 118-137, 2017. DOI: 10.1590/0103-11042017s10.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

tais como planejamento estratégico, cobertura de serviços, eficiência na utilização de recursos e efetividade das ações de saúde da gestão estadual.

As subdimensões de saúde selecionadas, sobre as quais os quesitos foram distribuídos, são:

- Atenção Primária à Saúde – APS;
- Atenção especializada;
- Vigilância em saúde;
- Assistência farmacêutica;
- Infraestrutura e recursos;
- Planejamento em saúde;
- Gestão e governança;
- Gestão financeira;
- Controle e participação social.

2.5 Educação (i-EDUC)

O Estado desempenha um papel fundamental na formulação e execução das políticas públicas de educação. Conforme estabelecido nos artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito fundamental de todo cidadão e uma responsabilidade tanto do Estado quanto da família.

Nesse contexto, cabe ao Estado garantir a oferta obrigatória e gratuita do ensino público, assegurar o acesso à educação para pessoas com deficiência e atender àqueles que não tiveram oportunidades de estudo na juventude. Além disso, o Estado é responsável pela gestão do sistema educacional, devendo promover o bem-estar social e econômico, além de garantir as condições salariais e materiais de trabalho adequadas aos professores.

Segundo o levantamento realizado pelo IPEC em 2023, 96% da população considera a educação fator primordial para a solução de problemas como violência, pobreza e desigualdade. Além disso, 92% acreditam que estudar em escolas de qualidade é fundamental para melhorar a vida de uma pessoa. Esses dados refletem a percepção nacional de que investir em educação é o caminho mais eficaz para transformar o país.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Contudo, melhorar a educação pública permeia diversos aspectos, tais como: organização escolar, infraestrutura, transporte e alimentação escolar, corpo docente, políticas educacionais, indicadores, conselhos e colegiados escolares, entre eles.

Por essa razão, o Índice Estadual da Educação – i-EDUC – tem como objetivo avaliar e aprimorar o desempenho do sistema educacional estadual nas diversas áreas que abrangem a educação, assegurando a efetividade das garantias constitucionais nas instituições de ensino. A análise dos dados coletados permite verificar o desempenho de escolas, gestores e redes de ensino em relação aos objetivos estabelecidos. Assim, com base nesses dados, é possível identificar áreas que necessitam de melhorias, permitindo a adoção de políticas mais eficazes para o aprimoramento da educação estadual.

As subdimensões de educação selecionadas, sobre as quais os quesitos foram distribuídos, são:

- Organização Escolar;
- Infraestrutura Escolar;
- Transporte Escolar;
- Alimentação Escolar;
- Corpo Docente;
- Políticas Educacionais;
- Abandono e Evasão Escolar;
- Modalidades de Educação;
- Indicadores Educacionais;
- Conselhos e Colegiados.

2.6 Segurança Pública (i-SEG)

A dimensão de Segurança Pública (i-SEG) apresenta os conceitos necessários e suficientes para a mensuração dos indicadores da efetividade da administração pública do estado de Goiás concernente à segurança pública. Além disso, a referida dimensão contextualiza os dados isolados e correlacionados

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

referentes à segurança pública de Goiás e seus respectivos profissionais, bem como, avalia a efetividade dos investimentos em equipamentos, pessoal e formação para/nas políticas de segurança pública de Goiás.

O Índice Estadual da Segurança Pública – i-Seg tem como escopo mensurar a efetividade da gestão no âmbito das diferentes forças e políticas de segurança pública do Estado de Goiás. Por efetividade da gestão de segurança pública entende-se que a sensação de segurança tem papel basilar, haja vista englobar quesitos relacionados à infraestrutura, equipamentos, viaturas, suprimentos e mão-de-obra especializada. Além disso, emergem questões importantes relacionadas ao planejamento, políticas e ações integradas das Forças de Segurança, bem como, políticas de segurança pública destinadas à prevenção de ilícitos, manutenção da paz e preservação da ordem pública.

Nessa seara, os órgãos integrantes da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP) têm papel fundamental, quais sejam, Polícia Civil, Polícia Penal, Polícia Militar, Polícia Técnico-Científica e Corpo de Bombeiros Militar.

Um estudo divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro em janeiro de 2024 revelou que o Brasil atingiu apenas 34% das metas de segurança previstas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – ONU, posicionando-se à frente apenas do México e da África do Sul. Em contrapartida, os demais países do G20 apresentaram um desempenho médio de 79% no cumprimento dessas metas.

Adicionalmente, uma pesquisa realizada pelo Datafolha, em março de 2024, apontou um aumento de cinco pontos percentuais na sensação de insegurança entre os brasileiros, em comparação com os dados de setembro de 2023. O levantamento revelou que 39% dos entrevistados consideravam-se "muito inseguros" ao caminhar pelas ruas de suas cidades, 26% se sentiam "um pouco inseguros", 21% estavam "mais ou menos seguros" e apenas 14% se consideravam "muito seguros".

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, que traz dados referentes ao ano de 2023, registrou 46.328 mortes violentas intencionais no Brasil, o que corresponde a 22,8 homicídios a cada 100 mil habitantes. A mesma publicação destacou que, durante 2023, ocorreram 118 suicídios de policiais e 127 assassinatos de policiais, sendo que 57% destes assassinatos aconteceram fora

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

do horário de serviço. No que diz respeito às mortes decorrentes de intervenções policiais, o anuário reportou 6.393 vítimas naquele ano.

Em relação ao estado de Goiás, o Anuário de Segurança Pública apontou que, em 2022, foram registradas 1.185 vítimas de homicídios dolosos, número que caiu para 1.049 em 2023. Quanto às mortes decorrentes de intervenção policial (tanto em serviço quanto fora de serviço), em 2022, foram contabilizadas 539 vítimas, enquanto em 2023, tal número caiu para 517 vítimas.

Além desses dados, diversos outros aspectos relacionados ao estado de Goiás exigem uma análise mais detalhada, como o efetivo das forças de segurança, a formação dos profissionais da área e o orçamento destinado a esse setor. Esses fatores, em conjunto, são fundamentais para a formulação de um Índice de Efetividade da Administração Pública do Estado de Goiás.

Neste contexto, o Índice Estadual da Segurança Pública tem como objetivo geral avaliar e aprimorar os critérios de efetividade da administração pública do estado de Goiás, com especial atenção à qualidade das políticas e medidas relacionadas à segurança pública. Para tanto, na elaboração dos quesitos referentes a essa dimensão, foi realizada uma pesquisa interdisciplinar, abrangendo níveis estadual, nacional e internacional, além de pesquisa documental, considerando os diversos relatórios governamentais e não-governamentais elaborados nos últimos dez anos.

As subdimensões de segurança pública selecionadas, sobre as quais os quesitos foram distribuídos, são:

- Planejamento;
- Recursos Humanos;
- Estatísticas Criminais;
- Investigação Policial e Polícia Judiciária;
- Policiamento Ostensivo;
- Estrutura Científica de Investigação;
- Investimentos, Custeio e Patrimônio;
- Estratégia Transversal de Segurança;
- Segurança Viária;
- Sistema Prisional;
- Defesa Civil.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

2.7 Meio Ambiente (i-AMB)

O Índice Estadual de Meio Ambiente (i-AMB) retrata diversas áreas do conhecimento e das políticas públicas, conectando-se a setores como economia, saúde, educação, segurança alimentar e gestão urbana. A crise ambiental global vai além da preservação ecológica, haja vista tratar-se de um dos desafios mais complexos da atualidade. Essa interseção evidencia que as questões ambientais não podem ser abordadas de forma isolada, mas exigem uma estratégia integrada e multidisciplinar capaz de alinhar as políticas públicas e mobilizar distintos atores sociais para lidar com desafios interconectados.

No âmbito econômico, práticas insustentáveis esgotam recursos naturais e comprometem a biodiversidade, enquanto a transição para economias verdes cria oportunidades de inovação e emprego. Na saúde, a degradação ambiental agrava problemas de saúde, muitas vezes intensificados por desastres climáticos ou pela poluição do ar e da água.

Diante desse cenário, a gestão ambiental deve ser concebida de forma integrada, articulando diferentes áreas governamentais. Não se trata apenas de proteger ecossistemas, mas de equilibrar desenvolvimento econômico, conservação ambiental e justiça social.

Para o enfrentamento de desafios ambientais complexos, faz-se mister que a administração pública disponha de ferramentas eficazes para medição e avaliação do impacto de suas políticas da área. Indicadores como índices de desmatamento, qualidade do ar e da água, taxas de reciclagem e emissões de gases de efeito estufa são fundamentais para monitorar avanços e identificar possibilidades de ajustes. Tais métricas devem estar alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Organização das Nações Unidas – ONU, por exemplo, com o ODS 13, referente à ação contra a mudança global do clima, e o ODS 15, que versa sobre a vida terrestre, norteando a formulação de políticas baseadas em evidências.

Ademais, a transparência e o engajamento social são fortalecidos por plataformas digitais que disponibilizam dados públicos, bem como, por ações inclusivas de educação ambiental. Ferramentas como auditorias ambientais

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

também desempenham um papel crucial, garantindo o cumprimento de normas e ajuste de estratégias governamentais.

As subdimensões de meio ambiente selecionadas, sobre as quais os quesitos foram distribuídos, são:

- Políticas ambientais;
- Institucional;
- Educação ambiental;
- Recursos hídricos;
- Barragens;
- Saneamento e resíduos;
- Solo;
- Ar;
- Biodiversidade;
- Conservação ambiental;
- Energia renovável;
- Licenciamento Ambiental.

A Figura 4 sumariza as dimensões e subdimensões estruturantes do IEGE-GO.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Figura 4 - Dimensões e subdimensões do IEGE-GO



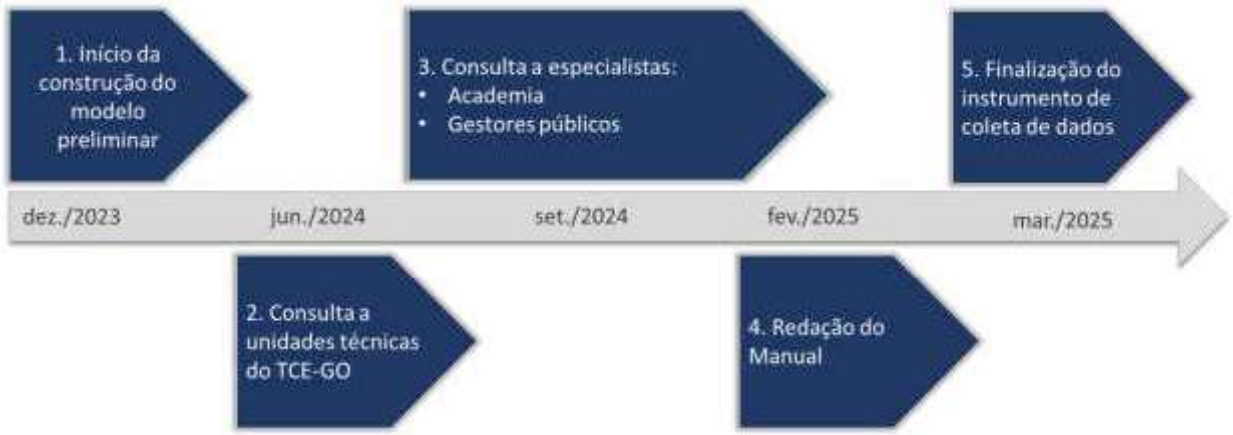
Fonte: Elaboração própria

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

3. Metodologia

O processo de elaboração do modelo de avaliação de efetividade da gestão estadual, objeto deste manual, envolveu diversas etapas concatenadas. A Figura 5 demonstra os principais passos adotados na elaboração do modelo do IEGE em Goiás.

Figura 5: Etapas do IEGE-GO realizadas no levantamento atual.



Fonte: Elaboração própria.

Em primeiro lugar, estabeleceu-se a pesquisa de materiais e iniciativas correlatas para subsidiar a construção do modelo preliminar do IEGE-GO. Posteriormente, o modelo preliminar foi submetido a unidades técnicas do TCE-GO para análises e contribuições das equipes e unidades cujos trabalhos de fiscalização relacionavam-se aos temas de cada dimensão.

Após retorno ao Serviço de Fiscalização da Administração do Estado, as contribuições realizadas pelas unidades técnicas do TCE-GO foram trabalhadas em conjunto com o supervisor e equipe do trabalho. Em etapa posterior, o modelo preliminar foi enviado para consulta a especialistas, quais sejam: academia, representada majoritariamente pela Universidade Federal de Goiás e Instituto Verbena; e gestores públicos estaduais formalmente designados pelas Secretarias

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

de Estado. A quarta etapa envolveu a redação do manual, seguida pela finalização do instrumento de coleta de dados.

A seguir, são pormenorizados os procedimentos metodológicos para definição dos quesitos.

3.1 Metodologia de definição dos quesitos

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração do Manual do IEGE do TCE-GO, em especial a definição dos seus quesitos e dos respectivos critérios de avaliação.

Inicialmente, após a publicação da Resolução Normativa n° 7/2023, a equipe do Gabinete da Conselheira Carla Santillo realizou análise abrangente do Manual do IEGE elaborado pelo Tribunal de Contas do Piauí e, a partir dessa análise, constituiu-se um documento norteador para o Manual do IEGE desta Corte. O referido documento foi remetido à Secretaria de Controle Externo para designação de equipe de fiscalização voltada à elaboração de versão definitiva do Manual do IEGE do TCE-GO.

Ato contínuo, a equipe de fiscalização foi designada, cuja composição envolveu servidores lotados no Serviço de Fiscalização da Administração do Estado, unidade vinculada à Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo da Secretaria de Controle Externo do TCE-GO.

O trabalho inicial foi realizado por meio de estudos e pesquisas técnicas realizados pela equipe de fiscalização. Foram analisados Manuais do IEGE já aplicados em iniciativas anteriores, tais como, manuais do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG –, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE-PI –, e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP. Neste momento, averiguou-se o conteúdo dos quesitos, os critérios de resposta e as métricas de pontuação. Contatos foram estabelecidos com os três Tribunais supracitados e com o Instituto Rui Barbosa – IRB – em busca de maiores esclarecimentos acerca da metodologia utilizada.

Após a análise dos aludidos Manuais do IEGE, a equipe de fiscalização identificou que para a elaboração escorreita dos quesitos seria necessário adquirir um conhecimento mais abrangente sobre índices, indicadores, metas, processos,

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

resultados, entre outros. Além disso, também se constatou a aquisição de conjunto específico de conhecimentos para cada uma das dimensões existentes, tais como a legislação pertinente, a existência de planos nacionais e estaduais sobre o assunto, a bem como de planos estratégicos, táticos e operacionais, a existência de indicadores específicos, os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU afetos a cada área, dentre outros.

Para a aquisição do conhecimento indicado, a equipe de fiscalização realizou extensa análise de documentos, leis, artigos científicos, livros, dados e outras fontes de informação existentes na literatura, nos sítios eletrônicos de Tribunais de Contas, nos sítios eletrônicos dos Jurisdicionados do Estado de Goiás e de alguns órgãos da Administração Direta da União, tais como Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Segurança Pública, dentre outros.

Neste momento, a equipe de fiscalização buscou verificar se os quesitos formulados em outros Manuais do IEGE possuíam fundamentação teórico-legal, ou seja, se decorriam de lei, meta, indicador ou boa prática. Em seguida, examinou-se se o quesito apresentava resposta objetiva, capaz de aferir, em algum nível, o resultado e a efetividade da gestão governamental. A equipe também detectou quais quesitos possuíam metas definidas em instrumentos normativos ou em instrumentos de planejamento institucional.

Após esta etapa, a equipe de fiscalização realizou a elaboração preliminar dos quesitos do Manual do IEGE do TCE-GO, os quais foram organizados em planilhas contendo o quesito, sua fundamentação, seu critério de avaliação, sugestão de pontuação e a identificação de indicadores de desempenho relacionados, quando aplicável. Ao final da elaboração dos quesitos, as unidades técnicas de outros Serviços de Fiscalização do TCE-GO foram consultadas acerca dos quesitos elaborados e, eventuais comentários e/ou sugestões de melhoria foram incorporados ao material produzido.

Posteriormente, foi realizada consulta a especialistas acadêmicos e gestores públicos, em duas etapas. Primeiramente, o Instituto Verbena da Universidade Federal de Goiás – UFG -, após instituir comissão de profissionais, direcionou os quesitos de cada dimensão para os profissionais designados, com respectiva expertise no assunto. Cabe mencionar que para a definição dos especialistas, o

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Instituto Verbena realizou análise dos possíveis docentes da UFG, por meio dos respectivos currículos lattes, verificando se suas competências eram correlatas às dimensões do IEGE. Após a definição do docente, o Instituto Verbena enviou carta aos especialistas, convidando-os a participar do projeto de revisão e validação dos quesitos para constituição do modelo do IEGE. Após o recebimento do aceite dos especialistas da UFG, foram iniciados os encontros presenciais e virtuais a fim de padronizar as etapas subsequentes. Ato contínuo, os especialistas do Instituto Verbena selecionados para cada dimensão realizaram a revisão dos quesitos preliminares apresentados pela equipe de fiscalização do TCE-GO.

Na segunda etapa de consulta a especialistas, foi iniciada a validação dos quesitos por meio da metodologia de análise de validez de concordância, com a participação de gestores estaduais e pesquisadores especialistas com domínio nas áreas avaliadas. Os gestores estaduais foram indicados livremente pelas respectivas Secretarias de Estado atuantes em cada uma das dimensões. Já os pesquisadores especialistas foram selecionados por meio de Comissão de profissionais do Instituto Verbena. Nesta etapa, a comissão de profissionais do Instituto Verbena também realizou parceria com especialistas em estatística da UFG para assessorar/desenvolver o processo de validação dos quesitos.

No que tange à validação dos quesitos, tal etapa envolveu análise do nível de concordância dos gestores e pesquisadores de cada área em relação aos quesitos propostos pelos gestores do TCE. Para isso, de forma individual, os gestores públicos e pesquisadores de cada área responderam a um questionário, atribuindo nota numérica inteira, de 01 a 05, para cada um dos três atributos (relevância, pertinência e clareza) relativo a cada quesito. Nessa escala, o valor 01 indica que o quesito é pouco significativo para mensurar um atributo, enquanto o valor 05 indica que o quesito é altamente significativo para mensurar um atributo. O Quadro 03 apresenta os valores numéricos com suas respectivas interpretações por atributo.

Quadro 03: Descrição dos valores numéricos utilizados na escala de avaliação, com sua respectiva interpretação por atributo.

Valor Numérico	Relevância	Clareza	Pertinência
1	Nada relevante	Nada Claro	Nada Pertinente
2	Pouco relevante	Pouco Claro	Pouco Pertinente

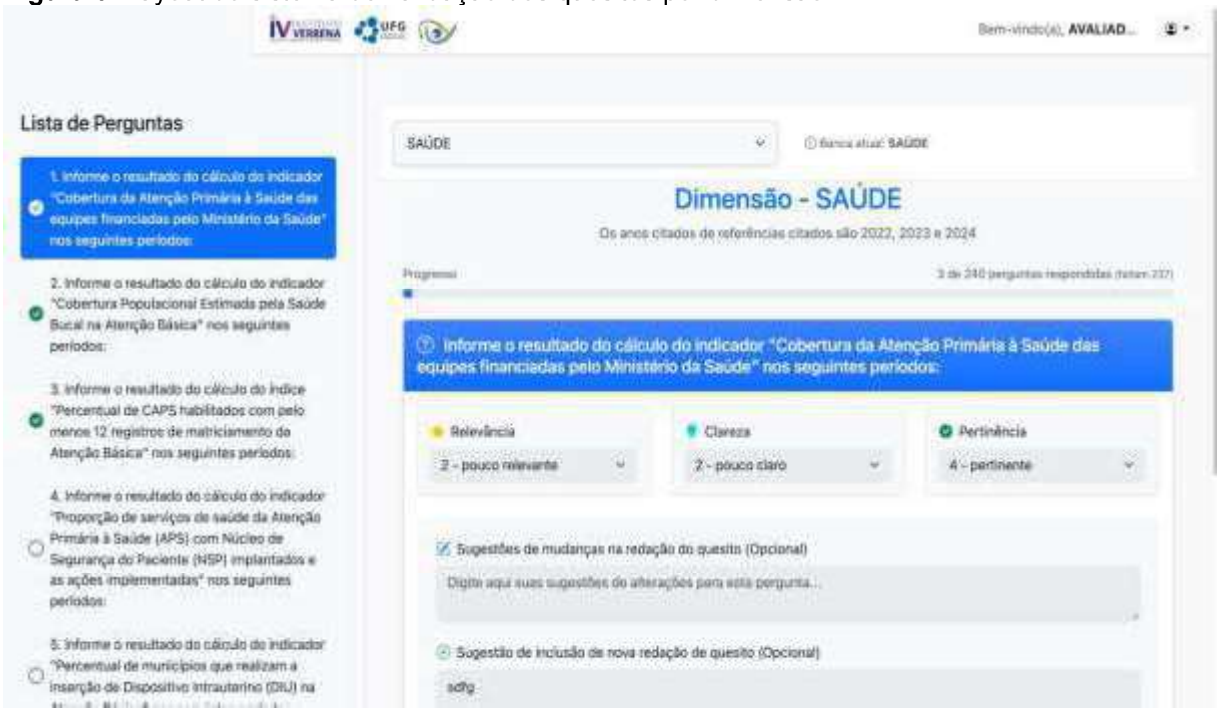
Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

3	Neutro	Neutro	Neutro
4	Relevante	Claro	Pertinente
5	Muito Relevante	Muito Claro	Muito Pertinente

Fonte: Elaboração própria

Destaca-se que para a operacionalização da etapa de validação, foi desenvolvido sistema informatizado para a coleta das respostas dos gestores e pesquisadores acerca do atributo dos respectivos quesitos, conforme ilustrado na Figura 6. O acesso ao referido sistema foi disponibilizado pelo envio, a cada um dos validadores previamente informados, do link[10] de acesso, com o respectivo login e senha.

Figura 6: Layout do sistema de validação dos quesitos por dimensão



Fonte: Dados do sistema.

Após a validação dos quesitos por meio da metodologia de validação da análise de validez de concordância, foram encontrados os seguintes resultados, por dimensão.

[10] https://sistemas.institutoverbena.ufg.br/pesquisa/login.php

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Quadro 4: Dimensão - Planejamento

Classificação	Total		UFG		Governo de Estado	
	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%
Claro e Relevante			6	21%		
Claro mas não relevante			1	3%		
Não está claro mas relevante			18	62%		
Não está claro nem relevante			4	14%		
Total geral			29	100%		

Legenda: UFG - Universidade Federal de Goiás
Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 5: Dimensão – Gestão Fiscal

Classificação	Total		UFG		Governo de Estado	
	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%
Claro e Relevante	72	99%	71	97%	67	92%
Claro mas não relevante	0	0%	0	0%	4	5%
Não está claro mas relevante	1	1%	2	3%	1	1%
Não está claro nem relevante	0	0%	0	0%	1	1%
Total geral	**73**	**100%**	**73**	**100%**	**73**	**100%**

Legenda: UFG - Universidade Federal de Goiás
Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 6: Desenvolvimento Econômico

Classificação	Total		UFG		Governo de Estado	
	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%
Claro e Relevante			27	60%		
Claro mas não relevante			1	2%		
Não está claro mas relevante			17	38%		
Não está claro nem relevante			-	-		
Total geral			45	100%		

Legenda: UFG - Universidade Federal de Goiás
Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 7: Dimensão – Saúde

Classificação	Total		UFG		Governo de Estado	
	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%
Claro e Relevante	83	35%	206	86%	75	31%

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Claro mas não relevante	1	0%	0	0%	4	2%
Não está claro mas relevante	16	7%	20	8%	18	8%
Não está claro nem relevante	140	58%	14	6%	143	60%
Total geral	240	100%	240	100%	240	100%

Legenda: UFG - Universidade Federal de Goiás
Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 8: Dimensão - Educação

Classificação	Total		UFG		Governo de Estado	
	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%
Claro e Relevante	110	98%	97	87%	109	97%
Claro, mas não relevante	0	0%	0	0%	1	1%
Não está claro, mas relevante	2	2%	15	13%	2	2%
Não está claro nem relevante	0	0%	0	0%	0	0%
Total geral	112	100%	112	100%	112	100%

Legenda: UFG - Universidade Federal de Goiás
Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 9: Dimensão – Segurança Pública

Classificação	Total		UFG		Governo de Estado	
	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%
Claro e Relevante	129	98%	121	92%	125	95%
Claro mas não relevante	0	0%	1	1%	3	2%
Não está claro mas relevante	2	2%	9	7%	2	2%
Não está claro nem relevante	0	0%	0	0%	1	1%
Total geral	**131**	**100%**	**131**	**100%**	**131**	**100%**

Legenda: UFG - Universidade Federal de Goiás
Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 10: Dimensão – Meio Ambiente

Classificação	Total		UFG		Governo de Estado	
	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%	N° de perguntas	%
Claro e Relevante	81	81%	94	94%	73	73%
Claro mas não relevante	8	8%	0	0%	9	9%
Não está claro mas relevante	10	10%	5	5%	14	14%
Não está claro nem relevante	1	1%	1	1%	4	4%
Total geral	100	100%	100	100%	100	100%

Legenda: UFG - Universidade Federal de Goiás

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, a partir da análise dos dados consignados nos quadros acima, foram selecionados os quesitos finais do modelo do IEGE do TCE-GO, que integram os apêndices deste Manual.

3.2 Metodologia de pontuação dos quesitos e dimensões

Conforme descrito na seção anterior, após a validação dos atributos de relevância, clareza e pertinência e da aplicação da metodologia de análise da validez, foram selecionados os quesitos finais que compõem este instrumento. Dessa forma, em posse dos quesitos selecionados, passou-se para a etapa de definição das pontuações dos quesitos, a seguir detalhada.

3.3 Definição do sistema de pontuação de cada quesito

Inicialmente, verificou-se que os quesitos desenvolvidos permitem respostas em diferentes escalas de medição, incluindo razão, nominal e ordinal. Neste sentido, para apresentar as possíveis situações que envolvem essas escalas de resposta, foram desenvolvidos os seguintes sistemas.

Sistema 1.

A pergunta admite como resposta duas possíveis opções, tais como: 0 ou 1; “Sim ou Não”; Atende e Não Atende.

Nessa situação, quando o critério estabelecido é atendido, a pontuação atribuída será de 1 (um) ponto. Caso contrário, a pontuação dessa pergunta será igual a 0 (zero).

Exemplo: "*O Plano Estratégico está alinhado ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social*?"

Nessa situação, a resposta apresenta duas possibilidades: atender ou não ao critério estabelecido (estar alinhado ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social). Se o critério for atendido, a pontuação atribuída será 1 (um). Caso contrário, a pontuação será 0 (zero).

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

A pontuação 0 (zero) ou 1 (um) possui finalidade didática, visando a compreensão do sistema de pontuação. No momento da aplicação do IEGE do TCE-GO, quando o critério de um quesito desse sistema não for atendido, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero), mas quando o critério for atendido, a pontuação atribuída será igual a pontuação máxima do quesito, que, por sua vez, será definida pelo peso de relevância do quesito.

Sistema 2.

Em algumas situações, verificou-se que a resposta a uma determinada pergunta pode abranger mais de duas categorias possíveis. Nesses casos, evidenciou-se a necessidade atribuição de pontuação intermediária.

Dessa forma, optou-se pela adoção de escala de pontuação em que o valor 0 (zero) é atribuído quando o critério específico não é atendido. O valor 1 (um) é atribuído para um atendimento parcial, indicando uma adesão moderada ao critério estipulado na pergunta. E o valor 2 (dois) indica o total atendimento do critério.

Exemplo: *" O Estado possui sistema formal de avaliação de desempenho para professores efetivos e temporários:"*

a) Sim para ambos.

b) Sim apenas para efetivos.

c) Não.

Nessa situação, a condição que indica o atendimento ideal do critério é “Sim para ambos”. Nesse caso, a pontuação atribuída a essa categoria seria 2 (dois), considerando uma escala de 0 (zero) a 2 (dois). A categoria "Sim apenas para efetivos" representa uma situação de efetividade parcial na gestão, justificando a atribuição de 1 (um) ponto. Por fim, a categoria "Não" indica a ausência de efetividade na gestão e, portanto, recebe a pontuação mínima de 0 (zero) pontos.

De forma similar ao que foi exposto para o sistema anterior, as pontuações 0 (zero), 1 (um) e 2 (dois) possuem finalidade meramente didática. No momento da aplicação fática do IEGE do TCE-GO, quando o critério de um quesito desse sistema não for atendido, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero), quando o critério for atendido, a pontuação atribuída será igual a pontuação máxima do quesito. Entretanto, quando a pontuação atribuída for referente ao atendimento

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

parcial, a pontuação atribuída será igual a metade da pontuação máxima do quesito.

Sistema 3.

Por fim, em outras situações, a resposta a uma determinada pergunta pode assumir valor numérico dentro de um intervalo específico. Nesses casos, recomenda-se categorizar as respostas em, no máximo, quatro níveis com as seguintes pontuações: 0 (zero) para nenhum atendimento; 1 (um) para baixo atendimento; 2 (dois) para moderado atendimento; e 3 (três) para alto atendimento.

Exemplo: *"Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita corrente líquida?"*

a) *Despesa > 48,6%.*
b) *48,6% ≥ Despesa ≥ 46,17%.*
c) *46,7% > Despesa ≥ 43,74%;*
d) *Despesa < 43,74%.*

Nesse caso, a situação que indica o alto atendimento do quesito é a "Despesa < 43,74%", que receberia a pontuação 3 (três). Já a categoria "46,7% > Despesa ≥ 43,74%" seria equivalente ao moderado atendimento, com pontuação igual a 2 (dois). Por último, teríamos as condições "48,6% ≥ Despesa ≥ 46,17%", com baixo atendimento, pontuando 1 (um) e "Despesa > 48,6%" com pontuação 0 (zero), equivalente a nenhum atendimento.

Reitera-se que, também nesse sistema, os valores 0, 1, 2 e 3 possuem finalidade didática, pois, no caso concreto, a pontuação máxima do quesito será distribuída linearmente entre as faixas estabelecidas. Assim, o alto atendimento receberá a pontuação máxima do quesito, o atendimento moderado receberá o equivalente a dois terços da pontuação máxima, o baixo atendimento receberá um terço da pontuação máxima e a faixa de nenhum atendimento receberá a pontuação zero.

Após a definição dos sistemas de resposta, foi realizada a definição da pontuação de cada quesito, conforme exposto a seguir.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

3.4 Definição do peso de relevância e da pontuação de cada quesito

Na definição das pontuações de cada quesito, foi necessário, preliminarmente, entender que cada quesito possuía, ou deveria possuir, um peso distinto na construção da efetividade da gestão.

Assim, para a definição da pontuação dos quesitos, partiu-se de uma estimativa ligada às notas atribuídas pelos gestores estaduais e pelos pesquisadores especialistas para o atributo relevância.

Desta maneira, para calcular a pontuação de um quesito específico, definiu-se como π_{rj} o peso da *r-ésima* pergunta na dimensão *j*, sendo este peso calculado a partir da seguinte expressão:

$$\pi_{rj} = \frac{M_{rj}}{\sum_{r=1}^{R} M_{rj}}$$

Onde, M_{rj}representa a média aritmética das pontuações de relevância para o r-ésimo quesito na j-ésima dimensão, obtidas a partir da participação dos gestores estaduais e dos pesquisadores especialistas na etapa de validação.

Por sua vez, o $\sum_{r=1}^{R} M_{rj}$representa o somatório das médias aritméticas das pontuações de relevância de todos os quesitos de uma determinada dimensão.

Assim, o valor obtido pela aplicação da fórmula mencionada, π_{rj} , é o que se denomina de peso de relevância do quesito, sendo este o valor convencionado pelos estatísticos do Instituto Verbena da UFG e pela equipe técnica do TCE-GO como o valor de pontuação máxima de cada quesito.

3.5 Definição da pontuação máxima de cada dimensão

Para o cálculo de pontuação final de determinada dimensão, constatou-se a relevância de três fatores: a quantidade de quesitos, o número de perguntas dentro de cada quesito e o sistema de pontuação de cada quesito.

A partir destas constatações, foi elaborada a seguinte expressão:

$$C_j = \frac{\sum_{r=1}^{p} \pi_{rj} q_{rj}}{\sum_{r=1}^{p} \pi_{rj}} x100$$

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Segundo a fórmula acima, a pontuação final para a j-ésima dimensão (□□) será definida pelo somatório da pontuação proporcional obtida para cada quesito ($\pi_{rj}\, q_{r}$□) em relação ao somatório dos valores máximos de todos os quesitos de uma determinada dimensão, multiplicado por 100.

Por fim, restou consignado que a pontuação mínima que uma dimensão pode assumir é a de □□ igual a 0 (zero), enquanto a máxima é de □□ igual a 100 (cem).

3.6 Definição dos pesos de cada dimensão

Após reflexões sobre a distribuição de pesos entre as dimensões, constatou-se a inexistência de uma única forma de estabelecer a importância de cada uma delas. Também restou evidenciado que a distribuição dos pesos baseada na simples distribuição dos gastos governamentais, apesar de válida, comprometeria a equidade na distribuição da importância entre as diferentes dimensões. Isso porque dimensões como Saúde e Educação acabariam recebendo um peso desproporcional em relação a outras áreas, como Meio Ambiente e Planejamento, que acabariam quase insignificantes na composição final do índice.

Ante a existência de inúmeras formas de estabelecer a importância das dimensões, esta Corte de Contas optou por prestigiar o alinhamento metodológico com o TCE-MG, cujo manual é referendado pelo Instituto Rui Barbosa.

Neste sentido, para o cálculo geral do IEGE, *foram atribuídos pesos de 20% para as dimensões de Educação, Saúde e Segurança Pública e pesos de 10% para Planejamento, Gestão Fiscal, Desenvolvimento Econômico e Ambiental*.

3.7 Definição do IEGE do Estado de Goiás

O cálculo do Índice de Efetividade da Gestão Estadual é realizado pela seguinte expressão:

$$IEGE = \frac{\sum_{j=1}^{7} \omega_j C_j}{\sum_{j=1}^{7} \omega_j} x100$$

Onde, Cj - representa o valor da pontuação obtida na j-ésima dimensão e ωj representam os respectivos pesos estabelecidos para cada dimensão. De outra

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

forma, o cálculo do IEGE será o resultado soma das pontuações obtidas em cada dimensão, observadas as devidas multiplicações pelos respectivos pesos, dividido pelo somatório dos pesos de todas as sete dimensões. Ao final, esse valor é multiplicado por 100 para que o resultado final seja um valor percentual.

3.8 Definição das faixas de resultado do IEGE

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) da do índice de efetividade da gestão do Estado, no ano de avaliação, em relação às sete dimensões estabelecidas.

Cada faixa de resultado será classificada conforme a nota atribuída, entretanto, a atribuição das notas irá considerar o resultado do IEGE em face dos seguintes critérios, conforme quadro a seguir:

Quadro 11 -Faixas de resultados

Notas	Faixas de Resultado	Critérios
A	Altamente efetiva	IEGE com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 dimensões com nota A
B+	Muito efetiva	IEGE entre 75% e 89,99% da nota máxima
B	Efetiva	IEGE entre 60% e 74,99% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGE entre 50% e 59,99% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGE menor ou igual a 49,99%

Fonte: Elaboração própria

Destaca-se que, apesar de o IEGE apresentar dimensões que demandam maior atenção do gestor e/ou melhor uso dos recursos públicos, o objetivo do instrumento é avaliar a gestão estadual de forma integral e concatenada. Dessa forma, a gestão altamente efetiva abarca e o desenvolvimento de todos os aspectos do bem-estar social.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

4. Quesitos validados

Os quesitos validados de cada dimensão, com os respectivos critérios de avaliação e pontuação encontram-se nos Apêndices “A” a “G” deste Manual do IEGE do TCE-GO.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

5. Considerações Finais

A criação de um índice como o IEGE representa um avanço significativo na avaliação da atuação da gestão estadual em áreas estratégicas. Por meio dessa ferramenta analítica, torna-se possível mensurar como os programas e políticas públicas estão sendo planejados e executados, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos em setores fundamentais, como saúde, educação, segurança pública e meio ambiente.

O IEGE também desempenha um papel crucial na análise da responsabilidade fiscal do Estado, abrangendo aspectos como endividamento, superávit primário e nominal, além do cumprimento dos limites de despesas estabelecidos. A partir dessas informações, é possível verificar se o bom desempenho fiscal decorre de um planejamento orçamentário eficiente ou se ocorre à custa de cortes em áreas prioritárias ou na redução de investimentos essenciais.

Para garantir uma avaliação abrangente, o IEGE é composto por sete dimensões, permitindo analisar se a gestão pública está sendo conduzida de forma integrada, planejando e executando ações que considerem o conjunto das necessidades da população. Esse modelo busca assegurar que os recursos orçamentários sejam utilizados com responsabilidade e que as políticas públicas sejam efetivamente implementadas.

Por fim, o IEGE tem como propósito estimular boas práticas de gestão, oferecendo aos gestores públicos do Estado de Goiás uma ferramenta que aponta as áreas que necessitam de aprimoramento e incentiva o engajamento de todos os envolvidos nesse processo. Além disso, promove a transparência, ao dar visibilidade para a população sobre as ações realizadas pelo Estado e sobre os desafios ainda a serem enfrentados, fortalecendo, assim, a confiança na administração pública.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Metodologia

ANDERSON, T. *An Introduction to Multivariate Statistical Analysis.* 3. ed. New York: Wiley, 2003.

AYOUBI, F. R.; NOORI, N. J. Role and importance of comparative study of public administration. *Integrated Journal for Research in Arts and Humanities*, v. 5, n. 1, p. 12–16, 2025. DOI: 10.55544/ijrah.5.1.2.

COCHRAN, W. *Sampling Techniques.* 3. ed. New York: John Wiley & Sons, 1977.

COHEN, J. A coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and Psychological Measurement*, v. 20, n. 1, p. 37-46, 1960.

DEVELLIS, R. F.; THORPE, C. T. *Scale Development.* California: SAGE, 2022.

FERNÁNDEZ COLLADO, C.; HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; BAPTISTA LUCIO, M. D. *Metodologia de Pesquisa.* Porto Alegre: Penso Editora LTDA, 2013.

FLEISS, J. L. Measuring nominal scale agreement among many raters. *Psychological Bulletin*, v. 76, n. 2, p. 378-382, 1971.

HARMAN, H. H. *Modern Factor Analysis.* 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

KENDALL, M.; BABINGTON, B. The problem of m rankings. *The Annals of Mathematical Statistics*, v. 10, n. 3, p. 275-287, 1939.

LANDIS, J.; KOCH, G. The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, v. 33, n. 1, p. 159-174, 1977.

LEE, M.-H.; LEE, J.-K.; KANG, S.-M. Analysis of management efficiency and determinants: 34 regional public hospitals. *The Korean Data Analysis Society*, v. 26, n. 3, p. 829–844, 2024. DOI: 10.37727/jkdas.2024.26.3.829.

LOPES, G. A. F.; GRIN, E. J.; TEIXEIRA, M. A. C.; REHNER, M. *Tribunais de contas estaduais: controle ou avaliação de políticas públicas?* In: BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Governança e gestão pública nos estados: capacidades estatais e resultados das políticas públicas.* Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12032. Acesso em: 21 fev. 2025.

OLIVEIRA, D. M.; BARROS, R. L. Princípio da eficiência na administração pública: análise crítica do princípio da eficiência na gestão pública. *Revista Ft*, v. 29, n. 140, p. 50–51, 2024. DOI: 10.69849/revistaft/ni10202411040750.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

SHROUT, P.; FLEISS, J. L. Intraclass correlations: uses in assessing rater reliability. *Psychological Bulletin*, v. 86, n. 2, p. 420-428, 1979.

SPEARMAN, C. General intelligence: objectively determined and measured. *American Journal of Psychology*, v. 15, p. 201-292, 1904.

SUNKAD, G. Public administration - concepts and scope. *International Journal of Social Health*, v. 3, n. 3, p. 276–280, 2024. DOI: 10.58860/ijsh.v3i3.172.

Planejamento

ASSIS, S. G.; ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. Disponível em: http://www.neca.org.br/images/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf. Acesso em: nov. 2024.

ARRUDA, A. F.; TELES, J. S. A importância do controle social na fiscalização dos gastos públicos. Revista Razão Contábil e Finanças, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: http://institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/3/5. Acesso em: nov. 2024.

BATISTA, W. J.; PAIVA, A. D. A Utilização do Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS) no Diagnóstico de uma Organização Militar de Saúde do Exército Brasileiro. In: XI SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014.

BESERRA, D. N. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/1050. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Sofinha e sua turma apresentam: como o governo deve gastar o dinheiro pago pela sociedade. 2. ed. Brasília, 2012.

BRASIL. Presidência da República – Secretaria Geral. Sistema de Participação Social vai contribuir com o Orçamento Cidadão. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/junho/sistema-de-participacao-social-vai-contribuir-com-o-orcamento-cidadao. Acesso em: nov. 2024.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

BRASIL. Senado Federal – Agência Senado. Controle social de orçamentos públicos é desafio constante para o Brasil. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/10/controle-social-de-orcamentos-publicos-e-desafio-constante-para-o-brasil. Acesso em: nov. 2024.

CANGIRANA, J. R.; ANDRADE, C. C.; BRAUM, L. M. S. Orçamento Público: uma análise de aderência entre o orçamento previsto e o realizado. In: VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010.

CRISPIM, G.; ALBERTO, L.; RODRIGUES, R. N. Model of performance indicators for the evaluation of state public health expenditures in Brazil. Revista Ambiente Contábil, v. 16, n. 2, 2024. DOI: <10.21680/2176-9036.2024v16n2ID36725>.

CRISPIM, G.; ALBERTON, L.; OTT, E. Modelo de Avaliação de Desempenho para Mensurar a Eficácia dos Gastos Públicos na Educação Estadual. Revista Desafio Online, v. 12, n. 1, 2023. DOI: <10.55028/don.v12i1.18082>.

CRISPIM, G.; RODRIGUES, M. G.; ALBERTON, L. Political Budget Cycle in the Electoral Period: An Investigation in American Countries. IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM), v. 25, n. 2, 2023. DOI: <10.9790/487X-2502016779>.

DA SILVA, L. C. Efetividade do Sistema de Planejamento no Brasil: uma análise da efetividade do planejamento no sistema orçamentário (PPA, LDO e LOA). Monografia (Especialização) – Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2007.

ENAP. Controle Institucional e Social dos gastos Públicos. 2017. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3161/1/Módulo%201%20PDF.pdf. Acesso em: nov. 2024.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública – Organização de Avaliação. 2021. Disponível em: https://www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-e-organizacao-de-evidencias. Acesso em: nov. 2024.

GALDINO, M. C.; ANDRADE, M. E. M. C. Aderência dos orçamentos dos estados brasileiros à luz da teoria do equilíbrio pontuado. RSP, v. 71, n. 4, 2020. DOI: https://doi.org/10.21874/rsp.v71i4.4572.

GREGO, R. G.; LAGO, S. M. S. Compliance Relacionada ao Setor Público: Uma Revisão Sistemática da Literatura. RGC, v. 8, n. 1, 2021.

GREGGIANIN, E. Reforma Orçamentária: propostas de ajustes no sistema de planejamento e orçamento (Orçamento Plurianual). Cadernos ASLEGIS, Brasília, v. 25, n. 21, 2005.

LOPES, M. L. A. Transparência nos órgãos Públicos: o desafio da implementação. Monografia (Especialização) – Escola de Administração Fazendária, Brasília, DF, 2012.

MOGNATTI, M. C. F. Transparência e Controle na Execução das Emendas Parlamentares ao Orçamento da União. Monografia (Especialização) – Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal, Brasília, DF, 2008.

NETO, O. A. P.; CRUZ, F.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

princípios na administração pública brasileira. Contabilidade, Vista & Revista, v. 18, n. 1, 2007.

NIARADI, G. A.; NASCIMENTO, N. N. Inteligência artificial e os riscos nas fiscalizações do controle externo. SUPREMA – Revista de Estudos Constitucionais, v. 3, n. 1, 2023. DOI: https://doi.org/10.53798/suprema.2023.v3.n1.a218.

OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública — instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 5, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612136179.

PAIVA, R. M. M. O controle social na administração pública: proposta para estruturar e estimular o seu desenvolvimento. Monografia (Especialização) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. Engajamento regional das empresas para o alcance dos ODS e a Agenda 2030. 2003. Disponível em: https://www.pactoglobal.org.br/hub-ods/. Acesso em: nov. 2024.

TCU. Objetivos Estratégicos e Indicadores de Desempenho. 2021. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/planejamento/2021/fichas/tab8.pdf. Acesso em: nov. 2024.

UNITED NATIONS. The World's Largest Corporate Sustainability Initiative. 2022. Disponível em: https://unglobalcompact.org. Acesso em: nov. 2024.

Gestão Fiscal

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. *Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Senado Federal. *Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001*. Disponível em: <legis.senado.leg.br/norma/562458/publicacao/16433576>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Senado Federal. *Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001*. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/582604/publicacao/16433616. Acesso em: 12 fev. 2025.

ESTADO DE GOIÁS. *Constituição do Estado de Goiás*. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/constituicao-estadual. Acesso em: 12 fev. 2025.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MASCARENHAS, C. G. Separação de poderes, autonomia financeira e o Supremo: O repasse de duodécimos, contingenciamento e o STF no jogo do resgate fiscal. *Revista Eletrônica da PGE-RJ*, v. 4, n. 2, 2021.

MATIAS-PEREIRA, J. *Finanças públicas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)*. 10. ed. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023.

Desenvolvimento Econômico

ALVARENGA, M. A.; SILVA, M. T. F. (Org.). *Planejamento e desenvolvimento regional em Goiás: perspectivas e desafios*. Goiânia: Editora UFG, 2011.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores Econômicos de Goiás e suas Regiões*. 2020.

CAMPOS, R. A. (Org.). *Desenvolvimento regional e planejamento: uma análise das políticas públicas no Brasil*. Uberlândia: Editora UFU, 2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. MPOG. *Planejamento Orientado à Agenda 2030*. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2024. 316 p. : il. – (Série Planejamento Nacional).

MOREIRA, D. L. *Economia goiana: aspectos e desafios do crescimento*. Goiânia: Editora UFG, 2015.

PEREIRA, L. F.; PEREIRA, R. C. (Org.). *Goiás no contexto nacional: estrutura econômica e desenvolvimento regional*. Goiânia: Editora UFG, 2017.

PIRES, M. J. S. *Estratégia de transformação econômica do centro-oeste: o caminho externo*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

SEE – Secretaria de Estado da Economia de Goiás. *Plano Plurianual (PPA) 2020-2023*, 2020.

SEE – Secretaria de Estado da Economia de Goiás. *Plano Plurianual (PPA) 2024-2027*, 2024.

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (PDEG)*, 2020

Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *7º boletim de produção hemoterápica*. Brasília-DF: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/arquivos-noticias-anvisa/961json-file-1. Acesso em: 12 nov. 2024.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ALBUQUERQUE, C.; MARTINS, M. *Indicadores de desempenho no Sistema Único de Saúde: uma avaliação dos avanços e lacunas*. Saúde em Debate, v. 41, p. 118-137, 2017. DOI: 10.1590/0103-11042017s10.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

AROGYASWAMY, S. et al. *The impact of hospital capacity strain: a qualitative analysis of experience and solutions at 13 academic medical centers*. J. Gen. Intern. Med., v. 37, p. 1463-1474, 2022. DOI: 10.1007/s11606-021-07106-8.

BRASIL. *Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011*. Regulamenta a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria de Consolidação n. 3, de 28 de setembro de 2017*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano nacional de saúde 2024-2027*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. 288 p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do-sus/instrumentos-de-planejamento/pns/plano-nacional-de-saude-pns-2024-2027/view. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *PNAB - Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. 110 p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. *Nota Técnica n. 418/2021-CGGAP/DESF/SAPS/MS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. 5 p. Disponível em: https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20211119_O_notacoberturaapspns_441396720564940324 4.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. *Nota metodológica: Adaptação ao método de cálculo do indicador Cobertura populacional estimada pela Saúde Bucal na Atenção Básica*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/nota_tecnica/nota_metodologica_SB_adaptada_2.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. *Caderno de diretrizes, objetivos, metas e indicadores: 2013-2015*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. 154

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_diretrizes_objetivos_2013_2015_2edicao.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. 60 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 21.304, de 12 de abril de 2022*. [sem título]. Disponível em: https://transparencia.go.gov.br/. Acesso em: 12 nov. 2024.

CHAGAS, A. S. *Relatório anual de gestão 2023*. 2023.

CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE SAÚDE. *Informações para a gestão estadual do SUS 2023-2026*. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, 2023. Disponível em: https://www.conass.org.br/guiainformacao/. Acesso em: 12 nov. 2024.

DO DAS PACIENTES: *HOSPITAIS COM LEITOS DE UNIDADE DE TERAPIA*. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde, 2023.

DF B, ABEN-ATHAR, M. A. F. *Ouvidoria ativa do SUS: ampliando a escuta e o acesso à informação do cidadão*. 2014.

FEITOSA, A. C. F.; JÚNIOR, O. C. F. *O uso de indicadores nas diversas etapas do ciclo do sangue: uso de ferramenta de seleção*. Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial, v. 57, p. 1-8, 2021. DOI: https://doi.org/10.5935/1676-2444.20210049.

FARIAS, J.; PAULA, I. C. de. *Análise de indicadores de desempenho do processo de assistência farmacêutica no município de Porto Alegre e definição de quadro mínimo de indicadores*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/201408/001104696.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERREIRA, C. A. A.; NUNE, G. L. Z.; SOUZA, W. I. de; VIANNA, B. L. B.; GUIMARÃES, H. A. A.; AZEVEDO, M. A. G. *Monitoramento da gestão farmacêutica com o uso de indicadores em um hospital público*. Rev. Bras. Farm. Hosp., v. 4, p. 14-18, 2013.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HOSPITAIS, Confederação Nacional de Saúde. *Cenário dos hospitais no Brasil 2021-2022*. Brasília-DF: Federação Brasileira de Hospitais e Confederação Nacional de Saúde, 2022. Disponível em: http://cnsaude.org.br/wp-content/uploads/2022/07/CNSAUDE-FBH-CENARIOS-2022.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERNANDES, C. J.; LIMA, A. F. de; OLIVEIRA, P. R. S. de; SANTOS, W. S. dos. *Healthcare Coverage Index in the Psychosocial Care Network (iRAPS) as a tool for critical analysis of the Brazilian psychiatric reform*. Cad. Saúde Pública, v. 36, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00049519.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

INSTITUTO RUI BARBOSA; TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Manual do índice de efetividade da gestão estadual - IEGE*. Belo Horizonte, MG: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, 2018. 41 p. Disponível em: https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/04/manual_IEGE.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Objetivos do desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/. Acesso em: 12 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE. *Manual norteador dos indicadores assistenciais*, p. 1-33. Disponível em: http://www.ans.gov.br/images/stories/prestadores/E-ACE-02.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

LUÍZA, A.; MAMEDE, F.; CATALÃO, U. F. de. *Indicadores de desempenho na manutenção de equipamentos hospitalares: revisão da literatura*. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Nota técnica n. 13/2022 - SAPS/MS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://conasems-ava-prod.s3.sa-east-1.amazonaws.com/institucional/wpcontent/2022/02/SEI_MS-0027964234-Nota-Tecnica-13.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Nota técnica n. 2/2022 - SAPS/MS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/financiamento/nota_tecnica_2_2022.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Nota técnica n. 4/2022 - SAPS/MS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/financiamento/nota_tecnica_4_2022.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Nota técnica n. 15/2022 - SAPS/MS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/financiamento/nota_tecnica_3_2022.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Nota técnica n. 17/2022 - SAPS/MS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2022/02/SEI_MS-0027974242-Nota-Tecnica-17.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Nota técnica n. 6/2022 - SAPS/MS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/saude634202203.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Nota técnica n. 7/2022 - SAPS/MS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/financiamento/nota_tecnica_7_2022.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Saúde Suplementar. *QUALISS - Indicadores Hospitalares Essenciais - 2013/14*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://www.ans.gov.br/component/content/article?id=2044:qualiss-indicadores-hospitalares-essenciais-201314. Acesso em: 11 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Saúde Suplementar. *Programa de monitoramento da qualidade hospitalar*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/prestadores/qualiss-programa-de-qualificacao-dos-prestadores-de-servicos-de-saude-1/monitoramento-da-qualidade-hospitalar. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução n. 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2018/res0588_13_08_2018.html. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Gabinete da Ministra. *Portaria GM/MS nº 233, de 9 de março de 2023*. Estabelece as metas e os indicadores do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde - PQA-VS para a avaliação do ano de 2023. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pqa-vs/portarias/portaria-gm-ms-no-233-de-9-de-marco-de-2023/view. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de HIV/Aids, Tuberculose HV e IST. *Caderno de indicadores da tuberculose: tuberculose sensível, tuberculose drogarresistente e tratamento preventivo*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2024/caderno-de-indicadores-da-tuberculose-tuberculose-sensivel-tuberculose-drogarresistente-e-tratamento-preventivo.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Prevenção e Vigilância, Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. *Ficha técnica de indicadores relativos às ações de controle do colo de útero*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/fichatecnicaindicadorescolo14.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Prevenção e Vigilância, Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. *Ficha técnica de indicadores relativos às ações de controle do câncer de mama*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/ficha-tecnica-indicadores-mama-2014.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Formulação de Políticas de Saúde. *Política nacional de medicamentos*. Brasília-DF:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Departamento de Informática do SUS. *Equipamentos de imagem utilizados em saúde – E.18*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/e18.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018*. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Equipamentos Médico-Hospitalares e o Gerenciamento da Manutenção*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/equipamentos_gerenciamento1.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Gabinete do Ministro. *Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011*. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 12 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Departamento de Controle A e A. *Manual de normas de auditoria*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 1998. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_normas_auditoria.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Gabinete da Ministra. *Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013*. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390_30_12_2013.html. Acesso em: 11 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. *Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil 2021-2030*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_doencas_cronicas_agravos_2021_2030.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. *Indicadores básicos para a saúde no Brasil:*

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

conceitos e aplicações. 2. ed. Brasília, DF: Organização Pan-Americana de Saúde, 2008. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

Plano Estadual de Saúde, 2024-2027. Governo de Goiás. Secretaria de Estado da Saúde. Goiânia, GO: Secretaria de Estado da Saúde, 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/saude/wp-content/uploads/sites/34/files/instrumentos-de-planejamento/pes/pes-2024-2027.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil, Jurídicos S para A. *Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Civil C, Jurídicos S para A. *Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012*. Mensagem de veto (vide Decreto nº 7.827, de 2012). Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal. Brasília-DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

RODRIGUES, M. C. K. *Proposta de definição de indicadores para a ouvidoria da Arsae-MG*. Rev. Científica da Assoc. Bras. Ouvidores/Ombudsman, v. 1, p. 135-142, 2018. DOI: 10.37814/2594-5068.2018v1.p135-142.

Relatório gerencial semestral janeiro a junho - 2024. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. *Estatística geral de doação e transplantes de órgãos - Goiás*. Goiânia, GO: Secretaria de Estado da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.saude.go.gov.br/estrutura/superintendencias/supcrs/gerencia-de-transplantes. Acesso em: 12 nov. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. *Vigilância em saúde*. Goiânia-GO: Secretaria de Estado da Saúde, 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/saude/vigilancia-em-saude/. Acesso em: 10 nov. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. *Superintendência de gestão integrada*. Goiânia-GO: Secretaria de Estado da Saúde, 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/saude/superintendencia-de-gestao-integrada/. Acesso em: 12 nov. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. *Regulação estadual*. Goiânia-GO: Secretaria de Estado da Saúde, 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/saude/regulacao-estadual/. Acesso em: 12 nov. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *IEG-E Índice de Efetividade da Gestão Estadual*. São Paulo, SP: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2018. 178 p. Disponível em: https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Manual%20IEGE%202018%20com%20correções%2020180810.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ. *IEGE Índice de Efetividade da Gestão Estadual*. Teresina, PI: Tribunal de Contas do Estado do Piauí, 2021. 200 p. Disponível em: https://www.tcepi.tc.br/wp-content/uploads/2021/04/Manual-IEGE-Brasil-2021-Exercicio-2020-PIAUI.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *2018 Global Reference List of 100 Core Health Indicators (plus health-related SDGs)*. Genebra, Suíça: World Health Organization, 2018. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259951/WHO-HIS-IER-GPM-2018.1-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 nov. 2024.

[sem título], 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0006_03_10_2017.html. Acesso em: 12 nov. 2024.

[sem título], 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12732.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

[sem título]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html. Acesso em: 12 nov. 2024.

[sem título]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/articulacao-de-instrumentos-da-gestao-interfederativa/relatorio-de-gestao. Acesso em: 12 nov. 2024.

Educação

CONSELHOS escolares: uma estratégia de gestão democrática da Educação Pública. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

CONSELHO escolar e a aprendizagem na escola. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad2.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

CONSELHO escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad3.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

CONSELHO escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad4.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

CONSELHO escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

CONSELHO escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação. Disponível em:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%206.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

CONSELHO escolar e o financiamento da educação no Brasil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

A VALORIZAÇÃO dos trabalhadores da educação básica é um imperativo histórico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%208.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

CONSELHO escolar e a educação do campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%209.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

CONSELHO escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%2010.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

Meio Ambiente

BENINI, R. M.; SOSSAI, M. F.; PADOVEZI, A.; MATSUMOTO, M. H. Plano estratégico da cadeia da restauração florestal: o caso do Espírito Santo. In: SILVA, Ana Paula Moreira da; MARQUES, Henrique Rodrigues; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa (org.). *Mudanças no código florestal brasileiro: desafios para a implementação da nova lei.* Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9228. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Agência Nacional de Águas (ANA); Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Diálogos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os desafios para a gestão da água e do saneamento no Brasil.* Documento apresentado no 8º Fórum Mundial da Água. Brasília, 18 a 23 mar. 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8284. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas (1º Ciclo) - Estado de Goiás.* Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8185. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Proposta de Adequação.* 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8636. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Licenciamento Ambiental e Governança Territorial: registros e contribuições do seminário internacional.* Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7932. Acesso em: 21 nov. 2024.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; e dá outras providências. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de dezembro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial da União:* Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União:* Brasília, DF, 11 jul. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

FONSECA, I. F.; SILVA, A. P. M. Mudança institucional: o novo código florestal e a descentralização da política ambiental. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 1, p. 43-49, nov. 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5613. Acesso em: 21 nov. 2024.

GOIÁS. **Decreto nº 10.218**, de 16 de fevereiro de 2023. Regulamenta a Lei nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, que estabelece a organização administrativa básica do Poder Executivo e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Goiânia, 16 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://goias.gov.br/administracao/wp-content/uploads/sites/27/2019/03/Decreto_Numerado_10.218-728.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOIÁS. **Portaria SEMAD nº 545**, de 12 de dezembro de 2023. Institui o Comitê Estratégico de Gestão Institucional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Goiânia, 15 de dezembro de 2023. Disponível em:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_ato_infralegal/3035/portaria-545. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOIÁS. **Portaria SEMAD nº 146**, de 14 de janeiro de 2020. Estabelece as normas e procedimentos aplicáveis à segurança de barragens instaladas ou a serem instaladas no Estado de Goiás, para os quais a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD tenha outorgado ou deva outorgar o direito de uso dos recursos hídricos, bem como daqueles licenciados pela SEMAD, em cumprimento às disposições constantes da Lei n° 12.334 de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens -- PNSB e demais normas aplicáveis. *Diário Oficial do Estado*, Goiânia, 22 jul. 2019. Disponível em: https://www.snisb.gov.br/Entenda_Mais/legislacao-aplicada/go-portaria_146_2019-de-22-de-julho-de-2019-1.pdf/view. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOIÁS. **Lei nº 22.638**, de 29 de abril de 2024. Dispõe sobre a adesão complementar do Estado de Goiás ao benefício fiscal previsto na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, bem como altera a Lei estadual nº 22.490, de 22 de dezembro de 2023. *Diário Oficial do Estado*, Goiânia, 29 abr. 2024. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/108725/pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOIÁS, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *Relatório Estadual de Segurança de Barragens 2023*. Goiânia, 2023. Disponível em: https://goias.gov.br/meioambiente/wp-content/uploads/sites/33/files/barragens/Rel_Barragens_23.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOIÁS. **Lei nº 14.247**, de 29 de julho de 2002. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Goiânia, 5 out. 2002. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/81809/pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOIÁS. **Lei nº 14.248**, de 29 de julho de 2002. Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Goiânia, 5 out. 2002. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/81810/pdf#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.248%2C%20DE%2029,S%C3%B3lidos%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=XV%20-%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20volunt%C3%A1ria%20de,coleta%20dos%20res%C3%ADduos%20s%C3%B3lidos%20urbanos.. Acesso em: 20 nov. 2024.

INSTITUTO RUI BARBOSA, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. *Manual de Indicadores da Efetividade da Gestão Estadual*. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/04/manual_IEGE.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

LEÃO, R. Agenda 2030 das Nações Unidas e as energias renováveis no Brasil. *Revista Radar*, v. 60, ago. 2019.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. Institucionalidade e governança para o combate à desertificação no Brasil. In: MOTA, *José Aroudo*; GóES, *Geraldo Sandoval*; GAZONI, *Jefferson Lorencini*. Principais aspectos da valoração ambiental aplicada à gestão do desenvolvimento regional. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, n. 2, p. 61-64, jul. 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5464. Acesso em: 21 nov. 2024.

MOURA, A. M. M. (org.). *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9287. Acesso em: 21 nov. 2024.

MOURA, A. M. M.; FONSECA, I. F. Conselho Nacional de Meio Ambiente: análise e recomendações de aperfeiçoamento. In: *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9266. Acesso em: 21 nov. 2024.

MOURA, A. M. M. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8470. Acesso em: 21 nov. 2024.

MOURA, A. M. M. Aplicação dos instrumentos de política ambiental no Brasil: avanços e desafios. In: *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9268. Acesso em: 21 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. *Transformar nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – Documento final para adoção dos ODS*. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld. Acesso em: 20 nov. 2024.

PAULSEN, *S*. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: pode a Pesquisa Transdisciplinar apoiar a transformação social requerida? *IPEA. Boletim regional, urbano e ambiental*, v. 21, jul-dez. 2019.

PÊGO, B.; ROMA, J. C. Licenciamento Ambiental no Brasil. *Boletim regional, urbano e ambiental*, v. 15, jul-dez. 2016.

SANTOS, M. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. O agronegócio brasileiro e o desenvolvimento sustentável. *Desafios do Desenvolvimento*, v. 13, n. 87, 2016. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Publicado em 16 jun. 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7122. Acesso em: 21 nov. 2024.

SILVA, A. P. M.; SAMBUICHI, R. H. R. Estrutura institucional brasileira para a governança dos recursos florestais. In: MOURA, *Adriana Maria Magalhães de* (org.). *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9271. Acesso em: 21 nov. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. *Manual de Indicadores da Gestão Estadual*. Vitória, ES, 2018. Disponível em:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/formidable/102/Relatorio-de-Levantamento.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI. *Manual de Indicadores da Gestão Estadual*. Teresina, PI, 2021. Disponível em: https://www.tcepi.tc.br/wp-content/uploads/2021/04/Manual-IEGE-Brasil-2021-Exercicio-2020-PIAUI.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

APÊNDICE POR DIMENSÃO;

Apêndice A – Quesitos da Dimensão Planejamento;

Apêndice B – Quesitos da Dimensão Gestão Fiscal;

Apêndice C – Quesitos da Dimensão Desenvolvimento Econômico;

Apêndice D – Quesitos da Dimensão Saúde;

Apêndice E – Quesitos da Dimensão Educação;

Apêndice F – Quesitos da Dimensão Segurança;

Apêndice G – Quesitos da Dimensão Meio Ambiente

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

APÊNDICES

Apêndices por dimensão:

Apêndice A – Quesitos da Dimensão Planejamento;

Apêndice B – Quesitos da Dimensão Gestão Fiscal;

Apêndice C – Quesitos da Dimensão Desenvolvimento Econômico;

Apêndice D – Quesitos da Dimensão Saúde;

Apêndice E – Quesitos da Dimensão Educação;

Apêndice F – Quesitos da Dimensão Segurança;

.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás - Diário Eletrônico de Contas - Ano - XIV - Número 85 Goiânia, segunda-feira, 19 de maio de 2025. Página Nº 134

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

APÊNDICES

Apêndices por dimensão:

Apêndice A – Quesitos da Dimensão Planejamento;

Apêndice B – Quesitos da Dimensão Gestão Fiscal;

Apêndice C – Quesitos da Dimensão Desenvolvimento Econômico;

Apêndice D – Quesitos da Dimensão Saúde;

Apêndice E – Quesitos da Dimensão Educação;

Apêndice F – Quesitos da Dimensão Segurança;

.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Apêndice A

Quesitos da Dimensão Planejamento

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

APÊNDICE A – QUESITOS DA DIMENSÃO PLANEJAMENTO

O apêndice a seguir apresenta os quesitos detalhados sobre a dimensão Planejamento, com foco na avaliação da efetividade da gestão pública. Esta dimensão é uma ferramenta crucial para medir o desempenho das políticas e ações governamentais, proporcionando uma visão abrangente sobre a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços prestados à população. Através desta análise, busca-se identificar áreas de melhoria e fortalecer as práticas de gestão, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e equilibrado do estado.

Siglas recorrentes:
ABA: Ano Base de Avaliação (2024);
ABA -1: Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (2023);
ABA -2: Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (2022);

<table>
<tr><th>QUESITO</th><th>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO</th></tr>
<tr><th colspan="2">1. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO</th></tr>
<tr><td>1. O Estado possui instrumentos de planejamento estratégico de longo prazo?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o período contemplado no respectivo instrumento.</td><td>Quesito informativo. Não pontua.</td></tr>
<tr><td>2. Os projetos de lei contendo os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA) foram remetidos ao legislativo nos prazos legais estabelecidos?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe as respectivas datas de envio do PPA, da LDO e da LOA vigentes.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>5,7</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">2.</td><td>Sim</td><td>5,7</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>3. O Poder Legislativo aprovou os instrumentos de planejamento e orçamento nos prazos constitucionais?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Quesito informativo. Não pontua.</td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

4. A respeito da divulgação dos instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, DLO e LOA), o Estado possui alguma estratégia para atrair o interesse da população acerca do conteúdo destes instrumentos? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, especifique a(s) estratégia(s).	Quesito informativo. Não pontua.
2. INSTITUCIONAL	
5. Existe, na estrutura administrativa central do Estado, algum órgão/unidade com competência para consolidar, monitorar e avaliar o planejamento governamental de curto, médio e longo prazo, bem como de seus respectivos instrumentos (Plano Estratégico, PPA, LDO e LOA)? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, identifique o referido órgão/unidade.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 6,0** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 5. / Sim / 6,0 5. / Não / 0
6. Acerca das competências relacionadas ao planejamento governamental de médio, curto e longo prazo, informe: **6.1.** Existe, na estrutura administrativa do Estado, uma carreira própria de servidores com atribuições voltadas ao planejamento governamental de curto, médio e longo prazo? ☐Sim. ☐Não. **6.2**. O Estado oferece capacitação específica para os servidores que, independentemente do seu vínculo, atuam nas funções finalísticas atreladas ao planejamento governamental de curto, médio e longo prazo? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente uma relação dos cursos de capacitação oferecidos pelo Estado, discriminando a carga horária e o total de servidores contemplados em cada curso.	Quesito informativo. Não pontua.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

7. O Estado possui algum sistema informatizado para auxiliar os servidores nas atividades de elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa informe o nome do sistema e, caso julgue conveniente, apresente oportunidades de melhoria.	Quesito informativo. Não pontua.
8. O Estado possui ou adota algum manual para tratar dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) visando a otimização e a padronização da gestão do conhecimento e padronização? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 6,2** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 8. / Sim / 6,2 8. / Não / 0
9. Existe, na estrutura administrativa central do Estado, algum órgão/unidade com competência para exercer atividades de Governança e Compliance? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, identifique o referido órgão/unidade.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 7,0** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 9. / Sim / 7,0 9. / Não / 0
3. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (PPA, LDO e LOA)	
10. Acerca do desdobramento anual das metas previstas no PPA, informe: 10.1. O número total de metas físicas e financeiras estabelecidas no PPA (N° Total de Metas):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

10.2. O número total de metas físicas e financeiras, estabelecidas no PPA, que possuam seu desdobramento em metas anuais (N° de Metas com Desdobramento Anual):

O desdobramento anual das metas físicas e financeiras, previstas no PPA, contribui para uma melhor gestão do planejamento público, viabilizando um monitoramento mais eficaz dos programas ao longo dos quatro anos de vigência do PPA.

Neste sentido, para verificar o detalhamento temporal das metas contidas no PPA, será calculado o Índice de Temporalidade das Metas do PPA – ITM PPA, obtido a partir da seguinte fórmula, cujas variáveis já foram descritas acima:

$$ITM\ PPA = \frac{N°\ de\ Metas\ com\ Desdobramento\ Anual}{N°\ Total\ de\ Metas}\ x\ 100$$

Obs.1: Se uma determinada meta do PPA apresenta apenas um valor global para o período de quatro anos, desacompanhado de seu detalhamento por ano, considera-se ausente o desdobramento anual.

Obs. 2: Por outro lado, ainda que o detalhamento da meta do PPA ocorra para apenas um, dois ou três dos quatro anos do PPA, considera-se presente o desdobramento anual.

Obs. 3: Metas físicas são aquelas relacionadas a quantidade de produtos ou serviços a serem entregues. Exemplo de uma meta física com desdobramento: Construção de 100 escolas durante a vigência do PPA, com desdobramento de 25 escolas por ano.

Obs. 4: Metas financeiras se relacionam com o volume de recursos financeiros alocados para uma determinada ação. Exemplo de meta financeira com desdobramento: Investimento de R$ 60 milhões na formação de professores, com desdobramento de R$ 15 milhões por ano.

Pontuação Máxima do Quesito		6,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
10.	80% > ITM PPA ≤ 100%	6,6
	60% > ITM PPA ≤ 80%	3,3
	ITM PPA ≤ 60%	0

Ainda de acordo com o resultado alcançado, o nível de detalhamento do PPA poderá ser interpretado das seguintes formas:

Categoria	Nível de detalhamento do PPA
80% > ITM PPA ≤ 100%	Bom nível de detalhamento temporal, indicando que a maioria das metas foram desdobradas em metas anuais.
60% > ITM PPA ≤ 80%	Moderado nível de detalhamento temporal, com espaço para melhorias na distribuição de metas
ITM PPA ≤ 60%	Baixo nível de detalhamento temporal, com necessidade de maior atenção ao desdobramento anual das metas no PPA.

11. Durante o processo de monitoramento e avaliação da execução do PPA, são emitidos relatórios formais com periodicidade predefinida?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe a periodicidade de emissão dos relatórios e apresente documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		7,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
11.	Sim	7,0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Não	0

Obs.2: O peso de relevância deste quesito é de 7,0.

12. A LDO, nos termos do art. 4°, I, alínea "b" da LRF, define critérios e formas de limitação de empenho que impeçam o bloqueio de dotações da LOA de modo injustificado?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe os dispositivos pertinentes da LDO vigente no ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**6,2**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
12.	Sim	6,2
	Não	0

13. A LDO, nos termos do art. 4°, I, alínea "e" da LRF, define normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe os dispositivos pertinentes da LDO vigente no ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**6,5**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
13.	Sim	6,5
	Não	0

14. O Anexo de Metas Fiscais que integrou a LDO vigente no ano base de avaliação, estava em conformidade com as exigências previstas no art. 4°, §1° e 2° da LRF?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**6,6**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
14.	Sim	6,6
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

15. O Anexo de Riscos Fiscais, que integrou a LDO vigente no ano base de avaliação, estava em conformidade com as exigências previstas no art. 4°, §3° da LRF?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		7,2
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
15.	Sim	7,2
	Não	0

16. O Índice de Avaliação do Planejamento – IAP foi desenvolvido com o intuito de demonstrar em que medida o Estado obtém êxito no planejamento orçamentário de ações e programas do PPA, podendo ser obtido através da seguinte fórmula:

$$IAP = \frac{\%AEFIN + \%AEFIS + \%AIEEO}{3} \; x\; 100$$

Onde:

%AEFIN = Percentual de ações dos programas do PPA com taxa de execução financeira entre 70% e 130% no ano avaliado, em relação ao total de ações previstas na LOA, excluídas as não orçamentárias.

%AEFIS = Percentual de ações dos programas do PPA com taxa de execução física entre 70% e 130% no ano avaliado, em relação ao total de ações previstas na LOA, excluídas as não orçamentárias.

%AIEEO = Percentual de ações dos programas do PPA com IEEO entre 0,7 e 1.3 no ano avaliado, em relação ao total de ações previstas na LOA, excluídas as não orçamentárias.

IEEO = Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária, que, por sua vez, é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$IEEO = \frac{Taxa\ de\ Execução\ Física\ de\ uma\ Ação}{Taxa\ de\ Execução\ Finananceira\ de\ uma\ Ação}$$

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		6,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
16.	80 < IAP ≤ 100	6,6
	60 < IAP ≤ 80	4,4
	40 < IAP ≤ 60	2,2
	0 ≤ IAP ≤ 40	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Taxa de Execução Física = Razão entre a execução física e a dotação financeira inicial. Taxa de Execução Financeira = Razão entre a execução financeira e a dotação financeira inicial. Ante o exposto, informe: **16.1.** O Percentual de ações dos programas do PPA com taxa de execução financeira entre 70% e 130% no ano avaliado, em relação ao total de ações previstas na LOA, excluídas as não orçamentárias. **16.2**. O Percentual de ações dos programas do PPA com taxa de execução física entre 70% e 130% no ano avaliado, em relação ao total de ações previstas na LOA, excluídas as não orçamentárias. **16.3.** O Percentual de ações dos programas do PPA com IEEO entre 0,7 e 1.3 no ano avaliado, em relação ao total de ações previstas na LOA, excluídas as não orçamentárias.	
17. Considerando a previsão orçamentária contida na Lei Orçamentária Anual – LOA do Estado de Goiás, informe: a) **17.1.** O valor total do investimento executado (gastos liquidados do grupo de investimentos) no ano base de avaliação. b) c) **17.2.** O valor total do investimento previsto (dotação inicial anual do grupo de investimentos) na LOA do ano base de avaliação: O objetivo deste quesito é verificar se o nível de investimento público previsto na Lei Orçamentária Anual foi alcançado, comparando os investimentos na previsão orçamentária e os investimentos na execução orçamentária. Para tanto, será calculado um indicador denominado IAPOI – Indicador de Aderência à Previsão Orçamentária de Investimento, obtido a partir da seguinte fórmula: $$IAPOI = \frac{INVexecutado}{INVprevisto}$$ Onde: INVexecutado = Valor total do investimento executado no ano base de avaliação.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 7,0** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 17. — IAPOI = 1 — 7,0 17. — 1 < IAPOI < 1,3 ou 0,7 < IAPOI < 1 — 3,5 17. — 0,7 ≥ IAPOI ≥ 1,3 — 0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	INVprevisto = Valor total do investimento previsto na LOA do ano base de avaliação. Quanto mais próximo de 1 for o IAPOI encontrado, maior será a correspondência entre o que foi executado e o que foi planejado.	
	4. PARTICIPAÇÃO POPULAR	
	18. Com relação à participação popular nos processos de planejamento do PPA, da LDO e da LOA vigentes, esclareça:	Quesito informativo. Não pontua.
	18.1. O processo de participação popular se deu na forma de audiências públicas?	
a)	PPA: ☐Sim. ☐Não.	
b)	LDO: ☐Sim. ☐Não.	
c)	LOA: ☐Sim. ☐Não.	
d)	**18.2.** As referidas audiências públicas também foram realizadas na modalidade eletrônica/digital?	
e)	PPA: ☐Sim. ☐Não.	
f)	LDO: ☐Sim. ☐Não.	
g)	LOA: ☐Sim. ☐Não.	
h)	**18.3.** O processo de participação popular se deu de forma regionalizada?	
i)	PPA: ☐Sim. ☐Não.	
j)	LDO: ☐Sim. ☐Não.	
k)	LOA: ☐Sim. ☐Não.	
l)	Em caso de resposta afirmativa, informe o número de audiências realizadas por região de planejamento para cada um dos instrumentos orçamentários.	
m)	**18.4.** É possível quantificar o número de pessoas que participaram das audiências públicas de planejamento por região de planejamento?	
n)	PPA: ☐Sim. ☐Não.	
o)	LDO: ☐Sim. ☐Não.	
p)	LOA: ☐Sim. ☐Não.	
q)		

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

r)	Em caso de resposta afirmativa, informe o número total de pessoas para cada instrumento orçamentário.	
	19. Assinale de que forma foi feita a divulgação prévia e orientativa sobre a participação popular na elaboração das leis orçamentárias: **19.1.** PPA: ☐Internet (Diário oficial; Sítio eletrônico do Estado de Goiás, da ALEGO ou outro portal da Administração Pública); ☐Internet (Sítios eletrônicos que não pertençam à Administração Pública, tais como portais de notícias, sites de jornais ou revistas digitais); ☐Redes sociais (Instagram, Facebook, X/Twitter, outras); ☐Televisão e/ou rádio; ☐Não ocorreu divulgação.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
a)		
b)	**19.2.** LDO: ☐Internet (Diário oficial; Sítio eletrônico do Estado de Goiás, da ALEGO ou outro portal da Administração Pública); ☐Internet (Sítios eletrônicos que não pertençam à Administração Pública, tais como portais de notícias, sites de jornais ou revistas digitais); ☐Redes sociais (Instagram, Facebook, X/Twitter, outras); ☐Televisão e/ou rádio; ☐Não ocorreu divulgação.	
c)		
d)	**19.3**. LOA: ☐Internet (Diário oficial; Sítio eletrônico do Estado de Goiás, da ALEGO ou outro portal da Administração Pública); ☐Internet (Sítios eletrônicos que não pertençam à Administração Pública, tais como portais de notícias, sites de jornais ou revistas digitais); ☐Redes sociais (Instagram, Facebook, X/Twitter, outras); ☐Televisão e/ou rádio; ☐Não ocorreu divulgação.	
	20. Quanto à participação popular no processo de planejamento, informe:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**7,2**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
19.1.	Assinalou quatro formas	2,4
	Assinalou três formas	1,8
	Assinalou duas formas	1,2
	Assinalou apenas uma forma	0,6
	Não ocorreu divulgação	0
19.2.	Assinalou quatro formas	2,4
	Assinalou três formas	1,8
	Assinalou duas formas	1,2
	Assinalou apenas uma forma	0,6
	Não ocorreu divulgação	0
19.3.	Assinalou quatro formas	2,4
	Assinalou três formas	1,8
	Assinalou duas formas	1,2
	Assinalou apenas uma forma	0,6
	Não ocorreu divulgação	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

a) **20.1.** O número total de sugestões recebidas em audiências públicas realizadas durante o processo de elaboração/discussão das leis orçamentárias vigentes no ano base de avaliação para:
20.1.1. PPA:
20.1.2. LDO:
20.1.3. LOA:

b) **20.2.** Considerando o universo do item anterior, informe o número total de sugestões que foram acatadas e incorporadas nas peças orçamentárias vigentes no ano base de avaliação:
20.2.1. PPA:
20.2.2. LDO:
20.2.3. LOA:

Para averiguar a incorporação das sugestões coletadas em audiências públicas, bem como, o alinhamento entre o planejamento público e as demandas da sociedade, será calculado um indicador denominado de Indicador de Acolhimento das Sugestões Populares – IASP, obtido a partir da seguinte fórmula:

$$IASP = \frac{N° \, Sugestões \, Acatadas \, (PPA, LDO \, e \, LOA)}{N° \, Sugestões \, Recebidas \, (PPA, LDO \, e \, LOA)} \; x \; 100$$

Onde:

N° de Sugestões Recebidas = Somatório do total de sugestões recebidas em audiências públicas realizadas durante o processo de elaboração/discussão de todas as três leis orçamentárias no ano base de avaliação.

N° de Sugestões Acatadas = Somatório do total de sugestões acatadas, ou seja, que foram incorporadas nas peças orçamentárias vigentes (PPA, LDO e LOA) no ano base de avaliação.

Pontuação Máxima do Quesito		7,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
20.	86% ≤ IASP ≤ 100%	7,0
	43% < IASP < 86%	3,5
	0% ≤ IASP ≤ 43%	0

21. Quanto à Participação Popular no processo de planejamento, informe:

a) **21.1.** O valor total previsto para os projetos/ações originários da participação popular contidos na LOA vigente no ano base de avaliação (VPpp).

b)

c) **21.2**. O valor total liquidado dos projetos/ações originários da participação popular que possuíam previsão na LOA vigente no ano base de avaliação (VLpp)

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		7,2
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
21.	90 < IOPPR ≤ 100	7,2

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Para monitorar o cumprimento das previsões orçamentárias relacionadas aos projetos/ações oriundos da participação popular, será calculado o Índice de Orçamento Popular Previsto pelo Realizado – IOPPR, obtido a partir da seguinte fórmula, cujas variáveis já foram elencadas acima: $$IOPPR = \frac{VLpp}{VPpp} \ x\ 100$$ Desta forma, um IOPPR próximo de 100 indica que a administração pública tem executado os projetos/ações sugeridos pela sociedade.		
	60 < IOPPR ≤ 90	4,8
	40 < IOPPR ≤ 60	2,4
	0 ≤ IOPPR ≤ 40	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Apêndice B

QUESITOS DA DIMENSÃO GESTÃO FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

APÊNDICE B – QUESITOS DA DIMENSÃO GESTÃO FISCAL

A gestão fiscal eficiente é fundamental para garantir a sustentabilidade financeira e a capacidade do governo de investir em áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura. Este apêndice examina os principais indicadores fiscais, incluindo arrecadação de receitas, controle de despesas e equilíbrio orçamentário, proporcionando uma visão clara sobre a saúde financeira do estado e sua capacidade de atender às demandas da população de forma eficaz e responsável.

Siglas recorrentes:
ABA: Ano Base de Avaliação (2024);
ABA -1: Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (2023);
ABA -2: Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (2022);

<table>
<tr><th>QUESITO</th><th>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO</th></tr>
<tr><td colspan="2">1. METAS FISCAIS</td></tr>
<tr><td>1. As metas fiscais estabelecidas na LDO para as receitas foram alcançadas no exercício em avaliação?
☐Sim, totalmente.
☐Sim, parcialmente.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa (total ou parcial), apresente a documentação comprobatória.
Em caso de resposta afirmativa parcial, informe o percentual atingido em relação a meta.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">1</td><td>Sim, totalmente</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Sim, parcialmente</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>2. As metas fiscais estabelecidas na LDO para as despesas foram alcançadas no exercício em avaliação?
☐Sim, totalmente.
☐Sim, parcialmente.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa (total ou parcial), apresente a documentação comprobatória.
Em caso de resposta afirmativa parcial, informe o percentual atingido em relação a meta.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">2</td><td>Sim, totalmente</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Sim, parcialmente</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>3. As metas fiscais estabelecidas na LDO para o resultado nominal foram alcançadas no exercício em avaliação?
☐Sim, totalmente.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Sim, parcialmente.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa (total ou parcial), apresente a documentação comprobatória.
Em caso de resposta afirmativa parcial, informe o percentual atingido em relação a meta.

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
3	Sim, totalmente	1,4
	Sim, parcialmente	0,7
	Não	0

4. As metas fiscais estabelecidas na LDO para o resultado primário foram alcançadas no exercício em avaliação?
☐Sim, totalmente.
☐Sim, parcialmente.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa (total ou parcial), apresente a documentação comprobatória.
Em caso de resposta afirmativa parcial, informe o percentual atingido em relação a meta.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
4	Sim, totalmente	1,5
	Sim, parcialmente	0,75
	Não	0

5. As metas fiscais estabelecidas na LDO para o montante da dívida pública foram alcançadas no exercício em avaliação?
☐Sim, totalmente.
☐Sim, parcialmente.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa (total ou parcial), apresente a documentação comprobatória.
Em caso de resposta afirmativa parcial, informe o percentual atingido em relação a meta.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
5	Sim, totalmente	1,5
	Sim, parcialmente	0,75
	Não	0

2. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)

6. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), abrangendo os Poderes do Estado, incluídos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, foi publicado em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do exercício em avaliação?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
6	Sim	1,4
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

7. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) foi emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos constantes no Art. 20 da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), ao final de cada quadrimestre do exercício em avaliação? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,3** Quesito 7: Sim = 1,3; Não = 0
3. EXECUÇÃO DA RECEITA	
8. As receitas previstas foram desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação nos termos do art. 13 da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF) e do prazo previsto no art. 8° da mesma norma? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,4** Quesito 8: Sim = 1,4; Não = 0
9. Dentro das metas bimestrais de arrecadação, foram especificadas, nos termos do art. 13 da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), medidas de combate à evasão e à sonegação? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, detalhe o processo de seleção das medidas especificadas.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,2** Quesito 9: Sim = 1,2; Não = 0
10. Dentro das metas bimestrais de arrecadação, foram especificados, nos termos do art. 13 da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), os valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa? ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,2** Quesito 10: Sim = 1,2; Não = 0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

11. Dentro das metas bimestrais de arrecadação, foi especificada, nos termos do art. 13 da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe como é realizado o monitoramento desta evolução, detalhando as ações associadas a arrecadação desses créditos.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,1
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
11	Sim	1,1
	Não	0

12. Quanto à receita tributária do ICMS, informe:

12.1. A previsão da receita de arrecadação tributária do ICMS para o ano base de avaliação:

12.2. A receita tributária do ICMS efetivamente arrecada no ano base de avaliação:

Com base nas informações fornecidas, será calculado o Percentual de Execução da Receita Prevista do ICMS (PERP) no ano base de avaliação, que servirá como critério de avaliação do quesito. O cálculo do PERP seguirá a seguinte fórmula:

$$PERP = \frac{Receita\ Arrecada}{Receita\ Prevista}\ x\ 100$$

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,2
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
12	70% < PERP ≤ 100%	1,2
	50% < PERP ≤ 70%	0,6
	0 ≤ PERP ≤ 50%	0

13. Quanto à receita tributária do IPVA, informe:

13.1. A previsão da receita de arrecadação tributária do IPVA para o ano base de avaliação:

13.2. A receita tributária do IPVA efetivamente arrecada no ano base de avaliação:

Com base nas informações fornecidas, será calculado o Percentual de Execução da Receita Prevista do IPVA (PERP) no ano base de avaliação, que servirá como critério de avaliação do quesito. O cálculo do PERP seguirá a seguinte fórmula:

$$PERP = \frac{Receita\ Arrecada}{Receita\ Prevista}\ x\ 100$$

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
13	70% < PERP ≤ 100%	1,3
	50% < PERP ≤ 70%	0,65
	0 ≤ PERP ≤ 50%	0

14. Quanto à receita tributária do ITCD, informe:

14.1. A previsão da receita de arrecadação tributária do ITCD para o ano base de avaliação:

14.2. A receita tributária do ITCD efetivamente arrecada no ano base de avaliação:

Com base nas informações fornecidas, será calculado o Percentual de Execução da Receita Prevista do ITCD (PERP) no ano base de avaliação, que servirá como critério de avaliação do quesito. O cálculo do PERP seguirá a seguinte fórmula:

$$PERP = \frac{Receita\ Arrecada}{Receita\ Prevista}\ x\ 100$$

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,2
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
14	70% < PERP ≤ 100%	1,2
	50% < PERP ≤ 70%	0,6
	0 ≤ PERP ≤ 50%	0

15. Com relação às receitas provenientes da arrecadação dos royalties advindos da concessão de lavra dos recursos minerais do Estado, informe:

15.1. A previsão da receita de arrecadação dos royalties para o ano base de avaliação.

15.2. A receita tributária dos royalties efetivamente arrecada.

15.3. Se existe algum monitoramento acerca dos repasses financeiros advindos dessas concessões e como ele é realizado.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,1
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
15	70% < PERP ≤ 100%	1,1
	50% < PERP ≤ 70%	0,55
	0 ≤ PERP ≤ 50%	0

4. RENÚNCIA DE RECEITA

16. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita contempla a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
16	Sim	1,4
	Não	0

17. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita contempla o disposto na lei de diretrizes orçamentárias (LDO)?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.

17	Sim	1,4
	Não	0

18. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita contempla a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
18	Sim	1,4
	Não	0

19. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita contempla medidas de compensação no período, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe quais medidas foram adotadas no ano base de avaliação e apresente documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
19	Sim	1,3
	Não	0

20. A Administração avalia os benefícios decorrentes das políticas de renúncia fiscal mediante adoção de métricas para avaliação das políticas?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente as métricas utilizadas e o resultado desta avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
20	Sim	1,4
	Não	0

21. A Administração avalia os benefícios decorrentes das políticas de renúncia fiscal mediante adoção de relatórios ou documento formal de avaliação quanto à eficiência e ao alcance do retorno e resultados esperados das políticas de renúncia fiscal?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
21	Sim	1,4
	Não	0

Em caso de resposta afirmativa, apresente os relatórios que consubstanciam a avaliação destes benefícios.	
22. A Administração avalia os benefícios decorrentes das políticas de renúncia fiscal mediante mensuração das contrapartidas advindas de renúncia de receita decorrente da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente o resultado desta avaliação, relacionando as renúncias de receitas com suas respectivas contrapartidas.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
22	Sim	1,4
	Não	0

5. EXECUÇÃO DA DESPESA	
23. A Administração monitora a execução orçamentária da despesa fixada na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
23	Sim	1,4
	Não	0

24. A Administração estabelece programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
24	Sim	1,4
	Não	0

25. A Administração realiza a limitação de empenho e movimentação financeira, conforme os critérios estabelecidos na LDO, caso verifique, ao final de um bimestre, que a arrecadação da receita pode comprometer o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal previstas no Anexo de Metas Fiscais? ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
25	Sim	1,5
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Em caso de resposta afirmativa, apresente a relação de Decretos de limitação de empenho e movimentação financeira no ano base de avaliação.	
26. A Administração realiza audiências públicas para avaliar, quadrimestralmente, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO para o exercício? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente uma relação com as audiências públicas realizadas sobre o assunto, discriminando as audiências presencias das eletrônicas/digitais, se houver.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
26	Sim	1,3
	Não	0

6. EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS

27. O orçamento fiscal e o orçamento de investimentos da LOA possuem entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais segundo critério populacional, nos termos do art. 110, § 7° da Constituição Estadual? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, discrimine as ações/produtos destinadas ao cumprimento deste objetivo.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
27	Sim	1,3
	Não	0

28. A Taxa de Investimento (TxInv) é uma métrica amplamente utilizada para avaliar o crescimento econômico, que pode ser calculada a partir da seguinte fórmula: $$TxInv = \frac{Inv.Total}{RCL} \ x\ 100$$ Onde: TxInv = Taxa de Investimento; Inv. Total = Volume total de investimento no exercício avaliado; RCL = Receita corrente líquida do exercício avaliado. Tendo em vista o exposto, informe: 28.1. O volume total de investimentos realizados no exercício avaliado. 28.2. A receita corrente líquida do exercício avaliado.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
28	TxInv ≥ 10%	X
	2% < TxInv < 10%	0,75
	TxInv ≤ 2%	0

7. DESPESA COM PESSOAL

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

29. Considerando os limites previstos na LRF para os gastos com pessoal do Poder Executivo, que no Estado de Goiás são de 48,6% (limite máximo), 46,17% (limite prudencial) e 43,74% (limite de alerta), informe:

29.1. O percentual da receita corrente líquida gasta com a despesa total de pessoal do Poder Executivo no ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
29	Despesa< 43,74%	1,4
	46,7% > Despesa ≥ 43,74%	0,93
	48,6% ≥ Despesa ≥ 46,17%	0,47
	Despesa > 48,6%	0

30. Considerando os limites previstos na LRF para os gastos com pessoal do Poder Legislativo, que no Estado de Goiás são de 3,4% (limite máximo), 3,23% (limite prudencial) e 3,06% (limite de alerta), informe:

30.1. O percentual da receita corrente líquida gasta com a despesa total de pessoal do Poder Legislativo no ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
30	Despesa < 3,06%	1,4
	3,23% > Despesa ≥ 3,06%	0,93
	3,4% ≥ Despesa ≥ 3,23%	0,47
	Despesa > 3,4%	0

31. Considerando os limites previstos na LRF para os gastos com pessoal do Poder Judiciário, que no Estado de Goiás são de 6% (limite máximo), 5,7% (limite prudencial) e 5,4% (limite de alerta), informe:

31.1. O percentual da receita corrente líquida gasta com a despesa total de pessoal do Poder Judiciário no ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
31	Despesa < 5,4%	1,4
	5,7% > Despesa ≥ 5,04%	0,93
	6% **≥** Despesa **≥** 5,7%	0,47
	Despesa > 6%	0

32. Considerando os limites previstos na LRF para os gastos com pessoal do Ministério Público, que no Estado de Goiás são de 2% (limite máximo), 1,9% (limite prudencial) e 1,8% (limite de alerta), informe:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

32.1. O percentual da receita corrente líquida gasta com a despesa total de pessoal do Ministério Público no ano base de avaliação.

32	Despesa < 1,8%	1,4
	1,9% > Despesa ≥ 1,8%	0,93
	2% ≥ Despesa ≥ 1,9%	0,47
	Despesa > 2%	0

33. Considerando os limites previstos na LRF para a despesa total com pessoal consolidada dos Estados, quais sejam de 60% (limite máximo), 57% (limite prudencial) e 54% (limite de alerta), informe:

33.1. O percentual da receita corrente líquida gasta com a despesa total de pessoal consolidada no Estado de Goiás no ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
33	Despesa < 54%	1,4
	57% > Despesa ≥ 54%	0,93
	60% ≥ Despesa ≥ 57%	0,47
	Despesa > 60%	0

8. PREVIDÊNCIA

34. Com relação à Previdência Social, os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o percentual dos repasses de cada um dos regimes mencionados em relação à receita corrente líquida no ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
34	Sim	1,4
	Não	0

35. Existe avaliação atuarial realizada dentro do que determina as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social e pelo Ministério da Fazenda, inclusive com apuração do resultado atuarial?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente o resultado atuarial do ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
35	Sim	1,4
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

36. Nos casos em que o resultado atuarial apurado é um déficit, o passivo atuarial daí decorrente é reconhecido nas demonstrações contábeis conforme as normas de contabilidade aplicadas ao setor público?

☐Sim.

☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
36	Sim	1,4
	Não	0

37. No Estado de Goiás, os recursos decorrentes de eventuais aportes realizados para a cobertura de um eventual déficit atuarial, permanecem em aplicação financeira por no mínimo 5 anos e são controlados separadamente dos demais recursos, evidenciando a vinculação para qual foram instituídos (Portaria MPS 746/2011)?

☐Sim.

☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente demonstrativo contendo os aportes realizados para cobertura de déficits atuariais dos últimos cinco anos.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
37	Sim	1,4
	Não	0

38. Considerando o equilíbrio entre receitas e despesas previdenciárias do governo estadual no ano base de avaliação, informe:

38.1. A Despesa previdenciária liquidada (DPL):

38.2. A Receita previdenciária total (RPT):

38.3. Os Recursos para cobertura de insuficiências financeiras (RCIF):

Com base nas informações fornecidas, será calculado o Índice de Equilíbrio entre as Receitas e Despesas Previdenciárias (IERDP) do ano base de avaliação, que servirá como critério de avaliação do quesito.

O IERDP será calculado com base nas variáveis já identificadas e na seguinte fórmula:

$$IERDP = \frac{DPL}{RPT + RCIF}$$

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
38	IERDP ≤ 0,9	1,4
	1,1 ≥ IERDP > 0,9	0,93
	IERDP > 1,1	0,47

39. Considerando a representatividade da cobertura de insuficiência financeira em relação à despesa previdenciária total, informe:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,4

39.1. Os recursos para cobertura de insuficiências financeiras (RCIF):

39.2. A despesa previdenciária liquidada (DPL):

Com base nas informações fornecidas, será calculado o Indicador de Representatividade da Cobertura de Insuficiências Financeiras (IRCIF) do ano base de avaliação, que, por sua vez, servirá como critério de avaliação do quesito.

O IRCIF será calculado com base nas variáveis já identificadas e na seguinte fórmula:

$$IRCIF = \frac{RCIF}{DPL}$$

Quesito	Categoria de resposta	Pontuação por item
39	IRCIF ≤ 0,10	1,4
	0,15 ≥ IRCIF > 0,10	0,7
	IRCIF > 0,15	0

40. Acerca da necessidade de financiamento da previdência social, informe:

40.1. Os recursos para cobertura de insuficiências financeiras (RCIF):

40.2. A receita corrente líquida (RCL):

Com base nas informações fornecidas, será calculado o Indicador de Necessidade de Financiamento da Previdência (INFP) do ano base de avaliação, que, por sua vez, servirá como critério de avaliação do quesito.

O INFP será calculado com base nas variáveis já identificadas e na seguinte fórmula:

$$INFP = \frac{RCIF}{RCL}$$

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
40	INFP ≤ 0	1,4
	0,15 ≥ INFP > 0	0,7
	INFP > 0,15	0

9. DÍVIDA ATIVA

41. Visando mensurar o nível de recebimento da dívida ativa, incluindo os recebimentos provenientes dos Programas de Recuperação de Crédito (programas de parcelamento), em relação ao estoque inicial, informe:

41.1. O valor recebido da dívida ativa (VRDA) no ano base de avaliação:

41.2. O saldo inicial da dívida ativa (SIDA) no ano base de avaliação:

41.3. O saldo da conta redutora de perda por irrecuperabilidade (SCRPI):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
41	PRDA ≥ 30%	1,3
	0% < PRDA < 30%	0,65
	PRDA = 0%	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Com base nas informações fornecidas, será calculado o indicador de Percentual do Recebimento da Dívida Ativa (PRDA) no exercício, que servirá como critério de avaliação do quesito. O PRDA será calculado com base nas variáveis já identificadas e na seguinte fórmula: $$PRDA = \frac{VRDA}{SIDA - SCRPI} \ X\ 100$$	
42. Visando mensurar o nível de cancelamento em relação ao estoque inicial, informe: 42.1. O valor cancelado da dívida ativa (VCDA) no ano base de avaliação: 42.2. O saldo inicial da dívida ativa (SIDA) no ano base de avaliação: 42.3. O saldo da conta redutora de perda por irrecuperabilidade (SCRPI): Com base nas informações fornecidas, será calculado o indicador de Percentual do Cancelamento da Dívida Ativa (PCDA) no exercício, que servirá como critério de avaliação do quesito. O PCDA será calculado com base nas variáveis já identificadas e na seguinte fórmula: $$PCDA = \frac{VCDA}{SIDA - SCRPI} \ X\ 100$$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,3** **Quesito** / **Categoria de resposta** / **Pontuação por item** 42 — PCDA ≤ 5% — 1,3 42 — 10% < PCDA < 5% — 0,65 42 — PCDA > 10% — 0
10. DÍVIDA PÚBLICA	
43. No ano base de avaliação, o montante da dívida consolidada líquida do Estado respeitou o limite de duas vezes o montante da receita corrente líquida? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,3** **Quesito** / **Categoria de resposta** / **Pontuação por item** 43 — Sim — 1,3 43 — Não — 0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

44. O montante do serviço da dívida estadual (amortização, juros e encargos) respeitou o limite de 11,5% da receita corrente líquida, conforme disposto na Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
44	Sim	1,5
	Não	0

45. As metas e os compromissos definidos no Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal foram respeitados?
☐Sim para ambos.
☐Sim para metas.
☐Sim para compromissos.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
45	Sim para ambos	1,4
	Sim para metas	0,93
	Sim para compromissos	0,47
	Não	0

46. Sobre os limites de endividamento, as despesas de capital liquidadas no exercício avaliado foram superiores às operações de crédito realizadas no mesmo período?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe os valores das duas variáveis.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
46	Sim	1,4
	Não	0

11. RECUPERAÇÃO FISCAL

47. Acerca do Regime de Recuperação Fiscal, a Secretaria de Economia disponibiliza relatório ou outro documento equivalente de acompanhamento/monitoramento do Plano de Recuperação Fiscal?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
47	Sim	1,5
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

48. Ainda sobre o Regime de Recuperação Fiscal, informe: 48.1. A diferença entre a receita corrente líquida anual do Estado e a dívida consolidada ao final do exercício em: a) 2024: b) 2023: c) 2022: 48.2. O percentual das despesas correntes em relação a receita corrente líquida aferida no exercício de: a) 2024: b) 2023: c) 2022: 48.3. O percentual das despesas com pessoal em relação a receita corrente líquida aferida no exercício de: a) 2024: b) 2023: c) 2022: 48.4. A diferença entre o valor total das obrigações contraídas e as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de recursos sem vinculação nos exercícios de: a) 2024: b) 2023: c) 2022:	O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás no ajuste de suas contas e na restauração do seu equilíbrio financeiro. Neste sentido, em todos os subitens, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024). Dessa forma, os subitens pontuarão positivos quando o resultado do ano base de avaliação (RAB) for melhor que a média dos resultados dos dois anos anteriores (MAA). Na avaliação deste quesito, a pontuação total será distribuída linearmente da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
48.1	RAB > MAA	0,375
	RAB ≤ MAA	0
48.2	RAB < MAA	0,375
	RAB ≥ MAA	0
48.3	RAB < MAA	0,375
	RAB ≥ MAA	0
48.4	RAB > MAA	0,375
	RAB ≤ MAA	0

12. RESTOS A PAGAR

49. Visando analisar o esforço empreendido pela administração pública no pagamento dos restos a pagar, informe: 49.1. O montante de restos a pagar inscritos no ano anterior que foram pagos no exercício em avaliação (RPP). 49.2. O saldo inicial de restos a pagar inscritos no ano anterior que aguardavam pagamento no exercício em avaliação (TRP). 49.3. O montante de cancelamento de restos a pagar no exercício (CRP).	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
49	IEPRP ≥ 95%	1,5
	75% < IEPRP < 95%	0,75
	IEPRP ≤ 75%	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Com base nas informações fornecidas, será calculado um Indicador de Análise de Esforço de Pagamento de Restos a Pagar (IEPRP) no exercício, que servirá como critério de avaliação do quesito.

O IEPRP será calculado com base nas variáveis já identificadas e na seguinte fórmula:

$$IEPRP = \frac{RPP}{TRP - CRP} \ X \ 100$$

50. Visando analisar o nível de cancelamento de restos a pagar, informe:

50.1. O montante de cancelamento de restos a pagar no exercício (CRP)

50.2. O saldo inicial de restos a pagar inscritos no ano anterior que aguardavam pagamento no exercício em avaliação (TRP).

Com base nas informações fornecidas, será calculado o Índice do Nível de Cancelamento de Restos a Pagar (INCRP) no exercício, que servirá como critério de avaliação do quesito.

O INCRP será calculado com base nas variáveis já identificadas e na seguinte fórmula:

$$IEPRP = \frac{CRP}{TRP} \ X \ 100$$

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
50	INCRP ≤ 5%	1,4
	5% < INCRP < 20%	0,7
	INCRP ≤ 20%	0

51. Os restos a pagar processados do ano avaliado foram inscritos com a correspondente disponibilidade de caixa?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o montante dos restos a pagar processados, o montante dos restos a pagar não processados e a disponibilidade de caixa (referente a recursos não vinculados).

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
51	Sim	1,4
	Não	0

13. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

52. As operações de crédito realizadas no exercício foram inferiores ao montante das despesas de capital realizadas pelo Estado?
☐Sim.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,4

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Não.

Quesito	Categoria de resposta	Pontuação por item
52	Sim	1,4
	Não	0

53. Os limites e as condições para a realização de Operações de Crédito, bem como o saldo global das Garantias Concedidas, ficaram de acordo com o estabelecido nos art. 7° e 9° da Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal?
Sim.
Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
53	Sim	1,3
	Não	0

14. PRECATóRIOS

54. Existe suficiência financeira para quitação dos precatórios inscritos no exercício avaliado?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
54	Sim	1,4
	Não	0

55. Durante o exercício objeto de avaliação, foram pagos todos os precatórios inscritos dentro do prazo limite do exercício anterior, prazo este fixado na Constituição Federal?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
55	Sim	1,3
	Não	0

56. Para os precatórios adimplidos fora do prazo constitucional previsto, o Estado tem realizado o pagamento dos juros de mora correspondentes?
☐Sim.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,4

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe se o Estado possui um controle do percentual que os valores pagos a título de juros de mora correspondem dentro do valor total de precatórios pagos no exercício de avaliação.

Quesito	Categoria de resposta	Pontuação por item
56	Sim	1,4
	Não	0

15. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS

57. Houve aplicação de recursos oriundos da alienação de bens e direitos em despesas correntes (ressalvada as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos)?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
57	Sim	1,3
	Não	0

16. TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

58. O Plano Plurianual (PPA) foi disponibilizado, no prazo legal, em meios oficiais de publicação?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
58	Sim	1,3
	Não	0

59. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi disponibilizada, no prazo legal, em meios oficiais de publicação?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
59	Sim	1,3
	Não	0

60. A Lei Orçamentária Anual (LOA) foi disponibilizada, no prazo legal, em meios oficiais de publicação?
☐Sim.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,4

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.</td>
<td>
<table>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">60</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>61. A Prestação de Contas Anual foi disponibilizada, no prazo legal, em meios oficiais de publicação?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">61</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>62. O Poder Executivo deu divulgação ao Parecer Prévio emitido pelo respectivo Tribunal de Contas, no prazo legal, em meios oficiais de publicação?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">62</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>63. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) foi disponibilizado, no prazo legal, em meios oficiais de publicação?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">63</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>64. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) foi disponibilizado, no prazo legal, em meios oficiais de publicação?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	64 | Sim | 1,4 64 | Não | 0
65. As atas de realização de audiências públicas durante a elaboração do PPA foram disponibilizadas, no prazo legal, em meios oficiais de publicação? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito | 1,2** **Quesito | Categoria de resposta | Pontuação por item** 65 | Sim | 1,2 65 | Não | 0
66. As atas de realização de audiências públicas durante a elaboração do LDO foram disponibilizadas, no prazo legal, em meios oficiais de publicação? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito | 1,3** **Quesito | Categoria de resposta | Pontuação por item** 66 | Sim | 1,3 66 | Não | 0
67. As atas de realização de audiências públicas durante a elaboração do LOA foram disponibilizadas, no prazo legal, em meios oficiais de publicação? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito | 1,3** **Quesito | Categoria de resposta | Pontuação por item** 67 | Sim | 1,3 67 | Não | 0
68. O Estado disponibiliza, em meios oficiais, as informações em tempo real da execução orçamentária e financeira? ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito | 1,4** **Quesito | Categoria de resposta | Pontuação por item** 68 | Sim | 1,4 68 | Não | 0

<table>
<tr><td></td><td></td></tr>
<tr><td>69. O Estado possui um sistema integrado de administração financeira e controle?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, identifique o sistema.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">69</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>70. As demonstrações contábeis consolidadas do Estado, suas autarquias e outras entidades, foram disponibilizadas, no prazo legal, em meios oficiais de publicação?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">70</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>71. O Estado possui um portal da transparência com informações completas acerca dos estágios das receitas e despesas?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">71</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>72. O portal da transparência do Estado oferece acesso centralizado aos serviços de informação ao cidadão?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">72</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

17. DUODÉCIMOS	
73. O Governo Estadual repassa até o dia 20 de cada mês, os duodécimos correspondentes às dotações orçamentárias, incluindo créditos suplementares e especiais, aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
73	Sim	1,5
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Apêndice C

QUESITOS DA DIMENSÂO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

APÊNDICE C – QUESITOS DA DIMENSÂO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO

Incluir um quesito de desenvolvimento econômico na criação de um Índice de Efetividade da Gestão do Estado é crucial, pois o desenvolvimento econômico é um indicador chave da saúde e prosperidade de uma região. Ele reflete a capacidade do governo de promover crescimento sustentável, gerar empregos, atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida da população. Avaliar o desenvolvimento econômico permite identificar áreas de sucesso e necessidade de melhoria, orientando políticas públicas mais eficazes e direcionando recursos de forma estratégica. Dessa forma, o índice se torna uma ferramenta mais completa e precisa para medir a efetividade da gestão pública e promover um desenvolvimento equilibrado e inclusivo.

Siglas recorrentes:
ABA: Ano Base de Avaliação (2024);
ABA -1: Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (2023);
ABA -2: Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (2022);

<table>
<tr><th>QUESITO</th><th>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO</th></tr>
<tr><td colspan="2">1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</td></tr>
<tr><td>1. O Estado possui políticas públicas/programas de desenvolvimento econômico e social que considerem as particularidades regionais?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe as políticas/programas, bem como seus respectivos volumes financeiros, destinados ao:

1.1. Crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável:

1.2. Emprego pleno, capacitação e renda:

1.3. Empreendedorismo:

1.4. Inovação, pesquisa e desenvolvimento:

1.5. Atração de investimentos e parcerias:

1.6. Economia criativa, solidária e APL:

1.7. Incentivo à formalização e ao crescimento das micro, pequenas, médias empresas e MEI:</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,7</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">1.</td><td>Sim</td><td>2,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>1.1</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>1.2</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>1.3</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>1.4</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>1.5</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>1.6</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>1.7</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>2. Na elaboração das políticas de desenvolvimento econômico, o Estado promove a compatibilização com programas federais de desenvolvimento (como o FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e o FDCO - Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste)?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe quais políticas ou programas possuem tal compatibilização, detalhando também os programas federais de desenvolvimento com o qual a política/programa se compatibiliza.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">2.</td><td>Sim</td><td>2,3</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>3. O Estado oferece linhas de crédito destinadas a apoiar ou estimular as atividades produtivas voltadas ao desenvolvimento econômico?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o volume de recursos desembolsados (total e por linha de crédito) no ano base de avaliação e nos dois anos imediatamente anteriores.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">3.</td><td>Sim</td><td>2,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>4. O Estado proporciona aos setores empresariais urbano e rural o acesso ao crédito para instalação, ampliação e desenvolvimento de suas atividades, através de financiamentos para investimentos na aquisição de máquinas, móveis e utensílios, e para ampliação da estrutura física e estruturação da gestão?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o número de empréstimos concedidos através da Goiás Fomento no ano base de avaliação e nos dois imediatamente anteriores.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,1</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">4.</td><td>Sim</td><td>2,1</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>5. O Estado adota critérios objetivos para avaliar e priorizar o atendimento às demandas por investimentos em infraestrutura?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, especifique esses critérios.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">5.</td><td>Sim</td><td>2,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td></td><td></td></tr>
<tr><td>6. O Estado possui políticas públicas ou programas de incentivo para atrair, implantar e/ou expandir empresas em regiões com menor PIB e PIB per capita?

☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe quais são essas políticas ou programas, bem como os respectivos volumes financeiros destinados.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,1</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">6.</td><td>Sim</td><td>2,1</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>7. O Estado dispõe de política pública ou programa estruturado voltado ao desenvolvimento economicamente sustentável do turismo?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o percentual de empresas vinculadas às atividades características do turismo em relação ao total de empresas formais no Estado de Goiás, no ano base de avaliação e nos dois anos imediatamente anteriores.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,1</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">7.</td><td>Sim</td><td>2,1</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>8. O Estado dispõe de política pública ou programa estruturado voltado ao desenvolvimento economicamente sustentável da mineração?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, especifique o montante de recursos estaduais dispendidos na política de mineração, no ano base de avaliação e nos dois imediatamente anteriores, segregado por programa e ação orçamentária.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,1</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">8.</td><td>Sim</td><td>2,1</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td colspan="2">2. TRABALHO, CAPACITAÇÃO E RENDA</td></tr>
<tr><td>9. O Estado dispõe de política pública ou programa estruturado voltado para a geração de empregos e a promoção de uma melhor distribuição de renda?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o nome da referida política.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,6</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr></table></td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td></td><td>
<table>
<tr><td rowspan="2">9.</td><td>Sim</td><td>2,6</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>10. Ainda no que tange as políticas/programas voltados à geração de emprego, informe a taxa de desocupação (proporção entre o número de pessoas desocupadas e o número de pessoas na força de trabalho) em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td><td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás no combate ao desemprego. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o resultado do ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos resultados dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">10.</td><td>RAB < MAA</td><td>2,3</td></tr>
<tr><td>RAB ≥ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>11. O Estado realiza campanhas, eventos e/ou ações voltadas à promoção do emprego, trabalho e geração de renda?
☐Sim
☐Não

Em caso de resposta afirmativa, informe o número de ações realizadas no ano base de avaliação.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">11.</td><td>Sim</td><td>2,6</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>12. O Estado implementa ações voltadas à inclusão de jovens no mercado de trabalho?
☐Sim
☐Não

Em caso de resposta afirmativa, informe o número de ações realizadas no ano base de avaliação.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">12.</td><td>Sim</td><td>2,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td></td><td></td></tr>
<tr><td>13. Ainda no que se refere às ações de inclusão de jovens no mercado de trabalho, informe o número total de vagas de jovem aprendiz disponibilizadas no mercado de trabalho em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td><td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás na inclusão de jovens no mercado de trabalho. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o resultado do ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos resultados dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">13.</td><td>RAB > MAA</td><td>2,4</td></tr>
<tr><td>RAB ≤ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>14. Informe o número total de trabalhadores inseridos ou reinseridos no mercado de trabalho de Goiás por meio da integração entre empregados e empregadores promovida pelo Estado em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td><td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás na inserção e reinserção no mercado de trabalho. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o resultado do ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos resultados dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">14.</td><td>RAB > MAA</td><td>2</td></tr>
<tr><td>RAB ≤ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>15. Informe o número de produtores rurais capacitados em ações promovidas pelo Estado em:</td><td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás na capacitação dos produtores ruais. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a</td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

a) 2024: b) 2023: c) 2022:	média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024). Já o parâmetro superior será dado pela meta prevista no PPA para o quadriênio 2024-2027. Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		2,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
15.	RAB ≥ 576	2,4
	MAA < RAB < 576	1,2
	RAB ≤ MAA	0

3. EMPREENDEDORISMO

16. O Estado dispõe de uma política pública ou programa estruturado para fomentar o empreendedorismo?
☐Sim
☐Não

Em caso de resposta afirmativa, informe:

16.1. A taxa de empreendedores nascentes (proporção da população, nos últimos 12 meses, com empreendimentos em fase de criação ou já em operação e remunerando seus sócios ou empregados por, no máximo, 3 meses).

16.2. A taxa de empreendedores novos (proporção da população que é ao mesmo tempo proprietária e administradora de algum negócio com, no mínimo, 3 meses e, no máximo, 3,5 anos de operação).

16.3. A taxa de empreendedores estabelecidos (proporção da população envolvida em negócios com mais de 3,5 anos de existência).

16.4. O número de atendimentos realizados pelo Goiás do Crescimento e do Empreendedorismo (antigo Goiás Empreendedor).

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		2,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
16.	Sim	2,5
	Não	0
16.1	Informativa	Não pontua
16.2	Informativa	Não pontua
16.3	Informativa	Não pontua
16.4	Informativa	Não pontua

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>17. O Estado dispõe de espaço físico/virtual que centralize o atendimento necessário a empreendedores e às empresas para facilitar a gestão do negócio, desde a abertura ao encerramento das atividades?
☐Sim
☐Não

Em caso de resposta afirmativa, informe a quantidade de atendimentos realizados, segregados por espaço físico e virtual, no ano base de avaliação.</td>
<td>Quesito informativo.</td>
</tr>
<tr>
<td>18. O Estado dispõe de mecanismos online para fornecimento de licenças e autorizações a empreendedores e empresas?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, especifique o sistema/página e a quantidade de autorizações e de licenças emitidas pelo respectivo sistema no ano base de avaliação.</td>
<td>Quesito informativo.</td>
</tr>
<tr>
<td>19. Informe o número de microcréditos concedidos através de ações promovidas pelo Estado em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td>
<td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás no apoio ao empreendedorismo. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024). Já o parâmetro superior será dado pela meta prevista no PPA para o quadriênio 2024-2027.

Logo, na avaliação deste quesito, a pontuação total definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">19.</td><td>RAB ≥ 38.900</td><td>2,3</td></tr>
<tr><td>MAA < RAB < 38.900</td><td>1,15</td></tr>
<tr><td>RAB ≤ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>20. O Estado desenvolve projetos voltados ao empreendedorismo, ao desenvolvimento e/ou à inovação tecnológica?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td>20.</td><td>Sim</td><td>2,3</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>Em caso de resposta afirmativa, informe os projetos desenvolvidos no ano base de avaliação, os respectivos volumes financeiros destinados e o número de alunos atendidos.</td>
<td>
<table>
<tr><td></td><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>21. Informe o número de eventos realizados pelo Estado para promover o empreendedorismo e a inovação em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td>
<td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás na promoção do empreendedorismo. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o resultado do ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos resultados dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente.

Na avaliação deste quesito, a pontuação total definida da seguinte forma.
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,2</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">21.</td><td>RAB > MAA</td><td>2,2</td></tr>
<tr><td>RAB ≤ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td colspan="2">4. INOVAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO</td>
</tr>
<tr>
<td>22. O Estado dispõe de política pública ou programa estruturado voltado para o fomento da inovação, visando a criação de novas perspectivas econômicas?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, especifique a referida política/programa e respectivos volumes financeiros destinados.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">22.</td><td>Sim</td><td>2,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>23. Considerando a relevância da inovação para o desenvolvimento econômico do Estado, informe o Índice FIEC de Inovação dos Estados obtido em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td>
<td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás em termos de inovação. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o resultado do ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos resultados dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente.</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação total definida da seguinte forma.

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,8</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">23.</td><td>RAB > MAA</td><td>1,8</td></tr>
<tr><td>RAB ≤ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>24. Considerando a relevância da inovação para o desenvolvimento econômico do Estado, informe o número de patentes concedidas em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td>
<td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás em termos de inovação. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o resultado do ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos resultados dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente.

Na avaliação deste quesito, a pontuação total definida da seguinte forma.

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">24.</td><td>RAB > MAA</td><td>2,4</td></tr>
<tr><td>RAB ≤ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
.</td>
</tr>
<tr>
<td>25. Considerando a relevância da inovação para o desenvolvimento econômico do Estado, informe a taxa de titulados per capita em pós-graduação em áreas tecnológicas por 100 mil habitantes em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td>
<td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás em termos de inovação. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o resultado do ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos resultados dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente. Por resultado, leia-se taxa de titulados.

Na avaliação deste quesito, a pontuação total definida da seguinte forma.

<table>
<tr><th>Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,5</th></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">25.</td><td>RAB > MAA</td><td>2,5</td></tr>
<tr><td>RAB ≤ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>26. O Estado financia a pesquisa científica nas diversas áreas do conhecimento e em áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o número de projetos de pesquisa financiados pelo Estado que foram implementados no ano base de avaliação.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">26.</td><td>Sim</td><td>2,6</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>27. O Estado financia projetos ou pesquisas voltadas ao melhor aproveitamento do potencial energético de Goiás, com ênfase em energias renováveis?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, especifique os projetos/pesquisas financiados no ano base de avaliação e respectivos volumes financeiros destinados.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">27.</td><td>Sim</td><td>2,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>28. O Estado possui norma específica que regulamente a aplicação de recursos do Estado em atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, especifique a referida norma.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">28.</td><td>Sim</td><td>2,6</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

29. Informe a proporção das despesas com Ciência e Tecnologia em relação ao total das despesas do Estado em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:

O objetivo deste quesito está em verificar o avanço das despesas do Estado de Goiás com ciência e inovação. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o resultado do ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos resultados dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente. Por resultado, leia-se taxa de proporção das despesas com ciência e tecnologia em relação ao total de despesas do Estado.

Assim, na avaliação deste quesito, a pontuação total definida da seguinte forma.

Pontuação Máxima do Quesito		2,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
29.	RAB > MAA	2,5
	RAB ≤ MAA	0

5. ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS

30. O Estado dispõe de política pública ou programa estruturado voltado para ampliar parcerias entre os setores público e privado?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o número de parcerias formalizadas no ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		2,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
30.	Sim	2,5
	Não	0

31. O Estado dispõe de política pública ou programa estruturado voltado para atrair investimentos e financiamentos privados (nacionais e internacionais)?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o número de parcerias formalizadas no ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		2,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
31.	Sim	2,5
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td></td><td></td></tr>
<tr><td>32. Informe o volume de investimentos anunciados para o Estado de Goiás em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td><td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço dos investimentos anunciados no Estado de Goiás. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o volume de investimentos anunciados do ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos volumes de investimentos anunciados dos dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente.

Assim, na avaliação deste quesito, a pontuação total definida da seguinte forma.

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">32.</td><td>RAB > MAA</td><td>2,4</td></tr>
<tr><td>RAB ≤ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>33. O Estado dispõe de política pública ou programa estruturado que vise melhorar as relações comerciais internacionais da economia?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o valor das exportações do Estado (Valor FOB US$) no ano base de avaliação e nos dois anos imediatamente anteriores.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">33.</td><td>Sim</td><td>2,3</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>34. O Estado implementa ações de internacionalização de empresas com o objetivo de apoiar as empresas locais a expandirem seus negócios para outros países?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o número de empresas interessadas no processo de internacionalização que foram atendidas no ano base de avaliação e nos dois anos imediatamente anteriores.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">34.</td><td>Sim</td><td>2,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>35. O Estado possui um portfólio atualizado de oportunidades em mineração para atrair investimentos internos e externos?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, especifique o sistema/página e a quantidade de ações de interação com investidores (reuniões, fóruns etc.) realizados no ano base de avaliação.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">35.</td><td>Sim</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr><th colspan="2">6. ECONOMIA CRIATIVA, SOLIDÁRIA E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL)</th></tr>
<tr>
<td>36. O Estado dispõe de regulamentação, política pública ou programa estruturado para estimular a economia criativa?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, especifique as políticas/programas e respectivos volumes financeiros destinados.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">36.</td><td>Sim</td><td>2,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>37. Acerca das ações desenvolvidas pelo Estado para a promoção da economia criativa, informe o número de feiras e eventos (regionais, nacionais e internacionais) de economia criativa promovidos pelo Estado em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td>
<td>O objetivo deste quesito está em verificar o avanço do Estado de Goiás na promoção da economia criativa. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024). Já o parâmetro superior será adotara como referência a meta prevista no PPA para o quadriênio 2024-2027.

Logo, na avaliação deste quesito, a pontuação total definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">37.</td><td>RAB ≥ 48</td><td>2,4</td></tr>
<tr><td>MAA < RAB < 48</td><td>1,2</td></tr>
<tr><td>RAB ≤ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>38. O Estado dispõe de regulamentação, política pública ou programa estruturado para estimular os empreendimentos econômicos solidários?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, especifique as políticas/programas e respectivos volumes financeiros destinados.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">38.</td><td>Sim</td><td>2,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>39. O Estado possui Conselho Estadual de Economia Popular Solidária regulamentado e em funcionamento?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe a atual composição do Conselho.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">39.</td><td>Sim</td><td>2,3</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>40. Com relação as compras públicas realizadas pelo Estado de Goiás, informe o percentual de compras públicas realizadas diretamente junto à agricultura familiar em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td>
<td>O objetivo deste quesito está em verificar a promoção da agricultura familiar no Estado de Goiás. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o percentual de compras públicas realizadas diretamente junto à agricultura familiar no ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos percentuais dos dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente.

Assim, na avaliação deste quesito, a pontuação total definida da seguinte forma.

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">40.</td><td>RAB > MAA</td><td>2,6</td></tr>
<tr><td>RAB ≤ MAA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>41. O Estado dispõe de política voltada ao fomento e incentivo dos arranjos produtivos locais (APL), com vistas ao fortalecimento e ordenamento da economia local?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe o número de arranjos produtivos locais fomentados no Estado de Goiás no ano base de avaliação e nos dois anos imediatamente anteriores.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">41.</td><td>Sim</td><td>2,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr><th colspan="2">7. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MEs, EPPs E MEIs</th></tr>
<tr>
<td>42. O Estado dispõe de política pública ou programa estruturado voltado para o fomento de pequenos negócios (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual)?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe as políticas/programas e respectivos volumes financeiros destinados.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">42.</td><td>Sim</td><td>2,6</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>43. O Estado utiliza as compras públicas como instrumento para impulsionar o desenvolvimento econômico regional?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe quais são os mecanismos adotados para impulsionar o desenvolvimento econômico regional e respectivos volumes financeiros destinados.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">43.</td><td>Sim</td><td>2,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>44. Informe o percentual de participação dos pequenos negócios em relação ao total de aquisições públicas do Estado de Goiás em:
a) 2024:
b) 2023:
c) 2022:</td>
<td>O objetivo deste quesito está em verificar a efetiva participação dos pequenos negócios nas aquisições públicas do Estado de Goiás. Neste sentido, o parâmetro inicial para medir esse avanço será a média dos resultados dos dois anos anteriores (2022 e 2023) ao ano base de avaliação (2024).

Logo, se o percentual de participação dos pequenos negócios no ano base de avaliação (RAB) for superior à média dos percentuais dos dois anos anteriores (MAA), o quesito pontuará positivamente.</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Assim, na avaliação deste quesito, a pontuação total definida da seguinte forma.

Pontuação Máxima do Quesito		2,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
44.	RAB > MAA	2,4
	RAB ≤ MAA	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Apêndice D

QUESITOS DA DIMENSÃO SAÚDE

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

APÊNDICE D – QUESITOS DA DIMENSÃO SAÚDE

O índice de Saúde busca avaliar a gestão dos recursos financeiros, materiais e humanos destinados à saúde pública. Considerando que as ações de saúde pública são essenciais para preservar o bem-estar físico e mental da população e garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, esta dimensão avaliará diversos critérios fundamentais para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos. Entre esses critérios estão: vigilância sanitária, assistência farmacêutica, número de unidades de terapia intensiva (UTIs), quantidade de procedimentos ambulatoriais realizados, tempo de espera em pronto-socorro e pronto atendimento, cobertura vacinal, transplantes de órgãos, taxa de mortalidade materna, eficiência das ouvidorias de saúde, entre outros.

Siglas recorrentes:
ABA: Ano Base de Avaliação (2024);
ABA - 1: Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (2023);
ABA - 2: Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (2022).

1. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÙDE

QUESITO 1.

1. Informe o resultado do cálculo do indicador "Cobertura populacional estimada da Atenção Primária à Saúde" no ABA:

Fórmula:

$$\frac{(n.eSF * 3.350) + (n.eAB\ param.) + (n.eSFS\ equivalentes) * 3.000}{Estimativa\ populacional} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
1.	Indicador ≥ 80,0%	0,5
	Indicador < 80,0%	0

O parâmetro definido (≥ 80%) foi estabelecido conforme o Guia de Qualificação de Indicadores da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Cobertura populacional estimada da Atenção Primária à Saúde.

n eSF: número de equipes de Saúde da Família com códigos 1 a 3, 12 a 15, 24 a 39, desde que vinculadas aos estabelecimentos de saúde instituídas em sua respectiva portaria e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). As equipes de 24 a 38 serão ponderadas conforme Portaria nº 703/2011 (24 a 26 = 1 equipe; 27 a 29 = 2 equipes; 30 a 32 = 3 equipes; 33 a 35 = 0,85 equipe; 36 a 38 = 0,6 equipe).

n. eAB param.: número de equipes de Atenção Básica parametrizadas com códigos de 16 a 21, desde que vinculadas aos estabelecimentos de saúde instituídas em sua respectiva portaria e cadastradas no SCNES. As equipes serão ponderadas conforme Portaria nº 576/2011 (16 e 19 = 1 equipe; 17 e 20 = 2 equipes; 18 e 21 = 3 equipes).

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

n. eSFSB: número de equipes de Saúde da Família com saúde bucal com códigos 2, 3, 10, 11, 13, 15, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 37, 38 e 39 e equipes de agentes comunitários com saúde bucal com códigos 10 e 11, desde que vinculadas aos estabelecimentos de saúde instituídas em sua respectiva portaria e cadastradas no Sistema do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES). As equipes de 25 a 38 serão ponderadas conforme Portaria nº 703/2011 (25 e 26 = 1 equipe; 28 e 29 = 2 equipes; 31 e 32 = 3 equipes; 34 e 35 = 0,85 equipe; 37 e 38 = 0,6 equipe).

n. eABSB param.: número de equipes de Atenção Básica parametrizadas com saúde bucal com códigos 19, 20 e 21, desde que vinculadas aos estabelecimentos de saúde instituídas em sua respectiva portaria e cadastradas no SCNES. As equipes serão ponderadas conforme Portaria nº 576/2011 (19 = 1 equipe; 20 = 2 equipes; 21 = 3 equipes).

n. eSFSB equivalentes: a cada 40h de carga horária ambulatorial de cirurgiões-dentistas na Atenção Básica equivale a uma equipe. Códigos Brasileiros de Ocupações (CBOs) dentistas: 223208 cirurgião dentista - clínico geral; 223272 cirurgião dentista de saúde coletiva; 223293 cirurgião dentista da estratégia de saúde da família. Crítica da carga horária: não será contabilizada a carga horária de profissionais que tiverem registradas no SCNES quantidade de horas semanais superiores a: 44 horas de outras horas ou 60 horas ambulatoriais ou 96 horas hospitalares ou 120 horas resultantes da soma dessas categorias de horas semanais de trabalho. Lotação: profissionais não vinculados a equipes e lotados nos seguintes tipos de estabelecimentos no SCNES – 01 posto de saúde; 02 centro de saúde / unidade básica de saúde; 22 consultório isolado; 32 unidade móvel fluvial; 40 unidade móvel terrestre; ou lotados em equipes de saúde bucal (códigos 43 e 44, na base do SCNES. Natureza jurídica: 1000 - administração pública; 1015 - órgão público do poder executivo federal; 1023 - órgão público do poder executivo estadual ou do distrito federal; 1031 - órgão público do poder executivo municipal; 1040 - órgão público do poder legislativo federal; 1058 - órgão público do poder legislativo estadual ou do distrito federal; 1066 - órgão público do poder legislativo municipal; 1074 - órgão público do poder judiciário federal; 1082 - órgão público do poder judiciário estadual; 1104 - autarquia federal; 1112 - autarquia estadual ou do distrito federal; 1120 - autarquia municipal; 1139 - fundação federal; 1147 - fundação estadual ou do distrito federal; 1155 - fundação municipal; 1163 - órgão público autônomo federal; 1171 - órgão público autônomo estadual ou do distrito federal; 1180 - órgão público autônomo municipal; 1198 - comissão polinacional; 1201 - fundo público; 1210 - associação pública; 1228 - consórcio público de direito privado; 1236 - estado ou distrito federal; 1244 - município; 1252 - fundação pública de direito privado federal; 1260 - fundação pública de direito privado estadual ou do distrito federal; e 1279 - fundação pública de direito privado municipal.

Estimativa populacional: deverá ser considerada sempre a estimativa do ano anterior, e atualizada no mês de janeiro, para fins de cálculo do indicador.

Referência: [3].

QUESITO 3.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
3. Informe o resultado do cálculo do índice "Percentual de CAPS habilitados com pelo menos 12 registros de matriciamento da Atenção Básica" no ABA: **Fórmula**: $$\frac{n.\ de\ CAPS\ com\ pelo\ menos\ 12\ registros\ de\ matriciamento\ da\ Atenção\ Básica\ no\ ano}{Total\ de\ CAPS\ habilitados} * 100$$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,7** **Quesito 3.** — **Categoria**: Indicador ≥ 80,0% — **Pontuação por item**: 0,7 **Quesito 3.** — **Categoria**: Indicador < 80,0% — **Pontuação por item**: 0 O parâmetro definido (≥80%) foi estabelecido conforme a literatura [6], uma vez que não há meta ou parâmetro pactuado no Plano Estadual de Saúde 2024-2027 e Plano Nacional de Saúde 2024-2027.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Indicador: Percentual de CAPS habilitados com pelo menos 12 registros de matriciamento da Atenção Básica

n. de CAPS com pelo menos 12 registros de matriciamento da Atenção Básica: devem ser considerados como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) com registros de matriciamento na APS aqueles com o código do procedimento: 03.01.08.030-5 Matriciamento de Equipes da Atenção Básica registrado no Boletim de Produção Ambulatorial (BPAC) do Sistema de Informação Ambulatorial (SAI).

Total de CAPS habilitados: total de CAPS registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Referências: [4, 5].

QUESITO 4.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
4. Informe o resultado do cálculo do indicador "Percentual de municípios que realizam a inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU) na Atenção Básica": **Fórmula**: $$\frac{n.\,de\ municípios\ que\ realizam\ inserção\ de\ DIU\ na\ AB}{número\ de\ municípios\ de\ Goiás} * 100$$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** **Quesito 4.** — se $P_{ABA} > P_m$: 0,9; se $P_{ABA} \leq P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a Pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de municípios que realizam a inserção de DIU na Atenção Básica.

Referência: [7]

QUESITO 5.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
5. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12 ª semana de gestação", nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA -2: **Fórmula**:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,6** **Quesito 5.** — se $P_{ABA} > P_m$: 0,6; se $P_{ABA} \leq P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$$\frac{\text{n. de gestantes com 6 consultas de pré – natal com 1 consulta até a 12 semanas de gestação}}{\text{número de gestantes com pré – natal na APS}} * 100$$	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12 ª semana de gestação.

n. de gestantes com 6 consultas pré-natal com a 1 consulta até a 12 semanas de gestação: usuárias com pré-natal na Atenção Primária à Saúde (APS) que tiveram pelo menos seis consultas onde o problema condição avaliada no atendimento foi o pré-natal realizada entre a Data da Última Menstruação (DUM) e a Data Provável do Parto (DPP) + 14 dias, sengo que a primeira consulta possui uma diferença de no máximo 12 semanas da data de DUM registrada no primeiro atendimento.

n. de gestantes com pré-natal na APS: número de gestantes que realizaram o pré-natal na APS.

Referência: [9]

QUESITO 6.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
6. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de Gestantes com Realização de Exames para Sífilis e HIV", nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA -2: **Fórmula**: $$\frac{\text{número de gestantes com sorologia avaliada ou teste rápido realizado para HIV e sífilis na APS}}{\text{número de gestantes com pré – natal na APS}} * 100$$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** **Quesito 6.** — **Categoria:** se $P_{ABA} > P_m$ — **Pontuação por item:** 0,5 **Quesito 6.** — **Categoria:** se $P_{ABA} \leq P_m$ — **Pontuação por item:** 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de Gestantes com Realização de Exames para Sífilis e HIV.

Referência: [10]

QUESITO 7.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

7. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de Mulheres com Coleta de Citopatológico na Atenção Primária à Saúde (APS)", nos seguintes períodos: Ano 1: ABA -1: ABA -2: **Fórmula**: $\frac{\textit{número de mulheres de 25 a 64 ano que realizaram coleta de exame citopatológico na APS nos últimos 36 meses}}{\textit{número de mulheres com idade entre 25 e 64 anos cadastradas e vinculadas na APS}} * 100$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** Quesito 7. — se $P_{ABA} > P_m$: 0,5 — se $P_{ABA} \leq P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado na Atenção Primária à Saúde (APS).

Referência: [11]

QUESITO 8.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
8. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado na Atenção Primária à Saúde (APS)", nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA -2: **Fórmula**: $\frac{\textit{n. de gestantes com 6 consultas de pré – natal com 1 consulta até a 12 semanas de gestação}}{\textit{número de gestantes com pré – natal na APS}} * 100$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** Quesito 8. — se $P_{ABA} > P_m$: 0,5 — se $P_{ABA} \leq P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado na Atenção Primária à Saúde (APS).

Referência: [12]

QUESITO 9.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

9. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *haemophilus influenzae* tipo b e Poliomielite inativada" no ABA:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número de crianças que completaram 1 ano de idade, no quadrimestre de referência, com 3 doses aplicadas de poliomielite inativada ou pentavalente}}{\textit{número de crianças cadastradas e vinculadas em equipes da APS que completaram 1 ano de idade no quatrimestre avaliado}} * 100$$

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
9.	Indicador ≥ 100,0%	0,6
	Indicador < 100,0%	0

O parâmetro definido (100%) foi estabelecido conforme as metas do Ministério da Saúde que recomendam um valor de referência de 100% para este indicador [13].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *haemophilus influenzae* tipo b e Poliomielite inativada.

Referência: [13]

QUESITO 10.

10. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre na Atenção Primária à Saúde (APS)", nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número de pessoas com hipertensão arterial com consulta em hipertensão arterial e aferição da Pressão Arterial nos últimos seis meses}}{\textit{Número de pessoas com hipertensão no Sistema de Informação da Atenção Básica (SISAB)}} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
10.	se $P_{ABA} > P_m$	0,6
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Indicador: Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre na Atenção Primária à Saúde (APS).

Referência: [14]

QUESITO 11.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
11. Informe o resultado do cálculo do indicador " Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre", nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA -2: **Fórmula**: $$\frac{\text{Número de pessoas com diabetes, com consulta de DM e solicitação do exame de hemoglobina glicada nos últimos seis meses}}{\text{Número de pessoas com diabetes no Sistema de Informação da Atenção Básica (SISAB)}} * 100$$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 11. / se $P_{ABA} \geq P_m$ / 0,5 11. / se $P_{ABA} < P_m$ / 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre.

Referência: [15]

QUESITO 12.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
12. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária à Saúde (ICSAPS)" no ABA: **Fórmula**:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,8** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 12. / Indicador <19,52% / 0,8 12. / Indicador ≥19,52% / 0 O parâmetro definido (<19,52%) foi estabelecido conforme a meta pactuada do PES 2024-2017 de 19,52% no Plano Estadual de Saúde 2024-2027 [17].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Indicador: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária à Saúde (ICSAPS).

Número de ICSAP: Número absoluto de internações por condições sensíveis na Atenção Primária à Saúde.

Condições Sensíveis à Atenção Básica (todos do intervalo especificado), segundo o código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): Doenças evitáveis por imunização e outras DIP: A15. 0-A19.9, A33.0-A37.9; A50.0-A53.9, A95.0- A95.9, 05.0-B06.9, B16.0-B16.9, B26.0-B26.9, B50.0-B54.9, B77.0-B77.9, G00.0, I00-I02.9 / Gastroenterites infecciosas e complicações: A00.0-A09.9; E86.0-E86.9 / Anemia: D50.0-D50.9 / Deficiências nutricionais: E40-E46.9, E50.0-E64.9 / Infecções de ouvido, nariz e garganta: H66.0- H66.9, J00, J01.0-J03.9, J06.0-J06.9, J31.0-J31.9 / Pneumonias bacterianas: J13, J14, J15.3-J15.4, J15.8-J15.9, J18.1 / Asma: J45.0-J45.9 / Bronquites: J20.0-J21.9, J40-J42 / Hipertensão: I10, I11.0- I11.9 / Angina: I20.0-I20.9 / Insuficiência cardíaca: I50.0-I50.9 / Diabetes mellitus: E10.0-E14.9 / Epilepsias: G40.0-G40.9 / Infecção no rim e trato urinário: N30.0-N30.9, N34.0-N34.3, N39.0 / Infecção da pele e tecido subcutâneo: A46, L01.0-L04.9, L08.0-L08.9 / Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos: N70.0-N73.9, N75.0-N76.8 / Síndrome da Rubéola Congênita P35.0.

Total de internações clínicas: Os códigos de procedimentos usados para selecionar as internações clínicas usadas como denominador da proporção média de internações sensíveis à Atenção Básica, de residentes dos municípios de referência, são todos aqueles válidos para o período selecionado e incluídos nos intervalos de códigos a seguir, classificados como de média complexidade.: Procedimentos obstétricos clínicos: código 0303100010 ao 0303109999 / Tratamentos clínicos: código 0303010010 ao 0303099999, código 0303110010 ao 0303169999, código 0303180010 ao 0305029999, código 0306020010 ao 0306029999, código 0308010010 ao 0309069999. / Diagnósticos e/ou Atendimentos de Urgência: Do código 0301060010 ao 0301069999 do Sistema de Internação Hospitalar (SIH/SUS).

Referência: [16]

QUESITO 13.

13. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de exodontia" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número total de extrações dentárias}}{\textit{Número total de procedimentos clínicos individuais}} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
13.	se $P_{ABA} \leq P_m$	0,5
	se $P_{ABA} > P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de exodontia em relação aos procedimentos.

Número total de extrações dentárias: Número absoluto de extrações dentárias (Códigos 0414020138 e 0414020146 do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA-SUS)

Número total de procedimentos clínicos individuais curativos e preventivos: códigos 0101020058 Aplicação de Cariostático (por dente); 0101020066 Aplicação de Selante (por dente); 0101020074 Aplicação tópica de flúor (individual por sessão); 0101020090 Selamento provisório de cavidade dentaria; 0307010015 Capeamento pulpar; 0307010031 Restauração de dente permanente anterior; 0307010040 Restauração de dente permanente posterior; 0307020010 Acesso à polpa dentária e medicação (por dente); 0307020029 Curativo de demora c/ ou s/ preparo biomecânico; 0307020037 Obturação de dente decíduo; 0307020045 Obturação em dente permanente

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

birradicular; 0307020053 Obturação em dente permanente c/ três ou mais raízes; 0307020061 Obturação em dente permanente unirradicular; 0307020070 Pulpotomia dentária; 0307020088 Retratamento endodôntico em dente permanente birradicular; 0307020096 Retratamento endodôntico em dente permanente c/ 3 ou mais raízes; 0307020100 Retratamento endodôntico em dente permanente unirradicular; 0307020118 Selamento de perfuraçãoo radicular; 0307030016 Raspagem alisamento e polimento supragengivais (por sextante); 0307030024 Raspagem alisamento subgengivais (por sextante); 0307030032 Raspagem coronorradicular (por sextante); 0414020022 Apicectomia com ou sem obturação retrógrada; 0414020073 Curetagem periapical; 0414020138 Exodontia de dente permanente; 0414020146 Exodontia Múltipla com alveoloplastia por sextante; 0414020154 Gengivectomia (por sextante); 0414020162 Gengivoplastia (por sextante); 0414020219 Odontossecção/ Radilectomia/Tunelização; 0414020243 Reimplante e transplante dental (por elemento); 0414020367 Tratamento cirúrgico para tracionamento dental; 0414020375 Tratamento cirúrgico periodontal (por sextante) – disponíveis no Sistema de Internação Hospitalar (SIH/SUS).

Referência: [18]

2. ATENÇÃO ESPECIALIZADA

QUESITO 14.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
14. Informe o resultado do cálculo do índice "Índice de Cobertura Assistencial da Rede de Atenção Psicossocial (iRAPS)" nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\sum(CbUA + CbNASF + CbCAPS + CbHG)}{Quantidade\ de\ serviços\ habilitados}$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 14 / iRAPS ≥ 0,64 / 0,9 14 / iRAPS < 0,64 / 0 O parâmetro 0,64 foi obtido no Plano Estadual de Saúde 2024-2027. Este parâmetro sofrerá alterações para as próximas avaliações anuais: 2025 – 0,65; 2026 – 0,70; 2027 – 0,75.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Índice de Cobertura Assistencial da Rede de Atenção Psicossocial (iRAPS)

CbUA: Cobertura de Unidade de Acolhimento (Adulto e Infanto-Juvenil)
CbNASF: Cobertura de Núcleos de Apoio à Saúde da Família
CbCAPS: Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial
CbHG: Cobertura de leitos de saúde mental no hospital geral*.
Referência: [19]

*Este índice é calculado e monitorado pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO) no Guia de Qualificação de Indicadores [2].

QUESITO 15.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
15. Informe o número absoluto de novos serviços de alta complexidade implantados nas unidades estaduais no ano base de avaliação (ABA):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

15	Indicador ≥ 3.417	0,9
	Indicador < 3.417	0

O parâmetro 3.417 foi obtido no Plano Estadual de Saúde 2024-2027. Este parâmetro sofrerá alterações para as próximas avaliações anuais: 2025 – 3.432; 2026 – 3.483; 2027 – 3.533.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de novos serviços de alta complexidade implantados nas unidades estaduais [17]

QUESITO 16.

16. Informe o número absoluto de serviços especializados às pessoas em situação de violência sexual no Estado no ano base de avaliação (ABA):

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**0,9**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
16	Indicador ≥ 3	0,9
	Indicador < 3	0

O parâmetro 3 foi obtido no Plano Estadual de Saúde 2024-2027. Este parâmetro sofrerá alterações para as próximas avaliações anuais: 2025 – 4; 2026 – 5; 2027 – 6.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de serviços especializados às pessoas em situação de violência sexual (Nvs) [17]

QUESITO 17.

17. Informe o número absoluto de consultas médicas ambulatoriais realizadas nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**0,9**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
17	$Ncam_{aba} > Ncam_{m}$	0,9
	$Ncam_{aba} \leq Ncam_{m}$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Indicador: Número de consultas médicas ambulatoriais realizadas [2]

$Ncam_{aba}$ = Número de consultas médicas ambulatoriais realizadas no ano base de avaliação
$Ncam_{m}$ = Média do número de consultas médicas ambulatoriais realizadas nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

QUESITO 18.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
18. Informe o número absoluto de consultas multiprofissionais ambulatoriais realizadas nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
18	$Ncmt_{aba} > Ncmt_{m}$	0,9
	$Ncmt_{aba} \leq Ncmt_{m}$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de consultas multiprofissionais ambulatoriais realizadas [2]

$Ncam_{aba}$ = Número de consultas multiprofissionais ambulatoriais realizadas no ano base de avaliação
$Ncam_{m}$ = Média do número de consultas multiprofissionais ambulatoriais realizadas nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

QUESITO 19.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
19. Informe o resultado do cálculo do indicador "Número de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal (SUS), por 1.000 nascidos vivos, em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{Número\ de\ leitos\ de\ UTI\ neonatal}{Número\ de\ nascidos\ vivos} * 1000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
19	$Nutin_{aba} > Nutin_{m}$	0,5
	$Nutin_{aba} \leq Nutin_{m}$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal, por 1.000 nascidos vivos [20]

$Nutin_{aba}$ = Número de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal, por 1.000 nascidos vivos no ano base de avaliação

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$Nutin_m$ = Média do número de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal, por 1.000 nascidos vivos, nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

QUESITO 20.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
20. Informe o resultado do cálculo do indicador "Número de leitos clínicos (SUS), por 1.000 habitantes", em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{Número\ de\ leitos\ clínicos}{Populaçao\ total\ residente} * 1000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** **Quesito 20** — **Categoria**: $NIc_{aba} > NIc_m$ — **Pontuação por item**: 0,5 **Quesito 20** — **Categoria**: $NIc_{aba} \leq NIc_m$ — **Pontuação por item**: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de leitos clínicos (SUS), por 1.000 habitantes

NIc_{aba} = Número de leitos de clínicos (SUS), por 1.000 habitantes no ano base de avaliação
NIc_m = Média do número de leitos de clínicos (SUS), por 1.000 habitantes, nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [20]

QUESITO 21.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
21. Informe o resultado do cálculo do indicador "Número de leitos cirúrgicos (SUS), por 1.000 habitantes", em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{Número\ de\ leitos\ cirúrgicos}{Populaçao\ total\ residente} * 1000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** **Quesito 21** — **Categoria**: $NIcg_{aba} > NIcg_m$ — **Pontuação por item**: 0,5 **Quesito 21** — **Categoria**: $NIcg_{aba} \leq NIcg_m$ — **Pontuação por item**: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de leitos cirúrgicos (SUS), por 1.000 habitantes

$NIcg_{aba}$ = Número de leitos cirúrgicos (SUS), por 1.000 habitantes no ano base de avaliação

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$NIcg_m$ = Média do número de leitos cirúrgicos (SUS), por 1.000 habitantes, nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [20]

QUESITO 22.

22. Informe o resultado do cálculo do indicador "Número de leitos psiquiátricos (SUS), por 1.000 habitantes", em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{Número\ de\ leitos\ psiquiátricos}{Populaçao\ total\ residente} * 1000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
22	$NIp_{aba} > NIp_m$	0,5
	$NIp_{aba} \leq NIp_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de leitos psiquiátricos (SUS), por 1.000 habitantes

NIp_{aba} = Número de leitos psiquiátricos (SUS), por 1.000 habitantes no ano base de avaliação
NIp_m = Média do número de leitos psiquiátricos (SUS), por 1.000 habitantes, nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [20]

QUESITO 23.

23. Informe o resultado do cálculo do indicador "Número de leitos de Unidade de Terapia (UTI), por 1.000 habitantes", em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{Número\ de\ leitos\ de\ UTI}{Populaçao\ total\ residente} * 1000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
23	$NIuti_{aba} > NIuti_m$	0,9
	$NIuti_{aba} \leq NIuti_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de leitos de Unidade de Terapia (UTI), por 1.000 habitantes

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$Nluti_{aba}$ = Número de leitos de Unidade de Terapia (UTI), por 1.000 habitantes no ano base de avaliação
$Nluti_{m}$ = Média do número de leitos de Unidade de Terapia (UTI), por 1.000 habitantes, nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [20]

QUESITO 24.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
24. Informe o resultado do cálculo do indicador "Número de leitos (SUS), por 1.000 habitantes", em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{Número\ de\ leitos\ (SUS)}{Populaçao\ total\ residente} * 1000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** Quesito 24: $NI_{aba} > NI_{m}$ → 0,9 Quesito 24: $NI_{aba} \leq NI_{m}$ → 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de leitos (SUS), por 1.000 habitantes

NI_{aba} = Número de leitos (SUS), por 1.000 habitantes no ano base de avaliação
NI_{m} = Média do número de leitos (SUS), por 1.000 habitantes, nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [20]

QUESITO 25.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
25. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de Internação Hospitalar (SUS) por 10.000 habitantes", de acordo com a metodologia do Ministério da Saúde, nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{Número\ de\ internações\ hospitalares\ de\ residentes\ pagas\ pelo\ SUS\ no\ estado\ de\ Goiás}{Populaçao\ total\ residente} * 10000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,6** Quesito 25: $Tih_{aba} \leq Tih_{m}$ → 0,6 Quesito 25: $Tih_{aba} > Tih_{m}$ → 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Indicador: Taxa de Internação Hospitalar (SUS) por 10.000 habitantes

Tih_{aba} = Taxa de Internação Hospitalar (SUS) por 10.000 habitantes no ano base de avaliação
Tih_{m} = Média da Taxa de Internação Hospitalar (SUS) por 10.000 habitantes, nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [20]

QUESITO 26.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
26. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de Internação Hospitalar (SUS), por 10.000 habitantes, em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual" nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de internações hospitalares de residentes pagas pelo SUS nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\text{Populaçao total residente}} * 10000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,8
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
26	$Tihge_{aba} \leq Tihge_{m}$	0,8
	$Tihge_{aba} > Tihge_{m}$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de Internação Hospitalar (SUS), por 10.000 habitantes nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual

$Tihge_{aba}$ = Taxa de Internação Hospitalar (SUS), por 10.000 habitantes, nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual no ano base de avaliação
$Tihge_{m}$ = Média da Taxa de Internação Hospitalar (SUS), por 10.000 habitantes, nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual, nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [20]

QUESITO 27.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
27. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de ocupação hospitalar geral nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual" no ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de pacientes} - \text{dia no período}}{\text{Número de leito} - \text{dia operacionais no período}} * 100$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
27	Toh < 75%	0
	75% ≤ Toh ≤ 80%	0,9
	Toh > 80%	0

O parâmetro definido (75-80%) foi estabelecido conforme a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) [22]

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de ocupação hospitalar geral nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual (Toh)

Numerador: número de pacientes-dia – somatória de pacientes-dia dos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual.
Denominador: número de leitos-dia operacionais – somatória de leitos-dias operacionais dos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual.

Referência: [22]

QUESITO 28.

28. Informe o resultado do cálculo do indicador "Densidade de Incidência de Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica (PAV)" nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\text{Número de pacientes com PAV nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\text{Número de pacientes em Ventilação} - \text{Mecânica} - \text{Dia}} * 1000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
28	$PAV_{aba} > PAV_m$	0,6
	$PAV_{aba} \leq PAV_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Densidade de Incidência de Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica (PAV)

PAV_{aba} = Densidade de Incidência de Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica no ano base de avaliação
PAV_m = Média das Densidades de Incidência de Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [23]

QUESITO 29.

29. Informe o resultado do cálculo do indicador "Densidade de Incidência de Infecção do Trato Urinário Associada à Cateter Vesical de Demora" nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
29	$ITU_{aba} > ITU_m$	0,6
	$ITU_{aba} \leq ITU_m$	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$\frac{\text{Número de pacientes com Infecção de Trato Urinário (ITU) nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\text{Número de pacientes em Cateter Vesical de Demora – dia (CVC – dia)}} * 1000$	Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Densidade de Incidência de Infecção do Trato Urinário Associada à Cateter Vesical de Demora (ITU)

ITU_{aba} = Densidade de Incidência de Infecção do Trato Urinário Associada à Cateter Vesical de Demora no ano base de avaliação
ITU_{m} = Média das Densidades de Incidência de Infecção do Trato Urinário Associada à Cateter Vesical de Demora nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [23]

QUESITO 30.

30. Informe o resultado do cálculo do indicador "Densidade de Incidência de Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorial" nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\text{Número de paciente scom Infecção primária de Corrente Sanguínea Laboratorial (IPCSL)em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\text{Número de Cateter Venoso Central – dia (CVC – dia)}} * 1000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
30	$ICSL_{aba} > ICSL_{m}$	0,5
	$ICSL_{aba} \leq ICSL_{m}$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Densidade de Incidência de Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorial

$ICSL_{aba}$ = Densidade de Incidência de Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorial no ano base de avaliação
$ICSL_{m}$ = Média das Densidades de Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorial nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Referência: [23]

QUESITO 31.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
31. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de infecção de sítio cirúrgico" nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de Infecções de Sítio Cirúrgico (ISC) relacionados ao procedimento cirúrgico}}{\text{Número total de procedimentos cirúrgicos}} * 100$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,6** **Quesito 31** — $Tisc_{aba} > Tisc_m$: 0,6; $Tisc_{aba} \leq Tisc_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de infecção de sítio cirúrgico

$Tisc_{aba}$ = Taxa de infecção de sítio cirúrgico no ano base de avaliação
$Tisc_m$ = Média das taxas de infecção de sítio cirúrgico nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [23]

QUESITO 32.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
32. Informe o resultado do cálculo do indicador "Tempo médio de internação (em dias) em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual" nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de pacientes} - \text{dia}}{\text{Número de saídas}}$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** **Quesito 32** — $Tin_{aba} \leq Tin_m$: 0,9; $Tin_{aba} > Tin_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Tempo médio de internação

Tin_{aba} = Tempo médio de internação no ano base de avaliação

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Tin_m = Média dos tempos médios de internação nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [25] adaptado

QUESITO 33.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
33. Informe o resultado do cálculo do indicador "Tempo Médio de Espera (TME), em minutos, na urgência e emergência para primeiro atendimento em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual" nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\textit{Total de tempo de espera na urgência e emergência de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\textit{Total de pacientes admitidos na unidade de urgência e emergência dos estabelecimentos estaduais}}$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,6** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 33 / $TME_{aba} \leq TME_m$ / 0,6 33 / $TME_{aba} > TME_m$ / 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Tempo Médio de Espera (TME), urgência e emergência

TME_{aba} = Tempo Médio de Espera (TME), urgência e emergência, no ano base de avaliação
TME_m = Média dos Tempos Médios de Espera (TME), urgência e emergência nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [26] adaptado

QUESITO 34.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
34. Informe o resultado do cálculo do indicador "Tempo Médio de Espera (TME), em dias, para cirurgias eletivas* em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual" nos seguintes períodos: Observação*: Informe as cinco cirurgias eletivas com maior número realizadas e, a seguir, informe o TME para cada uma delas: Cirurgia 1: ABA ABA -1: ABA - 2: Cirurgia 2: ABA	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,6** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 34 / $TMEce_{aba} \leq TMEce_m$ / 0,6 34 / $TMEce_{aba} > TMEce_m$ / 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ABA -1:
ABA - 2:

Cirurgia 3:

ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Cirurgia 4:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Cirurgia 5:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Total de tempo de espera para cirurgias eletivas nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\textit{Total de pacientes com cirurgia eletiva solicitadas em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}$$

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Tempo Médio de Espera (TME) para cirurgias eletivas

$TMEce_{aba}$ = Tempo Médio de Espera (TME) para cirurgias eletivas no ano base de avaliação
$TMEce_{m}$ = Média dos Tempos Médios de Espera (TME) para cirurgias eletivas nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [26] adaptado

QUESITO 35.

35. Informe o resultado do cálculo do indicador "Tempo Médio de Espera (TME), em dias, para atendimento aos exames de maior complexidade* em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual" nos seguintes períodos:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Observação: Informe os exames de maior complexidade com maior número realizados e, a seguir, informe o TME para cada um deles.

Exame 1:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Exame 2:

ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Exame 3:

ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Exame 4:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Exame 5:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Total de tempo de espera para exames nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\textit{Total de pacientes com exames solicitados em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}$$

35	$TMEex_{aba} \leq TMEex_{m}$	0,6
	$TMEex_{aba} > TMEex_{m}$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Tempo Médio de Espera (TME) para exames de maior complexidade

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$TMEex_{aba}$ = Tempo Médio de Espera (TME) para exames de maior complexidade no ano base de avaliação
$TMEex_{m}$ = Média dos Tempos Médios de Espera (TME) para exames de maior complexidade nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [26] adaptado

QUESITO 36.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
36. Informe o resultado do indicador "Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade em estabelecimentos sob a gestão estadual e a população residente", nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
36	$PAmc_{aba} > PAmc_{m}$	0,9
	$PAmc_{aba} \leq PAmc_{m}$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FORMULA):

Indicador: Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e a população residente

Numerador: Total de procedimentos ambulatoriais selecionados de média complexidade realizados nos estabelecimentos de saúde estaduais. Códigos dos procedimentos que devem ser utilizados para o cálculo do indicador no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS): 0201010151, 0201010160, 0201010585, 0201010607, 0201010666, 0202030059, 0202030237, 0202031080, 0203010043, 0203020014, 0205010032, 0405030045, 0405050097, 0405050100, 0405050119, 0405050151, 0405050372, 0409040240, 0409050083, 0506010023, 0506010031, 0506010040.

Denominador: população residente

$PAmc_{aba}$ = Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e a população residente no ano base de avaliação
$PAmc_{m}$ = Média das razões de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e a população residente nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [27] adaptado

QUESITO 37.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
37. Informe o resultado do indicador "Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em estabelecimentos sob a gestão estadual e a população residente", nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,8
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
37	$PAac_{aba} > PAac_{m}$	0,8

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número de procedimentos ambulatoriais selecionados de alta complexidade}}{\textit{População residente}}$$

	$PAac_{aba} \leq PAac_{m}$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e a população residente

Numerador: Total de procedimentos ambulatoriais selecionados de média complexidade realizados nos estabelecimentos de saúde estaduais. Códigos dos procedimentos que devem ser utilizados para o cálculo do indicador no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS): Do código 0201010010 ao 0211129999. Do código 0303010010 ao 0303189999. Do código 0306020010 ao 0306029999. Do código 0309010010 ao 0309049999. Do código 0401010010 ao 0405050369. Do código 0405050380 ao 0414019999. Do código 0416010010 ao 0416139990. Do código 0304020010 ao 0304079999. Do código 0418010010 ao 0418010039.
Denominador: população residente

$PAac_{aba}$ = Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e a população residente no ano base de avaliação
$PAac_{m}$ = Média das razões de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e a população residente nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [27] adaptado

QUESITO 38.

38. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de mortalidade institucional" em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula: $$\frac{\textit{Total dos óbitos que ocorreram após pelo menos 24 horas da entrada do paciente}}{\textit{Total de saídas hospitalares}} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
38	Indicador < 3%	0,6
	Indicador ≥ 3%	0

O parâmetro 3% foi obtido no Programa de Monitoramento da Qualidade Hospitalar (Qualiss) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de mortalidade institucional

Numerador: Total dos óbitos que ocorreram após pelo menos 24 horas da entrada do paciente nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual.
Denominador: Total de saídas hospitalares nos estabelecimentos de saúde.

Referência: [26]

QUESITO 39. | **CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

39. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de partos vaginais" em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual no ABA: **Fórmula**: $$\frac{\textit{Total de partos vaginais}}{\textit{Total de partos (cesário e vaginal)}} * 100$$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** Quesito 39: Indicador ≥ 55% → 0,9; Indicador < 55% → 0 O parâmetro 55% foi obtido no Programa de Monitoramento da Qualidade Hospitalar (Qualiss) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de partos vaginais
Referência: [26]

QUESITO 40.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
40. Informe o resultado do cálculo do indicador "Percentual de pacientes com câncer que realizaram o primeiro tratamento no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do diagnóstico o laudo patológico em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual" nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $$\frac{\textit{Número total de pacientes com câncer que realizaram o primeiro atendimento no prazo de até 60 dias}}{\textit{Número de pacientes diagnosticados com câncer em estabelecimentos de saúde estaduais}} * 100$$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** Quesito 40: P_{tc60} = 100% → 0,9; P_{tc60} < 100% → 0 O parâmetro 100% foi estabelecido em conformidade a Lei nº 12.732/2012.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de pacientes com câncer que realizaram o primeiro tratamento no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do diagnóstico o laudo patológico em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual.

Referência: [28].

QUESITO 41.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
41. O Estado apresenta um banco de sangue público (hemocentro)?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Pontuação Máxima do Quesito		0,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
41	Sim	0,6
	Não	0

É recomendado para avaliar a estrutura de saúde do estado [29].

QUESITO 42.

42. Informe o resultado do indicador "número de bolsas coletadas, por 1.000 habitantes" nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número de bolsas de sangue coletadas no estado}}{\textit{População total residente}} * 1000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
42	$Nbs_{aba} > Nbs_m$	0,9
	$Nbs_{aba} \leq Nbs_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de bolsas coletas, por 1.000 habitantes

Nbs_{aba} = Número de bolsas coletas, por 1.000 habitantes, no ano base de avaliação
Nbs_m = Média do número de bolsas coletas, por 1.000 habitantes, nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [30] adaptado

QUESITO 43.

43. Informe o resultado do indicador "taxa de utilização de bolsas de sangue*" nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula

$$\frac{\textit{Número de bolsas de sangue utilizadas no estado}}{\textit{Número de bolsas coletadas}} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
43	$Tubs_{aba} > Tubs_m$	0,9
	$Tubs_{aba} \leq Tubs_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de utilização de bolsas de sangue

$Tubs_{aba}$ = Taxa de utilização de bolsas de sangue, no ano base de avaliação
$Tubs_{m}$ = Média das taxas de utilização de bolsas de sangue nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [30] adaptado

QUESITO 44.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
44. Informe o resultado do indicador "Taxa de aproveitamento de órgãos sólidos doados (fígado, pâncreas, pulmão, rim, pâncreas/rim) para transplante" nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{Número\ de\ orgãos\ transplantados}{Número\ de\ orgãos\ doados} * 100$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 44 / $Taos_{aba} > Taos_{m}$ / 0,5 44 / $Taos_{aba} \leq Taos_{m}$ / 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de aproveitamento de órgãos sólidos doados (fígado, pâncreas, pulmão, rim, pâncreas/rim) para transplante

Numerador: Número total de órgãos sólidos efetivamente transplantados (fígado, pâncreas, pulmão, rim, pâncreas/rim).
Denominador: Total de órgãos captados pelo estado.

$Taos_{aba}$ = Taxa de aproveitamento de órgãos sólidos doados (fígado, pâncreas, pulmão, rim, pâncreas/rim) para transplante, no ano base de avaliação
$Taos_{m}$ = Média das taxas de aproveitamento de órgãos sólidos doados (fígado, pâncreas, pulmão, rim, pâncreas/rim) para transplante nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [30] adaptado

QUESITO 45.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
45. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de mortalidade infantil, por 1.000 nascidos vivos (NV)" no estado de Goiás no ABA: **Fórmula**:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$$\frac{\text{Número de óbitos em menores de 1 ano}}{\text{Número de nascidos vivos residentes}} * 1.000$$

45	Tmi ≤ 20%	0,5
	20% ≤ Tmi < 49%	0,25
	Tmi ≥ 50%	0

Os parâmetros foram definidos conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de mortalidade infantil

Referência: [16]

QUESITO 46.

46. Informe a taxa de mortalidade infantil, por 1.000 nascidos vivos, nos serviços de saúde sob a gestão estadual no ABA:

Fórmula:

$$\frac{\text{Número de óbitos em menores de 1 ano em estabelecimentos de saúde da gestão estadual}}{\text{Número de nascidos vivos residentes}} * 1.000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
46	$Tmige_{aba} \leq Tmige_{m}$	0,9
	$Tmige_{aba} > Tmige_{m}$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de mortalidade infantil nos serviços de saúde sob a gestão estadual

$Tmige_{aba}$ = Taxa de mortalidade infantil nos serviços de saúde sob a gestão estadual no ano base de avaliação
$Tmige_{m}$ = Média das taxas de mortalidade infantil nos serviços de saúde sob a gestão estadual nos dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [16]

QUESITO 47.

47. Informe o resultado do cálculo do indicador “Proporção de óbitos, em menores de 15 anos, nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) dos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual*” nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
47	$Po_{aba} \leq Po_{m}$	0,9
	$Po_{aba} > Po_{m}$	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$\frac{\text{Número de óbitos em menores de 15 anos nas UTI dos estabelecimentos estaduais}}{\text{Número de indivíduos menores de 15 anos internados em estabelecimentos estaduais}} * 100$	Dessa forma, o indicador pontuará positivo se o resultado do ano base de avaliação for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador nos dois anos anteriores ao ano base de avaliação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de óbitos, em menores de 15 anos, nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) dos estabelecimentos de saúde sob a gestão

Po_{aba} = Proporção de óbitos, em menores de 15 anos, nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) dos estabelecimentos de saúde sob a gestão no ano base de avaliação
Po_{m} = Média das proporções de óbitos, em menores de 15 anos, nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) dos estabelecimentos de saúde sob a gestão dois anos imediatamente anteriores ao ano base de avaliação

Referência: [18]

QUESITO 48.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
48. Informe o resultado do cálculo do indicador "Razão de Mortalidade Materna (RMM), por 100.000 Nascidos Vivos (NV)" no ABA: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de óbitos maternos (até 42 dias após o parto de causas ligadas à gravidez, parto e puerpério)}}{\text{Número de nascidos vivos residentes}} * 100.000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,0** **Quesito 48** RMM ≤ 60 — 1,0 RMM > 60 — 0 O parâmetro 60 foi obtido no Plano Estadual de Saúde 2024-2027. Este parâmetro sofrerá alterações para as próximas avaliações anuais: 2025 – 58; 2026 – 56; 2027 – 55.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de novos serviços de alta complexidade implantados nas unidades estaduais

Referência: [17]

QUESITO 49.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
49. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de mortalidade prematura, por 100.000 habitantes, pelos conjuntos das quatro principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (Diabetes mellitus, Câncer, Doenças Respiratórias Crônicas e Doenças Cardiovasculares)", conforme a metodologia do Ministério da Saúde, no ABA: **Fórmula**:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** **Quesito 49** Tmp < 281,34 — 0,9 Tmp ≥ 281,34 — 0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$\frac{\text{Número absoluto de óbitos prematuros por DCNT, na população residente, de faixa etária de } 30-69 \text{ anos}}{\text{População total residente de } 30-69 \text{ anos}} * 100.000$	O parâmetro 281,34 foi obtido no Plano Estadual de Saúde 2024-2027. Este parâmetro sofrerá alterações para as próximas avaliações anuais: 2025 – 275,71; 2026 – 270,20; 2027 – 264,79.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de mortalidade prematura, por 100.000 habitantes, pelos conjuntos das quatro principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), por 100.000 mil habitantes

Numerador: Número de óbitos (de 30 a 69 anos) por DNCT registrados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) com os códigos da CID-10 – I00-I99, C00-C97, J30-98, E10-14.
Denominador: População residente (de 30 a 69 anos).

Referências: [16, 32]

QUESITO 50.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
50. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de mortalidade por Acidentes de Transporte Terrestre, por 100.000 habitantes" no ABA: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de óbios por LAT, na população residente}}{\text{População total residente}} * 100.000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** **Quesito 50** **Categoria:** $Tm_{ATT} < 22,61$ — **Pontuação por item:** 0,5 **Categoria:** $Tm_{ATT} \geq 22,61$ — **Pontuação por item:** 0 O parâmetro 22,61 foi obtido no Plano Estadual de Saúde 2024-2027. Este parâmetro sofrerá alterações para as próximas avaliações anuais: 2025 – 22,39; 2026 – 22,16; 2027 – 21,94.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de mortalidade por ATT, por 100.000 mil habitantes

Numerador: Número de óbitos por Acidentes de Trânsito no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) com os códigos da CID-10 – V01-V99.
Denominador: População residente.

Referência: [32]

QUESITO 51.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
51. Informe o resultado do cálculo do indicador " Percentual de população coberta com atendimento pelo SAMU 192" no ABA: **Fórmula**:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$$\frac{\text{População residente em municípios com acesso ao SAMU}}{\text{População total da região}} * 100$$

Quesito	Categoria	Pontuação por item
51	$P_{SAMU} \geq 90\%$	0,5
	$P_{SAMU} < 90\%$	0

O parâmetro 90% foi obtido conforme a meta do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de população coberta com atendimento pelo SAMU 192

Referência: [29]

3. VIGILÂNCIA EM SAÚDE

QUESITO 52.

52. O Estado possui uma Política Estadual de Vigilância em Saúde (PEVS) implementada?

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
52.	SIM	0,5
	NÃO	0

A necessidade de uma PEVS é essencial para organizar a gestão da vigilância em saúde estadual [34].

QUESITO 53.

53. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de municípios com coberturas vacinais alcançadas" nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\text{Número de municípios do Estado com coberturas vacinais adequadas para as vacinas do calendário de vacinação da criança}}{\text{Total de municípios do estado}} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
53.	Indicador ≥70,00%	0,9
	Indicador <70,00%	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de municípios com coberturas vacinais alcançadas.

Numerador: Número de municípios com coberturas vacinais adequadas.

Para o cálculo das coberturas vacinais, por tipo de vacina:
BCG-ID = Nº de doses aplicadas de BCG <1 ano de idade X 100 / População <1 ano de idade. Parâmetro Nacional para Referência: BCG- ID ≥90%.
Rotavírus Humano (VORH) = Nº de segundas doses aplicadas de VORH <1 ano de idade X 100 / População <1 ano de idade.
Parâmetro Nacional para Referência: VORH ≥90%. o Pentavalente (DTP+Hib+Hep B) = Nº de terceiras doses aplicadas de Pentavalente (DTP+Hib+Hep B) em <1 ano de idade X 100 / população <1 ano de idade.
Parâmetro Nacional para Referência: Pentavalente (DTP+Hib+HepB) ≥95%. o Vacina contra Poliomielite = Nº de terceiras doses aplicadas de vacina contra poliomielite em <1 ano de idade X 100 / População <1 ano de idade.
Parâmetro Nacional para Referência: Vacina contra Poliomielite ≥95%. o Pneumocócica Conjugada 10v (PnC10v) = Nº de terceiras doses aplicadas de vacina Pneumocócica Conjugada 10v (PnC10v) em <1 ano de idade X 100 / população <1 ano de idade.
Parâmetro Nacional para Referência: Vacina Pneumocócica Conjugada (PnC10v) ≥95%. o Meningocócica Conjugada C (MnC) = Nº de segundas doses aplicadas de vacina Meningocócica Conjugada C (MnC) em <1 ano de idade X 100 / população <1 ano de idade.
Parâmetro Nacional para Referência: Vacina Meningocócica Conjugada C (MnC) ≥95%. o Tríplice Viral = Nº de doses da vacina Tríplice Viral aplicadas em crianças de 1 ano de idade X 100 / População 1 ano de idade. Parâmetro Nacional para Referência: Vacina tríplice viral 95%.
Febre Amarela (quando recomendada) = Nº de doses da vacina de febre amarela aplicada na pop. <1 ano de idade X 100 / população <1 ano de idade. Parâmetro Nacional para Referência: Febre amarela (para as áreas com recomendação da vacina) 100%.
Influenza = Numerador: Nº de doses de vacina influenza na população de 6 meses a <2 anos de idade X 100 / população 6 meses a <2 anos de idade. Parâmetro Nacional para Referência: Influenza (INF) ≥ 80%.

Denominador: Total de vacinas do Calendário Básico de Vacinação da Criança

Referência: [18]

QUESITO 54.

54. Informe o resultado do cálculo do indicador "Coeficiente de incidência de tuberculose pulmonar, por 100 mil habitantes", nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número de casos novos confirmados de tuberculose pulmonar em residentes}}{\textit{População total residente}} * 100.000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
54.	se $P_{ABA} \leq P_m$	0,6
	se $P_{ABA} > P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Coeficiente de incidência de tuberculose pulmonar, por 100 mil habitantes.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Referência: [35]

QUESITO 55.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
55. Informe o resultado do cálculo do indicador "Coeficiente de mortalidade por tuberculose como causa básica, por 100 mil habitantes", nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de óbitos por causa básica de tuberculose}}{\text{População total residente}} * 100.000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** Quesito 55. — se $P_{ABA} \leq P_m$: 0,5; se $P_{ABA} > P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Coeficiente de mortalidade por tuberculose como causa básica, por 100 mil habitantes.

Numerador: número de óbitos registrados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) por tuberculose como causa básica. Código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): A15-A19.

Denominador: população total residente.

Referência: [35]

QUESITO 56.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
56. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de incidência de dengue, por 100 mil habitantes", conforme metodologia do Ministério da Saúde, nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de casos novos confirmados de dengue}}{\text{População total residente}} * 100.000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** Quesito 56. — se $P_{ABA} \leq P_m$: 0,5; se $P_{ABA} > P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de incidência de dengue, por 100 mil habitantes.

Numerador: número de casos novos confirmados de dengue (todas as formas).

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Denominador: população total residente.

Referência: [20]

QUESITO 57.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
57. Informe o resultado do cálculo do indicador "Coeficiente de incidência de hepatite B, por 100 mil habitantes", conforme metodologia do Ministério da Saúde, nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de casos confirmados de hepatite B}}{\text{População total residente}} * 100.000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** Quesito 57. — se $P_{ABA} \leq P_m$: 0,5 Quesito 57. — se $P_{ABA} > P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a Pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de incidência de hepatite B, por 100 mil habitantes.

Numerador: número de casos novos confirmados para hepatite B (código B16 da CID-10)

Denominador: população total residente.
Referência: [20]

QUESITO 58.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
58. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano" nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano}}{\text{Número de nascidos vivos}} * 1.000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** Quesito 58. — se $P_{ABA} \leq P_m$: 0,5 Quesito 58. — se $P_{ABA} > P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Referência: [36]

QUESITO 59.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
59. Informe o resultado do cálculo do indicador "Taxa de detecção de sífilis em gestantes" nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de casos de sífilis detectados em gestantes}}{\text{Número de nascidos vivos}} * 1.000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,6** Quesito 59. — se $P_{ABA} \leq P_m$: 0,6; se $P_{ABA} > P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de detecção de sífilis em gestantes.

Referência: [37]

QUESITO 60.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
60. Informe o resultado do cálculo do indicador " Percentual de casos de sífilis congênita em relação ao total de casos de sífilis em gestantes ", nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de casos de sífilis congênita em menores de um ano}}{\text{Número de casos de sífiis em gestantes}} * 1.000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** Quesito 60. — se $P_{ABA} \leq P_m$: 0,9; se $P_{ABA} > P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m). Este indicador contribui para monitorar a meta 1.2.2 "Ampliar o acesso à promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento às Infecções Sexualmente Transmissíveis" do Plano Estadual de Saúde 2024-2027 [17].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de casos de sífilis congênita em relação ao total de casos de sífilis em gestantes.

Referência: [38]

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

QUESITO 61.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
61. Informe o resultado do cálculo do indicador "Número de testes de sífilis distribuídos, por 1.000 habitantes, nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $$\frac{Número\ de\ testes\ de\ sífilis\ distribuídos}{População\ residente} * 1.000$$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,8** **Quesito 61.** se $P_{ABA} \leq P_m$: 0,8 se $P_{ABA} > P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m). Este indicador contribui para monitorar a meta 1.2.2 "Ampliar o acesso à promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento às Infecções Sexualmente Transmissíveis" do Plano Estadual de Saúde 2024-2027 [17].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de testes de sífilis distribuídos, por 1.000 habitantes.

QUESITO 62.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
62. Informe o resultado do cálculo do indicador "Número de testes de HIV distribuídos, por 1.000 habitantes nos seguintes períodos: ABA ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $$\frac{Número\ de\ testes\ de\ HIV\ distribuídos}{População\ residente} * 1.000$$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,8** **Quesito 62.** se $P_{ABA} \leq P_m$: 0,8 se $P_{ABA} > P_m$: 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de testes de HIV distribuídos, por 1.000 habitantes.

QUESITO 63.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
63. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de registros de óbitos alimentados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 dias após o final do mês de ocorrência" nos seguintes períodos:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número total de óbitos notificados até 60 dias após o final do mês de ocorrência}}{\textit{Total de óbitos esperados (estimados)}} * 100$$

Quesito	Categoria	Pontuação por item
63.	se $P_{ABA} > P_m$	0,9
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de registros de óbitos alimentados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 dias após o final do mês de ocorrência.

Referência: [38]

QUESITO 64.

64. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de óbitos infantis e fetais investigados" nos seguintes períodos:
ABA
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número total de óbitos infantis e fetais investigados}}{\textit{Total de óbitos infantis e fetais ocorridos}} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
64.	se $P_{ABA} > P_m$	0,9
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a Pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de óbitos infantis e fetais investigados

Referência: [16]

QUESITO 65.

65. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de registros de nascidos vivos alimentados no Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 dias após o final do mês de ocorrência" nos seguintes períodos:
ABA

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	0,9

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Total de nascidos vivos notificados no Sinasc até 60 dias após o final do mês de oorrência por local de residência}}{\textit{Total de nascidos vivos esperados (estimados)}} * 1.000$$

Quesito	Categoria	Pontuação por item
65.	se $P_{ABA} > P_m$	0,9
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a Pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de registros de nascidos vivos alimentados no Sinasc em relação ao estimado, recebidos na base federal até 60 dias após o final do mês de ocorrência.
Referência: [38]

QUESITO 66.

66. Informe o resultado do cálculo do indicador "Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata nacional (DNCI) encerrados em até 60 (sessenta) dias após notificação" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Total de registros de DNCI encerrados dentro de 60 dias a partir da data de notificação}}{\textit{Total de registros de DNCI notificados}} * 1.000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
66.	se $P_{ABA} > P_m$	0,9
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata nacional (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.

Referência: [38]

QUESITO 67.

67. Informe o resultado do cálculo do indicador "Cobertura de solicitação de mamografia de rastreamento na população-alvo (50-69 anos)" nos seguintes períodos:
ABA:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	0,9

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\text{Número de mulheres de 50 a 69 anos que tiveram solicitação de mamografia nos últimos 2 anos}}{\text{Número total de mulheres de 50 a 69 anos cadastradas}} * 100$$

Quesito	Categoria	Pontuação por item
67.	Indicador ≥50%	0,9
	Indicador <50%	0

A meta definida (≥50%) foi estabelecido conforme o Guia de Qualificação de Indicadores da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO) [2].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FORMULA):

Indicador: Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata nacional (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.

Referência: [39]

QUESITO 68.

68. Informe o resultado do cálculo do indicador "Percentual de municípios com ações de saúde do trabalhador implantadas" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\text{n. de municípios com ações de saúde do trabalhador implantadas}}{\text{número de municípios de Goiás}} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito			0,8
Quesito	Ano/ ABA	Categoria	Pontuação por item
68.	2024	Indicador ≥ 25%	0,2
		Indicador < 25%	0
	2025	Indicador ≥ 50%	0,2
		Indicador < 50%	0
	2026	Indicador ≥ 75%	0,2
		Indicador < 75%	0
	2027	Indicador ≥ 100%	0,2
		Indicador < 100%	0

Se o valor do indicador igual a 50,0 (ABA: 2025), 75,0% (ABA: 2026) e 100,0 (ABA: 2027). Os parâmetros foram definidos conforme o Plano Estadual de Saúde 2024-2027 [17].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FORMULA):

Indicador: Percentual de municípios com ações de saúde do trabalhador implantadas.

Referência: [17]

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

4. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

QUESITO 69.

69. O Estado utiliza algum programa/ferramenta para redução de custos com a Assistência Farmacêutica?

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
69.	SIM	0,9
	NÃO	0

A utilização de programas ou ferramentas para redução de custos na Assistência Farmacêutica é fundamental para garantir a sustentabilidade financeira da gestão estadual. Além disso, demonstra a capacidade de gestão eficiente dos recursos públicos
.

QUESITO 70.

70. Informe as ferramentas utilizadas pelo estado para reduzir os custos com assistência farmacêutica.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Quesito informativo. Não pontua.

QUESITO 71.

71. Informe o número absoluto de medicamentos do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF) em desabastecimento superior a 30 dias nas unidades estaduais nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
71.	se $P_{ABA} \leq P_m$	0,4
	se $P_{ABA} > P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

QUESITO 72.

72. Informe o resultado do cálculo do indicador "Percentual de Consultas Farmacêuticas em Relação ao Número de Processos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF)" nas unidades estaduais nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
72.	Indicador ≥5%	0,4

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número de consultas farmacêuticas realizadas a pacientes do CEAF}}{\textit{Total de processos de medicamentos do CEAF atendidos no mês}} * 100$$

	Indicador <5%	0

O parâmetro definido (≥5%) foi estabelecido conforme o Guia de Qualificação de Indicadores da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO) [2].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de Consultas Farmacêuticas em Relação ao Número de Processos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF).

Referência: [2]

QUESITO 73.

73. Informe o resultado do cálculo do indicador "Percentual de pacientes atendidos por ordem judicial em relação ao total de pacientes que solicitaram aquisição de medicamentos" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número de pacientes atendidos por ordem judicial}}{\textit{Número de pacientes que solicitaram aquisição de equiopamentos}} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,8
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
73.	se $P_{ABA} > P_m$	0,8
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de pacientes atendidos por ordem judicial em relação ao total de pacientes que solicitaram aquisição de medicamentos.

Referência: [40]

QUESITO 74.

74. Informe o resultado do cálculo do indicador "Percentual de atendimento às solicitações de medicamentos para infecções oportunistas realizadas no Serviço de Assistência Especializado (SAE)" sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,8
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
74.	Indicador >100%	0,8
	Indicador <100%	0

O parâmetro definido (≥100%) foi estabelecido conforme o Guia de Qualificação de Indicadores da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO) [2].

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$$\frac{\text{Número de solicitação de medicamentos para infecções oportunistas enviadas pelo SAE atendidas}}{\text{Número total de solicitações de medicamentos para infecções oportunistas enviadas pelo SAE}} * 100$$

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de medicamentos para infecções oportunistas realizadas no Serviço de Assistência Especializado (SAE).

Referência: [2]

QUESITO 75.

75. Informe o resultado do indicador: "Tempo Médio entre abertura do protocolo da solicitação, em dias, e o primeiro fornecimento de medicamentos especializados" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\sum (\text{Data do primeiro fornecimento} - \text{Data da abertura do procotolo})}{\text{Número total de solicitações de medicamentos especializados}}$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
75.	se $P_{ABA} > P_m$	0,9
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Tempo Médio entre abertura d o protocolo da solicitação, em dias, e o primeiro fornecimento de medicamentos especializados.

Numerador: Diferença, em dias, da data do primeiro fornecimento de medicamentos especializados e a data de abertura do protocolo de solicitação.

Denominador: número total de solicitações de medicamentos especializados.

5. INFRAESTRUTURA E RECURSOS

QUESITO 76.

76. Informe o resultado do indicador “Número de mamógrafos, por 100.000 mulheres de 50 a 69 anos”, em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Fórmula $$\frac{\textit{Número de aparelhos de mamografia em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\textit{População residente de mulheres de 50 a 69 anos}} * 100.000$$

76.	se $P_{ABA} > P_m$	0,5
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de mamógrafos, por 100.000 mulheres de 50 a 69 anos.

Referência: [41] adaptado.

QUESITO 77.

77. Informe o resultado do indicador "número de Raio-X simples, por 100.000 habitantes", em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula: $$\frac{\textit{Número de aparelhos de Raio} - \textit{X simples em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\textit{População residente}} * 100.000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
77.	se $P_{ABA} > P_m$	0,5
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de aparelhos de Raio-X simples, por 100.000 habitantes.

Referência: [41] adaptado

QUESITO 78.

78. Informe o resultado do indicador "número de Raio-X para densitometria óssea, por 100.000 habitantes, em estabelecimentos sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
78.	se $P_{ABA} > P_m$	0,5
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$\frac{\text{Número de aparelhos de Raio – X de densidrometria óssea em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\text{População residente}} * 100.000$	Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de aparelhos Raio-X para densitometria óssea, por 100.000 habitantes.

Referência: [41] adaptado

QUESITO 79.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
79. Informe o resultado do indicador "número de Raio-X odontológicos, por 100.000 habitantes", em estabelecimentos sob a gestão estadual nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de Raio – X odontológicos em estabelecimentos de saúde estaduais}}{\text{População residente}} * 100.000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** **Quesito 79.** — se $P_{ABA} > P_m$: **Pontuação por item** 0,5 **Quesito 79.** — se $P_{ABA} \leq P_m$: **Pontuação por item** 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de aparelhos Raio-X odontológicos, por 100.000 habitantes.

Referência: [41] adaptado

QUESITO 80.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
80. Informe o resultado do indicador "número de aparelhos de ressonância magnética, por 100.000 habitantes ", em estabelecimentos sob a gestão estadual nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** **Quesito 80.** — se $P_{ABA} > P_m$: **Pontuação por item** 0,5 **Quesito 80.** — se $P_{ABA} \leq P_m$: **Pontuação por item** 0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$\frac{\text{Número de aparelhos de ressonância magnética em estaebelimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\text{População residente}} * 100.000$	Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de aparelhos ressonância magnética, por 100.000 habitantes.

Referência: [41] adaptado

QUESITO 81.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
81. Informe o resultado do indicador "número de aparelhos de tomografia ativos, por 100.000 habitantes", em estabelecimentos sob a gestão estadual nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de aparelhos de tomografia ativos em estaeblecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\text{População residente}} * 100.000$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** **Quesito 81.** — **Categoria:** se $P_{ABA} > P_m$ — **Pontuação por item:** 0,5 **Quesito 81.** — **Categoria:** se $P_{ABA} \leq P_m$ — **Pontuação por item:** 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de aparelhos de tomografia ativos, por 100.000 habitantes.

Referência: [41] adaptado

QUESITO 82.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
82. Informe o resultado do indicador "número de aparelhos de ultrassonografia ativos, por 100.000 habitantes", em estabelecimentos sob a gestão estadual nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,4** **Quesito 82.** — **Categoria:** se $P_{ABA} > P_m$ — **Pontuação por item:** 0,4 **Quesito 82.** — **Categoria:** se $P_{ABA} \leq P_m$ — **Pontuação por item:** 0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$\frac{\text{Número de aparelhos de ultrassonografia ativos}}{\text{População residente}} * 100.000$	Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de aparelhos Raio-ultrassonografia, por 100.000 habitantes.

Referência: [41] adaptado

QUESITO 83.

83. Informe o número de hospitais sob gestão estadual que dispõem de serviços de engenharia clínica responsáveis pela gestão dos equipamentos médico-hospitalares, considerando os seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,8
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
83.	se $P_{ABA} > P_m$	0,8
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).,

QUESITO 84.

84. Informe o resultado do cálculo do indicador "Tempo Médio de Manutenção Corretiva (TMMC) dos aparelhos (tomografia computadorizada, ultrassonografia, Raio-X, mamógrafos, desfibriladores e cardioversores e ventiladores pulmonares) nos estabelecimentos sob a gestão estadual nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\sum(A+B+C+D+E+F)}{\text{Total de manutenções realizadas}}$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
84.	se $P_{ABA} > P_m$	0,5
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Indicador: Tempo Médio de Manutenção Corretiva (TMMC) dos aparelhos (tomografia computadorizada, ultrassonografia, Raio-X, mamógrafos, desfibriladores e cardioversores e ventiladores pulmonares).

Numerador: somatória do tempo total, em dias, do tempo de manutenção corretiva dos equipamentos médicos-hospitalares selecionados dos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual.

A: tempo total, em dias, de manutenção corretiva dos aparelhos de tomografia computadorizada. Este tempo será calculado utilizando a seguinte fórmula.

$$\frac{\sum (\textit{Data da resolução do problema} - \textit{Data da ordem de serviço de manutenção})}{\textit{Número total de manutenções realizadas de aparelhos de tomografia computadorizadas}}$$

B: tempo total, em dias, de manutenção corretiva dos aparelhos de ultrassonografia. Este tempo será calculado utilizando a seguinte fórmula.

$$\frac{\sum (\textit{Data da resolução do problema} - \textit{Data da ordem de serviço de manutenção})}{\textit{Número total de manutenções realizadas de aparelhos de ultrassonografia}}$$

C: tempo total, em dias, de manutenção corretiva dos aparelhos de mamografia. Este tempo será calculado utilizando a seguinte fórmula.

$$\frac{\sum (\textit{Data da resolução do problema} - \textit{Data da ordem de serviço de manutenção})}{\textit{Número de manutenções realizadas de aparelhos de mamografia}}$$

D: tempo total, em dias, de manutenção corretiva de desfibriladores e cardioversores. Este tempo será calculado utilizando a seguinte fórmula.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$$\frac{\sum (\textit{Data da resolução do problema} - \textit{Data da ordem de serviço de manutenção})}{\textit{Número total de manutenções realizadas de desfibriladores e cardioversores}}$$

E: tempo total, em dias, de manutenção corretiva de aparelhos de ventilação pulmonar. Este tempo será calculado utilizando a seguinte fórmula.

$$\frac{\sum (\textit{Data da resolução do problema} - \textit{Data da ordem de serviço de manutenção})}{\textit{Número total de manutenções realizadas de aparelhos de ventilação pulmonar}}$$

Denominador: total de manutenções realizadas.

Referência: [42] adaptado

QUESITO 85.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
85. Informe o número de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual que utilizam sistemas ou ferramentas informatizadas para gestão do estoque de insumos de saúde* (luvas, seringas etc.) nos seguintes períodos: *Excluindo medicamentos. ABA: ABA -1: ABA - 2:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,35
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
85.	se $P_{ABA} > P_m$	0,9
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual que utilizam sistemas ou ferramentas informatizadas para a gestão do estoque de insumos.

A utilização de sistemas informatizados para a gestão de estoque é essencial para garantir a disponibilidade contínua de insumos médicos, evitando a escassez e garantindo a segurança dos atendimentos. Este indicador reflete a capacidade de gestão e o controle sobre os insumos essenciais para a prestação de serviços de saúde de forma eficiente e segura.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

QUESITO 86.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
86. Informe o número de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual que utilizam sistemas ou ferramentas informatizadas para gestão do estoque de medicamentos nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,3** **Quesito 86.** se $P_{ABA} > P_m$ → 1,3 se $P_{ABA} \leq P_m$ → 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual que utilizam sistemas ou ferramentas informatizadas para a gestão do estoque de insumos.

A gestão informatizada de estoques de medicamentos é crucial para a eficiência do sistema de saúde, pois assegura a disponibilidade contínua e adequada de medicamentos, evitando faltas e desperdícios. Este indicador é importante para avaliar a eficácia da gestão no controle dos recursos farmacêuticos.

QUESITO 87.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
87. Informe o número de hospitais sob a gestão estadual que possuem monitoramento da infraestrutura para garantir a oferta de serviços de saúde nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,25** **Quesito 87.** se $P_{ABA} > P_m$ → 1,25 se $P_{ABA} \leq P_m$ → 0 Pontua se o valor da $P_{ABA} > P_m$.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de hospitais sob a gestão estadual que possuem monitoramento da infraestrutura para garantir a oferta de serviços de saúde.

A gestão de hospitais gerais por OSS/OSCIPS reflete a eficiência e o uso de parcerias para ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. Este indicador analisa a efetividade das políticas de gestão compartilhada.

QUESITO 88.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
88. Informe o número de hospitais gerais da rede estadual de saúde geridos por Organizações Sociais da Sociedade (OSS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) nos seguintes períodos:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
88.	se $P_{ABA} > P_m$	0,9
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Pontua se o valor da se $P_{ABA} > P_m$.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de hospitais gerais da rede estadual de saúde geridos por Organizações Sociais da Sociedade (OSS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS).

A gestão de hospitais gerais por OSS/OSCIPS reflete a eficiência e o uso de parcerias para ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. Este indicador analisa a efetividade das políticas de gestão compartilhada.

QUESITO 89.

89. Informe o número de hospitais especializados da rede estadual de saúde geridos por Organizações Sociais da Sociedade (OSS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		2,2
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
89.	se $P_{ABA} > P_m$	2,2
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Pontua se o valor da $P_{ABA} > P_m$.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de hospitais especializados da rede estadual de saúde geridos por Organizações Sociais da Sociedade (OSS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS).

A gestão de hospitais gerais por OSS/OSCIPS reflete a eficiência e o uso de parcerias para ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. Este indicador analisa a efetividade das políticas de gestão compartilhada.

QUESITO 90.

90. Informe o número de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual que tiveram o atendimento interrompido por falta de recursos humanos e/ou materiais nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

90.	se $P_{ABA} \leq P_m$	0,9
	se $P_{ABA} > P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual que tiveram o atendimento interrompido por falta de recursos humanos e/ou materiais.

Avaliar o impacto da insuficiência de recursos humanos e/ou materiais na continuidade dos serviços de saúde sob gestão estadual, para promover ações corretivas e preventivas.

QUESITO 91.

91. Informe o resultado do indicador "número de médicos, por 1.000 habitantes, em hospitais gerais sob a gestão estadual" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
91.	se $P_{ABA} \leq P_m$	0,4
	se $P_{ABA} > P_m$	0

Pontua se o valor da se $P_{ABA} > P_m$. Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

Este quesito avalia a capacidade de oferta de atendimento médico em hospitais gerais [20].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de médicos, por 1.000 habitantes, em hospitais gerais sob a gestão estadual.

Referência: [20] adaptado.

QUESITO 92.

92. Informe o resultado do indicador "número de médicos, por 1.000 habitantes, em hospitais especializados sob a gestão estadual" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número de médicos em hospitais especializados de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\textit{População total residente}} * 1000$$

92.	se $P_{ABA} > P_m$	0,5
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Pontua se o valor da $P_{ABA} > P_m$ Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

Este quesito avalia a capacidade de oferta de atendimento médico em hospitais especializados [20]

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de médicos, por 1.000 habitantes, em hospitais especializados sob a gestão estadual.

Referência: [20] adaptado.

QUESITO 93.

93. Informe o resultado do indicador "número de médicos, por 1.000 habitantes, em hospitais gerais sob a gestão estadual" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número de enfermeiros em hospitais gerais de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\textit{População total residente}} * 1000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
93.	se $P_{ABA} > P_m$	0,5
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Pontua se o valor da $P_{ABA} > P_m$. Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

Este quesito avalia a capacidade de oferta de atendimento de enfermagem em hospitais gerais [20].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de enfermeiros, por 1.000 habitantes, em hospitais gerais sob a gestão estadual.

Referência: [20] adaptado.

QUESITO 94.

94. Informe o resultado do indicador "número de enfermeiros, por 1.000 habitantes, em hospitais especializados sob a gestão estadual" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	0,4

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\text{Número de enfermeiros em hospitais especializados de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}}{\text{População total residente}} * 1000$$

Quesito	Categoria	Pontuação por item
94.	se $P_{ABA} > P_m$	0,4
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Pontua se o valor da $P_{ABA} > P_m$. Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

Este quesito avalia a capacidade de oferta de atendimento de enfermagem em hospitais especializados [20].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de enfermeiros, por 1.000 habitantes, em hospitais especializados sob a gestão estadual.

Referência: [20] adaptado.

QUESITO 95.

95. Informe o resultado do indicador "número de leitos de internação, por 1.000 habitantes, em hospitais gerais sob a gestão estadual" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\text{Número de leitos de internação em hospitais gerais}}{\text{População total residente}} * 1000$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
95.	se $P_{ABA} > P_m$	0,5
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Pontua se o valor da $P_{ABA} > P_m$ Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de enfermeiros, por 1.000 habitantes, em hospitais gerais sob a gestão estadual.

Referência: [20] adaptado.

QUESITO 96.

96. Informe o resultado do indicador "número de leitos de internação, por 1.000 habitantes, em hospitais especializados sob a gestão estadual" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	0,9

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Número de leitos de internação em hospitais especializados}}{\textit{População total residente}} * 1000$$

Quesito	Categoria	Pontuação por item
96.	se $P_{ABA} > P_m$	0,9
	se $P_{ABA} \leq P_m$	0

Pontua se o valor da $P_{ABA} > P_m$. Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de enfermeiros, por 1.000 habitantes, em hospitais especializados sob a gestão estadual.

Referência: [20] adaptado.

QUESITO 97.

97. Informe o resultado do cálculo do indicador "Número de serviços novos odontológicos especializados implantados" no ABA:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito			0,9
Quesito	**Ano/ ABA**	**Categoria**	**Pontuação por item**
97.	2024	Indicador ≥ 55	0,225
		Indicador < 55	0
	2025	Indicador ≥ 60	0,225
		Indicador < 60	0
	2026	Indicador ≥ 65	0,225
		Indicador < 65	0
	2027	Indicador ≥ 70	0,225
		Indicador < 70	0

Se o valor do indicador igual a 60 (ABA: 2025), 65 (ABA: 2026) e 70 (ABA: 2027). Os parâmetros foram definidos conforme o Plano Estadual de Saúde 2024-2027 [17].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de serviços novos odontológicos especializados implantados.

Referência: [17]

QUESITO 98.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

98. Há aprovação do Plano Estadual de Saúde (PES) 2024-2027 pelo Conselho Estadual de Saúde?

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
98..	SIM	0,4
	NÃO	0

A aprovação tempestiva do PES demonstra eficiência no cumprimento dos prazos e eficácia na validação participativa das estratégias de saúde estaduais [17, 43].

6. PLANEJAMENTO EM SAÚDE

QUESITO 99.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
99. Em qual data o Conselho Estadual de Saúde aprovou o Plano Estadual de Saúde (PES) 2024-2027? Informe ainda os dados sobre a publicação do PES 2024-2027: a. Caderno: b. Data de publicação no Diário Oficial do Estado (DOE): c. Seção: d. Página:	Quesito informativo. Não pontua.

QUESITO 100.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
100. Há Programação Anual de Saúde (PAS) vigente pelo Conselho Estadual de Saúde no ABA?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,4** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 100 / Sim / 0,4 100 / Não / 0 A Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PES e tem como objetivo anualizar as metas do plano de saúde e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados. A aprovação tempestiva da PAS demonstra eficiência no cumprimento dos prazos e eficácia na validação participativa das estratégias de saúde estaduais [17, 43].

QUESITO 101.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
101. Em qual data a Programação Anual de Saúde (PAS) passou a ter vigência?	Quesito informativo. Não pontua.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

7. GESTÃO E GOVERNANÇA	
QUESITO 102.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
102. O governo estadual apresenta um Sistema de Gestão Integrada (SIG) de Planejamento implantado no ABA?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,6** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 102 | Sim | 0,6 102 | Não | 0 Um sistema integrado melhora a eficiência no planejamento e acompanhamento das ações e assegura a eficácia no alcance das metas propostas de maneira coordenada e organizada.
QUESITO 103.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
103. O governo estadual apresenta um Relatório Anual de Gestão (RAG) vigente no ABA?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,8** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 103 | Sim | 0,8 103 | Não | 0 O RAG é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução do Plano Anual de Saúde (PAS) [44]. A elaboração do Relatório Anual de Gestão (RAG) é essencial para avaliar a efetividade da gestão estadual.
QUESITO 104.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
104. Informe a data em que foi emitido o Relatório Anual de Gestão (RAG)?	Quesito informativo. Não pontua.
QUESITO 105.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
105. O governo estadual realiza o Planejamento Regional Integrado (PRI)?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,1**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	<table><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">105</td><td>Sim</td><td>1,1</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table> O Planejamento Regional Integrado (PRI) expressará as responsabilidades dos gestores em saúde em relação à população do território quanto à integração da organização sistêmica do SUS, evidenciando o conjunto de diretrizes, objetivos, metas, ações e serviços para a garantia do acesso e da resolubilidade da atenção por meio da organização das Redes e Atenções à Saúde [45]. O PRI é essencial para avaliar a efetividade da gestão estadual.
QUESITO 106.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
106. Em qual data foi emitido o último Relatório Anual de Gestão (RAG)?	Quesito informativo. Não pontua.
QUESITO 107.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
107. A gestão estadual faz relatório sobre as metas planejadas de saúde sob a gestão estadual que foram atingidas?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: <table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,8</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">107</td><td>Sim</td><td>0,8</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table> A elaboração de relatórios indica eficiência no acompanhamento das metas e eficácia na análise da execução das ações planejadas, contribuindo para melhorias contínuas.
QUESITO 108.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
108. Em qual data foi emitido o último relatório sobre as metas planejadas de saúde sob a gestão estadual que foram atingidas?	Quesito informativo. Não pontua.
QUESITO 109.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
109. Informe o resultado do cálculo do indicador “Proporção de ações de saúde sob a gestão estadual que foram executadas em relação ao total de ações planejadas” nos seguintes períodos: ABA: ABA -1:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: <table><tr><th>Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr></table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{Número\ de\ ações\ executadas}{Número\ de\ ações\ planejadas} * 100$$

Quesito	Categoria	Pontuação por item
109	≥75%	0,5
	50-75%	0,25
	<50%	0

Para a definição dos parâmetros deste quesito, adotou-se o racional de percentis (< 50%, 50-75% e ≥75%).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Proporção de ações de saúde sob a gestão estadual que foram executadas em relação ao total de ações planejadas

QUESITO 110.

110. Informe o número de redes prioritárias de atenção à saúde redesenhadas e implementadas no estado de Goiás nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
110	[illegible]	0,9
	[illegible]	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo de a Pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de redes prioritárias de atenção à saúde redesenhadas e implementadas

QUESITO 111.

111. O Governo Estadual tem uma política de saúde vigente para a População Vivendo em Situação de Rua (PVSR)?

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
111	Sim	0,9
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Esse quesito avalia a equidade no acesso à saúde promovida pela gestão estadual. Reflete a capacidade do governo estadual de garantir a inclusão e atenção integral à saúde da População Vivendo em Situação de Rua (PVSR). Quesito alinhado a Política Nacional para a População em Situação de Rua [46].
QUESITO 112.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
112. O Governo Estadual tem uma política de saúde voltada para os povos e comunidades tradicionais?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,6** Quesito 112 — Sim: 0,6; Não: 0 Esse quesito avalia a equidade no acesso à saúde promovida pela gestão estadual. Reflete a capacidade do governo estadual de garantir a inclusão e atenção integral à saúde de povos e comunidades tradicionais. Quesito alinhado a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas do Ministério da Saúde [47]
QUESITO 113.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
113. O Governo Estadual tem uma política de saúde vigente para a população LGBTQIAPN+?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,6** Quesito 113 — Sim: 0,6; Não: 0 A inclusão de uma política de saúde para a população LGBTQIAPN+ é fundamental para garantir que essa população tenha acesso a cuidados de saúde adequados e sem discriminação. A efetividade dessa política pode ser medida através da redução das desigualdades no acesso à saúde e do aumento da qualidade dos serviços prestados, refletindo a eficácia da gestão estadual na promoção da equidade. Quesito alinhado a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais do Ministério da Saúde [48].
QUESITO 114.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
114. Informe o resultado do cálculo do índice "Número de unidades administrativas básicas e complementares da Secretaria Estadual de Saúde	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

(SES) com Plano Estadual de Humanização implantado e implementado" nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
114	ABA ≥ 6	0,9
	ABA < 6	0

Os parâmetros foram definidos conforme o Plano Estadual de Saúde 2024-2027 [17].
Atenção: Os Parâmetros mudarão nas próximas avaliações

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de unidades administrativas básicas e complementares da Secretaria Estadual de Saúde (SES) com Plano Estadual de Humanização implantado e implementado [17].

QUESITO 115.

115. O Governo Estadual, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, dispõe de um sistema de gestão de equipamentos médico-hospitalares para os estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual?

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,8
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
115	Sim	0,8
	Não	0

Quesito criado, sendo recomendado a capacidade de planejamento e gestão estadual de equipamentos e insumos.

QUESITO 116.

116. O Governo Estadual apresenta um sistema de gestão de insumos (luvas, seringas etc.) de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual?

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,8
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
116	Sim	0,8
	Não	0

Quesito criado, sendo recomendado a capacidade de planejamento e gestão estadual de equipamentos e insumos.

QUESITO 117. **CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td>117. O Governo Estadual apresenta um sistema de gestão de estoques de medicamentos nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual?</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,8</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">117</td><td>Sim</td><td>0,8</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table>
Quesito criado, sendo recomendado a capacidade de planejamento e gestão estadual de equipamentos e insumos.</td></tr>
<tr><th>QUESITO 118.</th><th>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO</th></tr>
<tr><td>118. O componente estadual do Sistema Nacional de Auditorias (SNA) realizou auditorias e/ou fiscalizações nas informações constantes no Relatório de Gestão Anual (RGA) no ABA?</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,45</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">118</td><td>Sim</td><td>0,45</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table>
Demonstra eficiência no monitoramento de irregularidades e eficácia no fortalecimento da transparência e da accountability na gestão estadual de saúde.</td></tr>
<tr><th>QUESITO 119.</th><th>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO</th></tr>
<tr><td>119. Descreve as formas de fiscalização utilizadas pelo componente estadual do Sistema Nacional de Auditorias no ano base de avaliação (ABA).</td><td>Quesito informativo. Não pontua.</td></tr>
<tr><th>QUESITO 120.</th><th>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO</th></tr>
<tr><td>120. Informe o número absoluto de ações de controle executadas pelo componente estadual do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), nos estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual, nos seguintes períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,45</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">120</td><td>[illegible]</td><td>0,45</td></tr><tr><td>[illegible]</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Número de ações de controle executadas pelo componente estadual do SNA em estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual [18] adaptado

QUESITO 121.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
121. O componente estadual do SNA encaminhou relatórios específicos aos órgãos de controle interno e externo para apreciação em caso de irregularidades da competência de tais órgãos no ABA:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
121	Sim	0,9
	Não	0

Demonstra eficiência no monitoramento de irregularidades e eficácia no fortalecimento da transparência e da *accountability* na gestão estadual de saúde.

QUESITO 122.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
122. O Governo Estadual possui um Complexo Regulador em Saúde (CRS) implantado e centralizado?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
122	Sim	0,9
	Não	0,9

Um CRS centralizado assegura eficiência na alocação de recursos e eficácia no acesso equitativo aos serviços de saúde [49].

QUESITO 123.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
123. O Complexo Regulador em Saúde (CRS) realiza o controle do número de leitos estaduais (UTI e enfermaria)?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
123	Sim	0,9

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Não 0 O controle de leitos reflete eficiência no gerenciamento da oferta hospitalar e eficácia na alocação de recursos para atender à demanda de saúde [49].
QUESITO 124.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
124. O Complexo Regulador em Saúde (CRS) realiza o controle das cirurgias eletivas?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 124 | Sim | 0,9 124 | Não | 0 O controle assegura eficiência na redução de filas e eficácia no cumprimento das metas de cirurgias eletivas programadas [49].
QUESITO 125.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
125. O sistema de informação do Complexo Regulador em Saúde (CRS) estadual abrange e regula a oferta de todos os estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 125 | Sim | 0,9 125 | Não | 0 Um sistema abrangente assegura eficiência na regulação de toda a rede de saúde estadual e eficácia na equidade do acesso aos serviços. O componente estadual do Sistema Nacional de Auditorias (SNA) [50].
QUESITO 126.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
126. Informe o resultado do indicador “percentual de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual que informam a escala de profissionais da saúde contendo o nome, horário de entrada e saída em local acessível e/ou pela internet” nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 126 | $P_{ABA} > P_m$ | 0,9 126 | $P_{ABA} \leq P_m$ | 0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$\frac{\text{Número de estabelecimentos de saúde que informam a escala de profissionais}}{\text{Número total de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}} * 100$	Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m). Observação: Transparência na escala de profissionais demonstra eficiência na gestão e eficácia na comunicação com usuários sobre os serviços disponíveis.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual que informam a escala de profissionais da saúde contendo o nome, horário de entrada e saída em local acessível e/ou pela interne

QUESITO 127.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
127. Informe o resultado do indicador "percentual de unidades administrativas da Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) com dimensionamento de pessoal realizado" nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**: $\frac{\text{Número de unidades administrativas da SES} - \text{GO com dimensionamento de pessoal realizado}}{\text{Número total de unidades administrativas da SES} - \text{GO}} * 100$	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,8** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 127 | $P_{ABA} > P_m$ | 0,8 127 | $P_{ABA} \leq P_m$ | 0 Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m). Observação: O dimensionamento de pessoal garante eficiência no uso de recursos humanos e eficácia na distribuição do trabalho.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de unidades administrativas da Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) com dimensionamento de pessoal realizado

QUESITO 128.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
128. Informe o resultado do indicador “percentual de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual com prontuário eletrônico implantado” nos seguintes períodos: ABA: ABA -1: ABA - 2: **Fórmula**:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 128 | $P_{ABA} > P_m$ | 0,9 128 | $P_{ABA} \leq P_m$ | 0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

$\frac{\text{Número de estabelecimentos de saúde com prontuário eletrônico implantado}}{\text{Número total de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual}} * 100$	Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m). Observação: A implantação de prontuários reflete eficiência na organização da informação e eficácia na melhoria da qualidade do atendimento [51].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de estabelecimentos de saúde sob a gestão estadual com prontuário eletrônico implantado

QUESITO 129.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
129. A gestão estadual faz relatório de avaliação do planejamento e orçamento em saúde?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,8
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
129	Sim	0,8
	Não	0

Relatórios sistemáticos mostram eficiência na análise e eficácia no aperfeiçoamento contínuo da gestão financeira e estratégica [52]..

QUESITO 130.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
130. A gestão estadual faz relatório gerencial de avaliação dos convênios, contratos e repasses da gestão	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,45
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
130	Sim	0,45
	Não	0

Reflete a eficiência na previsão e controle de receitas e eficácia na adequação dos gastos às necessidades do setor [52].

QUESITO 131.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
131. A gestão estadual faz relatório financeiro dos convênios, contratos e repasses da gestão?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,45
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	131 | Sim | 0,45 131 | Não | 0 Relatórios específicos promovem eficiência no acompanhamento e eficácia na execução dos recursos contratados [52].
QUESITO 132.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
132. A gestão estadual faz relatório de gastos com folhas de pagamento de pessoal em saúde?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito | 0,9** **Quesito | Categoria | Pontuação por item** 132 | Sim | 0,9 132 | Não | 0 Relatórios detalhados promovem eficiência no controle de despesas e eficácia no gerenciamento de recursos humanos [52].
8. GESTÃO FINANCEIRA	
QUESITO 133.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
133. O Estado aplica os recursos financeiros estaduais destinados ao SUS em contas bancárias próprias?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito | 0,9** **Quesito | Categoria | Pontuação por item** 133 | Sim | 0,9 133 | Não | 0 A publicação mostra eficiência na disseminação de informações e eficácia no fortalecimento da participação social e controle externo [52].
QUESITO 134.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO**
134. As despesas consideradas para fins de apuração de aplicação de recursos próprios em saúde, conforme a Lei Complementar 141/2012, são de responsabilidade específica da Secretaria Estadual da Saúde e movimentadas exclusivamente pela unidade orçamentária do Fundo Estadual de Saúde?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito | 0,9** **Quesito | Categoria | Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

134	Sim	0,9
	Não	0

O controle de leitos reflete eficiência no gerenciamento da oferta hospitalar e eficácia na alocação de recursos para atender à demanda de saúde [49].

QUESITO 135.

135. Informe o resultado do indicador "percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde pelo governo estadual" nos seguintes períodos:

Fórmula:

$$\frac{\textit{Despesa total liquida em ações e serviços públicos de saúde}}{\textit{Receita líquida de impostos do estado}} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
135	$P_{ABA} > P_m$	0,9
	$P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

A aplicação de recursos em saúde, conforme estipulado pela Lei Complementar 141/2012, é um quesito importante para garantir que os recursos públicos estejam sendo destinados de forma adequada à saúde da população. A verificação desse percentual demonstra a prioridade dada à saúde na agenda estadual e se o governo está cumprindo com os requisitos legais, impactando diretamente a qualidade do atendimento prestado. Quesito criado com base no artigo 6 da lei complementar Nº 141/2012 [53].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde pelo governo estadual

QUESITO 136.

136. O estado realizou a apuração dos custos da unidade de internação (enfermaria) dos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual nos seguintes períodos?

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,8
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
136	Sim	0,8
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	O controle de leitos reflete eficiência no gerenciamento da oferta hospitalar e eficácia na alocação de recursos para atender à demanda de saúde [49].

QUESITO 137.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
137. O repasse de recursos financeiros estaduais para o financiamento do componente básico da assistência farmacêutica foi realizado de acordo com as normas e os termos da pactuação vigentes nos seguintes períodos?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
137	Sim	0,9
	Não	0

O controle de leitos reflete eficiência no gerenciamento da oferta hospitalar e eficácia na alocação de recursos para atender à demanda de saúde [49].

9. CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

QUESITO 138.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
138. A Secretaria de Estado da Saúde possui serviço de Ouvidoria SUS em funcionamento?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
138	Sim	0,9
	Não	0

A ouvidoria de Saúde é um canal fundamental para garantir a participação cidadã, permitindo o registro de queixas, sugestões e elogios sobre os serviços de saúde. Avalia a eficiência da gestão em estruturar canais de comunicação para promover a participação popular no controle do SUS [54]

QUESITO 139.	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO
139. A Ouvidoria do SUS/SES-GO registra os seguintes tipos de manifestações: comunicação de irregularidades, denúncia, reclamação, solicitação, informação, sugestão e elogio?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
139	Sim	0,9

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Não 0 A ouvidoria de Saúde é um canal fundamental para garantir a participação cidadã, permitindo o registro de queixas, sugestões e elogios sobre os serviços de saúde. Avalia a eficiência da gestão em estruturar canais de comunicação para promover a participação popular no controle do SUS [54]
QUESITO 140.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO**
140. A Ouvidoria do SUS/SES-GO elabora relatório gerencial com frequência de, no mínimo, semestral?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,9** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 140 | Sim | 0,9 140 | Não | 0 A ouvidoria de Saúde é um canal fundamental para garantir a participação cidadã, permitindo o registro de queixas, sugestões e elogios sobre os serviços de saúde. Avalia a eficiência da gestão em estruturar canais de comunicação para promover a participação popular no controle do SUS [54], devendo ser realizado o relatório gerencial de forma regular.
QUESITO 141.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO**
141. A Ouvidoria SUS /SES-GO recebe manifestações pelos seguintes meios: telefone, presencial, e-mail, carta, formulário web?	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,8** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 141 | Sim | 0,8 141 | Não | 0 A ouvidoria de Saúde é um canal fundamental para garantir a participação cidadã, permitindo o registro de queixas, sugestões e elogios sobre os serviços de saúde. Avalia a eficiência da gestão em estruturar canais de comunicação para promover a participação popular no controle do SUS [54]
QUESITO 142.	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO**
142. Informe o resultado do indicador “Taxa de resolutividade da Ouvidoria SUS/SES-GO” nos períodos: ABA:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,6**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\text{Número de manifestações resolvidas}}{\text{Número de manifestações recebidas}} * 100$$

Quesito	Categoria	Pontuação por item
142	$P_{ABA} > P_m$	0,6
	$P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a Pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

A taxa de resolutividade reflete o sucesso da Ouvidoria SUS em resolver as manifestações recebidas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de resolutividade da Ouvidoria SUS/SES-GO

QUESITO 143.

143. Informe o resultado do indicador "Taxa de resposta legal da Ouvidoria SUS/SES-GO" nos períodos:
ABA:
ABA -1:
ABA - 2:

Fórmula:

$$\frac{\text{Número de manifestações encerradas em até 30 dias}}{\text{Número de manifestações recebidas}} * 100$$

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
143	$P_{ABA} > P_m$	0,9
	$P_{ABA} \leq P_m$	0

Dessa forma, o indicador pontuará positivo se a pontuação do Ano Base de Avaliação (P_{ABA}) for maior (indicando melhoria) quando comparado à média do indicador dos dois anos anteriores ao ABA (P_m).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (INDICADOR E DESCRIÇÃO DA FÓRMULA):

Indicador: Taxa de resolutividade da Ouvidoria SUS/SES-GO
O indicador representa a quantidade de respostas, encaminhadas pela Ouvidoria ao cidadão-usuário, dentro do prazo de 30 dias. A taxa de atendimento aos prazos de resposta reflete a eficiência da gestão em cumprir os compromissos de tempo estabelecidos, além de indicar a eficácia em atender às expectativas da população. Um alto índice demonstra que as demandas estão sendo tratadas com agilidade, o que é fundamental para a confiança na gestão pública.

Referências Específicas da Dimensão Saúde:

1. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Nota metodológica. Cobertura populacional estimada na Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2013;:3. https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/nota_tecnica/nota_metodologica_AB.pdf. Accessed 1 Feb 2025.
2. Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado de Goiás. Guia de qualificação de indicadores. Goiânia, GO: SES-GO. 2025. https://c

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

indicadores.saude.go.gov.br/index. Accessed 1 Feb 2025.
3. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. Nota metodológica: Adaptação ao método de cálculo do indicador Cobertura populacional estimada pela Saúde Bucal na Atenção Básica. Brasília-DF: Ministério da Saúde. 2021;:5. https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/nota_tecnica/nota_metodologica_SB_adaptada_2.pdf. Accessed 1 Feb 2025.
4. Gonçalves DA, Ballester D, Chiaverini DH, Tófoli LF, Chazan LF, Almeida N, et al. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília; 2011.
5. Pactuação interfederativa 2017-2021. 2017. https://ti.saude.rs.gov.br/bi/file/fichas.pdf. Accessed 1 Feb 2025.
6. Prefeitura de Goiânia, Secretaria Municipal de Saúde. Proposta Programação Anual de Saúde Goiânia-GO 2024. Goiânia, GO: Prefeitura de Goiânia. 2023;:142. https://saude.goiania.go.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2024/11/Proposta-PAS-2025-final.pdf. Accessed 1 Feb 2025.
7. Secretaria de Estado da Saúde. Programação anual de saúde 2020. Goiânia-GO: Secretaria de Estado da Saúde. 2020. https://goias.gov.br/saude/wp-content/uploads/sites/34/files/instrumentos-de-planejamento/pas/pas-2020.pdf. Accessed 2 Feb 2025.
8. Tribunal de Contas do Estado do Piauí. IEGE Índice de Efetividade da Gestão Estadual. Teresina, PI: Tribunal de Contas do Estado do Piauí. 2021;:200. https://www.tcepi.tc.br/wp-content/uploads/2021/04/Manual-IEGE-Brasil-2021-Exercicio-2020-PIAUI.pdf. Accessed 12 Nov 2024.
9. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota técnica no 13/2022-SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2022. https://famurs.com.br/uploads/midia/33473/NT_n_13_2022_SAPS_MS.pdf. Accessed 1 Feb 2025.
10. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV. 2022;3:1–24. https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Proporcao-de-gestantes-com-realizacao-de-exames-para-sifilis-e-HIV.pdf. Accessed 30 Nov 2024.
11. Indicador DO. Nota técnica nº 3/2022-cgctab/depros/saps/ms 1. 2022;3:1–9. https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Proporcao-de-mulheres-com-coleta-de-citopatologico-na-APS.pdf. Accessed 30 Nov 2024.
12. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica Nº 15/2022-SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2022. https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2022/02/SEI_MS-0027966506-Nota-Tecnica-15-1.pdf. Accessed 1 Feb 2025.
13. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambienta, Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente. Caderno de indicadores PQA-VS 2023. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2023. https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pqa-vs/publicacoes/caderno-de-indicadores-programa-de-qualificacao-das-acoes-de-vigilancia-em-saude-2023. Accessed 1 Feb 2025.
14. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde, Coordenação-Geral de Prevenção de Doenças Crônicas e Controle do Tabagismo. Nota técnica Nº 5/2022-CGCTAB/DEPROS/SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2022. /https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Proporcao-de-pessoas-com-hipertensao-com-consulta-de-pressao-arterial-aferida-no-semestre.pdf. Accessed 1 Feb 2025.
15. Brasil N. Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre. 2022;:1–8.
16. JOSE ROMERO PEREZ Director General JOSE GREGORIO ROIS ZUÑIGA Secretaria General OMAR OBANDO DAEZ Subdirector de Calidad Ambiental JAIME PINTO BERMUDEZ Subdirector de Gestión Desarrollo LUIS MANUEL MEDINA TORO Jefe oficina Asesora de Planeación A, ARCINIEGAS MOLINA Asesor Territorial del Sur MAILENE LAUDITH ROBLES PINTO Jefe oficina Asesora Jurídica JORGE MIGUEL GUEVARA FRAGOZO Asesor de Desarrollo Institucional PROYECTADO POR A, DORANCÉ MANRIQUE OSORIO Geólogo GRUPO SIG CORPOGUAJIRA J, NJCLD, 杜彬陶沙 卢静 李媛媛 马磊磊 王翠翠. Indicadores universais do rol de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores – 2013 - 2015. Appl Microbiol Biotechnol. 2016;85:6.
17. Governo de Goiás, Secretaria de Estado da Saúde. Plano Estadual de Saúde 2024-2027. Goiânia-GO: Secretaria de Estado da Saúde. 2024. https://goias.gov.br/saude/wp-content/uploads/sites/34/files/instrumentos-de-planejamento/pes/pes-2024-2027.pdf. Accessed 12 Nov 2024.
18. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Articulação Interfederativa. Caderno de diretrizes, objetivos, metas e indicadores: 2013-2015. Brasília-DF: Ministério da Saúde. 2014;:154. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_diretrizes_objetivos_2013_2015_2edicao.pdf. Accessed 11 Nov 2024.
19. Fernandes CJ, de Lima AF, de Oliveira PRS, dos Santos WS. Healthcare Coverage Index in the Psychosocial Care Network (iRAPS) as a tool for critical analysis of the Brazilian psychiatric reform. Cad Saude Publica. 2020;36.
20. Organização Panamericana de Saúde, REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Brasília-DF: Organização Pan-Americana de Saúde. 2008;:349. http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf. Accessed 11 Nov 2024.
21. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Taxa de Ocupação Operacional Geral. 2012;:1–4.
22. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Taxa de Ocupação Operacional Geral. 2012;:1–4.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

23. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar. Programa de monitoramento da qualidade hospitalar. Brasília-DF: Ministério da Saúde. 2024. https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/prestadores/qualiss-programa-de-qualificacao-dos-prestadores-de-servicos-de-saude-1/monitoramento-da-qualidade-hospitalar. Accessed 12 Nov 2024.
24. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar. Média de permanência geral. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2013;:1–5. https://www.gov.br/ans/pt-br/arquivos/assuntos/prestadores/qualiss-programa-de-qualificacao-dos-prestadores-de-servicos-de-saude-1/versao-anterior-do-qualiss/e-efi-05.pdf. Accessed 1 Feb 2025.
25. Vida D. Média de Permanência Geral. 2013;:1–5.
26. Cássia Cople Ferreira A. Fichas dos Indicadores.
27. JOSE ROMERO PEREZ Director General JOSE GREGORIO ROIS ZUÑIGA Secretaria General OMAR OBANDO DAEZ Subdirector de Calidad Ambiental JAIME PINTO BERMUDEZ Subdirector de Gestión Desarrollo LUIS MANUEL MEDINA TORO Jefe oficina Asesora de Planeación A, ARCINIEGAS MOLINA Asesor Territorial del Sur MAILENE LAUDITH ROBLES PINTO Jefe oficina Asesora Jurídica JORGE MIGUEL GUEVARA FRAGOZO Asesor de Desarrollo Institucional PROYECTADO POR A, DORANCÉ MANRIQUE OSORIO Geólogo GRUPO SIG CORPOGUAJIRA J, NJCLD, 杜彬陶沙 卢静 李媛媛 马磊磊 王翠翠. ATENÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR. Appl Microbiol Biotechnol. 2016;85:6.
28. No Title. 2012. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12732.htm. Accessed 12 Nov 2024.
29. Ministério da Saúde. Plano nacional de saúde 2024-2027. Brasília-DF: Ministério da Saúde. 2024;:288. https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do-sus/instrumentos-de-planejamento/pns/plano-nacional-de-saude-pns-2024-2027/view. Accessed 12 Nov 2024.
30. Feitosa ACF, Júnior OCF. O uso de indicadores nas diversas etapas do ciclo do sangue : uso de ferramenta de seleção. J Bras Patol Med Lab. 2021;57:1–8.
31. Saúde M da. Mortalidade infantil no Brasil. Pediatr mod. 2021;24:15.
32. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e egravos não transmissíveis no Brasil 2021-2030. Brasília: Ministério da Saúde. 2021;:118. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_doencas_cronicas_agravos_2021_2030.pdf. Accessed 10 Sep 2024.
33. NOVO PAC.
34. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde. 2018. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2018/res0588_13_08_2018.html. Accessed 12 Nov 2024.
35. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de HIV/Aids, Tuberculose HV e IST. Caderno de indicadores da tuberculose: tuberculose sensível, tuberculose drogarresistente e tratamento preventivo. Brasília-DF: Ministério da Saúde. 2024;:198. https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2024/caderno-de-indicadores-da-tuberculose-tuberculose-sensivel-tuberculose-drogarresistente-e-tratamento-preventivo.pdf. Accessed 12 Nov 2024.
36. Boletim Epidemiológico Sífilis 2024. 2024.
37. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim epidemiológico sífilis 2024. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2024;:56. https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim_sifilis_2024_e.pdf/view. Accessed 1 Feb 2025.
38. Online R. Cartilha: Programa de Qualificação de Ações de Vigilância em Saúde PQA-VS.
39. Ministério da Saúde, Insitituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Prevenção e Vigilância, Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. Ficha técnica de indicadores relativos às ações de controle do câncer de mama. Brasília-DF: Ministério da Saúde. 2014;:1–11. https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/ficha-tecnica-indicadores-mama-2014.pdf. Accessed 12 Nov 2024.
40. Ferreira CAA, Nune GLZ, Souza WI de, Vianna BLB, Guimarães HAA, Azevedo MAG. Monitoramento da gestão farmacêutica com o uso de indicadores em um hospital público. Rev Bras Farm Hosp. 2013;4:14–8.
41. Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS. Equipamentos de imagem utilizados em saúde – E.18. Brasília-DF: Ministério da Saúde. 2010. http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/e18.pdf. Accessed 12 Nov 2024.
42. Luíza A, Mamede F, Catalão UF De. INDICADORES DE DESEMPENHO NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES : REVISÃO DA LITERATURA. 2022.
43. Conselho Nacional dos Secretários de Saúde. Informações para a gestão estadual do SUS 2023-2026. Brasília-DF: Conselho Nacional dos Secretários de Saúde. 2023. https://www.conass.org.br/guiainformacao/. Accessed 12 Nov 2024.
44. Ministério da Saúde. Relatório Anual de Gestão (RAG). Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2025. https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

sus/instrumentos-de-planejamento/rag. Accessed 1 Feb 2025.
45. Guia de Apoio à Gestão Estadual do SUS.
46. Presidência da República, Casa Civil, Jurídicos S para A. Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República. 2009. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Accessed 12 Nov 2024.
47. No Title. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html. Accessed 12 Nov 2024.
48. Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro. PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília-DF: Ministério da Saúde. 2011. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Accessed 12 Nov 2024.
49. Secretaria de Estado da Saúde. Regulação estadual. Goiânia-GO: Secretaria de Estado da Saúde. 2024. https://goias.gov.br/saude/regulacao-estadual/. Accessed 12 Nov 2024.
50. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Departamento de Controle A e A. Manual de normas de auditoria. Brasília-DF: Ministério da Saúde. 1998;:48. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_normas_auditoria.pdf. Accessed 11 Nov 2024.
51. Lei nº 21.304, de 12 de abril de 2022.
52. No Title.
53. República P da, Civil C, Jurídicos S para A. LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012 Mensagem de veto (Vide Decreto nº 7.827. de 2012) Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Fede. Brasília-DF: Presidência da República. 2012. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm. Accessed 12 Nov 2024.
54. Df B, Aben-athar MAF. Ouvidoria Ativa do sus Ampliando a Escuta e o Acesso à Informação do Cidadão. 2014.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Apêndice E

QUESITOS DA DIMENSÃO SAÚDE

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

APÊNDICE E – QUESITOS DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO

O índice da Educação foi criado para avaliar a qualidade das ações na gestão da Educação Pública. Analisa tanto o cumprimento das metas do indicador estadual de educação quanto a disponibilidade de uma série de recursos educacionais, além do desenvolvimento de processos fundamentais à qualificação do ensino oferecido nas escolas da rede pública estadual goiana. Entre os temas abordados, destaca-se o aparelhamento das escolas com laboratórios de ciências e de informática; a promoção do acesso dos alunos ao ensino profissionalizante; a oferta da educação inclusiva; alimentação escolar; transporte escolar e a valorização do corpo docente.

Siglas recorrentes:
ABA: Ano Base de Avaliação (2024);
ABA -1: Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (2023);
ABA -2: Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (2022);

QUESITO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
1. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	
1. Considerando o ano base de avaliação (ABA) e a organização escolar do Estado de Goiás, informe: 1.1. O número total de escolas da rede pública estadual: 1.2. O número total de escolas da rede privada com convênio:	Quesito informativo. Não pontua.
2. Considerando o ano base de avaliação (ABA) e as etapas da Educação Básica, informe o número total de escolas da rede estadual que ofereçam: 2.1. Ensino Fundamental Anos Iniciais: 2.2. Ensino Fundamental Anos Finais: 2.3. Ensino Fundamental Anos Iniciais – Exclusivas: 2.4. Ensino Fundamental Anos Finais – Exclusivas: 2.5. Ensino Médio: 2.6. Ensino Médio – Exclusivas:	Quesito informativo. Não pontua.
3. Considerando o ano base de avaliação (ABA) e as modalidades da Educação Básica, informe o número total de escolas da rede estadual que ofereçam: 3.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA): 3.2. Educação Especial: 3.3. Educação Profissional e Tecnológica: 3.4. Educação Escolar do Campo: 3.5. Educação Escolar Indígena: 3.6. Educação Escolar Quilombola: 3.7. Educação a Distância:	Quesito informativo. Não pontua.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

3.8. Educação Bilíngue de Surdos: 3.9. Outras (se houver):	
4. Considerando o ano base de avaliação (ABA), a rede estadual de ensino e as etapas da Educação Básica, informe: 4.1. O número total de alunos: 4.2. O número total de alunos no Ensino Fundamental Anos Iniciais: 4.3. O número total de alunos no Ensino Fundamental Anos Finais: 4.4. O número total de alunos no Ensino Médio:	Quesito informativo. Não pontua.
5. Considerando o ano base de avaliação (ABA) e as modalidades da Educação Básica, informe o número total de alunos da rede estadual na: 5.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA): 5.2. Educação Especial: 5.3. Educação Profissional e Tecnológica: 5.4. Educação Escolar do Campo: 5.5. Educação Escolar Indígena: 5.6. Educação Escolar Quilombola: 5.7. Educação a Distância: 5.8. Educação Bilíngue de Surdos: 5.9. Outras (se houver):	Quesito informativo. Não pontua.
6. Considerando o ano base de avaliação (ABA) e as etapas da Educação Básica, informe o número total de vagas na rede estadual disponibilizadas para: 6.1. Ensino Fundamental Anos Iniciais: 6.2. Ensino Fundamental Anos Finais: 6.3. Ensino Médio:	Quesito informativo. Não pontua.
7. Considerando o ano base de avaliação (ABA) e as modalidades da Educação Básica, informe o número total de vagas disponibilizadas na rede estadual para: 7.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA): 7.2. Educação Especial: 7.3. Educação Profissional e Tecnológica: 7.4. Educação Escolar do Campo:	Quesito informativo. Não pontua.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

7.5. Educação Escolar Indígena: 7.6. Educação Escolar Quilombola: 7.7. Educação a Distância: 7.8. Educação Bilíngue de Surdos: 7.9. Outras (se houver):	
8. Considerando o ano base de avaliação (ABA) e as etapas da Educação Básica, informe o número total de matrículas efetivadas na rede estadual para: 8.1. Ensino Fundamental Anos Iniciais: 8.2. Ensino Fundamental Anos Finais: 8.3. Ensino Médio:	Quesito informativo. Não pontua.
9. Considerando o ano base de avaliação (ABA) e as modalidades da Educação Básica, informe o número total de matrículas efetivadas na rede estadual para: 9.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA): 9.2. Educação Especial: 9.3. Educação Profissional e Tecnológica: 9.4. Educação Escolar do Campo: 9.5. Educação Escolar Indígena: 9.6. Educação Escolar Quilombola: 9.7. Educação a Distância: 9.8. Educação Bilíngue de Surdos: 9.9. Outras (se houver):	Quesito informativo. Não pontua.
10. O Estado de Goiás possui mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda total por vagas na rede estadual de ensino em atendimento ao Ensino Fundamental Anos Finais e ao Ensino Médio? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa e considerando o ano base de avaliação (ABA), informe: 10.1. Os mecanismos utilizados no levantamento e divulgação da referida demanda: 10.2. A demanda total existente na rede estadual para o Ensino Fundamental Anos Iniciais: 10.3. A demanda total existente na rede estadual para o Ensino Fundamental Anos Finais:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
10.	Sim	0,7
	Não	0
10.1.	Informativa	Não pontua
10.2.	Informativa	Não pontua

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>10.4. A demanda total existente na rede estadual para o Ensino Médio:</td>
<td>
<table>
<tr><td rowspan="2">10.3.</td><td>Número de matrículas ABA ≥ Demanda no ABA</td><td>0,35</td></tr>
<tr><td>Número de matrículas ABA < Demanda no ABA</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">10.4.</td><td>Número de matrículas ABA ≥ Demanda no ABA</td><td>0,35</td></tr>
<tr><td>Número de matrículas ABA < Demanda no ABA</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>11. Considerando o ano base de avaliação (ABA) e o fluxo escolar, informe:

11.1. O número total de turmas do Ensino Fundamental Anos Finais com poucos alunos por Coordenação Regional:
11.2. O número total de turmas do Ensino Fundamental Ensino Médio com poucos alunos por Coordenação Regional:
11.3. O número total de turmas do Ensino Fundamental Anos Finais com alunos excedentes por Coordenação Regional:
11.4. O número total de turmas do Ensino Fundamental Anos Finais com alunos excedentes por Coordenação Regional:</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>12. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe:

12.1. O número total de escolas com vagas ociosas:
12.2. O número total de escolas com vagas ociosas por Coordenação Regional:
12.3. Os motivos que explicam a existência dessas vagas:</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>13. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe se a quantidade de vagas ofertadas em tempo integral foi suficiente para atender a demanda do:

13.1. Ensino Fundamental Anos Finais:
☐Sim.
☐Não.
13.2. Ensino Médio:
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>14. Informe o número total de alunos do Ensino Fundamental Anos Finais contemplados na forma de atendimento de tempo integral no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><td>Pontuação Máxima do Quesito</td><td>1,5</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>14.1. Considerando apenas o ano base de avaliação (ABA), informe o número total de alunos do Ensino Fundamental Anos Finais contemplados na forma de atendimento de tempo integral por Coordenação Regional:</td>
<td>
<table>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">14.</td><td>N.º Alunos no ABA > Média nos Anos Anteriores</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>N.º Alunos no ABA ≤ Média nos Anos Anteriores</td><td>0</td></tr>
<tr><td>14.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>15. Informe o número total de alunos do Ensino Médio contemplados na forma de atendimento de tempo integral no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

15.1. Considerando apenas o ano base de avaliação (ABA), informe o número total de alunos do Ensino Médio contemplados na forma de atendimento de tempo integral por Coordenação Regional:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">15.</td><td>N.º Alunos no ABA > Média nos Anos Anteriores</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>N.º Alunos no ABA ≤ Média nos Anos Anteriores</td><td>0</td></tr>
<tr><td>15.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>16. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe a quantidade total de turmas multisseriadas existentes na rede estadual de ensino:</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>17. Sobre a relação adequada entre o número de alunos e o professor, informe:

17.1. O percentual de turmas do Ensino Fundamental Anos Finais que possuíam até 40 (quarenta) alunos por professor em relação ao total de turmas desta mesma etapa de ensino:
17.2. O número total de turmas do Ensino Fundamental Anos Finais que possuíam até 40 (quarenta) alunos por professor em:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">17.1.</td><td>% de turmas = 100%</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>% de turmas < 100%</td><td>0</td></tr>
<tr><td>17.2.</td><td>Número de turmas no ABA > Média dos Anos Anteriores</td><td>0,7</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Número de turmas no ABA ≤ Média dos Anos Anteriores: 0
18. Sobre a relação adequada entre o número de alunos e o professor, informe: 18.1. O percentual de turmas do Ensino Médio que possuíam até 40 (quarenta) alunos por professor em relação ao total de turmas desta mesma etapa de ensino: 18.2. O número total de turmas do Ensino Médio que possuíam até 40 (quarenta) alunos por professor em: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,4** Quesito 18.1. – % de turmas = 100% – 0,7 Quesito 18.1. – % de turmas < 100% – 0 Quesito 18.2. – Número de turmas no ABA > Média dos Anos Anteriores – 0,7 Quesito 18.2. – Número de turmas no ABA ≤ Média dos Anos Anteriores – 0
19. Sobre as dimensões físicas adequadas das salas de aula, informe: 19.1. O Estado de Goiás possui critério de espaço estabelecido para a definição das dimensões físicas adequadas das salas de aula da rede pública? Em caso de resposta afirmativa, apresente o ato normativo que fixou o referido critério. ☐Sim. ☐Não. 19.2. O percentual de turmas do Ensino Fundamental Anos finais em conformidade com o critério estabelecido: 19.3. O percentual de turmas do Ensino Médio em conformidade com o critério estabelecido:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,5** Quesito 19. – Sim – 1,5 Quesito 19. – Não – 0 Quesito 19.1. – Informativa – Não pontua Quesito 19.2. – Informativa – Não pontua
20. Sobre os dias letivos e a carga horária anual na rede estadual de ensino, informe:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,3**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

20.1. A quantidade total e o percentual de turmas do Ensino Fundamental Anos Finais que cumpriram os 200 dias letivos no ano base de avaliação (ABA):
20.2. A quantidade total e o percentual de turmas do Ensino Médio que cumpriram os 200 dias letivos no ano base de avaliação (ABA):
20.3. A quantidade total e o percentual de turma do Ensino Fundamental Anos Finais que cumpriram a carga horária mínima de 800 horas no ano base de avaliação (ABA):
20.4. A quantidade total e o percentual de turma do Ensino Médio que cumpriram a carga horária mínima de 800 horas no ano base de avaliação (ABA):

Quesito	Categoria	Pontuação por item
20.1.	% de turmas 200 dias = 100%	0,325
	% de turmas 200 dias < 100%	0
20.2.	% de turmas 200 dias = 100%	0,325
	% de turmas 200 dias < 100%	0
20.3.	% de turmas 800h = 100%	0,325
	% de turmas 800h < 100%	0
20.4.	% de turmas 800h = 100%	0,325
	% de turmas 800h < 100%	0

21. A Secretaria de Estado da Educação possui um sistema informatizado de escrituração escolar? Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
21.	Sim	1,5
	Não	0

22. Sobre a entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) às escolas da rede estadual de ensino para subsequente distribuição aos alunos, informe:

22.1. O quantitativo total das escolas da rede estadual que receberam o material didático antes do início do ano letivo (QEAI), no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):
22.2. O quantitativo total das escolas da rede estadual que receberam o material didático até 30 dias após o início do ano letivo no ano base de avaliação (ABA):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
22.1.	QEAI do ABA > Média dos anos anteriores	1,4
	QEAI do ABA ≤ Média dos anos anteriores	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>22.3. O quantitativo total das escolas da rede estadual que receberam o material didático com mais de 30 dias após o início do ano letivo no ano base de avaliação (ABA):
22.4. O quantitativo total das escolas que não receberam o material didático no ano base de avaliação (ABA):</td>
<td>
<table>
<tr><td>22.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>22.3.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>22.4.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>23. Os materiais didáticos distribuídos na rede estadual de ensino são reaproveitados nos anos subsequentes? Em caso de resposta afirmativa, especifique como ocorre esse reaproveitamento.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">23.</td><td>Sim</td><td>1,6</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>24. Sobre as salas com recursos multifuncionais (SRM), ou seja, salas equipadas com recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos capazes de potencializar o processo de escolarização de estudantes com necessidades especiais, informe:

24.1. O percentual escolas da rede estadual que possuíam salas com recursos multifuncionais em relação ao total de escolas que ofertaram o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ano base de avaliação (ABA):
24.2. O número total de escolas da rede estadual que possuíam salas com recursos multifuncionais no ano base de avaliação (ABA):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="4">24.1.</td><td>85% ≤ % Escolas com SRM ≤100%</td><td>1,6</td></tr>
<tr><td>50% ≤ % Escolas com SRM < 85%</td><td>1,06</td></tr>
<tr><td>10% ≤ % Escolas com SRM < 50%</td><td>0,53</td></tr>
<tr><td>0 ≤ %Escolas com SRM < 10%</td><td>0</td></tr>
<tr><td>24.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>25. Sobre as salas com recursos multifuncionais (SRM), informe:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

25.1. Se existe um profissional responsável e capacitado para acompanhar e contribuir com o processo de aprendizagem dos estudantes em todas essas salas?
☐Sim.
☐Não.
25.2. Quais os critérios estabelecidos para a seleção desses profissionais:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
25.1	Sim	1,5
	Não	0
25.2	Informativa	Não pontua

26. Informe o número total de escolas da rede estadual de ensino que possuíam pelo menos uma rota de acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

26.1. O Estado de Goiás monitora e avalia o incremento da acessibilidade em suas escolas? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
26.	N.º Escolas c/ rota de acessibilidade > Média dos anos anteriores	0,75
	N.º Escolas c/ rota de acessibilidade ≤ Média dos anos anteriores	0
26.1.	Sim	0,75
	Não	0

27. Acerca dos Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e do Laudo de Vigilância Sanitária Municipal (LVSM), informe:
27.1. O número total de escolas da rede estadual que possuíam AVCB no ano base de avaliação (ABA) e o respectivo percentual em relação ao total de escolas:
27.2. O número total de escolas da rede estadual que possuíam LVSM no ano base de avaliação (ABA) e o respectivo percentual em relação ao total de escolas:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
27.1.	85% ≤ % Escolas com AVCB ≤100%	0,7
	50% ≤ % Escolas com AVCB < 85%	0,47

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><td rowspan="2"></td><td>10% ≤ % Escolas com AVCB < 50%</td><td>0,23</td></tr>
<tr><td>0 ≤ %Escolas com AVCB < 10%</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="5">27.2.</td><td>85% ≤ % Escolas com LVSM ≤100%</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>50% ≤ % Escolas com LVSM < 85%</td><td>0,47</td></tr>
<tr><td>10% ≤ % Escolas com LVSM < 50%</td><td>0,23</td></tr>
<tr><td>0 ≤ %Escolas com LVSM < 10%</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>28. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe o número total de escolas da rede estadual de ensino com protocolo de segurança escolar implementado:</td>
<td>Quesito informativo. Não pontuar.</td>
</tr>
<tr>
<td>29. Sobre os protocolos de segurança escolar:

29.1. Existe algum documento formal ou instrumento normativo contendo diferentes ações a serem adotadas para cada tipo de violência escolar? Em caso de resposta afirmativa, apresente o referido documento.
☐Sim.
☐Não.
29.2. Existe algum instrumento de monitoramento e avaliação do número de casos de violência escolar ocorridos nas escolas da rede estadual no ano base de avaliação? Em caso de resposta afirmativa, apresente o documento que contenha os resultados desse monitoramento.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">29.1.</td><td>Sim</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">29.2.</td><td>Sim</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td colspan="2">2. INFRAESTRUTURA ESCOLAR</td>
</tr>
<tr>
<td>30. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe:
30.1. O percentual de escolas da rede estadual que possuem rede de coleta e tratamento de esgoto em relação ao total de escolas da rede estadual:
30.2. O número total de escolas da rede estadual que possuem rede de coleta e tratamento de esgoto:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th>Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="4">30.1.</td><td>85% ≤ % Escolas com Coleta e Tratamento ≤100%</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>50% ≤ % % Escolas com Coleta e Tratamento < 85%</td><td>1</td></tr>
<tr><td>10% ≤ % % Escolas com Coleta e Tratamento < 50%</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>0 ≤ %% Escolas com Coleta e Tratamento < 10%</td><td>0</td></tr>
<tr><td>30.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>31. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe:
31.1. O percentual de escolas da rede estadual que fornecem água potável adequada para o consumo de seus alunos em relação ao total de escolas da rede estadual:
31.2. O número total de escolas da rede estadual que fornecem água potável adequada para consumo aos seus alunos:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="4">31.1.</td><td>85% ≤ % Escolas com Água Potável ≤100%</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>50% ≤ % Escolas com Água Potável < 85%</td><td>1</td></tr>
<tr><td>10% ≤ % Escolas com Água Potável < 50%</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>0 ≤ %Escolas com Água Potável < 10%</td><td>0</td></tr>
<tr><td>31.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>32. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe:
32.1. O percentual de escolas da rede estadual que possuem quadra de esportes em relação ao total de escolas da rede estadual:
32.2. O número total de escolas da rede estadual que possuem quadra de esportes:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><td rowspan="4">32.1.</td><td>85% ≤ % Escolas com Quadra ≤100%</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>50% ≤ % Escolas com Quadra < 85%</td><td>1</td></tr>
<tr><td>10% ≤ % Escolas com Quadra < 50%</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>0 ≤ %Escolas com Quadra < 10%</td><td>0</td></tr>
<tr><td>32.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>33. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe:
33.1. O percentual de escolas da rede estadual que possuem laboratório de informática (móvel ou fixo) com acesso à internet em relação ao total de escolas da rede estadual:
33.2. O número total de escolas da rede estadual que possuem laboratório de informática fixo com acesso à internet:
33.3. O número total de escolas da rede estadual que possuem laboratório de informática móvel com acesso à internet:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="4">33.1.</td><td>85% ≤ % Escolas com Lab. Informática ≤100%</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>50% ≤ % Escolas com Lab. Informática < 85%</td><td>1</td></tr>
<tr><td>10% ≤ % Escolas com Lab. Informática < 50%</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>0 ≤ %Escolas com Lab. Informática < 10%</td><td>0</td></tr>
<tr><td>33.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>33.3.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>34. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe:
34.1. O percentual de escolas da rede estadual que possuem conexão à internet em relação ao total de escolas da rede estadual:
O número total de escolas da rede estadual que possuem conexão à internet:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><td rowspan="4">34.1.</td><td>85% ≤ % Escolas com Internet ≤100%</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>50% ≤ % Escolas com Internet < 85%</td><td>1</td></tr>
<tr><td>10% ≤ % Escolas com Internet < 50%</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>0 ≤ %Escolas com Internet < 10%</td><td>0</td></tr>
<tr><td>34.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>35. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe:
35.1. O percentual de escolas da rede estadual que possuem laboratório de ciências em relação ao total de escolas da rede estadual:
35.2. O número total de escolas da rede estadual que possuem laboratório de ciências:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="4">35.1.</td><td>85% ≤ % Escolas com Lab. Ciências ≤100%</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>50% ≤ % Escolas com Lab. Ciências < 85%</td><td>1</td></tr>
<tr><td>10% ≤ % Escolas com Lab. Ciências < 50%</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>0 ≤ %Escolas com Lab. Ciências < 10%</td><td>0</td></tr>
<tr><td>35.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr><th colspan="2">3. TRANSPORTE ESCOLAR</th></tr>
<tr>
<td>36. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe:
36.1. O número total de alunos residentes em áreas rurais (NAR):
36.2. O número total de alunos residentes em áreas rurais e atendidos com o serviço de transporte escolar (NARTE):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida pelo percentual de atendimento do serviço de transporte escolar (PATE) em relação ao total de alunos residentes em áreas rurais, calculado a partir da seguinte fórmula:
$$\text{PATE} = \frac{\text{NARTE}}{\text{NAR}} \text{ x } 100$$
<table>
<tr><th>Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,6</th></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="4">36.1.</td><td>85% ≤ PATE ≤100%</td><td>1,6</td></tr>
<tr><td>50% ≤ PATE < 85%</td><td>1,07</td></tr>
<tr><td>10% ≤ PATE < 50%</td><td>0,53</td></tr>
<tr><td>0 ≤ PATE < 10%</td><td>0</td></tr>
<tr><td>36.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>37. O Estado possui um sistema informatizado de registro das rotas seguidas pelos veículos do transporte escolar e do tempo gasto nas viagens? Em caso de resposta afirmativa, informe o referido sistema e a unidade responsável por sua gestão.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">37.</td><td>Sim</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>38. Os dados obtidos pelo sistema de registro de rotas já foram utilizados pela gestão para alterações:
☐Na rota.
☐Na aplicação de medidas para redução de custos.
☐Outros. Especifique:
☐Não.</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>39. O Estado possui controle sobre a idade média da frota escolar? Em caso de resposta afirmativa, informe a idade média da frota escolar no ano base de avaliação (ABA):
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr><th colspan="2">4. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</th></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

40. A merenda escolar é suficiente para atender todos os alunos da rede estadual? ☐Sim. ☐Não. 40.1. Em caso de resposta afirmativa, informe o número total da alunos da rede estadual beneficiados com merenda escolar no: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
40.	Sim	0,8
	Não	0
40.1	N.º Alunos c/ Merenda no ABA > Média dos Anos Anteriores	0,8
	N.º Alunos c/ Merenda no ABA ≤ Média dos Anos Anteriores	0

41. O Estado complementa, com recursos próprios, o valor repassado pelo Governo Federal para alimentação escolar? ☐Sim. ☐Não. 41.1. Em caso de resposta afirmativa, informe o valor recebido do Governo Federal e o valor complementar repassado pelo Estado no ano base de avaliação:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
41.	Sim	1,5
	Não	0
41.1.	Informativa	Não pontua

42. O Estado de Goiás utiliza o percentual mínimo de 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor rural ou de suas organizações, tal como previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 11.947/2009: Sim. Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
42.	Sim	1,4

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>42.1. Em caso de resposta negativa, apresente as justificativas para inobservância desse percentual, tal como previsto no §2°, art. 14 da Lei Federal n.º 11.947/2009:</td>
<td>
<table>
<tr><td></td><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>42.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>43. Os cardápios da alimentação escolar da rede estadual de ensino são elaborados por nutricionistas responsáveis?
☐Sim.
☐Não.

43.1. Em caso de resposta negativa, informe as escolas que não atendem ao solicitado no art. 12 da n.º 11.947/2009:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">43.</td><td>Sim</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>43.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr><td colspan="2">5. CORPO DOCENTE</td></tr>
<tr>
<td>44. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe o número total de:

44.1. Servidores da Secretaria de Estado da Educação do Estado de Goiás:
44.2. Servidores administrativos:
44.3. Servidores professores:
44.4. Servidores efetivos:
44.5. Servidores temporários:
44.6. Servidores contratados por CLT:
44.7. Servidores comissionados:</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>45. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe o número total de:

45.1. Professores:
45.2. Professores efetivos:
45.3. Professores temporários:
45.4. Professores regentes:
45.5. Professores regentes efetivos:
45.6. Professores regentes temporários:
45.7. Professores não regentes:
45.8. Professores não regentes efetivos:
45.9. Professores não regentes temporários:
45.10. Professores em função de gestão:</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

45.11. Professores em função de gestão efetivos: 45.12. Professores em função de gestão temporários: 45.13. Supervisores de ensino: 45.14. Coordenadores pedagógicos: 45.15. Diretores:	
46. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe o número total de: 46.1. Professores do Ensino Fundamental Anos finais: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2): 46.2. Professores do Ensino Médio: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):	Quesito informativo. Não pontua.
47. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe: 47.1.Se a quantidade de professores da rede estadual foi suficiente para atender todas as turmas da rede estadual de ensino do Ensino Fundamental Anos Finais: ☐Sim. ☐Não. 47.2.Se a quantidade de professores da rede estadual foi suficiente para atender todas as turmas da rede estadual de ensino do Ensino Médio: ☐Sim. ☐Não. 47.3.O número total de cargos efetivos de professores existentes na rede estadual de ensino: 47.4.O número total de cargos efetivos de professores vagos na rede estadual de ensino:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,4** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 47.1 – Sim – 0,7 47.1 – Não – 0 47.2 – Sim – 0,7 47.2 – Não – 0 47.3 – Informativa – Não pontua 47.4 – Informativa – Não pontua
48. Informe: 48.1. O número total de professores temporários (NTPT) que atuaram na rede estadual de ensino no: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida pelo percentual de professores temporários em relação ao total de professores da rede estadual (PPTEMP), calculado a partir da seguinte fórmula: $$\text{PPTEMP} = \frac{\text{NTPT}}{\text{NTPROF}} \text{ x } 100$$

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

48.2. O número total de professores (NTPROF) que atuaram na rede estadual de ensino no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

Ante o exposto, considerando a fórmula e as siglas já apresentadas:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
48.	PPTEMP Ano Base < PPTEMP médio dos anos anteriores	1,5
	PPTEMP Ano Base ≥ PPTEMP médio dos anos anteriores	0

49. A Secretaria de Estado da Educação possui Plano de Cargos e Salários para seus professores efetivos? Em caso de resposta afirmativa, informe a lei que estabeleceu o referido plano.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
49.	Sim	1,6
	Não	0

50. A respeito do Planos de Cargos e Salários dos professores efetivos da rede estadual, informe:

50.1. Os critérios utilizados para concessão de progressões e promoções:
50.2. O número total de professores da rede estadual que, no ano base de avalição (ABA), possuíam progressões e promoções atrasadas:
50.3. A data da última revisão do referido plano:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

51. O Estado cumpriu, no ano base de avaliação, o piso salarial nacional (jornada de 40h/sem) para todos os professores?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,5

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Quesito / **Categoria** / **Pontuação por item** 51. / Sim / 1,5 51. / Não / 0
52. Informe o número total de professores que lecionaram disciplinas para as quais possuíam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento de sua atuação, no: 52.1. Ensino Fundamental Anos Finais: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2): 52.2. Ensino Médio: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida pelo percentual de professores com formação específica em relação ao total de professores da rede estadual (PPFE), calculado a partir da seguinte fórmula: $$\text{PPFE} = \frac{\text{NTPFE}}{\text{NTP}} \text{ x } 100$$ Onde: PPFE: Percentual de professores com formação específica em relação ao total de professores. NTPFE: Número total de professores que lecionaram disciplinas para as quais possuíam formação específica de nível superior; NTP: Número total de professores da rede estadual. Ante o exposto, os critérios de pontuação serão os seguintes: **Pontuação Máxima do Quesito** / **1,5** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 52.1. / PPFE ensino fundamental Ano Base > Média dos PPFE ensino fundamental dos anos anteriores / 0,75 52.1. / PPFE ensino fundamental Ano Base ≤ Média dos PPFE ensino fundamental dos anos anteriores / 0 52.2. / PPFE ensino médio Ano Base > Média dos PPFE ensino médio dos anos anteriores / 0,75

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	PPFE ensino médio Ano Base ≤ Média dos PPFE ensino médio dos anos anteriores: 0
53. O Estado possui um sistema de avaliação de desempenho formal para: 53.1. Professores efetivos? ☐Sim. ☐Não. 53.2. Professores temporários? ☐Sim. ☐Não. 53.3. Demais servidores efetivos? ☐Sim. ☐Não. 53.4. Demais servidores não estatuários? ☐Sim. ☐Não. 53.5. As avaliações de desempenho das diferentes categorias possuem critérios de avaliação próprios? Em caso de resposta afirmativa apresente os referidos critérios. ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,4** **Quesito / Categoria / Pontuação por item** 53.1. – Sim: 0,28 – Não: 0 53.2. – Sim: 0,28 – Não: 0 53.3. – Sim: 0,28 – Não: 0 53.4. – Sim: 0,28 – Não: 0 53.5. – Sim: 0,28 – Não: 0
54. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe: 54.1. O número total de professores efetivos com Pós-Graduação Lato Sensu (especialização) na rede estadual de ensino: 54.2. O número total de professores efetivos com Pós-Graduação Lato Sensu (especialização) na rede estadual de ensino atuando no Ensino Fundamental Anos Finais: 54.3. O número total de professores efetivos com Pós-Graduação Lato Sensu (especialização) na rede estadual de ensino atuando no Ensino Médio:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida pelo percentual de professores efetivos com Pós-Graduação Lato Sensu (especialização) em relação ao total de professores da rede estadual, calculado a partir da seguinte fórmula: $$\text{PPE} = \frac{\text{NTPE}}{\text{NTP}} \text{ x } 100$$ Onde: PPE: Percentual de professores efetivos com Pós-Graduação Lato Sensu (especialização) em relação ao total de professores

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>NTPE: Número total de professores efetivos com Pós-Graduação Lato Sensu (especialização);
NTP: Número total de professores da rede estadual.

Ante o exposto, os critérios de pontuação serão os seguintes:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">54.1</td><td>PPE do Ano Base > Média do PPE dos anos anteriores</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>PPE do Ano Base ≤ Média do PPE dos anos anteriores</td><td>0</td></tr>
<tr><td>54.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>54.3.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>55. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe:

55.1. O número total de professores efetivos com Mestrado na rede estadual de ensino:
55.2. O número total de professores efetivos com Mestrado na rede estadual de ensino atuando no Ensino Fundamental Anos Finais:
55.3. O número total de professores efetivos com Mestrado na rede estadual de ensino atuando no Ensino Médio:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida pelo percentual de professores efetivos com Mestrado em relação ao total de professores da rede estadual, calculado a partir da seguinte fórmula:

$$\text{PPM} = \frac{\text{NTPM}}{\text{NTP}} \text{ x } 100$$

Onde:
PPM: Percentual de professores efetivos com Mestrado em relação ao total de professores.
NTPM: Número total de professores efetivos com Mestrado;
NTP: Número total de professores da rede estadual.

Ante o exposto, os critérios de pontuação serão os seguintes:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	55.1 — PPM do Ano Base > Média do PPM dos anos anteriores: 1,5 55.1 — PPM do Ano Base ≤ Média do PPM dos anos anteriores: 0 55.2. — Informativa: Não pontua 55.3. — Informativa: Não pontua
56. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe: 56.1. O número total de professores efetivos com Doutorado na rede estadual de ensino: 56.2. O número total de professores efetivos com Doutorado na rede estadual de ensino atuando no Ensino Fundamental Anos Finais: 56.3. O número total de professores efetivos com Doutorado na rede estadual de ensino atuando no Ensino Médio:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida pelo percentual de professores efetivos com Doutorado em relação ao total de professores da rede estadual, calculado a partir da seguinte fórmula: $$\text{PPD} = \frac{\text{NTPE}}{\text{NTP}} \text{ x } 100$$ Onde: PPD: Percentual de professores efetivos com Doutorado em relação ao total de professores. NTPD: Número total de professores efetivos com Doutorado; NTP: Número total de professores da rede estadual. Ante o exposto, os critérios de pontuação serão os seguintes: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,5** 56.1 — PPD do Ano Base > Média do PPD dos anos anteriores: 1,5 56.1 — PPD do Ano Base ≤ Média do PPD dos anos anteriores: 0 56.2. — Informativa: Não pontua 56.3. — Informativa: Não pontua

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

57. O Estado oferta cursos de capacitação para o aprimoramento profissional dos docentes?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa e considerando o ano base de avaliação (ABA), informe:

57.1. O número total de docentes do Ensino Fundamental Anos Finais que participaram de cursos de capacitação promovidos pelo Estado:
57.2. O número de docentes do Ensino Médio que participaram de cursos de capacitação promovidos pelo Estado:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
57.	Sim	1,3
	Não	0

58. O Estado prevê Gratificação de Incentivo Funcional (GIF), ou outro tipo de incentivo de capacitação equivalente, para os docentes da rede estadual de ensino?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
58.	Sim	1,5
	Não	0

59. O Estado de Goiás:
59.1. Possui um programa estruturado de incentivo e reconhecimento a capacitação dos profissionais da Educação? Em caso de resposta afirmativa, informe qual:
Sim.
Não.

59.2. Possui um controle de quantos servidores da rede estadual de ensino saíram de licença capacitação para Mestrado/Doutorado? Em caso de resposta afirmativa, informe o total de servidores afastados no ano base de avaliação (ABA):
Sim.
Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
59.1.	Sim	0,7
	Não	0
59.2.	Sim	0,7
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

60. Sobre o absenteísmo de professores nas escolas estaduais, informe: 60.1. O número total de professores que não compareceram a sala de aula pelo menos uma vez durante o ano base de avaliação (ABA), seja por motivo justificado ou não: 60.2. Os principais motivos de absenteísmo identificados pela Administração Pública na rede estadual de ensino: 60.3. O número total de ausências de professores registradas na rede estadual de ensino no: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2): 60.4. As iniciativas formalmente instituídas para prevenção e redução do absenteísmo no Estado:	Quesito informativo. Não pontua.
61. O Estado possuí medidas formalmente estabelecidas para a substituição de professores em caso de ausência? Em caso de resposta afirmativa, liste as referidas medidas. ☐Sim. ☐Não. 61.1. O número de professores substitutos é suficiente para evitar que os alunos fiquem sem aula nessas situações? ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,4** Quesito / Categoria / Pontuação por item 61.1. – Sim – 1,4 61.1. – Não – 0 61.2. – Informativa – Não pontua .
6. POLÍTICAS EDUCACIONAIS	
62. O Estado dispõe de um Plano Estadual de Educação? ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, informe: 62.1. O número da lei que aprovou o Plano Estadual de Educação vigente no ano base de avaliação. 62.2. A vigência do atual Plano Estadual de Educação: 62.3. Se o referido plano possui objetivos, metas e indicadores de desempenho que permitam o seu monitoramento e avaliação:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,3** Quesito / Categoria / Pontuação por item 62. – Sim – 0,65 62. – Não – 0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>☐Sim.
☐Não.</td>
<td>
<table>
<tr><td>62.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>62.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td rowspan="2">62.3</td><td>Sim</td><td>0,65</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>63. O Estado utiliza informações oriundas de indicadores e dados públicos oficiais para orientar a elaboração/atualização do seu Plano Estadual de Educação?
☐Sim.
☐Não.

63.1. Em caso de resposta afirmativa, apresente os indicadores utilizados na elaboração do Plano Estadual de Educação vigente:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">63.</td><td>Sim</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>63.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>64. Sobre o monitoramento do Plano Estadual de Educação, informe:

64.1. A forma/instrumentos utilizados na realização desse monitoramento:
64.2. A periodicidade de realização desse monitoramento:
64.3. A data de realização do último monitoramento do Plano Estadual de Educação vigente:
64.4. Os setores da Secretaria de Estado da Educação responsáveis pela consolidação e divulgação do resultado desse monitoramento:</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>65. Sobre o monitoramento do Plano Estadual de Educação, informe:

65.1. Se o resultado desse monitoramento é utilizado na elaboração do Plano seguinte?
☐Sim.
☐Não.
65.2. Se o Estado divulga os dados relativos ao cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação? Em caso de resposta afirmativa, informe o sítio eletrônico de divulgação.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td>65.1</td><td>Sim</td><td>0,75</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Não	0
65.2.	Sim	0,75
	Não	0

7. ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR

67. Com relação à evasão e ao abandono escolar:

67.1. O Estado possui ações ou medidas formalmente instituídas para o combate, prevenção e mapeamento das regiões com maiores índices de evasão/abandono? Em caso de resposta afirmativa, informe quais.
Sim.
Não.

67.2. O Estado realiza a busca ativa de estudantes que evadem e/ou abandonam a escola? Em caso de resposta afirmativa, informe como essa busca é realizada.
Sim.
Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
67.1.	Sim	0,8
	Não	0
67.2.	Sim	0,8
	Não	0

68. Sobre a evasão escolar, informe:

68.1. A taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental Anos Finais no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

68.2. A taca de evasão escolar no Ensino Médio no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
68.1.	Taxa de evasão Ensino Fundamental no Ano Base < Média dos anos anteriores	0,8
	Taxa de evasão Ensino Fundamental no Ano Base ≥ Média dos anos anteriores	0
68.2.	Taxa de evasão Ensino Médio no Ano Base < Média dos anos anteriores	0,8
	Taxa de evasão Ensino Médio no Ano Base ≥ Média dos anos anteriores	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

68.2. A taca de evasão escolar no Ensino Médio no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

69.1.	Taxa de evasão Ensino Fundamental no Ano Base > Média dos anos anteriores	0,8
	Taxa de evasão Ensino Fundamental no Ano Base ≤ Média dos anos anteriores	0
69.2.	Taxa de evasão Ensino Médio no Ano Base > Média dos anos anteriores	0,8
	Taxa de evasão Ensino Médio no Ano Base ≤ Média dos anos anteriores	0

69. Sobre o abandono escolar, informe:

69.1.O Estado monitora, na rede estadual de ensino, a taxa de abandono dos alunos do Ensino Fundamental Anos Finais e do Ensino Médio?
☐Sim.
☐Não.

69.2.A taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental Anos Finais no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

69.3.A taca de abandono escolar no Ensino Médio no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**1,6**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
69.1.	Sim	0,533
	Não	0
69.2.	Taxa de abandono Ensino Fundamental no Ano Base < Média dos anos anteriores	0,533
	Taxa de abandono Ensino Fundamental no Ano Base ≥ Média dos anos anteriores	0
69.3.	Taxa de abandono Ensino Médio no Ano Base < Média dos anos anteriores	0,533
	Taxa de abandono Ensino Médio no Ano Base ≥ Média dos anos anteriores	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

70. O Estado dispõe de programas ou ações estruturadas para mapear e atender alunos da rede estadual com dificuldade de aprendizado?
☐Sim.
☐Não.

70.1. Existem metas traçadas para esses programas/ações?
☐Sim.
☐Não.

70.2. Em caso de resposta afirmativa, informe as referidas metas e os resultados alcançados no ano base de avaliação:

70.3. Informe o número total de alunos com dificuldade de aprendizado no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
70.	Sim	0,5
	Não	0
70.1.	Sim	0,5
	Não	0
70.2.	Informativa	Não pontua
70.3.	N.º de Alunos no Ano Base < Média dos anos anteriores	0,5
	N.º de Alunos no Ano Base ≥ Média dos anos anteriores	0

8. MODALIDADES DA EDUCAÇÂO

71. Sobre a Educação Profissional e Tecnológica, informe:

71.1. O número de Escolas/Instituições de Ensino da rede estadual que ofertaram, no ano base de avaliação, a Educação Profissional e Tecnológica de forma integrada e concomitante com o:
a) Ensino Médio:
b) Educação de Jovens Adultos (EJA):

71.2. O número de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica integrada ao nível médio no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

71.3. O número de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica integrada a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
71.1.	Informativa	0,5
71.2.	N.º de matrículas E. Médio integrado no Ano Base > Média dos anos anteriores	0,5
	N.º de matrículas E. Médio integrado no Ano Base ≤ Média dos anos anteriores	0
71.3.	N.º de matrículas EJA integrado no Ano Base > Média dos anos anteriores	0,5

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	N.º de matrículas EJA integrado no Ano Base ≤ Média dos anos anteriores: 0
72. Sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), informe: 72.1. O Estado de Goiás observa as regras legais para a matrícula de alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA)? ☐Sim. ☐Não. 72.2. Informe o número de alunos com menos de 15 anos matriculados na Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental no: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2): 72.3. Informe o número de alunos com menos de 18 anos matriculados na Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio no: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):	Quesito informativo. Não pontua.
73. Em que pese não se tratar de uma modalidade de educação, informe: 73.1. O número de alunos matriculados no ensino médio regular noturno na rede estadual no: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2): 73.2. O número de turmas do ensino médio regular noturno oferecidas pela rede estadual no: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2): 73.3. O número de escolas da rede estadual que ofereceram o ensino médio regular noturno no: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2): 73.4. O número de escolas da rede estadual que oferecem o ensino médio regular noturno por coordenação regional: a) Ano Base de Avaliação (ABA):	Quesito informativo. Não pontua.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td>b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):</td><td></td></tr>
<tr><td>74. Sobre a Educação Especial, informe:

74.1. O Estado oferta Educação Especial na perspectiva inclusiva ou Atendimento Educacional Especializado (AEE)?
☐Sim.
☐Não.
74.2. O número total de escolas da rede estadual que ofertaram o AEE no:
d) Ano Base de Avaliação (ABA):
e) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
f) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):
74.3. O número total de alunos da rede estadual que receberam AEE no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">74.1.</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr><tr><td rowspan="2">74.2.</td><td>N.º Escolas com AEE no ABA > Média de Escolas com AEE nos anos anteriores</td><td>0,5</td></tr><tr><td>N.º Escolas com AEE no ABA ≤ Média de Escolas com AEE nos anos anteriores</td><td>0</td></tr><tr><td rowspan="2">74.3.</td><td>N.º Alunos atendidos com AEE no ABA > Média de Escolas com AEE nos anos anteriores</td><td>0,5</td></tr><tr><td>N.º Alunos atendidos com AEE no ABA ≤ Média de Escolas com AEE nos anos anteriores</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>75. Sobre a Educação Especial, informe:
75.1. O número de escolas que ofertam Educação Especializada por Coordenação Regional:
75.2. O número de escolas que ofertam Educação Especial na perspectiva inclusiva ou Atendimento Educacional Especializado (AEE) por Coordenação Regional:</td><td>Quesito informativo. Não pontua.</td></tr>
<tr><td>76. O Estado possui ações voltadas à jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (semiliberdade ou liberdade assistida) ou egressos do sistema prisional?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th>Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr></table></td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Ante o exposto, informe:
76.1. As ações adotadas e os produtos gerados:
76.2. O número de jovens atendidos por essas políticas no ano base de avaliação:

Quesito	Categoria	Pontuação por item
76.	Sim	1,5
	Não	0

9. INDICADORES EDUCACIONAIS

77. O Estado possui um instrumento/indicador próprio de avaliação da qualidade de ensino? Em caso de resposta afirmativa, apresente o referido instrumento/indicador.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
77.	Sim	1,3
	Não	0

78. Informe o número total de alunos que compuseram o espaço amostral avaliado no Índice de Desenvolvimento da Educação de Goiás (IDEGO), no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

Quesito informativo. Não pontua.

79. Sobre o IDEGO, informe para:
79.1. O Ensino Fundamental Anos Finais (9° ano):
a) Meta atual vigente:
b) Meta vigente a época da última avaliação:
c) Resultado da última avaliação:
79.2. O Ensino Médio (3° série):
a) Meta atual vigente:
b) Meta vigente a época da última avaliação:
c) Resultado da última avaliação:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
79.1.	Resultado da última avaliação ≥ Meta vigente para última avaliação	0,65
	Resultado da última avaliação < Meta vigente para última avaliação	0
79.2.	Resultado da última avaliação ≥ Meta vigente para última avaliação	0,65

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

		Resultado da última avaliação < Meta vigente para última avaliação	0

80. O Estado tem desenvolvido ações pedagógicas com base nos resultados obtidos a partir do seu indicador próprio de qualidade do ensino? Em caso de resposta afirmativa, especifique essas ações.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
80.	Sim	1,5
	Não	0

81. Em relação aos alunos matriculados na rede estadual que fazem parte do público-alvo da prova SAEGO, avaliação anual que mede o desempenho dos alunos da rede estadual de Goiás, informe:
81.1. O número total de aluno do Ensino Fundamental Anos Finais (9° ano) avaliados no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA-1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):
81.2. O número total de aluno do Ensino Médio (3° série) avaliados no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA-1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
81.1.	N° de alunos > Média dos anos anteriores	0,65
	N° de alunos ≤ Média dos anos anteriores	0
81.2.	N° de alunos > Média dos anos anteriores	0,65
	N° de alunos ≤ Média dos anos anteriores	0

82. Sobre a avaliação de Proficiência Média – SAEGO em Matemática, informe para o:
82.1. Ensino Fundamental Anos Finais (9° ano):
a) A meta vigente a época da última avaliação:
b) O resultado da última avaliação:
82.2. Ensino Médio (3° série):
a) A meta vigente a época da última avaliação:
b) O resultado da última avaliação:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	82.1. — Resultado da última avaliação ≥ Meta vigente para última avaliação: 0,75 82.1. — Resultado da última avaliação < Meta vigente para última avaliação: 0 82.2. — Resultado da última avaliação ≥ Meta vigente para última avaliação: 0,75 82.2. — Resultado da última avaliação < Meta vigente para última avaliação: 0
83. Sobre a avaliação de Proficiência Média – SAEGO em Português, informe para o: 83.1. Ensino Fundamental Anos Finais (9° ano): c) A meta vigente a época da última avaliação: d) O resultado da última avaliação: 83.2. Ensino Médio (3° série): c) A meta vigente a época da última avaliação: d) O resultado da última avaliação:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
84. Informe o número total de alunos que compuseram o espaço amostral avaliado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no: a) Ano Base de Avaliação (ABA): b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
83.1.	Resultado da última avaliação ≥ Meta vigente para última avaliação	0,75
	Resultado da última avaliação < Meta vigente para última avaliação	0
83.2.	Resultado da última avaliação ≥ Meta vigente para última avaliação	0,75
	Resultado da última avaliação < Meta vigente para última avaliação	0

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><td rowspan="2">84.</td><td>N.º de Alunos no ABA > Média de Alunos nos anos anteriores</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>N.º de Alunos no ABA ≤ Média de Alunos nos anos anteriores</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>85. Sobre o IDEB, informe para:
85.1. O Ensino Fundamental Anos Finais (9° ano):
a) Meta vigente a época da última avaliação:
b) Resultado da última avaliação:
85.2. O Ensino Médio (3° série):
a) Meta vigente a época da última avaliação:
b) Resultado da última avaliação:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">85.1.</td><td>Resultado da última avaliação ≥ Meta vigente para última avaliação</td><td>0,75</td></tr>
<tr><td>Resultado da última avaliação < Meta vigente para última avaliação</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">85.2.</td><td>Resultado da última avaliação ≥ Meta vigente para última avaliação</td><td>0,75</td></tr>
<tr><td>Resultado da última avaliação < Meta vigente para última avaliação</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>86. Informe o número total de escolas da rede estadual que atingiram as metas estabelecidas para o IDEB, considerando o universo do:
86.1. Ensino Fundamental Anos Finais:
86.2. Ensino Médio:</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>87. O Estado possui um levantamento da distorção idade-série para o Ensino Fundamental Anos Finais e para o Ensino Médio?
Sim.
Não.
87.1. O Estado estabelece metas desdobradas anualmente para a redução da taxa de distorção idade-série em seu Plano Estadual de Educação? Em caso de resposta afirmativa, informe as referidas metas.
Sim.</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>Não.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>88. Considerando o ano base de avaliação, informe:

88.1. A taxa de distorção idade-série para o Ensino Fundamental Anos Finais no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):

88.2. A taxa de distorção idade-série para o Ensino Fundamental Anos Finais no:
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (ABA -2):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">88.1.</td><td>Taxa Distorção ABA < Média nos anos anteriores</td><td>0,75</td></tr>
<tr><td>Taxa Distorção ABA ≥ Média nos anos anteriores</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">88.2.</td><td>Taxa Distorção ABA < Média nos anos anteriores</td><td>0,75</td></tr>
<tr><td>Taxa Distorção ABA ≥ Média nos anos anteriores</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>89. O Estado possui critérios formais para identificar estudantes com distorção idade-série? Em caso de resposta afirmativa, apresenta a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">89.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>90. O Estado desenvolve ações para apoiar os municípios localizados no seu território no processo de alfabetização da população? Em caso de resposta afirmativa, informe as ações desenvolvias.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

91. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe: 91.1. A taxa de analfabetismo no Estado de Goiás: 91.2. A taxa de analfabetismo funcional no Estado de Goiás:	Quesito informativo. Não pontua.
92. O Estado aplicou o mínimo estabelecido pela Constituição Estadual na Educação? ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
92.	Sim	1,4
	Não	0

10. CONSELHOS E COLEGIADOS	
93. Assinale as atividades realizadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) ao longo do ano base de avaliação, apresentando a documentação comprobatória das atividades selecionadas: ☐Emitiu parecer sobre assuntos de natureza pedagógica e educacional que lhe foram submetidos pelo Governador do Estado, pelo Secretário da Educação, pela Assembleia Legislativa ou pelas unidades escolares; ☐Articulou-se com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, para assegurar a coordenação, a divulgação e a execução de planos e programas educacionais; ☐Fixou critérios e normas para elaboração e aprovação dos regimentos dos estabelecimentos de ensino de educação básica; ☐Analisou planos e projetos de aplicação de recursos, apresentados pela administração estadual, para efeito de auxílio financeiro no campo educacional; ☐ Analisou programas de educação apresentados pelas administrações municipais, para fins de concessão, pelo Estado, de auxílio financeiro; ☐Sugeriu às autoridades providências para a organização e o funcionamento do Sistema Estadual de Educação que, de qualquer modo, possam interessar à sua expansão e melhoria; ☐Outras. Descreva.	Quesito informativo. Não pontua.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>94. As atividades realizadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), no ano base de avaliação, foram divulgadas à sociedade de forma ampla e por meio de comunicação oficial? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">94.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td>
</tr>
<tr>
<td>95. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Estado de Goiás (CACSFUNDEB/GO) realizou, no ano base de avaliação, o acompanhamento da aplicação dos recursos que, por força de lei, lhe foram incumbidos de fiscalizar, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação destes recursos? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">95.</td><td>Sim</td><td>1,5</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td>
</tr>
<tr>
<td>96. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Estado de Goiás (CACSFUNDEB/GO) aprovou a aplicação dos recursos do FUNDEB? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">96.</td><td>Sim</td><td>1,5</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td>
</tr>
<tr>
<td>97. A Secretaria de Estado da Educação forneceu ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE), sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em todas as etapas?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr></table></td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><td rowspan="2">97.</td><td>Sim</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>98. O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) emitiu Parecer Conclusivo sobre a Prestação de Contas das entidades executoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Sistema de Gestão de Conselhos (SIGECON)? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">97.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>99. Informe o número de escolas estaduais que possuem, de forma oficial e operante, as seguintes instituições:
a) Colegiado escolar:
b) Conselho escolar:
c) Caixa escolar:</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Apêndice F

QUESITOS DA DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

APÊNDICE E – QUESITOS DA DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA

O Índice Estadual da Segurança Pública tem como objetivo medir a efetividade da gestão da segurança pública em Goiás, considerando tanto a infraestrutura quanto a qualidade dos serviços prestados. Esse índice abrange fatores como equipamentos, viaturas, suprimentos, mão de obra especializada, além de ações estratégicas de planejamento e políticas integradas voltadas à prevenção de crimes, manutenção da paz e preservação da ordem pública. A atuação dos órgãos vinculados à Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP) é essencial nesse contexto, envolvendo a Polícia Civil, Polícia Penal, Polícia Militar, Polícia Técnico-Científica e o Corpo de Bombeiros Militar, que desempenham papéis fundamentais na execução dessas políticas de segurança.

Siglas recorrentes:
ABA: Ano Base de Avaliação (2024);
ABA - 1: Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (2023);
ABA - 2: Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (2022)..

<table>
<tr><th>QUESITO</th><th>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO</th></tr>
<tr><td colspan="2">1. PLANEJAMENTO</td></tr>
<tr><td>1. No ano base de avaliação (ABA), a Secretaria de Estado da Segurança Pública possuía um Plano Estratégico com definição de objetivos, metas e indicadores de desempenho, viabilizando sua execução, monitoramento e avaliação?
☐Sim.
☐Não.

1.1. A elaboração do plano estratégico baseia-se em evidências, tais como pesquisas e estudos tecnicamente embasados e voltados à prevenção da criminalidade?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">1</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>1.1</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>2. Assinale as forças de segurança pública estadual jurisdicionados à Secretaria de Estado da Segurança Pública, que possuíam, no ano base de avaliação, um Plano Estratégico com objetivos, metas (qualitativas e quantitativas) e indicadores de desempenho definidos de forma expressa.
☐Corpo de Bombeiros Militar;
☐Polícia Científica;
☐Polícia Civil;
☐Polícia Militar;
☐Polícia Penal;</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="4">2</td><td>☐Corpo de Bombeiros Militar;</td><td>0,2</td></tr>
<tr><td>☐Polícia Científica;</td><td>0,2</td></tr>
<tr><td>☐Polícia Civil;</td><td>0,2</td></tr>
<tr><td>☐Polícia Militar;</td><td>0,2</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><td></td><td>☐Polícia Penal</td><td>0,2</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>3. Assinale as forças de segurança pública estadual jurisdicionadas à Secretaria de Estado da Segurança Pública, cujo plano estratégico vigente no ano base de avaliação, era desdobrado em níveis/planos táticos e operacionais. Para cada força assinalada, apresente os referidos desdobramentos.
☐Corpo de Bombeiros Militar;
☐Polícia Científica;
☐Polícia Civil;
☐Polícia Militar;
☐Polícia Penal;</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="5">3</td><td>☐Corpo de Bombeiros Militar;</td><td>0,2</td></tr>
<tr><td>☐Polícia Científica;</td><td>0,2</td></tr>
<tr><td>☐Polícia Civil;</td><td>0,2</td></tr>
<tr><td>☐Polícia Militar;</td><td>0,2</td></tr>
<tr><td>☐Polícia Penal</td><td>0,2</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>4. O Estado de Goiás possui Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social vigente no ano base de avaliação que contemple objetivos e metas quantitativas de forma expressa? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim
☐Não

4.1. A Secretaria de Estado da Segurança Pública disponibiliza versão digital ou eletrônica do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social vigente em ambiente de fácil acesso? Em caso de resposta afirmativa, apresente o endereço digital de disponibilização do documento.
☐Sim.
☐Não.

4.2. O referido Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social define objetivos, metas quantitativas e indicadores de desempenho que permitam o seu monitoramento e avaliação?
☐Sim.
☐Não.

4.3. As metas do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social são desdobradas em níveis tático e operacional? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">4</td><td>Sim</td><td>0,25</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">4.1.</td><td>Sim</td><td>0,25</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">4.2.</td><td>Sim</td><td>0,25</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">4.3.</td><td>Sim</td><td>0,25</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>4.4.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

<table>
<tr>
<td>☐Sim.
☐Não.

4.4. O referido Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social apresenta as metas atribuídas a cada um dos órgãos da segurança pública estadual?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5. A Secretaria de Estado da Segurança Pública realiza o monitoramento e a avaliação do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social?
☐Sim.
☐Não.

5.1. O relatório do monitoramento do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social é submetido, com frequência mínima anual, ao Poder Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado e Poder Judiciário?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>6. A Secretaria de Segurança Pública estabelece dinâmica que permita a participação da sociedade na definição de prioridades e no monitoramento do plano de segurança pública, ouvindo a sociedade civil organizada e conselhos comunitários?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>7. A Secretaria de Estado da Segurança Pública realiza algum levantamento com a finalidade de identificar riscos de segurança pública comuns a determinados municípios e/ou regiões? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.

7.1. As informações levantadas são utilizadas no planejamento das ações de segurança dentro do Estado?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">7</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>7.1</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>8. O Estado pesquisa/avalia periodicamente a percepção da “sensação de segurança” da população?</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>☐Sim.
☐Não.

8.1. Em caso de resposta afirmativa, informe o resultado e o ano de realização da:
a) Última edição da pesquisa:
b) Penúltima edição da pesquisa:
c) Antepenúltima edição da pesquisa:</td>
<td>
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">8</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">8.1</td><td>Resultado da Última pesquisa ≥ Média das pesquisas anteriores</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Resultado da Última pesquisa < Média das pesquisas anteriores</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>9. O Estado pesquisa/avalia periodicamente o nível de credibilidade das forças de segurança pública perante a sociedade (nível de confiança da população)?
☐Sim.
☐Não.

9.1. Informe as forças de segurança que passaram por esse tipo de pesquisa no ano base de avaliação e seus respectivos resultados.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">9</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">9.1</td><td>Uma ou mais forças de segurança pública foram avaliadas</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Nenhuma força de segurança pública foi avaliada</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>10. A Secretaria de Estado da Segurança Pública e os demais órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública Estadual possuem alguma unidade/departamento com atribuições voltadas ao desenvolvimento e a inovação na segurança pública? Em caso de resposta afirmativa, informe/apresente o ato normativo que fixa essas atribuições.
☐Sim.
☐Não.

10.1. Apresente as ações e/ou produtos concebidos por essas unidades com foco na pesquisa, desenvolvimento e inovação da segurança pública,</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">10</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>10.1</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

tais como o mapeamento de oportunidades de inovação nas forças de segurança ou a realização de estudos/pesquisas voltadas a identificação de problemas de segurança pública específicos do Estado de Goiás.	
11. A Secretaria de Estado da Segurança Pública e os demais órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública Estadual possuem alguma unidade/departamento com atribuições voltadas a compatibilização das diferentes culturas existentes em cada uma das forças de segurança? Em caso de resposta afirmativa, informe/apresente o ato normativo que fixa essas atribuições. ☐Sim. ☐Não.	Quesito informativo. Não pontua.
12. A Secretaria de Estado da Segurança Pública, diretamente ou por meio dos demais órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública Estadual, possui normas formalmente instituídas para padronização de procedimentos operacionais relativos ao/à: ☐Uso diferenciado e progressivo da força; ☐Delimitação, preservação e isolamento de cenas de crimes; ☐Identificação de elementos de potencial interesse para a produção de prova pericial; ☐Atendimento de mulheres e de populações vulneráveis em situação de violência; ☐ Não existem normas formalmente instituídas para os procedimentos mencionados.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
12.	☒ uso diferenciado e progressivo da força;	0,25
	☒ delimitação, preservação e isolamento de cenas de crimes;	0,25
	☒ identificação de elementos de potencial interesse para a produção de prova pericial;	0,25
	☒ atendimento de mulheres e de populações vulneráveis em situação de violência;	0,25
	☒ não houve elaboração de manuais ou normais operacionais padronizando os procedimentos operacionais relativos aos assuntos anteriores.	0

2. RECURSOS HUMANOS

13. O Estado possui uma política/programa de capacitação continuada formalmente estabelecida para os servidores da área de segurança pública? Sim. Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

13.1. Essa política/programa de capacitação é estabelecida de forma individualizada por força de segurança? Em caso de resposta afirmativa, informe as referidas políticas/programas. Sim. Não. 13.2. Assinale as forças de segurança que disponibilizam cursos, capacitação e/ou treinamento ao seu efetivo anualmente: ☐Corpo de Bombeiros Militar; ☐Polícia Científica; ☐Polícia Civil; ☐Polícia Militar; ☐Polícia Penal.	

13	Informativa	Não pontua
13.1	Informativa	Não pontua
13.2	☒Corpo de Bombeiros Militar;	0,2
	☒Polícia Científica;	0,2
	☒Polícia Civil;	0,2
	☒Polícia Militar;	0,2
	☒Polícia Penal	0,2

14. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe o número total de agentes estaduais de segurança pública que receberam algum tipo de capacitação relacionada a atividade finalística de sua força de segurança, apontando também o percentual (P_c) desses agentes em relação ao total de sua instituição: a) Corpo de Bombeiros Militar: b) Polícia Científica: c) Polícia Civil: d) Polícia Militar: e) Polícia Penal	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**1,0**
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
14	P_c Corpo de Bombeiros ≥ 80%	0,2
	P_c Corpo de Bombeiros < 80%	0
	P_c Polícia Científica ≥ 80%	0,2
	P_c Polícia Científica < 80%	0
	P_c Polícia Civil ≥ 80%	0,2
	P_c Polícia Civil < 80%	0
	P_c Polícia Militar ≥ 80%	0,2
	P_c Polícia Militar < 80%	0
	P_c Polícia Penal ≥ 80%	0,2
	P_c Polícia Penal < 80%	0

15. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe o número total de agentes estaduais de segurança pública que receberam treinamento de manuseio de arma de fogo com carga horária mínima de 9h, apontando também o percentual (P_c) desses agentes em relação ao total de sua instituição: a) Corpo de Bombeiros Militar: b) Polícia Civil:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida com base na média aritmética simples dos percentuais de agentes capacitados em cada uma das forças de segurança pública (MP_c). Logo, o resultado será dado pela seguinte fórmula: MP_c = (P_c do Corpo de Bombeiros + P_c da Polícia Civil + P_c da Polícia Militar + P_c da Polícia Penal) ÷ 4.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>c) Polícia Militar:
d) Polícia Penal</td>
<td>Onde,
MP_c: Média dos percentuais de todas as forças de segurança pública.
P_c: Percentual de agentes capacitados.

Nestes termos, a pontuação será:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">15</td><td>MP_c ≥ 80%</td><td>0,4</td></tr>
<tr><td>70% ≤ MP_c < 80%</td><td>0,2</td></tr>
<tr><td>MP_c < 70%</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>16. Considerando o ano base de avaliação (ABA), informe o número total de agentes estaduais de segurança pública que receberam treinamento de manuseio equipamentos/armamentos de menor potencial ofensivo com carga horária mínima de 4h, apontando também o percentual (P_c) desses agentes em relação ao total de sua instituição:
a) Polícia Civil:
b) Polícia Militar:
c) Polícia Penal:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida com base na média aritmética simples dos percentuais de agentes capacitados em cada uma das forças de segurança pública (MP_c). Logo, o resultado será dado pela seguinte fórmula:

MP_c = (P_c da Polícia Civil + P_c da Polícia Militar + P_c da Polícia Penal) ÷ 3.

Onde,
MP_c: Média dos percentuais de todas as forças de segurança pública.
P_c: Percentual de agentes capacitados.

Nestes termos, a pontuação será:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">16</td><td>MP_c ≥ 70%</td><td>0,4</td></tr>
<tr><td>50% ≤ MP_c < 70%</td><td>0,2</td></tr>
<tr><td>MP_c < 50%</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>17. O Estado de Goiás oferece seguro de vida corporativo aos agentes de segurança pública que exercem funções e atividades finalísticas com cobertura em casos de morte e invalidez permanente decorrente de acidentes de trabalho?</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th>Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Sim, para todos os agentes.
☐Parcialmente, não contempla todos os agentes.
☐Não.

Quesito	Categoria de resposta	Pontuação por item
17	Sim	1
	Parcialmente	0,5
	Não	0

18. O Estado de Goiás possui uma política pública preventiva voltada à redução do número de suicídios de profissionais da segurança? Em caso de resposta afirmativa, informe qual.
☐Sim.
☐Não.

18.1. Existe alguma avaliação formal da eficácia desta política? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória dessa avaliação.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
18	Sim	0,5
	Não	0
18.1	Sim	0,5
	Não	0

19. Informe o efetivo da polícia civil para os cargos de delegado, agente de polícia e escrivão no ano base de avaliação e nos dois imediatamente anteriores:

19.1. Delegados:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

19.2. Agentes de polícia:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

19.3. Escrivães:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida a partir do somatório do número de delegados, agentes e escrivães (NDAE) no ano base de avaliação, em comparação com a média desse mesmo conjunto de servidores nos dois anos anteriores. Dessa forma:

Pontuação Máxima do Quesito		2,0
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
19	Somatório NDAE no ABA ≥ 100% da média dos anos anteriores	2,0
	95% da média dos anos anteriores ≤ Somatório NDAE no ABA < 100% da média dos anos anteriores	1,4
	Somatório NDAE no ABA < 95% da média dos anos anteriores	0

20. Sobre o efetivo da Polícia Civil, responda:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,7

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

20.1. O efetivo de Delegados de Polícia é considerado adequado, tendo em vista as necessidades da segurança pública, o número de ocorrências e a população atendida?
☐Sim.
☐Não.

20.2. O efetivo de agentes de polícia e escrivães é considerado adequado, tendo em vista as necessidades da segurança pública, o número de ocorrências e a população atendida?
☐Sim.
☐Não.

20.3. O planejamento estratégico da alta administração do Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Diretoria-Geral de Polícia Civil indicam a relação ideal entre o número de delegados de polícia e o número de agentes de polícia e escrivães?
☐Sim.
☐Não.

Quesito	Categoria de resposta	Pontuação por item
20.1	Sim	0,6
	Não	0
20.2	Sim	0,6
	Não	0
20.3	Sim	0,5
	Não	0

21. Sobre o efetivo de Policiais Militares, responda:

21.1. O efetivo de Policiais Militares é considerado adequado, tendo em vista as necessidades da segurança pública, o número de ocorrências e a população atendida?
☐Sim.
☐Não.

21.2. O planejamento estratégico da alta administração do Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Polícia Militar do Estado de Goiás possuem algum estudo que indique a relação ideal entre o número de oficiais e o número de praças?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
21.1	Sim	0,5
	Não	0
21.2	Sim	0,4
	Não	0

22. Assinale os órgãos que possuem estrutura própria de ensino/formação/instrução devidamente aparelhado para a realização de cursos e treinamentos de seus agentes.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Corpo de Bombeiros Militar; ☐Polícia Civil; ☐Polícia Militar; ☐Polícia Penal.	**Quesito** / **Categoria de resposta** / **Pontuação por item** 22 / ☒Corpo de Bombeiros Militar; / 0,25 22 / ☒Polícia Civil; / 0,25 22 / ☒Polícia Militar; / 0,25 22 / ☒Polícia Penal / 0,25
23. A alta administração da Polícia Científica de Goiás considera que o número de servidores habilitados para realizar exames e perícias criminais é adequado para atender as necessidades da política de segurança pública do Estado? ☐Sim. ☐Parcialmente. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito** / **0,9** **Quesito** / **Categoria de resposta** / **Pontuação por item** 23 / Sim / 0,9 23 / Parcialmente / 0,45 23 / Não / 0
24. Sobre a Polícia Penal, informe: o número total de policiais penais e vigilantes/agentes temporários no ano base de avaliação e nos dois anos imediatamente anteriores: 24.1. O número total de Policiais Penais em atividade no: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2): 24.2. O número total de agentes de segurança com vínculo temporário no: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2): 24.3. A população prisional custodiada sistema prisional no Estado de Goiás (não considerar prisões domiciliares sem monitoramento eletrônico, nem presos custodiados em unidades militares) no: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida a partir de uma análise comparativa da relação entre o número total de agentes de segurança prisional e a população carcerária de Goiás (TASP). Serão comparados o TASP do ano base de avaliação (TASP_ABA) com a média aritmética do TASP dos dois anos anteriores (TASP_m). Visando aclarar ainda mais a situação, o TASP pode ser apresentado na seguinte fórmula: $$\text{TASP} = \frac{NPP + NAPVT}{População\ Prisional}$$ Onde: TASP: Relação entre o número total de agentes de segurança prisional e a população carcerária de Goiás. NPP: Número de Policiais Penais. NPT: Número de agentes de segurança com vínculo temporário. Dessa forma: Ante o exposto, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Pontuação Máxima do Quesito | **1,0** **Quesito** | **Categoria de resposta** | **Pontuação por item** 24 | TASP_ABA > TASP_m | 1,0 24 | 95% TASP_m ≤ TASP_ABA ≤ TASP_m | 0,7 24 | TASP_ABA < 95% TASP_m | 0
25. Informe o número de ocorrências criminais registradas no Estado de Goiás pelos órgãos e entidades estaduais de segurança pública, relativas aos crimes violentos letais intencionais (NOCVLI), ou seja, relativas aos crimes de: 25.1. Homicídio doloso no: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2): 25.2. Lesão corporal dolosa seguida de morte: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2): 25.3. Latrocínio: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1): c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito** | **3,0** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 25.1 | N.º Ocorrências Homicídios no ABA < Média nos anos anteriores | 1,0 25.1 | N.º Ocorrências Homicídios no ABA ≥ Média nos anos anteriores | 0 25.2 | N.º Ocorrências lesão corporal seguida de morte no ABA < Média nos anos anteriores | 1,0 25.2 | N.º Ocorrências lesão corporal seguida de morte no ABA ≥ Média nos anos anteriores | 0 25.3 | N.º Ocorrências Latrocínio no ABA < Média nos anos anteriores | 1,0 25.3 | N.º Ocorrências Latrocínio no ABA ≥ Média nos anos anteriores | 0
26. Informe o número de ocorrências criminais registradas no Estado de Goiás pelos órgãos e entidades estaduais de segurança pública, relativas aos crimes violentos letais intencionais praticados contra policiais civis, militares e penais (NOCVLIP), ou seja, relativas aos crimes de: 26.1. Homicídio doloso praticados contra policiais civis, militares e penais no: a) Ano base de avaliação (ABA):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito** | **1,0** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 26.1 | Informativa | Não pontua

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

26.2. Lesão corporal dolosa seguida de morte praticados contra policiais civis, militares e penais:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

26.3. Latrocínio praticados contra policiais civis, militares e penais:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

26.4. Número total de ocorrências criminais de CVLI praticados contra policiais civis, militares e penais:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

26.2	Informativa	Não pontua
26.3	Informativa	Não pontua
26.4	NOCVLIP no ABA < Média nos anos anteriores	1,0
	NOCVLIP no ABA ≥ Média nos anos anteriores	0

27. Informe o número de ocorrências criminais registradas no Estado de Goiás pelos órgãos e entidades estaduais de segurança pública, relativas aos crimes de:

27.1. Furto de Veículos:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

27.2. Roubo de Veículos:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**2,0**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
27.1	N° Ocorrências de Furtos de Veículos no ABA < Média dos anos anteriores	1,0
	N° Ocorrências de Furtos de Veículos no ABA ≥ Média dos anos anteriores	0
27.2	N° Ocorrências de Roubo de Veículos no ABA < Média dos anos anteriores	1,0
	N° Ocorrências de Roubo de Veículos no ABA ≥ Média dos anos anteriores	0

28. Informe o número de ocorrências criminais registradas no Estado de Goiás pelos órgãos e entidades estaduais de segurança pública, relativas aos crimes de:

28.1. Estelionato:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

28.2. Estelionato por meio eletrônico:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**0,9**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
28.1	N° Ocorrências de Estelionato no ABA < Média dos anos anteriores	0,45
	N° Ocorrências de Estelionato no ABA ≥ Média dos anos anteriores	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

28.2	N° Ocorrências de Estelionato Eletrônico no ABA < Média dos anos anteriores	0,45
	N° Ocorrências de Estelionato Eletrônico no ABA ≥ Média dos anos anteriores	0

29. Informe o número de ocorrências criminais registradas no Estado de Goiás pelos órgãos e entidades estaduais de segurança pública, relativas aos crimes de:

29.1. Injúria racial:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

29.2. Racismo:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**1,0**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
29.1	N° Ocorrências de injúria racial no ABA < Média dos anos anteriores	0,5
	N° Ocorrências de injúria racial no ABA ≥ Média dos anos anteriores	0
29.2	N° Ocorrências de racismo no ABA < Média dos anos anteriores	0,5
	N° Ocorrências de racismo no ABA ≥ Média dos anos anteriores	0

30. Informe o número de ocorrências criminais registradas no Estado de Goiás pelos órgãos e entidades estaduais de segurança pública, relativas aos crimes de:

30.1. Homicídio contra mulheres:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

30.2. Feminicídio:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**0,5**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
30.1	N° Ocorrências de Homicídio contra mulheres no ABA < Média dos anos anteriores	0,25
	N° Ocorrências de Homicídio contra mulheres no ABA ≥ Média dos anos anteriores	0
30.2	N° Ocorrências de Feminicídio no ABA < Média dos anos anteriores	0,25
	N° Ocorrências de Feminicídio no ABA ≥ Média dos anos anteriores	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

31. Informe o número de ocorrências criminais registradas no Estado de Goiás pelos órgãos e entidades estaduais de segurança pública, relativas ao crime de lesão corporal dolosa decorrente de violência doméstica (LCVD) no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
31	N° Ocorrências de LCVD no ABA < Média dos anos anteriores	0,5
	N° Ocorrências de LCVD no ABA ≥ Média dos anos anteriores	0

4. INVESTIGAÇÃO POLICIAL E POLÍCIA JUDICIÁRIA

32. O Índice de Resolutividade de Inquéritos Policiais (P_IPL) é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$P\_IPL = \frac{IPL\_R}{IPL\_I}$$

Onde:
IPL_R = Número de inquéritos policiais concluídos em determinado ano;
IPL_I = Número de inquéritos policiais instaurados em determinado ano.

32.1. Ante o exposto, informe o P_IPL do/de:
a) Ano base de avaliação (ABA)
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA – 1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA – 2).

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
32	P_IPL no ABA > Média do P_IPL nos anos anteriores	1,0
	P_IPL no ABA ≤ Média do P_IPL nos anos anteriores	0

33. Para os casos de ocorrências criminais que envolvem violência letal existe norma ou documento operacional padronizando procedimentos para garantir o rápido isolamento dos locais relacionados ao crime e preservação de evidências e do corpo de delito?
☐Sim.
☐Não.

33.1. A aplicação dessa norma ou procedimento é acompanhada ou monitorada por agentes ou unidades administrativas designadas?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
33	Sim	0,25
	Não	0
33.1.	Sim	0,25
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td></td><td></td></tr>
<tr><td>34. Para os casos de ocorrências criminais que envolvem violência letal existe norma ou documento operacional padronizando procedimentos para garantir a ágil identificação de elementos de potencial interesse para a produção da prova pericial e a preservação dos vestígios físicos relacionados ao crime?
☐Sim.
☐Não.

34.1. A aplicação dessa norma ou procedimento é acompanhada ou monitorada por agentes ou unidades administrativas designadas?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">34</td><td>Sim</td><td>0,25</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">34.1.</td><td>Sim</td><td>0,25</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>35. O órgão de polícia judiciária estadual adota medidas para reduzir o tempo de registro da ocorrência pelo policial militar, a exemplo de utilização de sistema informatizado ou aplicativo de interface com o usuário facilitada, preenchimento automático de endereço (georreferenciamento) e preenchimento automático de dados de pessoas e de veículos?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">35</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>36. O órgão de polícia judiciária estadual adota medidas para reduzir o tempo de permanência do policial militar na delegacia de polícia por ocasião de prisão em flagrante, realizando, entre outras medidas, o monitoramento do tempo em que as viaturas passaram afastadas da atividade de policiamento ostensivo (tempos de deslocamento e de permanência na delegacia)?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">36</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>37. O Estado possui sistema automatizado de identificação de impressões digitais (AFIS - Automated Fingerprint Identification System)?
☐Sim.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th>Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
</table></td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>☐Não.</td>
<td>
<table>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">37</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>38. O planejamento estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Delegacia-Geral da Polícia Civil apresenta ações e metas de aumento da resolutividade dos inquéritos? Em caso de resposta afirmativa, especifique as ações e suas respectivas metas.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">38</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>39. A Polícia Civil acompanha ativamente a produtividade de cada delegacia para redução do passivo de inquéritos?
☐Sim.
☐Não.

39.1. A Polícia Civil dispõe de sistema informatizado, especificamente voltado ao gerenciamento de inquéritos policiais, capaz de gerar relatórios de produtividade das unidades policiais?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">39</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">39.1</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>40. A gestão das atividades da Polícia Civil que utilizam veículos automotores é apoiada por sistema/solução que permite o rastreamento em tempo real do veículo?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">40</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td></td><td></td></tr>
<tr><td>41. A gestão das atividades da Polícia Civil com uso de veículos automotores é apoiada por sistema/solução que permite o registro eletrônico de informações de saídas e chegadas, de identificação do condutor responsável e de eventuais ocorrências com resultado danoso ao patrimônio público?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">41</td><td>Sim</td><td>0,9</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>42. Sobre o horário de atendimento à população, assinale se a Polícia Civil do Estado de Goiás possui:
☐ Unidades Policiais com atendimento ininterrupto à população (24h, 7 dias por semana) em todos os municípios de grande porte;
☐ Unidades Policiais com atendimento diurno ininterrupto à população (7 dias por semana) em todos os municípios de médio porte;
☐ Unidades Policiais com atendimento diurno ininterrupto à população (7 dias por semana) em mais de 50% dos municípios de pequeno porte;
☐ Nenhuma das opções anteriores.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="4">42</td><td>☒ Unidades Policiais com atendimento ininterrupto à população (24h, 7 dias por semana) em todos os municípios de grande porte;</td><td>0,4</td></tr><tr><td>☒ Unidades Policiais com atendimento diurno ininterrupto à população (7 dias por semana) em todos os municípios de médio porte;</td><td>0,3</td></tr><tr><td>☒ Unidades Policiais com atendimento diurno ininterrupto à população (7 dias por semana) em mais de 50% dos municípios de pequeno porte;</td><td>0,3</td></tr><tr><td>☒ Nenhuma das opções anteriores.</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>43. A alta administração da Polícia Civil de Goiás considera que a quantidade de viaturas disponíveis no ano base de avaliação foi suficiente para atendimento das necessidades da corporação no exercício de suas atividades finalísticas?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,8</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">43</td><td>Sim</td><td>0,8</td></tr><tr><td>Parcialmente</td><td>0,4</td></tr></table></td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Não	0

5. POLICIAMENTO OSTENSIVO

44. A organização monitora o tempo entre o acionamento e a chegada dos policiais ao local do crime e estabelece metas de limite máximo para esse intervalo?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
44	Sim	1,0
	Não	0

45. Os policiais que realizam o atendimento de mulheres, populações vulneráveis e minorias em situação de violência ou exploração sexual são adequadamente capacitados para o reconhecimento e o tratamento das situações de violência de gênero?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
45	Sim	1,0
	Não	0

46. A organização utiliza equipamentos, softwares e/ou sistemas de georreferenciamento para acompanhar o local onde se encontram as viaturas policiais, possibilitando a identificação das viaturas mais próximas aos locais de onde se originam chamados e o monitoramento das rotas cobertas nos patrulhamentos de rotina?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,45
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
46	Sim	0,45
	Não	0

47. Sobre o efetivo da Polícia Militar do Estado de Goiás, informe:

47.1. O número de policiais militares oficiais no:
a) Ano base de avaliação (ABA):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

47.2. O número de policiais militares praças no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Quesito	Categoria	Pontuação por item
47.1	N° Oficiais no ABA > 100% Média dos anos anteriores	0,5
	95% da Média dos anos anteriores ≤ N° Oficiais no ABA ≤ 100% da Média dos anos anteriores	0,25
	N° Oficiais no ABA < 95% da Média dos anos anteriores	0
47.2	N° Praças no ABA > 100% Média dos anos anteriores	0,5
	95% da Média dos anos anteriores ≤ N° Praças no ABA ≤ 100% da Média dos anos anteriores	0,25
	N° Praças no ABA < 95% da Média dos anos anteriores	0

48. A organização realiza periodicamente estudos ou levantamentos para definir a estrutura ideal em termos de instalações e equipamentos (viaturas, armamentos, coletes, pessoal qualificado etc.) para detectar deficiências e para definir prioridades?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
48	Sim	1,0
	Não	0

49. As unidades móveis (especialmente as viaturas responsáveis pelo patrulhamento ostensivo urbano e rural) possuem algum sistema ou mecanismo que viabilize o registro de ocorrências e a realização de pesquisas nos bancos de dados organizacionais?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
49	Sim	1,0
	Não	0

50. Informe o número de pessoas foragidas da Justiça que foram recapturadas por agentes estaduais de segurança pública no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	0,9

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Quesito	Categoria	Pontuação por item
50	N.º de pessoas foragidas recapturadas no ABA > Média nos anos anteriores	0,9
	N.º de pessoas foragidas recapturadas no ABA ≤ Média nos anos anteriores	0

51. Informe o número de armas de fogo que foram apreendidas por agentes estaduais de segurança pública no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
51	N.º de armas de fogo apreendidas no ABA > Média nos anos anteriores	1,0
	N.º de armas de fogo apreendidas no ≤ Média nos anos anteriores	0

52. O Estado possui políticas públicas formalmente instituídas para o policiamento comunitário?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,45
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
52	Sim	0,45
	Não	0

53. O Estado possui políticas públicas formalmente instituídas para a prevenção à violência doméstica e familiar?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,45
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
53	Sim	0,45
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td></td><td>
<table>
<tr><td></td><td></td><td></td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>54. A gestão das atividades de policiamento ostensivo com uso de veículos automotores é apoiada por sistema/solução que permite o rastreamento em tempo real do veículo?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,45</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">54</td><td>Sim</td><td>0,45</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>55. A gestão das atividades de policiamento ostensivo com uso de veículos automotores é apoiada por sistema/solução que permite o registro eletrônico de informações de saídas e chegadas, de identificação do condutor responsável e de eventuais ocorrências com resultado danoso ao patrimônio público?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">55</td><td>Sim</td><td>0,9</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>56. A Polícia Militar possui alguma norma operacional que trata, especificamente, do monitoramento, medição, padronização e otimização do tempo-resposta dos diversos atendimentos realizados pela corporação?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">56</td><td>Sim</td><td>0,9</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>57. A alta administração da Polícia Militar de Goiás considera que o quantitativo de coletes balísticos, disponíveis e dentro do prazo de validade, em 31 de dezembro do ano base de avaliação, era suficiente para atender as necessidades da Polícia Militar?</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th>Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.

Quesito	Categoria de resposta	Pontuação por item
57	Sim	1,0
	Parcialmente	0,5
	Não	0

58. A alta administração da Polícia Militar de Goiás considera que a quantidade de armas e munições em condições de uso foi suficiente para o atendimento das necessidades da Polícia Militar?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
58	Sim	1,0
	Parcialmente	0,5
	Não	0

59. A alta administração da Polícia Militar de Goiás considera que a quantidade de viaturas disponíveis no ano base de avaliação é suficiente para atendimento das necessidades da corporação no exercício de suas atividades finalísticas?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
59	Sim	0,9
	Parcialmente	0,45
	Não	0

6. ESTRUTURA CIENTÍFICA DE INVESTIGAÇÃO

60. Informe o número de perícias criminais realizadas no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,9
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
60	N.º de perícias criminais no ABA > Média nos anos anteriores	0,9
	N.º de perícias criminais no ABA ≤ Média nos anos anteriores	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td></td><td></td></tr>
<tr><td>61. Informe o número total de perícias criminais pendentes de finalização/conclusão ao final do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">61</td><td>N.º de perícias criminais pendentes de conclusão no ABA < Média nos anos anteriores</td><td>0,9</td></tr><tr><td>N.º de perícias criminais pendentes de conclusão no ABA ≥ Média nos anos anteriores</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>62. Informe o número total de perícias de medicina legal pendentes de finalização/conclusão ao final do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">62</td><td>N.º de perícias de medicina legal pendentes de conclusão no ABA < Média nos anos anteriores</td><td>0,9</td></tr><tr><td>N.º de perícias de medicina legal pendentes de conclusão no ABA ≥ Média nos anos anteriores</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>63. O planejamento estratégico do ano base de avaliação para as atividades periciais da Polícia Científica de Goiás apresentou objetivos e metas específicas para a redução do tempo de elaboração de um ou mais tipo de exames e perícias criminais, com ao menos um indicador de acompanhamento da(s) meta(s)?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">63</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>64. A alta administração da Polícia Científica de Goiás considera que o setor de perícias criminalísticas dispõe de todos os equipamentos e insumos</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>necessários e espaços adequados para a realização dos trabalhos de perícia no exercício?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">64</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>65. A gestão das atividades da Polícia Científica de Goiás que utilizam veículos automotores é apoiada por sistema/solução que permite o registro eletrônico de informações de saídas e chegadas, de identificação do condutor responsável e de eventuais ocorrências com resultado danoso ao patrimônio público?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">65</td><td>Sim</td><td>0,9</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>66. A gestão das atividades da Polícia Científica de Goiás que utilizam veículos automotores é apoiada por sistema/solução que permite o rastreamento em tempo real do veículo?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">66</td><td>Sim</td><td>0,9</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>67. A alta administração da Polícia Técnico Científica de Goiás considera que a quantidade de viaturas disponíveis no ano base de avaliação é suficiente para atendimento das necessidades da corporação no exercício de suas atividades finalísticas?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">67</td><td>Sim</td><td>0,9</td></tr>
<tr><td>Parcialmente</td><td>0,45</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

7. INVESTIMENTOS, CUSTEIO E PATRIMÔNIO

68. Informe o valor total dos recursos liquidados com investimento e custeio, excluindo desse último as despesas com folha de pagamento de pessoal, destinado à:

68.1. Secretaria de Estado de Segurança Pública no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

68.2. Delegacia-Geral da Polícia Civil no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

68.3. Polícia Militar no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

68.4. Polícia Científica no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

68.5. Polícia Penal no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

68.6. Corpo de Bombeiros Militar no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, o *valor total dos recursos liquidados com investimento e custeio* será representado pela sigla *VIS* e a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**1,2**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
68.1	VIS no ABA ≥ 100% Média dos anos anteriores	0,2
	95% da Média dos anos anteriores ≤ VIS no ABA < 100% da Média dos anos anteriores	0,1
	VIS no ABA < 95% da Média dos anos anteriores	0
68.2	N° Praças no ABA > 100% Média dos anos anteriores	0,2
	95% da Média dos anos anteriores ≤ N° Praças no ABA ≤ 100% da Média dos anos anteriores	0,1
	N° Praças no ABA < 95% da Média dos anos anteriores	0
68.3	VIS no ABA ≥ 100% Média dos anos anteriores	0,2
	95% da Média dos anos anteriores ≤ VIS no ABA < 100% da Média dos anos anteriores	0,1
	VIS no ABA < 95% da Média dos anos anteriores	0
68.4	VIS no ABA ≥ 100% Média dos anos anteriores	0,2
	95% da Média dos anos anteriores ≤ VIS no ABA < 100% da Média dos anos anteriores	0,1
	VIS no ABA < 95% da Média dos anos anteriores	0
68.5	VIS no ABA ≥ 100% Média dos anos anteriores	0,2

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	<table><tr><td rowspan="2"></td><td>95% da Média dos anos anteriores ≤ VIS no ABA < 100% da Média dos anos anteriores</td><td>0,1</td></tr><tr><td>VIS no ABA < 95% da Média dos anos anteriores</td><td>0</td></tr><tr><td rowspan="3">68.6</td><td>VIS no ABA ≥ 100% Média dos anos anteriores</td><td>0,2</td></tr><tr><td>95% da Média dos anos anteriores ≤ VIS no ABA < 100% da Média dos anos anteriores</td><td>0,1</td></tr><tr><td>VIS no ABA < 95% da Média dos anos anteriores</td><td>0</td></tr></table>
69. Os recursos do fundo de segurança pública da UF, excluídos os recursos com origem em transferências federais, são destinados, em percentual mínimo de 50%, para cobrir custos com o plano de segurança pública? Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória. ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: <table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">69</td><td>Sim</td><td>0,9</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table>
70. A Secretaria de Estado da Segurança Pública possui um controle do quantitativo de coletes balísticos, disponíveis e dentro do prazo de validade, existiam em 31 de dezembro do ano base de avaliação dentro da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Penal? ☐Sim. ☐Não. 70.1. A Secretaria de Estado da Segurança Pública considera que o quantitativo de coletes balísticos, disponíveis e dentro do prazo de validade, em 31 de dezembro do ano base de avaliação, era suficiente para atender as necessidades das Polícias Militar, Civil e Penal, em especial atividades e operações policiais externas? ☐Sim, totalmente. ☐Parcialmente. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: <table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,7</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">70</td><td>Sim</td><td>0,35</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr><tr><td rowspan="3">70.1</td><td>Sim</td><td>0,35</td></tr><tr><td>Parcialmente</td><td>0,175</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td></td><td></td></tr>
<tr><td>71. Informe a proporção entre o número de coletes balísticos em condições de uso e o efetivo policial existente no último dia de exercício do ano base de avaliação para:

71.1. Delegacia-Geral da Polícia Civil:

71.2. Polícia Militar:

71.3. Diretoria-Geral de Polícia Penal:

71.4. Polícia Penal:</td><td>Quesito informativo. Não pontua.</td></tr>
<tr><td>72. A Secretaria de Estado da Segurança Pública dispõe de sistema informatizado para gestão patrimonial de munições e armamentos que permitam identificar, de forma individualizada, a distribuição de armas e munições de propriedade do estado de Goiás a seus agentes de segurança pública?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,8</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">72</td><td>Sim</td><td>0,8</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>73. Considerando o ano base de avaliação, informe:

73.1. O valor investido na aquisição de combustível no ano base de avaliação foi suficiente para atender as necessidades da Polícia Civil?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.

73.2. O valor investido na aquisição de combustível no ano base de avaliação foi suficiente para atender as necessidades da Polícia Militar?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>2,8</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="3">73.1</td><td>Sim</td><td>0,56</td></tr><tr><td>Parcialmente</td><td>0,28</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr><tr><td rowspan="2">73.2</td><td>Sim</td><td>0,56</td></tr><tr><td>Parcialmente</td><td>0,28</td></tr></table></td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

73.3. O valor investido na aquisição de combustível no ano base de avaliação foi suficiente para atender as necessidades da Corpo de Bombeiros Militar? ☐Sim. ☐Parcialmente. ☐Não. 73.4. O valor investido na aquisição de combustível no ano base de avaliação foi suficiente para atender as necessidades da Polícia Penal? ☐Sim. ☐Parcialmente. ☐Não. 73.5. O valor investido na aquisição de combustível no ano base de avaliação foi suficiente para atender as necessidades da Polícia Científica? ☐Sim. ☐Parcialmente. ☐Não.	

73.3	Não	0
	Sim	0,56
	Parcialmente	0,28
	Não	0
73.4.	Sim	0,56
	Parcialmente	0,28
	Não	0
73.5.	Sim	0,56
	Parcialmente	0,28
	Não	0

74. Considerando o ano base de avaliação, informe os valores investidos na construção ou reformas de unidades de segurança pública da: 74.1. Polícia Civil: 74.2. Polícia Militar: 74.3. Polícia Penal (inclusive unidades prisionais):	Quesito informativo. Não pontua.

8. ESTRATÉGIA TRANSVERSAL DE SEGURANÇA

75. Os atendimentos realizados pela central 190 (PMGO) e 193 (CBMGO) armazenam os registros e conteúdo das chamadas telefônicas por um período mínimo de 24 meses? ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
75	Sim	0,5
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>76. O Estado possui um sistema integrado de informações de segurança pública com compartilhamento de acesso entre as forças de segurança do Estado de Goiás?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">76</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>77. O Estado de Goiás utiliza ferramenta de inteligência artificial para análise dos dados operacionais produzidos pelas atividades finalísticas dos órgãos de segurança, e aplica essa análise ao menos em um dos seguintes níveis de planejamento e gestão: estratégica, tática e operacional?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">77</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>78. O Estado de Goiás utiliza ferramenta de inteligência artificial para aprimorar a eficiência e eficácia do atendimento aos chamados realizados pelas centrais 190 e 193 (PMGO e CBMGO)?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">78</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>79. O Estado possui sistema de monitoramento de vídeo próprio para fins de apoio às atividades de segurança pública ou acessa o sistema dos municípios do seu território?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td>79</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><td></td><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>80. Informe o percentual de municípios de grande porte (com população superior a 100.000 habitantes) que, em 31 de dezembro do ano base de avaliação (ABA), possuíam sistema de videomonitoramento (MVT) ativo, utilizado como apoio às atividades de segurança pública de competência de órgãos estaduais:

80.1. Informe o percentual de municípios de médio porte (com população entre 50.000 e 100.000 habitantes) que, em 31 de dezembro do ano base de avaliação (ABA), possuíam sistema de videomonitoramento (MVT) ativo, utilizado como apoio às atividades de segurança pública de competência de órgãos estaduais:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">80</td><td>Municípios MVT ≥ 70% dos Municípios de Grande Porte</td><td>0,3</td></tr>
<tr><td>Municípios MVT < 70% dos Municípios de Grande Porte</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="3">80.1</td><td>Municípios MVT ≥ 70% dos Municípios de Médio Porte</td><td>0,2</td></tr>
<tr><td>50% < Municípios MVT < 70% dos Municípios de Médio Porte</td><td>0,1</td></tr>
<tr><td>Municípios MVT < 50% dos Municípios de Médio Porte</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>81. Na estrutura organizacional da alta administração da segurança pública estadual existe uma unidade central responsável por ações de inteligência com atribuições voltadas ao estabelecimento de prioridades e à coordenação, coleta e análise de informações?
☐Sim.
☐Não.

81.1. Essa unidade central de inteligência realiza ou coordena o mapeamento da estrutura de organizações criminadas atuantes em Goiás, identificando suas lideranças e seus integrantes?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">81</td><td>Sim</td><td>0,25</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">81.1</td><td>Sim</td><td>0,25</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>82. Existem procedimentos operacionais formalmente instituídos visando garantir a difusão dos dados obtidos pelas unidades de inteligência de forma oportuna e tempestiva?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

82.1. A unidade central de inteligência possui sistema com acesso à:
☐Extração, transformação e carregamento – ETL;
☐Automatização de rotinas, inclusive de ETL;
☐Inteligência artificial;
☐Aprendizado de máquina.

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
82	Sim	0,1
	Não	0
82.1	☒ Extração, transformação e carregamento – ETL;	0,1
	☒ Automatização de rotinas, inclusive de ETL;	0,1
	☒Inteligência artificial;	0,1
	☒Aprendizado de máquina.	0,1

83. Informe o percentual de municípios de grande porte (com população superior a 100.000 habitantes) que, em 31 de dezembro do ano base de avaliação (ABA), possuíam Conselho Comunitário de Segurança e Defesa Social (ou entidade equivalente) efetivamente instalados e em operação:

83.1. Informe o percentual de municípios de médio porte (com população entre 50.000 e 100.000 habitantes) que, em 31 de dezembro do ano base de avaliação (ABA), possuíam Conselho Comunitário de Segurança e Defesa Social (ou entidade equivalente) efetivamente instalados e em operação:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
83	Municípios MVT ≥ 80% dos Municípios de Grande Porte	0,6
	Municípios MVT < 80% dos Municípios de Grande Porte	0
83.1	Municípios MVT ≥ 50% dos Municípios de Médio Porte	0,4
	30% < Municípios MVT < 50% dos Municípios de Médio Porte	0,2
	Municípios MVT < 30% dos Municípios de Médio Porte	0

9. SEGURANÇA VIÁRIA

84. Informe o quantitativo de mortes no trânsito por 100 mil habitantes (taxa de mortes no trânsito por 100 mil habitantes) nas rodovias e estradas estaduais no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	84	Quantitativo de mortes no ABA ≤ 95% da média dos anos anteriores	1,0
		Quantitativo de mortes no ABA > 95% da média dos anos anteriores **E** Quantitativo de mortes no ABA < 100% da média dos anos anteriores	0,8
		Quantitativo de mortes no ABA ≥ 100% da média dos anos anteriores	0

10. SISTEMA PRISIONAL

85. Dentre as temas abordados no planejamento estratégico da Polícia Penal, existem metas ou indicadores relacionados:

☐Ao número de vagas ofertadas no sistema;

☐Relação existente entre o número de presos e a quantidade de vagas ofertadas no sistema;

☐ Relação existente entre o número de presos que exercem atividade laboral ou estudam em relação ao total de presos;

☐Nenhuma das anteriores;

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,8
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
85	☐Ao número de vagas ofertadas no sistema;	0,6
	☐Relação existente entre o número de presos e a quantidade de vagas ofertadas no sistema;	0,6
	☐Relação existente entre o número de presos que exercem atividade laboral ou estudam em relação ao total de presos;	0,6
	☐Nenhuma das anteriores;	0

86. Informe, desconsiderando os presos domiciliares sem monitoramento eletrônico e os presos custodiados em unidades militares, o número de presos que ocupavam celas físicas em todo sistema prisional sob a administração estadual de Goiás em 31 de dezembro do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

86.1. Informe, desconsiderando as vagas existentes em unidades militares, a quantidade total de vagas disponíveis em todo o sistema prisional

Na avaliação deste quesito, será utilizado o Indicador NPPV, que representa a relação entre o número de presos que ocupavam celas físicas em todo sistema prisional sob a administração estadual e o número de vagas disponíveis em todo o sistema prisional sob administração estadual:

$$NPPV = \frac{\text{Número de presos em celas físicas no sistema prisional estadual}}{\textit{Número de vagas existentes no sistema prisional estadual}}$$

Ante o exposto, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

sob a administração estadual em 31 de dezembro do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
86	NPPV no ABA < média do NPPV nos anos anteriores	1,0
	NPPV no ABA ≥ média do NPPV anos anteriores	0

87. A administração prisional do estado de Goiás utiliza sistema informatizado único/centralizado destinado ao registro de informações individuais da pessoa custodiada/presa, bem como de informações de prisões provisórias de qualquer natureza e daquelas necessárias para acompanhamento da execução da pena?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
87	Sim	1,0
	Parcialmente	0,5
	Não	0

88. O sistema informatizado contempla a funcionalidade de cadastro de estabelecimentos penais, identificando, para cada uma delas, o tipo de estabelecimento, o nível de segurança, o número de vagas por regime de pena (presos provisórios, regime fechado, semiaberto, aberto, medida de segurança ou regime disciplinar diferenciado), o número de vagas por sexo (masculino ou feminino) e o número de vagas e funcionalidade de cadastro de movimentações de custodiados, registrando motivo, horário, data, origem e destino?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.

Quesito informativo. Não pontua.

89. Informe o percentual de unidades prisionais sob administraçaõ do Estado de Goiás que inserem os seus registros de movimentação carcerária em sistema informatizado central do Estado (PUPMCSI) em relação ao total geral de unidades prisionais sob administração do Estado (TGUP).

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Quesito	Categoria	Pontuação por item
89	PUPMCSI = 100% TGUP	1,0
	PUPMCSI ≥ 90% TGUP	0,5
	PUPMCSI < 90% TGUP	0

90. Informe o número total de vagas disponíveis nos estabelecimentos prisionais do Estado de Goiás para presos provisórios e condenados (NTVDPC), independentemente do regime de pena, do tipo de segurança ou outro aspecto de classificação (gênero, administração civil/militar, etc), conforme registros oficiais para o primeiro dia útil de dezembro do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
90	NTVDPC no ABA ≥ 100% média nos anos anteriores	1,0
	90% da média nos anos anteriores ≤ NTVDPC no ABA < 100% da média nos anos anteriores	0,5
	NTVDPC no ABA < 90% da média nos anos anteriores	0

91. Informe o número total de presos que estudam em alguma etapa da educação formal (NTPEF) e o total de presos conforme registros oficiais para o primeiro dia útil de dezembro do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
91	NTPEF no ABA ≥ 100% média nos anos anteriores	1,0
	90% da média nos anos anteriores ≤ NTPEF no ABA < 100% da média nos anos anteriores	0,7
	NTPEF no ABA < 90% da média nos anos anteriores	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>92. Informe, sem considerar os presos sob custódia das polícias judiciárias e em batalhões de polícias e bombeiros militares, o número total de presos que trabalham (NTPT) e o total de presos custodiados no sistema prisional do estado de Goiás, conforme registros oficiais para o primeiro dia útil de dezembro do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">92</td><td>NTPT no ABA ≥ 100% média nos anos anteriores</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>90% da média nos anos anteriores ≤ NTPT no ABA < 100% da média nos anos anteriores</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>NTPT no ABA < 90% da média nos anos anteriores</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>93. Informe o número de tornozeleiras eletrônicas disponíveis (NTTE) na administração penitenciária do estado de Goiás no primeiro dia útil de dezembro do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">93</td><td>NTTE no ABA ≥ 100% média nos anos anteriores</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>90% da média nos anos anteriores ≤ NTTE no ABA < 100% da média nos anos anteriores</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>NTTE no ABA < 90% da média nos anos anteriores</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>94. O Estado dispõe de regulamentação simplificada que facilite e incentive as parcerias com a iniciativa privada e articulação com os órgãos públicos para absorção da força de trabalho dos presos e egressos do sistema prisional ao mercado de trabalho?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">94</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>95. A administração prisional do estado de Goiás atua de forma direta na execução da Política Estadual de Trabalho - POEST , celebrando convênios e outros instrumentos de parceria/cooperação com munícipios goianos, e/ou Poder Judiciário, Ministério Público, organismos internacionais, federações sindicais, sindicatos, organizações da sociedade civil, empresas privadas e outras entidades?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">95</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td>
</tr>
<tr>
<td>96. Descreva e/ou apresente cópia dos convênios e outros instrumentos celebrados e vigentes 31 de dezembro do ano base de avaliação (ABA):</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>97. Informe o número de apenados ou egressos do sistema prisional que foram absorvidos no mercado de trabalho local (NAEMT) no:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="3">97</td><td>NAEMT no ABA ≥ 100% média nos anos anteriores</td><td>1,0</td></tr><tr><td>90% da média nos anos anteriores ≤ NAEMT no ABA < 100% da média nos anos anteriores</td><td>0,7</td></tr><tr><td>NAEMT no ABA < 90% da média nos anos anteriores</td><td>0</td></tr></table></td>
</tr>
<tr>
<td>98. A administração penitenciária considera que o quantitativo de coletes balísticos é suficiente para o atendimento das necessidades da polícia penal, tanto para atividades intramuros, como externa?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="3">98</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr><tr><td>Parcialmente</td><td>0,5</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td>
</tr>
<tr>
<td>99. A organização dispõe de armas de fogo em qualidade e quantidade adequadas para as atividades de segurança interna e atividades externas?</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.</td>
<td>
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">99</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Parcialmente</td><td>0,25</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>100. A organização dispõe de armas de menor potencial ofensivo em qualidade e quantidade adequadas para as atividades de segurança interna e atividades externas?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">100</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Parcialmente</td><td>0,25</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>101. A alta administração da Polícia Penal de Goiás considera que a quantidade de viaturas disponíveis no ano base de avaliação é suficiente para atendimento das necessidades da corporação no exercício de suas atividades finalísticas?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria de resposta</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="3">101</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>Parcialmente</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>102. A gestão das atividades da polícia penal que utilizam veículos automotores é apoiada por sistema/solução que permite o rastreamento em tempo real do veículo?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">102</td><td>Sim</td><td>0,9</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td></td><td></td></tr>
<tr><td>103. A gestão das atividades da polícia penal que utilizam veículos automotores é apoiada por sistema/solução que o registro eletrônico de informações de saídas e chegadas, de identificação do condutor responsável e de eventuais ocorrências com resultado danoso ao patrimônio público?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">103</td><td>Sim</td><td>0,9</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td colspan="2">11. DEFESA CIVIL</td></tr>
<tr><td>104. Informe o número total de bombeiros militares (NTBM) em efetiva atividade em 31 de dezembro do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="3">104</td><td>NTBM no ABA ≥ 100% média nos anos anteriores</td><td>1,0</td></tr><tr><td>90% da média nos anos anteriores ≤ NTBM no ABA < 100% da média nos anos anteriores</td><td>0,7</td></tr><tr><td>NTBM no ABA < 90% da média nos anos anteriores</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>105. O Estado de Goiás possui política pública de proteção/prevenção a incendios formalmente instituída e vigente no ano base de avaliação?
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,5</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">105</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>106. Informe o número total de atendimentos realizados pelo CBMGO dos</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

tipos/grupo incêndio urbano e incendio florestal (NTAI) no:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
106	NTAI no ABA ≥ 100% média nos anos anteriores	0,5
	80% da média nos anos anteriores ≤ NTAI no ABA < 100% da média nos anos anteriores	0,35
	NTAI no ABA < 80% da média nos anos anteriores	0

107. O CBMGO possui norma operacional que trata, especificamente, do monitoramento, medição, padronização e otimização do tempo-resposta dos diversos atendimentos realizados pela corporação?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
107	Sim	1,0
	Parcialmente	0,5
	Não	0

108. O Estado de Goiás possui sistema informatizado centralizado de registro de ocorrências relativas a resgate, salvamento, combate a incêndios e produtos perigosos e de atividades de defesa civil?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**
108	Sim	1,0
	Parcialmente	0,5
	Não	0

109. O Estado de Goiás possui sistema informatizado centralizado de registro de ocorrências relativas a atividades de defesa civil?
☐Sim.
☐Parcialmente.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,5
Quesito	**Categoria de resposta**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	109 / Sim / 0,5 109 / Parcialmente / 0,25 109 / Não / 0
110. Esse sistema (sistema informatizado centralizado de registro de ocorrências relativas a atividades de defesa civil) está integrado ao S2ID (Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da União)? ☐Sim. ☐Parcialmente. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** 110 / Sim / 0,5 110 / Parcialmente / 0,25 110 / Não / 0
111. Estado de Goiás realiza levantamento de riscos em áreas de riscos relativos a situações de emergência/calamidade/desastres naturais, mapeando-os pelo menos para os municípios goianos de médio e grande porte, com revisão periódica mínima de 12 meses? ☐Sim. ☐Parcialmente. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 0,5** 111 / Sim / 0,5 111 / Parcialmente / 0,25 111 / Não / 0
112. O efetivo de Bombeiros Militares é considerado adequado, tendo em vista as necessidades da segurança pública, o número de ocorrências e a população atendida? ☐Sim. ☐Parcialmente. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,0** 112 / Sim / 1,0 112 / Parcialmente / 0,5 112 / Não / 0
113. Informe a número total de serviços do tipo vistoria para funcionamento e vistoria para habite-se (NTV) realizados pelo CBMGO no: a) Ano base de avaliação (ABA):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

Pontuação Máxima do Quesito		1,0
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
113	NTV no ABA ≥ 100% média nos anos anteriores	1,0
	80% da média nos anos anteriores ≤ NTV no ABA < 100% da média nos anos anteriores	0,7
	NTV no ABA < 80% da média nos anos anteriores	0

114. Informe o número total de viaturas disponíveis e aptas para ações de combate à incêndio urbano e rural (NVCI) em 31 de dezembro do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

114.1. Considerando apenas o ano base de avaliação, informe os tipos/espécies de veículos utilizados como de viaturas de combate à incêndios e o respectivo quantitativo existente de cada um.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,7
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
114	NVCI no ABA ≥ 100% média nos anos anteriores	0,7
	80% da média nos anos anteriores ≤ NVCI no ABA < 100% da média nos anos anteriores	0,49
	NVCI no ABA < 80% da média nos anos anteriores	0
114.1	Informativa	Não pontua

115. Informe o número total de viaturas disponíveis e aptas para ações de resgate e salvamento (NVRS) em 31 de dezembro do:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano anterior ao ano base de avaliação (ABA -1):
c) Dois anos anteriores ao ano base de avaliação (ABA -2):

115.1. Considerando apenas o ano base de avaliação, informe os tipos/espécies de veículos utilizados como de viaturas de resgate e salvamento e o respectivo quantitativo existente de cada um.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		0,7
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
115	NVRS no ABA ≥ 100% média nos anos anteriores	0,7
	80% da média nos anos anteriores ≤ NVRS no ABA <	0,49

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td></td>
<td>
<table>
<tr><td></td><td>100% da média nos anos anteriores</td><td></td></tr>
<tr><td></td><td>NVRS no ABA < 80% da média nos anos anteriores</td><td>0</td></tr>
<tr><td>115.1</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>116. A gestão das atividades do corpo de bombeiros militar que utilizam veículos automotores é apoiada por sistema/solução que permite o o registro eletrônico de informações de saídas e chegadas, de identificação do condutor responsável e de eventuais ocorrências com resultado danoso ao patrimônio público?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,0</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">116</td><td>Sim</td><td>1,0</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>117. A gestão das atividades do corpo de bombeiros militar que utilizam veículos automotores é apoiada por sistema/solução que permite o rastreamento em tempo real do veículo?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>0,9</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">117</td><td>Sim</td><td>0,9</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Apêndice G

QUESITOS DA DIMENSÃO MEIO AMBIENTE

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

APÊNCIDE G – QUESITOS DA DIMENSÃO MEIO AMBIENTE

O Índice de Meio Ambiente tem como objetivo proporcionar uma visão precisa e detalhada da atuação do Estado na gestão ambiental, utilizando indicadores com métricas bem definidas para avaliar a qualidade e a efetividade das ações implementadas. Esse índice não apenas mensura a eficiência na prestação de serviços ambientais, mas também analisa os impactos diretos dessas ações na qualidade de vida da população. Por meio de uma abordagem abrangente, o índice contempla áreas fundamentais como a qualidade do ar, a preservação e recuperação do solo, a gestão sustentável dos recursos hídricos, a proteção da biodiversidade, o incentivo ao uso de energias renováveis, além da adequação dos serviços de saneamento e do manejo correto de resíduos sólidos.

Siglas recorrentes:
ABA: Ano Base de Avaliação (2024);
ABA -1: Ano anterior ao Ano Base de Avaliação (2023);
ABA -2: Dois anos anteriores ao Ano Base de Avaliação (2022);

<table>
<tr><th>QUESITO</th><th>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÂO</th></tr>
<tr><th colspan="2">1. POLÍTICAS AMBIENTAIS</th></tr>
<tr><td>1. O Estado possuía uma Política Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos vigente no ano base de avaliação?
☐Sim.
☐Não.

1.1. O Estado estabeleceu metas e indicadores de desempenho específicos para a Política Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, de forma a viabilizar o seu monitoramento e avaliação?
☐Sim.
☐Não.

Ainda sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, informe/apresente:

1.2. O instrumento normativo que consubstancia a referida política:
1.3. Uma relação com as metas e indicadores de desempenho atrelados a essa política:
1.4. A periodicidade de revisão da referida política:</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1.3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">1.</td><td>Sim</td><td>0.65</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">1.1.</td><td>Sim</td><td>0.65</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>1.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>1.3.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>1.4</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>2. O Estado possuía, no ano base de avaliação, um Plano Anual de Fiscalização com ações voltadas a proteção e preservação do meio ambiente?</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe/apresente:

2.1. O número total de ações de fiscalização realizadas no:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):

2.2. Os documentos que consubstanciam o Plano Anual de Fiscalização e o respectivo Relatório Anual de Fiscalização:

Pontuação Máxima do Quesito		1.4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
2.	Sim	0,7
	Não	0
2.1.	N° Ações no ABA > Média dos anos anteriores	0,7
	N° Ações no ABA ≤ Média dos anos anteriores	0
2.2.	Informativa	Não pontua

3. O Estado possuía uma Política Estadual de Resíduos Sólidos formalmente instituída no ano base de avaliação?
☐Sim.
☐Não.

3.1. O Estado estabeleceu metas e indicadores de desempenho específicos para a Política Estadual de Resíduos Sólidos, de forma a viabilizar o seu monitoramento e avaliação?
☐Sim.
☐Não.

Ainda sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, informe/apresente:

3.2. O instrumento normativo que consubstancia a referida política:

3.3. A data da última atualização/revisão realizada bem como a periodicidade de atualização/revisão prevista:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
3.	Sim	0,466
	Não	0
3.1.	Sim	0,466
	Não	0
3.2.	Informativa	Não pontua
3.3.	Dentro do prazo previsto	0,466
	Fora do prazo previsto	Não pontua

4. O Estado possuía alguma política pública (ou programa) de incentivo à regularização ambiental rural no ano base de avaliação (ABA)?
☐Sim.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr>
<td>☐Não.

4.1. O Estado estabeleceu metas e indicadores de desempenho específicos para a regularização ambiental rural em seu território, de forma a viabilizar o seu monitoramento e avaliação?
☐Sim.
☐Não.

Ainda sobre a incentivo à regularização ambiental rural, informe/apresente:

4.2. O instrumento normativo que consubstancia a referida política (ou programa):

4.3. Uma relação com as metas e indicadores de desempenho utilizados no monitoramento e avaliação de ações/atividades de regularização ambiental rural no Estado:</td>
<td>
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">4.</td><td>Sim</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">4.1.</td><td>Sim</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>4.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>4.3.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>5. O Estado possuía, no ano base de avaliação, alguma política de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias voltadas ao uso racional e à proteção de recursos ambientais?
☐Sim.
☐Não.

5.1. O Estado possuía, no ano base de avaliação, parcerias público-privadas ou colaborações com instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento dessas tecnologias?
☐Sim.
☐Não.

5.2. Em caso de resposta afirmativa, informe as parcerias e as tecnologias desenvolvidas ou em desenvolvimento no ano base de avaliação.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">5.</td><td>Sim</td><td>0,65</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">5.1.</td><td>Sim</td><td>0,65</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>5.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>6. O Estado possuía uma Política Estadual de Educação Ambiental no ano base de avaliação?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

6.1. O Estado possui um programa de educação ambiental vigente com um plano de ação específico, contendo objetivos, metas, produtos e indicadores de desempenho que permitam o seu monitoramento e avaliação? ☐Sim. ☐Não. Ainda sobre a Política Estadual de Educação Ambiental, informe/apresente: 6.2. Os instrumentos normativos que consubstanciam a referida política e o respectivo plano de ação: 6.3. A periodicidade de revisão prevista para estes instrumentos:	

6.	Sim	0,65
	Não	0
6.1.	Sim	0,65
	Não	0
6.2.	Informativa	Não pontua
6.3.	Informativa	Não pontua

7. O Estado possuía, no ano base de avaliação, uma política estadual relacionada à conservação, construção, segurança, regularização e eficiência de barragens? ☐Sim. ☐Não. Ainda sobre a referida política, informe/apresente: 7.1. O instrumento normativo que consubstancia a referida política: 7.2. Uma relação com as metas e indicadores de desempenho atrelados a essa política: 7.3. A periodicidade de revisão prevista para a referida política:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
7.	Sim	1,4
	Não	0
7.1.	Informativa	Não pontua
7.2.	Informativa	Não pontua
7.3.	Informativa	Não pontua

2. INSTITUCIONAL

8. O Estado de Goiás possui órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), de acordo com a Lei Federal n.º 6.938/81? ☐Sim. ☐Não. 8.1. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável possui um instrumento de planejamento estratégico? com objetivos, metas	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>com desdobramento anual e indicadores de desempenho que permitam o seu monitoramento e avaliação?
☐Sim.
☐Não.

8.2. O referido instrumento de planejamento estratégico apresenta objetivos, metas com desdobramento anual e indicadores de desempenho que permitam o seu monitoramento e avaliação?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.</td>
<td>
<table>
<tr><td>8</td><td>Informativo</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td rowspan="2">8.1.</td><td>Sim</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">8.2.</td><td>Sim</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>9. Acerca do referido instrumento de planejamento estratégico, informe:

9.1. Como é realizado o monitoramento do instrumento de planejamento estratégico:

9.2. Como o monitoramento do planejamento estratégico é divulgado para a sociedade:

9.3. Apresente o relatório, ou documento equivalente, do monitoramento realizado no ano base de avaliação (ABA):</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>10. O Estado de Goiás possui uma plataforma de monitoramento, emissão e divulgação de alertas para eventos climáticos críticos?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>11. Acerca do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMAm e considerando o ano base de avaliação:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

11.1. Informe o número de reuniões previstas no regulamento do referido conselho e o número de reuniões realizadas no ano base de avaliação (ABA).

11.2. Apresente o relatório anual de avaliação da aplicação dos princípios definidos no art. 2° da Lei n.º 20.694/2019 no licenciamento ambiental (inserir o documento ou link no campo de anexos):

11.3. Apresente o plano de aplicação de recursos anual do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA com a devida aprovação do CEMAm (inserir o documento ou link no campo de anexos):

11.4. Informe o número total de recursos apreciados por esse órgão, enquanto instância revisional dos casos de aplicação de suspensão ou cancelamento do acesso à inscrição ou à análise do CAR pelo órgão estadual ambiental, nos termos do § 4° do art. 43 da Lei n.º 18.104/2013:

11.5. Considerando o exposto no item 11.3., especifique o quantitativo de recursos que tiveram sua sanção majorada e minorada:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
11.1	N.° Reuniões ABA ≥ N.° Reuniões previstas	0,433
	N.° Reuniões ABA < N.° Reuniões previstas	0
11.2.	Apresentou	0,433
	Não apresentou	0
11.3.	Apresentou	0,433
	Não apresentou	0
11.4	Informativa	Não pontua
11.5	Informativa	Não pontua

12. O Estado de Goiás utiliza o Zoneamento Agroecológico Econômico (ZAEE) como ferramenta de gestão do território?
☐Sim.
☐Não.

12.1. Enquanto instrumento de gestão, o ZAEE pode ser utilizado com o objetivo de definir áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do território, orientando os investimentos do Governo e da sociedade. Neste contexto, o Estado de Goiás já definiu essas áreas?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa para os itens acima:

12.2. Apresente as áreas definidas e os respectivos critérios e/ou indicadores utilizados no processo de definição.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
12.	Sim	0,7
	Não	0
12.1.	Sim	0,7
	Não	0
12.2.	Informativa	Não pontua
12.3.	Informativa	Não pontua

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>12.3. Informe os produtos já elaborados a partir da utilização do ZAEE no Estado de Goiás, esclarecendo as utilidades/funcionalidades de cada produto para a Administração Pública.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>13. O Estado de Goiás possui conhecimento do número de municípios goianos que possuem Plano Diretor?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe:

13.1. O número de municípios goianos com plano diretor vigente:

13.2. Se o Estado participa de arranjos institucionais ou realiza programas de capacitação/assistência com o objetivo de viabilizar econômica, financeira e tecnicamente a elaboração do plano diretor nos municípios que ainda não possuem?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">13.</td><td>Sim</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>13.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td rowspan="2">13.2.</td><td>Sim</td><td>0,7</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>14. O Estado de Goiás possui conhecimento do número de municípios goianos que possuem Plano Diretor de Drenagem Urbana?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe:

14.1. O número de municípios goianos com Plano Diretor de Drenagem Urbana vigente:

14.2. Se o Estado participa de arranjos institucionais ou realiza programas de capacitação/assistência com o objetivo de viabilizar econômica, financeira e tecnicamente a elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana nos municípios que ainda não possuem?</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">14.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>14.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>14.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Sim. ☐Não.	
3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
15. Acerca do Programa Estadual de Educação Ambiental: 15.1. O Estado de Goiás possuía um plano de ação do Programa Estadual de Educação Ambiental vigente no ano base de avaliação, conforme previsto no art. 8° do Decreto n° 7.821/2013: ☐Sim. ☐Não. 15.2. O referido plano de ação definia seus objetivos, produtos, metas e indicadores de desempenho, possibilitando o seu acompanhamento e avaliação? ☐Sim. ☐Não. 15.3. O Estado de Goiás já realizou algum monitoramento ou avaliação formal do plano de ação do Programa Estadual de Educação Ambiental vigente: ☐Sim. ☐Não. Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória no campo de anexos.	**Quesito informativo. Não Pontua.**
16. Acerca da Educação Ambiental no Ensino Formal: 16.1. Considerando que a educação ambiental não deve ser implantada como uma disciplina específica no currículo de ensino formal, informe as ações implementadas no ano base de avaliação para promover a educação ambiental de forma transversal e interdisciplinar na rede pública de educação: 16.2. Considerando o art. 13 da Política Estadual de Educação Ambiental, informe o número de cursos de atualização e aperfeiçoamento sobre Educação Ambiental, que foram promovidos pela Secretaria da Educação para o seu corpo docente e administrativo no:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		**1,3**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
16.1	Informou	1,3
	Não informou	0
16.1.	N° Cursos no ABA > Média dos Anos Anteriores	Não pontua

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1): c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):	16.2. | N° Cursos no ABA ≤ Média dos Anos Anteriores | Não pontua
17. Acerca da Educação Ambiental Não-Formal e do Programa Estadual de Educação Ambiental, apresente: 17.1. As ações e práticas educativas não-formais, voltadas à difusão de temas relacionados ao meio ambiente, desenvolvidas, executadas ou incentivas pelo Estado, no ano base de avaliação: 17.2. A metodologia utilizada pelo Estado para monitorar a eficácia dessas ações e práticas, em especial das campanhas educativas:	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,4** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 17.1 | Apresentou | 0,7 17.1 | Não apresentou | 0 17.2. | Apresentou | 0,7 17.2. | Não apresentou | 0
4. RECURSOS HÍDRICOS	
18. O Estado de Goiás possuía um Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) vigente no ano base de avaliação? Em caso de resposta afirmativa, apresente o referido plano. ☐Sim. ☐Não. 18.2. O Estado de Goiás publicou, no ano base de avaliação, o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos de Goiás ou outro relatório de acompanhamento sistemático dos recursos hídricos em Goiás? ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,5** **Quesito** | **Categoria** | **Pontuação por item** 18.1 | Sim | 0,75 18.1 | Não | 0 18.2. | Sim | 0,75 18.2. | Não | 0
19. Dentre as opções abaixo, assinale aquelas que estavam contidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) vigente no ano base de avaliação: ☐As diretrizes da gestão de recursos hídricos no Estado; ☐Os objetivo e metas estabelecidos para o período de sua vigência;	Na avaliação desse quesito, cada item assinalado corresponderá a ¼ da pontuação total do quesito. Logo, a pontuação final do quesito será obtida pela soma dos itens assinalados. **Pontuação Máxima do Quesito: 1,3**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>☐Os mecanismos de monitoramento e avaliação do PERH;
☐A previsão de periodicidade de sua revisão;

Para cada item assinalado, apresente a documentação comprobatória:</td>
<td>
<table>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="4">19</td><td>☒As diretrizes da gestão de recursos hídricos no Estado;</td><td>0,325</td></tr>
<tr><td>☒Os objetivo e metas estabelecidos para o período de sua vigência;</td><td>0,325</td></tr>
<tr><td>☒Os mecanismos de monitoramento e avaliação do PERH;</td><td>0,325</td></tr>
<tr><td>☒A previsão de periodicidade de sua revisão;</td><td>0,325</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>20. O Estado de Goiás avalia e monitora a implementação dos planos de bacia e dos enquadramentos dos corpos de água em Goiás? Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.

20.1. O Estado de Goiás implementa a alocação negociada de recurso hídricos nas suas bacias consideradas críticas (bacias que estão com dificuldades no abastecimento público)? Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.

20.2. O Estado de Goiás implementa e apoia programas de manejo e conservação em suas bacias hidrográficas? Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">20.1.</td><td>Sim</td><td>0,466</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">20.2.</td><td>Sim</td><td>0,466</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">20.3.</td><td>Sim</td><td>0,466</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>21. O Estado de Goiás possui programa ou ação de melhoria da qualidade e quantidade das águas? Em caso de resposta afirmativa, informe quais.
☐Sim.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Não.

21.1. O Estado de Goiás possui algum instrumento formal para o monitoramento da qualidade e quantidade das águas? Em caso de resposta afirmativa, informe qual.

☐Sim.

☐Não.

21.2. Quantos postos de controle de qualidade e quantidade de água existem no Estado de Goiás atualmente?

21.3. Qual periodicidade das medições de monitoramento realizadas nestes postos?

21.4. O Estado de Goiás possui um sistema para divulgação das informações produzidas?

Pontuação Máxima do Quesito		1,5
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
21.	Sim	0,5
	Não	0
21.1.	Sim	0,5
	Não	0
21.2.	Informativa	Não pontua
21.3.	Informativa	Não pontua
21.4.	Sim	0,5
	Não	0

22. O Estado adota o Índice de Qualidade das Águas (IQA)?

☐Sim.

☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe:

22.1. O valor médio do IQA do Estado de Goiás, em sua última publicação, indicando o respectivo ano e as áreas ou bacias monitoradas:

22.2. Se existe uma periodicidade formal para a publicação do IQA:

22.3. O endereço eletrônico do portal onde ocorre a divulgação dos resultados do IQA:

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
22.	Informativa	Não pontua
22.1.	80 ≤ IQA ≤ 100	1,4
	52 ≤ IQA ≤ 79	0,93
	37 ≤ IQA ≤ 51	0,46
	0 < IQA ≤ 36	0
22.2.	Informativa	Não pontua
22.3.	Informativa	Não pontua

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

<table>
<tr>
<td>23. Acerca do monitoramento da Quantidade de Águas:

23.1. O Estado adota algum indicador relacionado à dados de vazão média de águas?
☐Sim.
☐Não.

23.2. O Estado adota algum indicador relacionado à níveis de reservatórios e sistema hídricos?
☐Sim.
☐Não.

23.3. O Estado adota algum indicador relacionado à disponibilidade hídrica por habitante?
☐Sim.
☐Não.

23.4. Em caso de resposta afirmativa para os itens anteriores, informe os referidos indicadores e os endereços eletrônicos dos portais onde são divulgados os resultados desses indicadores:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">23.1.</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">23.2.</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">23.3.</td><td>Sim</td><td>0,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>23.4.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>24. O Estado de Goiás monitora o nível de atendimento da meta de universalização de abastecimento de água potável definida no Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei n.º 14.026/2020)?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe:

24.1. O percentual da população atendida com abastecimento de água potável no Estado de Goiás no:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):

24.2. O percentual da população atendida com abastecimento de água potável, no ano base de avaliação, por mesorregião:
a) Centro Goiano:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">24.</td><td>Sim</td><td>0,8</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">24.1.</td><td>% em ABA > % Média dos anos anteriores</td><td>0,8</td></tr>
<tr><td>% em ABA ≤ % Média dos anos anteriores</td><td>0</td></tr>
<tr><td>24.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>b) Leste Goiano:
c) Noroeste:
d) Norte Goiano:
e) Sul Goiano:</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>25. O volume de água potável produzido no Estado de Goiás, no ano base de avaliação, foi suficiente para atender a demanda da população?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe:

25.1. O volume de água potável produzido no ano base de avaliação (ABA):

25.2. A demanda de água potável no ano base de avaliação (ABA):

25.3. Se o Estado possui projeções acerca do incremento da demanda hídrica estadual no médio e longo prazo:
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa para o item 25.3, apresente a documentação comprobatória.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">25.</td><td>Sim</td><td>0,65</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>25.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>25.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td rowspan="2">25.3.</td><td>Sim</td><td>0,65</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>26. Informe o Índice de Perdas de Água na Distribuição para o Estado de Goiás em:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">26</td><td>Índice em ABA > Média dos anos anteriores</td><td>1,3</td></tr>
<tr><td>Índice em ABA ≤ Média dos anos anteriores</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>27. O Estado possui programas voltados à preservação e ao incremento das fontes de água potável?</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe:

27.1. Os nomes dos referidos programas ou ações vigentes ou em implementação no ano base de avaliação (ABA):

27.2. Os instrumentos de monitoramento e avaliação utilizados nos respectivos programas e/ou ações:

27.3. Para os programas do tipo “provedor-pagador”, o montante de valores pagos a título de incentivo financeiro no ano base de avaliação (ABA):

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
27.	Sim	0,65
	Não	0
27.1.	Informativa	Não pontua
27.2.	Informativa	Não pontua
27.3.	Informou	0,65
	Não informou	0

28. O Estado possui um levantamento, ou outro instrumento congênere, identificando os potenciais riscos de interrupção de fornecimento de água em casos de estiagem? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.

28.1. O Estado possui algum instrumento de planejamento com ações/medidas de contingenciamento e racionalização voltadas à mitigação dos riscos identificados? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
28.	Sim	0,7
	Não	0
28.1.	Sim	0,7
	Não	0

29. A Administração Pública possui um plano emergencial com ações definidas para o fornecimento de água potável à população nos casos em que uma situação de enfrentamento de escassez de hídrica (crise hídrica) se instaure no Estado? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória:
☐Sim.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>☐Não.</td>
<td>
<table>
<tr><td rowspan="2">29.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>30. O Estado de Goiás possui algum programa ou ação voltado a preservação e revitalização de suas bacias hidrográficas? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória:
☐Sim.
☐Não.

30.1. O Estado de Goiás realiza parcerias com municípios, ONGs ou com o setor privado para a preservação e revitalização de suas bacias hidrográficas? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória:
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">30.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>30.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>31. O Estado de Goiás aderiu ao Pacto pela Governança da Água?
☐Sim.
☐Não.

31.1. O Estado de Goiás possui mecanismos para avaliar o impacto e a eficácia das atividades realizadas no âmbito do Pacto pela Governança da Água?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">31.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>31.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>32. O Estado de Goiás possui um sistema informatizado de controle de outorga de direito de uso de recursos hídricos?
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th>Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,6</th></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

32.1. Informe o tempo médio de análise dos processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos no ano base de avaliação (ABA):

32.2. O Estado de Goiás possui procedimentos definidos para os pedidos de outorga de águas subterrâneas?
☐Sim.
☐Não.

32.3. O Estado de Goiás realiza campanhas de pós-outorga nas bacias críticas, para verificação do consumo?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória para os respectivos itens.

Quesito	Categoria	Pontuação por item
32.	Sim	0,533
	Não	0
32.1.	Informativa	Não pontua
32.2.	Sim	0,533
	Não	0
32.3.	Sim	0,533
	Não	0

33. O Estado de Goiás possui um levantamento, ou outro instrumento congênere, identificando as regiões/áreas do Estado com maior propensão a ocorrência de inundações?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe se o Estado:

33.1. Realiza simulações ou treinamentos regulares para preparação e resposta da população a inundações nessas regiões/áreas?
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
33.	Sim	0,7
	Não	0
33.1.	Sim	0,7
	Não	0

34. O Estado de Goiás possui um instrumento de planejamento para lidar com situações de emergência ou de calamidade, de repercussão regional, decorrentes de inundações? Em caso de resposta afirmativa, apresentar a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
34.	Sim	1,3

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Não	0

5. BARRAGENS

35. O Estado possui um sistema de cadastramento de barragens?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe:

35.1. O número total de barragens de curso hídrico construídas e devidamente cadastradas no Estado de Goiás.

35.2. O número total de barragens de curso hídrico construídas e devidamente cadastradas no Estado de Goiás no ano base de avaliação.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
35.	Sim	1,4
	Não	0
35.1.	Informativa	Não pontua
35.2.	Informativa	Não pontua

36. O Estado possui um sistema de regularização para barragens instaladas ou em operação sem licença?
☐Sim.
☐Não.

36.1. Em caso de resposta afirmativa, informe o número total de barragens de curso hídrico devidamente regularizadas no:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
36.	Sim	0,65
	Não	0
36.1.	Barragens Regularizadas no ABA > Média Anos Anteriores	0,65
	Barragens Regularizadas no ABA ≤ Média Anos Anteriores	0

37. O Estado possui um sistema de monitoramento do tipo de construção e do estado de conservação barragens? Em caso de resposta afirmativa, apresente os resultados do monitoramento no ano base de avaliação.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,4

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

37.1. Informe o percentual das barragens com categoria de risco (CRI) alto, cadastradas no Sistema Estadual de Informações sobre Segurança de Barragens (SEISB), fiscalizadas no ano base de avaliação (ABA):

Quesito	Categoria	Pontuação por item
37.	Informativa	Não pontua
37.1.	Fiscalização ≥ 80%	1,4
	60% ≤ Fiscalização < 80%	1,05
	40% ≤ Fiscalização < 60%	0,7
	20% ≤ Fiscalização < 40%	0,35
	0% ≤ Fiscalização < 20%	0

38. Em que pese a responsabilidade pela fiscalização dos barramentos de rejeitos e minérios seja de competência da União, o Estado de Goiás possui um controle do número de barragens desta categoria que estão localizadas em seu território? Em caso de resposta afirmativa, informar o quantitativo.
☐Sim.
☐Não.

38.1. O Estado executa alguma medida/ação de acompanhamento ou controle suplementar à fiscalização exercida pela União, visando monitorar a segurança dos barramentos de rejeitos e minérios localizados em seu território?
☐Sim.
☐Não.

Questão informativa. Não pontua.

6. SANEAMENTO E RESÍDUOS

39. No ano base de avaliação, o Estado de Goiás possuía um Plano Estadual de Saneamento Básico com objetivos de longo alcance e metas de curto e médio prazos? Em caso de resposta afirmativa, apresente o referido plano.
☐Sim.
☐Não.

39.1. O Plano Estadual de Saneamento Básico foi revisto dentro do prazo previsto na legislação pertinente? Em caso de resposta afirmativa, informa a data da última revisão.
☐Sim.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
39.	Sim	0,7
	Não	0
39.1.	Sim	0,7

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>☐Não.</td>
<td>
<table>
<tr><td></td><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>40. O Estado monitora o nível de atendimento da meta de universalização de coleta e tratamento de esgotos definida no Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei n.º 14.026/2020)?
☐Sim.
☐Não.

Em caso de resposta afirmativa, informe qual o sistema utilizado para a avaliação do cumprimento dessas metas:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">40.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>41. Informe o percentual da população atendida com coleta e tratamento de esgoto no Estado de Goiás em:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):

41.1. O percentual da população atendida com coleta e tratamento de esgoto, no ano base de avaliação, por mesorregião:
a) Centro Goiano:
b) Leste Goiano:
c) Noroeste:
d) Norte Goiano:
e) Sul Goiano:</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">41.</td><td>% População no ABA > Média Anos Anteriores</td><td>1,3</td></tr>
<tr><td>% População no ABA ≤ Média Anos Anteriores</td><td>0</td></tr>
<tr><td>41.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>42. No ano base de avaliação, o Estado realizou alguma ação de controle e/ou fiscalização supletiva dos serviços de coleta e esgotamento sanitário prestados em seu território? Em caso de resposta afirmativa, informe as ações realizadas e o órgão realizador.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Questão informativa. Não pontua.</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>43. Com exceção da parcela atendida pelos serviços municipais de saneamento, informe se houve aumento no volume de esgoto coletado e no volume de esgoto tratado no Estado de Goiás no ano base de avaliação.
☐Sim.
☐Não.

43.1. Em caso de resposta afirmativa, informe volume de esgoto coletado (VEC):
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano Base de Avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano Base de Avaliação – 2 (ABA-2):

43.2. Em caso de resposta afirmativa, informe volume de esgoto tratado (VET):
a) Ano Base de Avaliação (ABA):
b) Ano Base de Avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano Base de Avaliação – 2 (ABA-2):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td>43.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td rowspan="2">43.1.</td><td>VEC no ABA > Média Anos Anteriores</td><td>0,65</td></tr>
<tr><td>VEC no ABA ≤ Média Anos Anteriores</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="2">43.2.</td><td>VET no ABA > Média Anos Anteriores</td><td>0,65</td></tr>
<tr><td>VET no ABA ≤ Média Anos Anteriores</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>44. O Estado de Goiás possui alguma política, programa ou ações visando à disposição final adequada do esgoto sanitário com o objetivo de produzir água de reuso ou garantir o seu correto lançamento no meio ambiento? Em caso de resposta afirmativa, informe a referida política, programa ou ação:
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,2</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">44.</td><td>Sim</td><td>1,2</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>45. O Estado possui um levantamento, ou outro instrumento congênere, identificando os potenciais riscos de interrupção dos serviços públicos de esgotamento sanitário? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória:
☐Sim.
☐Não.

45.1. O Estado possui algum instrumento de planejamento com ações/medidas para lidar com situações de interrupção dos serviços públicos</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">45.</td><td>Sim</td><td>0,65</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>45.1.</td><td>Sim</td><td>0,65</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>de esgotamento sanitário em seu território? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória:
☐Sim.
☐Não.</td>
<td><table>
<tr><td></td><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table></td>
</tr>
<tr>
<td>46. O Estado de Goiás possuía um Plano Estadual de Resíduos Sólidos vigente no ano de avaliação? Em caso de resposta afirmativa, apresente o referido plano.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Questão informativa. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>47. O Estado de Goiás realiza o monitoramento das metas definidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos vigentes no ano de avaliação?
☐Sim.
☐Não.

47.1. Em caso de resposta afirmativa, informe os resultados obtidos para cada uma das metas estabelecidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos vigente, em:
a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">47.</td><td>Sim</td><td>1,3</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>47.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table></td>
</tr>
<tr>
<td>48. O Estado possui um controle do número total de municípios goianos que possuem destinação adequada de resíduos sólidos urbanos? Em caso de resposta afirmativa, informe o número total de municípios no ano base de avaliação.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">48.</td><td>Sim</td><td>1,5</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table></td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>48.1. O Estado participa de arranjos institucionais ou realiza programas/ações com o objetivo de viabilizar econômica, financeira e tecnicamente a destinação adequada dos resíduos sólidos nos municípios que ainda não possuem?
☐Sim.
☐Não.

48.2. Informe o percentual de municípios goianos que receberam apoio técnico do Governo Estadual para implementação de coleta seletiva em seu território.</td>
<td>
<table>
<tr><td>48.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
<tr><td>48.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>49. Informe o percentual médio de geração per capita de resíduos sólidos urbanos em:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):

Obs.: A geração per capita de resíduos sólidos urbanos decorre da relação entre o volume total de resíduos sólidos urbanos coletados, seletiva ou indiferenciadamente, e a população total atendida por essa coleta.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">49</td><td>Redução do % médio entre ABA e ABA -1 ≥ 0,2%</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Redução do % médio entre ABA e ABA -1 < 0,2%</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>50. Informe o Índice de Recuperação de Resíduos (IRR), apresentado no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, do Estado de Goiás.

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>51. O Estado de Goiás possui algum instrumento de planejamento para erradicação dos lixões localizados em seu território e recuperação das respectivas áreas, com metas e estratégias definidas? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td>51.</td><td>Sim</td><td>0,8</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

51.2. Informe o prazo médio de análise dos pedidos de licenciamento para o encerramento dos lixões (PMALEL) localizados no Estado de Goiás, em: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1): c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):		
	Não	0
51.1.	PMALEL no ABA > Média dos Anos Anteriores	0,8
	PMALEL no ABA ≤ Média dos Anos Anteriores	0
52. O Estado de Goiás apresenta políticas, programas ou ações visando a destinação final adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana em detrimento dos lixões, tais como a construção de aterros sanitários ou construção de ecopontos? Em caso de resposta afirmativa, informar as ações. ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:	
Pontuação Máxima do Quesito		**1,5**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
52.	Sim	1,5
	Não	0
7. SOLO		
53. O Estado possui algum plano, programa e/ou ação voltada à proteção, recuperação e monitoramento do solo? Em caso de resposta afirmativa, apresente os referidos instrumentos. ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:	
Pontuação Máxima do Quesito		**1,2**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
53.	Sim	1,2
	Não	0
54. O Estado adota o uso de indicadores para monitoramento da qualidade do solo? ☐Sim. ☐Não	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:	
Pontuação Máxima do Quesito		**1,4**
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
54.	Sim	1,4

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>54.1. Em caso de resposta afirmativa, informe os indicadores utilizados e o endereço eletrônico de divulgação dos seus resultados.</td>
<td>
<table>
<tr><td></td><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>54.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>55. O Estado de Goiás possuía um Plano Estadual de Redução de Uso de Agrotóxicos com objetivos, metas e indicadores definidos que permitam o seu monitoramento e avaliação? Em caso de resposta afirmativa, apresente o referido plano.
☐Sim.
☐Não.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,2</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">55.</td><td>Sim</td><td>1,2</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>56. O Estado de Goiás monitora os resultados alcançados com a execução/implementação do referido Plano Estadual de Redução de Uso de Agrotóxicos? Em caso de resposta afirmativa, apresente documentação apta a evidenciar esse monitoramento.
☐Sim.
☐Não</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">56.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr><th colspan="2">8. AR</th></tr>
<tr>
<td>57. O Estado possui alguma política, plano, programa ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do ar e emissões atmosféricas? Em caso de resposta afirmativa, informe quais.
☐Sim.
☐Não</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">57.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

58. O Estado avalia a qualidade do ar por meio de algum indicador?
☐Sim.
☐Não

Em caso de resposta afirmativa, informe:

58.1. Os indicadores utilizados nessa avaliação, bem como seus respectivos resultados no ano base de avaliação e no ano imediatamente anterior.

58.2. O número de estações de monitoramento da qualidade do ar implementadas e em operação no:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
58.	Sim	0,7
	Não	0
58.1.	Informativa	Não pontua
58.2.	Nº de Estações no ABA ≥ 51	0,7
	N° do ABA -1 < Nº de Estações no ABA < 51	0,35
	Nº de Estações no ABA ≤ N° do ABA -1	0

59. O Estado possui algum programa de controle de emissões de poluentes veiculares? Em caso de resposta afirmativa, informe quais.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
59.	Sim	1
	Não	0

60. O Estado possui algum programa de controle de emissões de poluentes industriais? Em caso de resposta afirmativa, informe quais.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
60.	Sim	1,4
	Não	0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

9. BIODIVERSIDADE

61. O Estado de Goiás possui um plano para conservação da biodiversidade em seu território, com o objetivo de estabelecer o planejamento estratégico e a gestão integrada de ações envolvidas? Em caso de resposta afirmativa, apresente o referido instrumento.
☐Sim.
☐Não.

61.1. O Estado de Goiás possui um plano operativo anual com a definição da estratégia e o cronograma de execução do plano para conservação da biodiversidade do Estado de Goiás? Em caso de resposta afirmativa, apresente o referido instrumento.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,6
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
61.	Sim	0,8
	Não	0
61.1.	Sim	0,8
	Não	0

62. O Estado realizou ações de fiscalização de práticas ilegais de uso de recursos naturais no ano base de avaliação? Em caso de resposta afirmativa, enumere as ações.
☐Sim.
☐Não.

62.1. O Estado de Goiás aderiu ao Pacto pelo Desmatamento Ilegal 2030? Em caso de resposta afirmativa, enumere as ações de implementação do referido pacto.
☐Sim.
☐Não

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
62.	Sim	0,7
	Não	0
62.1.	Sim	0,7
	Não	0

63. O Estado utiliza indicadores no controle/monitoramento de suas unidades de conservação?
☐Sim.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito	1,4

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>☐Não

63.1. Em caso de resposta afirmativa, informe os indicadores utilizados nesse controle/monitoramento, bem como seus respectivos resultados no ano base de avaliação e no ano imediatamente anterior.</td>
<td>
<table>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">63.</td><td>Sim</td><td>1,4</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>63.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>64. O Estado de Goiás possui um banco de dados de boas práticas sustentáveis em propriedades rurais?
☐Sim.
☐Não

64.1. Em caso de resposta afirmativa, informe quais são essas práticas e as estratégias da Administração Pública para o fomento dessas práticas entre os produtores rurais.</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,3</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">64.</td><td>Sim</td><td>1,3</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td>64.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>65. O Estado de Goiás possui um plano com ações, metas, indicadores destinados a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa? Em caso de resposta afirmativa, apresente o referido plano.
☐Sim.
☐Não</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>66. O Estado possui um plano ou estratégia de prevenção à incêndios florestais de origem antrópica em suas Unidades de Conservação?
☐Sim.
☐Não

66.1. Em caso de resposta positiva, informe o número de fiscalizações ou diligências preventivas realizadas no:

a) Ano base de avaliação (ABA):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">66.</td><td>Sim</td><td>1,6</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr>
<td>b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):</td>
<td>
<table>
<tr><td>66.1.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
<tr>
<td>67. O Estado elabora algum relatório ou levantamento visando a identificação de áreas de vulnerabilidade, ou seja, com maior suscetibilidade a riscos de incêndios? Em caso de resposta afirmativa, informe as áreas identificadas.
☐Sim.
☐Não

67.1. O Estado possui planos de ação específicos para as áreas historicamente suscetíveis a riscos de incêndios? Em caso de resposta afirmativa, apresente a documentação comprobatória.
☐Sim.
☐Não</td>
<td>Quesito informativo. Não pontua.</td>
</tr>
<tr>
<td>68. O Estado realiza o monitoramento constante das áreas suscetíveis a incêndios?
☐Sim.
☐Não

Em caso de resposta afirmativa, informe:

68.1. A área total, em hectares, atingida pelo fogo:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):
d) 2019 (ano parâmetro):

68.2. O impacto econômico das queimadas (custo das queimadas) em:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):</td>
<td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table>
<tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,6</th></tr>
<tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr>
<tr><td rowspan="2">68</td><td>Sim</td><td>0,8</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>0</td></tr>
<tr><td rowspan="3">68.1</td><td>Área Queimadas ABA < Média dos Anos Anteriores
E
Área Queimadas ABA < 80% Área Queimadas 2019</td><td>0,8</td></tr>
<tr><td>Área Queimadas ABA < Média dos Anos Anteriores
OU
Área Queimadas ABA < 80% Área Queimadas 2019</td><td>0,4</td></tr>
<tr><td>Área Queimadas ABA < Média dos Anos Anteriores
E</td><td>0</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

	Área Queimadas ABA > 80% Área Queimadas 2019
69. O Estado adota algum indicador para monitorar o impacto da melhoria da produtividade sobre a preservação, a exemplo do indicador “Efeito Poupa-Florestas”? ☐Sim. ☐Não 69.1. Em caso de resposta afirmativa, informe o(s) resultado(s) do(s) indicador(es) utilizado(s) em: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1): c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 69. / Sim / 1 69. / Não / 0 69.1. / Informativa / Não pontua
70. O Estado de Goiás possui plano, programa e/ou ações para implementar a conservação das áreas de vegetação nativa, a mitigação do desmatamento e a restauração de áreas degradadas? Em caso de resposta afirmativa, informe o referido plano, programa ou ação. ☐Sim. ☐Não. 70.1. O Estado realiza o monitoramento das metas relacionadas a conservação de áreas de vegetação nativa, redução do desmatamento e restauração de áreas degradadas? Em caso de resposta afirmativa, apresente os documentos que consubstanciam/evidenciam o monitoramento dessas metas. ☐Sim. ☐Não.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,4** **Quesito** / **Categoria** / **Pontuação por item** 70. / Sim / 0,7 70. / Não / 0 70.1. / Sim / 0,7 70.1. / Não / 0
71. O Estado de Goiás possui plano, programa e/ou ações para combater o tráfico de espécies protegidas da flora e da fauna, bem como a caça ilegal? Em caso de resposta afirmativa, informe os referidos planos, programas e/ou ações.	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: **Pontuação Máxima do Quesito: 1,4**

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Sim.
☐Não.

71.1. O Estado realiza o monitoramento das metas relacionadas ao combate do tráfico de espécies protegidas da flora e da fauna, bem como a caça ilegal? Em caso de resposta afirmativa, apresente os documentos que consubstanciam/evidenciam o monitoramento dessas metas.
☐Sim.
☐Não.

Quesito	Categoria	Pontuação por item
71.	Sim	0,7
	Não	0
71.1.	Sim	0,7
	Não	0

72. O Estado de Goiás possui plano, programa e/ou ações para promover a preservação completa dos rios, abarcando sua visão panorâmica e beleza cênica? Em caso de resposta afirmativa, informe os referidos planos, programas e/ou ações
☐Sim.
☐Não.

72.1. O Estado realiza o monitoramento das metas relacionadas a promoção da preservação completa dos rios, abarcando sua visão panorâmica e beleza cênica? Em caso de resposta afirmativa, apresente os documentos que consubstanciam/evidenciam o monitoramento dessas metas.
☐Sim.
☐Não.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
72.	Sim	0,7
	Não	0
72.1.	Sim	0.7
	Não	0

10. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

73. O Estado de Goiás possui um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)?
☐Sim.
☐Não

Em caso de resposta afirmativa, informe:

73.1. Os objetivos e metas vigentes no referido plano ou em instrumentos normativos que desdobrem o PRAD em um plano de metas.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
73.	Sim	1,4
	Não	0
73.1.	Informativa	Não pontua

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

73.2. Os resultados alcançados no ano base de avaliação para cada meta estabelecida. 73.3. Os resultados alcançados no ano imediatamente anterior para cada meta estabelecida.	<table><tr><td>73.2.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr><tr><td>72.3.</td><td>Informativa</td><td>Não pontua</td></tr></table>
74. O Estado de Goiás possui um órgão ou unidade administrativa com atribuições específicas para a prevenção e a restauração de passivos ambientais? Em caso de resposta afirmativa, identifique o referido órgão/unidade. ☐Sim. ☐Não.	Informativa
74.1. O Estado de Goiás possui mecanismos capazes de monitorar o avanço ou a redução do passivo ambiental em seu território? Em caso de resposta afirmativa, descreva como é realizado esse monitoramento. ☐Sim. ☐Não.	**Quesito informativo. Não pontua.**
75. O Estado possui ações de regularização fundiária das Unidades de Conservação Estaduais? Em caso de resposta afirmativa, informe os instrumentos normativos que regulamentam essas ações. ☐Sim. ☐Não. 75.1. Informe o percentual de Unidades de Conservação com regularização fundiária finalizada em relação ao total de Unidades de Conservação do Estado de Goiás (%UCRF), no: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):	Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma: <table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,4</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">75.</td><td>Sim</td><td>0,7</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr><tr><td rowspan="2">75.1.</td><td>%UCRF no ABA > Média dos Anos Anteriores</td><td>0,7</td></tr><tr><td>%UCRF no ABA ≤ Média dos Anos Anteriores</td><td>0</td></tr></table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

<table>
<tr><td>c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):</td><td></td></tr>
<tr><td>76. Todas as Unidades de Conservação do Estado de Goiás, ressalvadas aquelas criadas há menos de dois anos, possuíam Plano de Manejo vigente no ano base de avaliação? Em caso de resposta de resposta negativa, informe as Unidades de Conservação Estaduais sem Plano de Manejo.
☐Sim.
☐Não.

76.1. Considerando as Unidades de Conservação do Estado de Goiás que possuem Plano de Manejo, informe, para cada uma delas, a data da última atualização do seu respectivo plano.</td><td>Quesito informativo. Não pontua.</td></tr>
<tr><td>77. Existem Conselhos Consultivos instituídos e atuantes nas Unidades de Conservação estaduais? Em caso de resposta afirmativa, relacione os Conselhos Consultivos e suas respectivas Unidades de Conservação de atuação.
☐Sim.
☐Não.</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,5</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">77.</td><td>Sim</td><td>1,5</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>78. A Câmara de Compensação Ambiental tem atuado regularmente, conforme especificado nos normativos? Em caso de resposta afirmativa, apresente memorial de sua atuação no ano base de avaliação.
☐Sim.
☐Não</td><td>Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:
<table><tr><th colspan="2">Pontuação Máxima do Quesito</th><th>1,3</th></tr><tr><th>Quesito</th><th>Categoria</th><th>Pontuação por item</th></tr><tr><td rowspan="2">78.</td><td>Sim</td><td>1,3</td></tr><tr><td>Não</td><td>0</td></tr></table></td></tr>
</table>

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

11. ENERGIA RENOVÁVEL

79. Existem estudos acerca da viabilidade de geração de energia renovável (eólica e solar) no Estado de Goiás? Em caso de resposta afirmativa, informar se existem processos de avaliação e acompanhamento desses estudos.
☐Sim.
☐Não

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,3
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
79.	Sim	1,3
	Não	0

80. O Estado monitora sua capacidade de geração de energia renovável (eólica e solar)?
☐Sim.
☐Não

80.1. Em caso de resposta afirmativa, informe a produção total de energia renovável (PTER), eólica e solar, gerada em:

a) Ano base de avaliação (ABA):
b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1):
c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
80.	Sim	0,7
	Não	0
80.1.	PTER no ABA > Média dos Anos Anteriores	0,7
	PTER no ABA ≤ Média dos Anos Anteriores	0

81. Existem estudos sobre a eficiência das usinas hidrelétricas no Estado de Goiás?
☐Sim.
☐Não

Em caso afirmativo, apresente os documentos que evidenciam a existência desses estudos e informe:

81.1. Quais usinas hidrelétricas existem no Estado de Goiás e quais estão ativas, incluindo informações sobre a capacidade de geração de cada uma.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
81.	Sim	1,4
	Não	0
81.1.	Informativa	Não pontua

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

12. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

82. O Estado de Goiás possui uma política ou plano de licenciamento ambiental para integração entre o meio ambiente e a produção econômica?
☐Sim.
☐Não

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
82.	Sim	1,4
	Não	0

83. O Estado de Goiás possui equipe multidisciplinar para análise de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto?
☐Sim.
☐Não

83.1. O Estado de Goiás realiza o "pós-licença" em empreendimentos licenciados de Classe 5 e 6 pelo menos uma vez durante a vigência da licença?
☐Sim.
☐Não

83.2. Em caso de resposta afirmativa para o item 83.1., informe como é realizado o controle dessas fiscalizações.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
83.	Sim	0,5
	Não	0
83.1.	Sim	0,5
	Não	0
83.2.	Informativa	Não pontua

84. O Estado possui quantidade de servidores suficiente para gestão e análise dos processos de licenciamento ambiental?
☐Sim.
☐Não.

84.1. O Estado de Goiás possui estratégias e metas definidas para reduzir o prazo médio de análise dos processos de licenciamento protocolados?
☐Sim.

Na avaliação deste quesito, a pontuação final será definida da seguinte forma:

Pontuação Máxima do Quesito		1,4
Quesito	**Categoria**	**Pontuação por item**
84.	Informativa	Não pontua
84.1.	Informativa	Não pontua

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.

☐Não. 84.2. Em caso de resposta afirmativa, informe a média da quantidade de dias necessários para analisar os processos de licenciamento (QDPL) no: a) Ano base de avaliação (ABA): b) Ano base de avaliação – 1 (ABA -1): c) Ano base de avaliação – 2 (ABA-2):	84.2. QDPL no ABA > Média dos Anos Anteriores: 1,4 84.2. QDPL no ABA ≤ Média dos Anos Anteriores: 0

Documento assinado no TCE-GO Central de Assinaturas. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.tce.go.gov.br/validate/AAJR8-PAB62-SUENJ-8F5S2.